



# AH

## ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 68  
2016

---

COLÓQUIO  
TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

---



# AH

ARQUEOLOGIA  
& HISTÓRIA

Título

**Arqueologia & História**

Volume

**68**

Edição

**Associação dos Arqueólogos Portugueses**

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

**José Morais Arnaud**

Coordenação

**José Morais Arnaud e Andrea Martins**

Design gráfico

**Flatland Design**

Fotografia da capa

**José Morais Arnaud**

Impressão

**Europress, Indústria Gráfica**

Tiragem

**300 exemplares**

Depósito legal

**73 446/93**

ISSN

**0871-2735**

Publicação

**Novembro de 2018**

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

## **COLÓQUIO “TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA”**

9 Colóquio “Terramoto de Lisboa. Arqueologia e História”

Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida

15 A Tripla Catástrofe contada ao Papa. Contributo da correspondência entre Portugal e a Santa Sé para o conhecimento dos factos ocorridos em Lisboa

Carlos Boavida

29 O Terremoto de 1755 A Partir do Códice 132 Do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães, Alcía Duhá Lose

37 Após a catástrofe: a gestão da emergência e socorro no Terramoto de 1755

Amélia Ferreira, Alexandra Esteves

45 O Terramoto como factor de aceleração de urbanização do Cardal da Graça e do Vale de Cavalinhos – A Graça em 1755

João Castela Cravo

53 Um Outro Lado do Terramoto: Para uma revisão do ócio e espectáculos na Lisboa romana

Sara Henriques dos Reis

75 A Baixa de Lisboa, antes e depois do Terramoto

Jacinta Bugalhão

89 Sinais de um quotidiano que o Terramoto de 1755 interrompeu. Os vestígios detectados no Museu de Lisboa – Teatro Romano

Lídia Fernandes

103 O Aqueduto das Águas Livres e o Terramoto de 1755

Bárbara Bruno

111 Largo Duque de Cadaval (Lisboa): evidências de uma catástrofe

Tânia Manuel Casimiro, Mariana Almeida, Teresa Barbosa

127 O Terramoto de Lisboa – O Caso de Peniche

Adriano Constantino, Daniela Andrade, Inês Lourenço, Luís Rendeiro

139 La huella del Terremoto de Lisboa en la ciudad de Lugo. La crónica de los daños producidos y de las reformas emprendidas

Ana E. Goy Diz

155 Testemunhos arqueológicos do terramoto de 1755 em Silves

Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes

## **ARTIGOS**

169 Papéis, funções e disfunções do património arqueológico: o caso do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja/Portugal)

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins, Daniel Carvalho, José Morais Arnaud

- 181 *Lapa do Suão* (Bombarral): a organização da coleção lítica  
Cláudia Manso
- 193 Arqueologia Experimental: Reflexões e apologia de um método a potenciar em Portugal  
Ana Bica Dias Osório
- 213 Taça do Convento de Nossa Senhora da Graça, de Abrantes – Um achado singular?  
Mário Varela Gomes
- 221 Miguel Torga e a Arqueologia  
José d'Encarnação
- 229 D. Dinis e a Região Ribacudana  
António Vermelho do Corral

## **RELATÓRIOS**

- 241 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2016  
José Morais Arnaud
- 245 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2016  
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 251 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2016. Plano de Actividades para o Ano 2017  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 257 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2016  
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida
- 263 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2016  
Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 265 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actividades Desenvolvidas pela Área da Conservação em 2016  
Célia Nunes Pereira

# EDITORIAL

---

José Morais Arnaud  
Presidente da Direcção

O tema principal deste volume da revista **Arqueologia & História** que agora se publica é o Grande Terramoto de Lisboa de 1755, analisado a partir de dados arqueológicos recentemente postos a descoberto nesta cidade, bem como em outros lugares afectados pelo referido cataclisma, como Peniche, Silves e Lugo, e de documentação escrita inédita ou ainda pouco conhecida referente ao mesmo,

Estes trabalhos de investigação foram apresentados num colóquio que decorreu num lugar que simboliza em simultâneo a destruição e a reconstrução da cidade, as Ruínas da antiga Igreja do Carmo de Lisboa, nos dias 30 e 31 de Outubro de 2015, nas vésperas dos 260 anos dessa trágica efeméride, numa organização conjunta da Secção de História e da Comissão de Estudos Olisiponenses. Conseguiram-se reunir os textos de 12 das 16 comunicações apresentadas oralmente nesse colóquio, dando assim um importante contributo para o conhecimento de uma catástrofe natural sem precedentes, que iria desencadear um processo de transformações sociais económicas e políticas que deixaria uma marca muito profunda no futuro desenvolvimento da cidade e do país, e que teve grandes repercussões, do ponto de vista filosófico, em toda a Europa e mesmo no resto do mundo.

A Direcção lamenta, no entanto, o atraso na publicação, que penaliza quem apresentou os seus trabalhos atempadamente, mas procurou-se, como é habitual, obter o maior número de contribuições possível, em tempo útil, para não desvirtuar a coerência temática de quem programa e organiza cada um dos colóquios, correndo-se sempre o risco de alguma desactualização.

Na segunda parte deste volume publicam-se ainda alguns artigos oportunamente apresentados às secções e comissões especializadas desta Associação, que não se enquadram numa área temática específica, mas que não deixam por isso de ser contribuições interessantes para o progresso dos nossos conhecimentos no domínio das ciências histórico-arqueológicas, desde a Pré-História à contemporaneidade.

A encerrar este volume publicam-se, como vem sendo habitual, os relatórios de actividades da Direcção, das Secções e Comissões, e da Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo, no decurso do ano de 2016.

Note-se que, ao contrário do que tem sido habitual, este volume, apesar das suas quase 300 páginas, só se refere a um ano de actividade. Esperemos, assim, que seja do interesse de todos os nossos associados, e documente de forma clara a crescente actividade desenvolvida pela nossa Associação e a sua vitalidade.



COLÓQUIO  
“TERRAMOTO DE LISBOA.  
ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA”



# COLÓQUIO “TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA”

---

Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida

Nos dias 30 e 31 de Outubro de 2015 teve lugar no Museu Arqueológico do Carmo, o colóquio subordinado ao tema “**Terramoto de Lisboa. Arqueologia e História**”, de que se apresentam agora as respectivas actas. A iniciativa partiu da Comissão de Estudos Olisiponenses, em colaboração com a Secção de História, ambas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Contou aquele evento ainda com o apoio do Instituto de Arqueologia e Paleociências e do Instituto de História Contemporânea, dois centros de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, assim como da empresa Lisboa Autêntica.

Além de assinalar os 260 anos do Terramoto de 1755, foi objectivo do encontro dar a conhecer contextos arqueológicos e informações históricas ou documentais relativas a tal cataclismo que, embora conhecido como o Terramoto de Lisboa, não afectou exclusivamente esta cidade.

Na sessão de abertura, presidida pelo Dr. José Morais Arnaud, presidente da Direcção da AAP, intervieram a Dr.ª Teresa Marques e o Prof. Doutor Mário Varela Gomes, respectivamente em representação da Sessão de História e da Comissão de Estudos Olisiponenses. O último fez pequena resenha histórica sobre aquele acontecimento e as suas consequências na evolução da cidade e do país, destacando igualmente os “abalos” sociais e económicos, mas também ao nível das mentalidades e a forma como o Pensamento da Época interpretou a catástrofe.

As comunicações organizaram-se em dois grandes temas: “*Visões, Relatos e Consequências*” e “*Sítios e Evidências*”. Se em ambos casos se abordou o tema do ponto de vista histórico, realçando os acontecimentos daqueles dias de meados do século XVIII, no segundo foram analisados diversos locais, em Lisboa, mas também noutros sítios que, de algum modo, foram afectados pelo sismo.

Além de terem sido apresentados estudos sobre documentação contemporânea que relata os factos ocorridos na cidade de Lisboa, também se abordou a forma como as autoridades de então reagiram do ponto de vista da assistência e do apoio às populações.

A reconstrução da cidade foi igualmente tratada, nomeadamente no que respeitou à ocupação de espaços até aí periurbanos, mas também dos locais onde durante essa reconstrução foram descobertos alguns edifícios históricos do passado da cidade (em particular o Teatro Romano e as Termas ditas dos Cássios).

Os trabalhos da primeira sessão terminaram com a apresentação de conjunto de painéis de azulejos, onde se destaca exemplar que mostra vista do Terreiro do Paço, em momento anterior ao Terramoto.

No segundo dia do colóquio teve lugar a sessão dedicada ao tema “*Sítios e Evidências*”. Os trabalhos fixaram-se principalmente em torno da cidade de Lisboa, tendo sido abordada a área da Baixa e a sua evolução antes e após o sismo, mas também arqueossítios e edifícios da capital onde se identificaram evidências da catástrofe ou de que há registos histórico-documentais de que foram igualmente afectados. Destacam-se, entre outros, o Celeiro da Mitra, o Castelo de São Jorge, o Aqueduto das Águas Livres, a Igreja do Carmo e o Palácio dos Duques de Cadaval.

Foi também dado a conhecer edifício de construção anterior ao sismo, que lhe sobreviveu graças ao facto de na sua construção, ocorrida na década anterior, terem sido aplicadas técnicas construtivas que depois foram implementadas na reedificação da cidade, em particular, a designada “gaiola pombalina”.

Embora já publicado em diversos locais, uma vez mais, pela sua importância, foram divulgados publicamente os achados ocorridos no sítio do novo edifício do Museu Nacional dos Coches, onde se identificaram vestígios do *tsunami* que atingiu a zona, então nos arredores de Lisboa.

Visto que os danos provocados pela catástrofe não se limitaram a Lisboa, foram igualmente apresentados dados sobre as consequências daquela na vila piscatória de Peniche e na cidade galega de Lugo. Tanto num caso como no outro, os dados apresentados são extremamente relevantes, visto que os estragos provocados pelo sismo em ambos locais eram praticamente desconhecidos, tanto dos investigadores, como do público.

A grande novidade deste encontro de dois dias passou não apenas pela apresentação de nova informação e interpretações sobre as consequências do Terramoto, mas sobretudo pela consciencialização e consolidação do conceito de *Arqueologia do Terramoto*, transversal a todas as comunicações. Mais do que uma arqueologia sísmica, trata-se de concepção teórica que engloba os vestígios materiais e documentais referentes ao Terramoto de 1755 e a forma como marcaram o quotidiano dos portugueses desde então.

Embora não fosse apresentada comunicação específica sobre os testemunhos arqueológicos do Terramoto de 1755 na cidade de Silves, julgou-se relevante publicar texto sobre aquele tema, juntando-se assim mais um contributo para a História de tal cataclismo.

Os trabalhos foram encerrados com a exibição do documentário “A Ira de Deus”, episódio da série *Catástrofes Extraordinárias*, produzida pelo Smithsonian Channel, em parte gravado no espaço do actual Museu Arqueológico do Carmo.

No dia 7 de Novembro teve lugar a visita “*Lisboa do Terramoto*”, passeio pedestre realizado com o apoio da Lisboa Autêntica, tendo aquele sido dirigido pelo secretário da Comissão de Estudos Orlisiponenses, e no qual participaram três dezenas de pessoas. Inicialmente previsto para dia 1 de Novembro, o passeio teve que ser adiado, devido às condições meteorológicas adversas que se verificaram naquela data.



## **Associação dos Arqueólogos Portugueses**

*Comissão de Estudos Olisiponenses e Secção de História*

Colóquio

### **“Terramoto de Lisboa. Arqueologia e História”**

30 e 31 de Outubro de 2015 / 1 de Novembro de 2015

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

## **PROGRAMA**

### **30 Outubro 2015**

#### **15h00**

*Abertura*

#### ***Visões, Relatos e Consequências***

#### **15h30**

***A Tripla Catástrofe contada ao Papa. Contributo da correspondência entre Portugal e a Santa Sé para o conhecimento dos factos ocorridos em Lisboa***

Carlos Boavida

IAP – FCSH/NOVA; AAP

#### **15h55**

***O Terremoto de 1755 a partir do Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia***

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães,

Alícia Duhá Lose

Universidade Federal da Bahia

#### **16h20**

***Após a catástrofe: a gestão da emergência e socorro no terramoto de 1755***

Amélia Ferreira

Universidade Católica Portuguesa; Unidade Local de Saúde de Matosinhos

Alexandra Esteves

Universidade Católica Portuguesa; Lab2PT-ICS-

-Universidade do Minho

#### **16h45**

*Intervalo*

#### **17h05**

***A Graça em 1755. O Terramoto como factor de aceleração de urbanização do Cardal da Graça e do Vale de Cavalinhos***

João Castela Cravo

Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design – Universidades Lusíada

#### **17h30**

***O outro lado do Terramoto: para uma revisão do ócio e espectáculos na Lisboa romana***

Sara Henriques dos Reis

Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

#### **17h55**

***Um painel azulejar do Terreiro do Paço antes do Terramoto e outras visões de Lisboa no palácio do Correio-mor, em Loures***

Augusto Moutinho Borges

CLEPUL, Cátedra Infante Dom Henrique Estudos Insulares e Globalização

#### **18h20**

Debate

## **31 Outubro 2015**

### **Sítios e Evidências**

#### **10h00**

##### ***A Baixa de Lisboa antes e depois do Terramoto***

Jacinta Bugalhão

Direcção-Geral do Património Cultural

#### **10h25**

##### ***Sinais de um quotidiano que o terramoto de 1755 interrompeu***

Lídia Fernandes

Museu de Lisboa / Teatro Romano – C.M.L.

#### **10h55**

##### ***O terramoto de 1755 no Castelo de S. Jorge***

Alexandra Gaspar, Ana Gomes

Direcção-Geral do Património Cultural

#### **11h20**

*Intervalo*

#### **11h50**

##### ***Palácio Lavradio – Edifício pré-Terramoto***

Cor. José Paulo Berger

Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

#### **12h15**

##### ***O Aqueduto das Águas Livres e os danos causados pelo Terramoto de 1755***

Bárbara Silva Bruno

Empresa Portuguesa das Águas Livres – Museu da Água

#### **12h40**

*Debate*

#### **13h00**

*Almoço*

#### **14h30**

##### ***Igreja e Convento do Carmo: 600 anos de dinâmicas sísmicas***

António Marques

Centro de Arqueologia de Lisboa – C.M.L

Raquel Santos

Neoépica, Arqueologia e Património

#### **14h55**

##### ***Largo Duque do Cadaval. Evidências uma catástrofe.***

Mariana Almeida, Tânia Casimiro

IAP – FCSH/NOVA, IHC – FCSH/NOVA

#### **15h20**

##### ***O Terramoto de 1755 em Belém***

Ana Ramos-Pereira

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

#### **15h45**

##### ***O Terramoto de 1755 – O caso de Peniche***

Adriano Constantino, Luís Rendeiro,

Inês Lourenço, Daniela Andrade

Associação Patrimonium – Centro de Estudos do Património da Região de Peniche

#### **16h10**

##### ***La huella del Terremoto de Lisboa en la ciudad de Lugo. La crónica de los daños producidos y de las reformas emprendidas***

Ana E. Goy Diz

Universidad de Santiago de Compostela / Directora del Centro de Estudios de la Ciudad

#### **16h35**

*Debate*

#### **17h00**

*Intervalo*

#### **17h30**

*Comunicações a anunciar*

#### **18h30**

*Encerramento*

## **1 Novembro 2015**

**10h00**

*Lisboa do Terramoto – Passeio Pedestre*  
Lisboa Autêntica

### **Organização**

Associação dos Arqueólogos Portugueses

### **Apoio**

Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH/NOVA  
Instituto de História Contemporânea – FCSH/NOVA  
Lisboa Autêntica

### **INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES**

olisiponenses.aap@gmail.com  
(inscrições limitadas à capacidade da sala)

**Para efectuar a inscrição é necessário enviar nome, contacto telefónico, NIF (para emissão de recibo) e comprovativo do pagamento.**

### **TAXAS DE INSCRIÇÃO**

(inclui certificado de presença)

<b>Sócios AAP</b>	<b>€ 0.00</b>
<b>Estudantes</b>	<b>€ 0.00</b>
<b>Não sócios / Público</b>	<b>€ 10.00</b>

### **Dados para Transferência Bancária**

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
BPI Balcão Chiado  
NIB 0010 0000 0288 7800 0019 7

*Enviar comprovativo da transferência bancária juntamente com a ficha de inscrição.*

*Os sócios que necessitem proceder à regularização das quotas deverão fazê-lo antecipadamente junto da secretaria da AAP e posteriormente enviara ficha de inscrição.*

*Os estudantes deverão enviar/apresentar o comprovativo.*

## **LISBOA DO TERRAMOTO – PASSEIO PEDESTRE** **1 Novembro 2015 – 10h**

Às primeiras horas da manhã, a terra tremeu. Sentido em toda a Península Ibérica e no Norte de África, o sismo de 1 de Novembro de 1755 destruiu grande parte da capital do reino de Portugal. Entre palácios, igrejas e mosteiros, poucos foram os edifícios que não ficaram danificados pelos sucessivos abalos e pelas centenas de incêndios que lhes sucederam.

A reconstrução obrigou a uma total alteração urbanística do antigo burgo, com a criação de arruamentos, praças e aterros que apagaram parcialmente a memória da cidade, deixando apenas alguns vestígios...

Mas que vestígios são esses? Como era a Lisboa em Outubro de 1755? Que palácios, igrejas e outros edifícios grandiosos existiam? Como eram? Onde estavam? De quem eram?

Nos últimos anos, os arqueólogos tem encontrado algumas das respostas...

**Organização:** Lisboa Autêntica

**Ponto de Encontro:** Praça Luís de Camões (Chiado / Bairro Alto)

**Acessos:** Metro: Estação Baixa-Chiado / Carris: 202, 758 / Eléctrico: 28E

**Duração:** 3h00

**Preço:** € 10.00 (€ 8.00 para os participantes no colóquio)

**Inscrições e pagamento:** durante o colóquio (inscrições limitadas)



Colóquio "Terramoto de Lisboa – Arqueologia e História". A – Sessão de Abertura (José Morais Arnaud, Teresa Marques e Mário Varela Gomes); B – Amélia Ferreira; C – Rafael Marques Ferreira Magalhães; D – Sara Henriques dos Reis; E – Jacinta Bugalhão; F – Lúcia Fernandes; G – Alexandra Gaspar e Ana Gomes; H – João Castela Cravo; I – Tânia Casimiro e Marina Almeida; J – Cor. João Paulo Berger; L – Bárbara Silva Bruno; M – Adriano Constantino, Inês Lourenço e Daniela Andrade; N – António Marques e Raquel Santos; O – Ana Ramos-Pereira; P – Ana E. Goy Diz; Q – Documentário "Catástrofes Extraordinárias – A Ira de Deus" (fotos Carlos Boavida).

# A TRIPLA CATÁSTROFE CONTADA AO PAPA. CONTRIBUTO DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE PORTUGAL E A SANTA SÉ PARA O CONHECIMENTO DOS FACTOS OCORRIDOS EM LISBOA

---

Carlos Boavida

Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH/UNL / Associação dos Arqueólogos Portugueses / cmpboavida@gmail.com

## Resumo

Vários são os relatos dos acontecimentos ocorridos em Lisboa no dia 1 de Novembro de 1755. Na sua maioria referem-se apenas àquele dia e aos subsequentes, destacando os momentos mais marcantes da catástrofe. No entanto, existe um relato, pouco divulgado, que devido ao seu detalhe e amplitude temporal é extremamente relevante.

Trata-se de um conjunto de cerca de cinco dezenas de cartas escritas pelo núncio apostólico em Lisboa, Filippo Acciaiuoli, com destino à Santa Sé. Através daquelas, o prelado fez chegar ao Papa pormenorizados relatórios da situação que se viveu em Lisboa ao longo de oito meses.

**Palavras-chave:** Lisboa, Terramoto de 1755, Correspondência, Filippo Acciaiuoli.

## Abstract

There are several reports about the events occurred on November 1, 1755, in Lisbon. Most of them mention what happened in that particular day and the ones which follow, with special emphasis in the remarkable events of that day. However, there's one less known report which is extremely relevant due to its details and its time length.

It is an ensemble of almost five dozen letters written by the apostolic nuncio at Lisbon, Filippo Acciaiuoli, addressed to the Holy See. Through them the nuncio reports to the Pope everything that happened in Lisbon during about eight months.

**Keywords:** Lisboa, 1755 Earthquake, Letters, Filippo Acciaiuoli.

## 1. INTRODUÇÃO

Existem diversos relatos sobre o Terramoto de 1755. Uma grande parte deles são de estrangeiros que, por diversos motivos, se encontravam em Lisboa, tendo sido rapidamente difundidos através da imprensa estrangeira da época (Araújo, 2005: 58-99; Braga, 2007).

Em 1996, em artigo publicado na *Revista de História das Ideias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Monsenhor Arnaldo Pinto Cardoso deu a conhecer, na sua versão original, um interessante relato constituído por um conjunto de cartas inéditas relativo à correspondência do núncio Filippo Acciaiuoli, representante da Santa Sé, em Lisboa, entre 1754 e 1761. Em 2005, o mesmo autor publicou a tradução para português dessas cartas, que integram a colecção dos Arquivos Secretos do Vaticano.

Após a catástrofe e ao longo dos oito meses seguintes, com periodicidade semanal, o Núncio informou o Cardeal Secretário de Estado e o Papa dos acontecimentos ocorridos na capital portuguesa. Entre outros assuntos, são referidas as sucessivas réplicas e os danos provocados nos principais edifícios, assim como a duração dos incêndios, a necessidade de construção de barracas em vários locais da cidade e os roubos e pilhagens que por toda a parte foram sucedendo.

São igualmente mencionados os constrangimentos provocados pelo sismo à vida religiosa, o estado de saúde da Família Real e de outras personalidades, o apoio prestado por vários países no auxílio às vítimas e também à reconstrução.

O texto que se segue, baseado em grande parte em transcrições das cartas originais, tem como objectivo destacar alguns dos aspectos referidos pelo núncio. Por uma questão de organização das matérias, a análise desta correspondência é feita por assuntos tratados e não documento a documento.

Embora a sua família fosse originária da região de Florença, Filippo Acciaiuoli nasceu em Roma a 12 de Março de 1700, sendo o terceiro filho de Otta-

viano Acciaiuoli, marquês de Novi, e da sua mulher, Mariana Torriglioni, natural de Ancona. Teve como padrinhos de baptismo Michelangelo Conti, arcebispo de Tarso (futuro Papa Inocêncio XIII) e a duquesa Emilia Caraffa di Madaloni. Era sobrinho-neto do cardeal Niccoló Acciaiuoli (1630-1719) que exerceu importantes cargos junto da Santa Sé (Miranda, 2012/2015).

Em Agosto de 1722, concluiu a sua formação em direito canónico e civil na Universidade de La Sapienza, em Roma, tendo no ano seguinte integrado a prelatura romana, onde exerceu diversos cargos. Em 1743, após ter sido feito subdiácono e ordenado no sacerdócio, foi eleito arcebispo de Petra. Entre 1744 e 1754 foi núncio apostólico na Suíça, tendo chegado a Portugal em Janeiro de 1755 para exercer idêntica função (Miranda, 2012/2015).

O núncio encontrava-se na sua casa, em Lisboa, quando ocorreu o Terramoto de 1755, descrevendo o momento em carta dirigida ao Cardeal Secretário de Estado, escrita no dia 4 de Novembro.

*“(...) della camera nella quale mi trovato veddi cadere il muro della parte del giardino, onde alzatomi dall’inginocchiato ove erro a prepararmi per dir la Messa mi posi sotto una porta, ma visto la caduta del muro aprii la porta e entrai in un passetto e aperta altra porta volli andare per una scaletta in giardino e cascato dal primo scalino acciecatto dalla gran polvere e percorso dai calcinacci che cadevano aprii miracolosamente altre due porte e mezzo vestito e mezzo spogliato mi trovai in giardino ove veddi cadere altra parte della casa. (...)”* (cit. Cardoso, 1996: 449 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

## 2. DO TERRAMOTO E DA DESTRUIÇÃO “DA CIDADE QUE FOI LISBOA”

Naquela primeira carta são descritos os vários abalos sentidos e as suas consequências imediatas, assim como os diversos incêndios que rapidamente surgiram um pouco por toda a cidade, nalguns casos danificando edifícios que tinham ficado apenas

parcialmente afectados pelo sismo, como é o caso do Palácio Real, a Igreja Patriarcal ou a Alfândega.

*“(...) Sabato mattina alle ore nove e tre quarti si senti una scossa di terremoto così forte che in sette o otto minuti precipitò la maggior parte della città (...) in questa occasione accesosi il fuoco in più luoghi talmente serpeggiò che molte case che o non erano cadute affatto o erano intatte restarono incendiate e l’incendio fù tale che ancora dura e ora appunto che io scrivo sento che il fuoco sai in punto di attaccare la mia abitazione (...).*

*La rovina è tale che Lisbona non più essere in cent’anni quella che era (...) e perchè sono cadute in numero grandissimo le chiese e le non cadute tengono in timore che abbino patito a risco di cadere. Il Palazzo Reale, la Chiesa Patriarcale, la Dogana son in gran parte cadute e poi finite dall’incendio. (...).*” (cit. Cardoso, 1996: 448-449 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

Sobre os estragos provocados pelos incêndios, nomeadamente nos celeiros e armazéns, são transmitidas novas informações nas cartas seguintes, dirigidas uma vez mais ao Cardeal Secretário de Estado, datadas de 11 e 18 de Novembro e 9 de Dezembro:

*“(...) il fuoco però è durato fino a venerdì e non ha recato inferior danno che il terremoto medesimo (...).*” (cit. Cardoso, 1996: 450 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179-182v. – 11 Nov. 1755).

*“(...) Il fuoco che non ha recato minor danno si estinse dopo otto giorni o per dir meglio si tagliò tre case appunto distante dalla rovina della già mia abitazione, giacchè estinto affatto non puo ancora dirsi, continuando ne luoghi della case bruciate, legni e altro restato e passato ancora nelle cantine ove finisce di consumare paglie, fieni et altre materie suscettibili. (...).*” (cit. Cardoso, 1996: 455 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 185-190 – 18 Nov. 1755).

*“(...) Il fuoco nei fondi delle case bruciate e particolarmente della Dogana e Magazzini de mercanti ancora continua nè si è tentato alcun remedio (...).*” (cit. Cardoso, 1996: 464 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 11v.-17v. – 9 Dez. 1755).

As gigantescas ondas provocadas pelo sismo são também mencionadas numa das primeiras cartas, referindo-se que aquelas arrastaram consigo diverso mobiliário e outros travejamentos, assim como pequenas embarcações.

*“Il fiume Tago venne fuori sette volte per lungo trato e portò sulla strada alcune tábola e travi che erano sulla riva e sino una barca che medesimo ho vista restata sulla strada.”* (cit. Cardoso, 1996: 449 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.-182v. – 11 Nov. 1755).

Em quase toda a correspondência são referidas as sucessivas réplicas que se sentiram, nomeadamente as mais intensas, ocorridas em Dezembro, Janeiro, Março, Abril e Maio, assim como a queda de estruturas arruinadas, tais como a torre da Patriarcal ou o Teatro Novo (Casa da Ópera).

*“(...) che fino a Domenica un ora in circa dopo mezzo giorno si è continuato a sentire nuove scosse, però leggere (...).*” (cit. Cardoso, 1996: 450 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179-182v. – 11 Nov. 1755).

*“Si continuano a sentire sempre della sacosse di terra e non vi è giorno che non casche dalle fabbriche qualche muro o cantone o altri pezzi di edifici. (...).*” (cit. Cardoso, 1996: 459 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 5v.-8v. – 25 Nov. 1755).

*“Le scosse della terra continuano com frequenza e giovedì mattina poco avanti giorno ne fu una bem risentia che svegliò chi dormiva perche fu forse la più forte e lunga dopo la prima di quante ne siano state; per questa cade il campanile della chiesa Patriarcale che era rimasto smosso ma non era caduto per le scosse nè per il fuoco...”* (cit. Cardoso, 1996: 465 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 17v.-19v. – 16 Dez. 1755).

*“Le scosse della terra continuano frequenti, ma Domenica mattina se ne sentì una che fu terribile e pose universal nuovo spavento; sono per questa cadute diverse case e i muri del nouvo gran Teatro che erano rimasti dirittí (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 467 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 19v.-21v. – 23 Dez. 1755).

*“Le scosse dela terra non si sono fatte sentire da quattro o cinque giorni, essendone state due più sensibili il giorno primo del corrente (...) fatto molto danno in alcune parti del Regno non lonane da questa distrutta capitale.”* (cit. Cardoso, 1996: 470 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 32v.-33 – 6 Jan. 1756).

*“Continua a sentirsi le scosse della terra e giovedì sera, 12 del corrente, ne fu una che si rese a ciascuno sensibile e io che di tante sentitesi dal giorno di S. Tommaso 21 Dicembre nonne aveva sentita alcuna, non posso più dir così (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 479 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 60 – 16 Mar. 1756).

*“Le scosse della terra continuano e ieri mattina se ne senti una bem forte che gettò a terra diversi muri delle case rovinate in città com molto spavento e morte di alcuno (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 482 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 80v. – 27 Abr. 1756).

*“Nella scorsa settimana si sono sentite più frequenti le scosse della terra, e martedì se ne sentirono quattro dal levar del Sole a mezzo giorno (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 482 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 82r. – 4 Mai. 1756).

Alguns temporais, como o ocorrido no dia 10 de Fevereiro foram também responsáveis pela queda de diversas estruturas arruinadas, como foi então o caso da Igreja Paroquial de São Paulo, acidente onde pereceram quatro pessoas. O mesmo sucedeu com muros de terrenos em vários locais da cidade, como parte do que limitava a cerca do mosteiro de São Bento, mas nestes casos sem vítimas a lamentar.

*“Martedì per un tempo di dirotta pioggia durata più di 24 ore continue, cade um pezzo della muraglia*

*della rovinata e poi bruciata chiesa parrocchiale di S. Paolo che copli sotto quattro persone che vi restarono miseramente morti. Cadde ancora un gran pezzo della muraglia della clausura di S. Benedetto e altre ancora in altri luoghi della città, ma senza mortalità di persone (...).”* (cit. Cardoso: 1996: 476 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 50-51v. – 17 Fev. 1756).

Do mesmo modo foram transmitidas informações relacionadas com o impacto do sismo no resto do país, nomeadamente no Algarve e Alentejo, mas também na região de Madrid, residência da corte espanhola.

*“Si è sentito in seguito tutto il Regno dell’Algarve in quasi uguali precipizi, lo stesso la terra e luoghi qua vicini e tutto l’Alenteggio e com una staffetta di Madrid si è saputo che colà ancora la scossa è stata forte ma di minor danno, mentre la Corte che era all’Escorial tornò il giorno stesso a Madrid e la notte dorme nelle tende, ma il secondo giorno si remesse alla solita abitazione.”* (cit. Cardoso, 1996: 452 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.- 182v. – 11 Nov. 1755).

Notícias sobre abalos sentidos noutros locais em datas próximas ao grande Terramoto (muito provavelmente réplicas) foram do mesmo modo referidas, nomeadamente em Marrocos a 18 de Novembro e em Coimbra, no dia 1 de Dezembro de 1755.

*“(...) Non mi diffondo nella rovina di Marocco com una relazione di quelle parti, che sono grandissime (...) colà non fu il 1º ma il 18º di Novembre...”* (cit. Cardoso, 1996: 467 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 19v.-21v. – 23 Dez. 1755).

*“Nel primo del corrente si sentì a Coimbra una forte scossa di terremoto che recò gran danno aquele fabbriche e specialmente alle chiese...”* (cit. Cardoso, 1996: 465 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 17v.-19v. – 16 Dez. 1755).

Logo nos primeiros dias são indicadas estimativas em relação ao número de mortos, cerca de um ter-

ço da população lisboeta, mas o nuncio questiona-se se estas correspondem ou não à verdade face à grande confusão e ao facto de existirem diversas notícias cuja veracidade acaba por não se verificar.

*“E si voule che i morti siano un terzo degl’abitanti di Lisbona, ma per ora tutto è confusione e aviamo molte notizie che non si verificano (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 449-450 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

*“Il numero de morti è ancora incerto perchè molti sono ancora sepolti sotto le rovine (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 452 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.-182v. – 11 Nov. 1755).

Embora permaneça a confusão na cidade, em finais de Janeiro de 1756, no que diz respeito aos bens necessários à alimentação, verifica-se uma expressiva abundância quando comparado aos primeiros meses após o cataclismo.

*“Nel rimanente continua universale la confusione e vanno molto lentamente i provvedimenti per il reparo; quanto a viveri sono stati questi tali che non è mai mancato l’essenziale per il mantenimento alle persone anzi si ha avuto fin da principio e se ha presentemente il tutto in abbondanza.”* (cit. Cardoso: 1996: 472 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 39v.-40v. – 20 Jan. 1756).

A ocorrência de temporais também criou diversos momentos de confusão e aflicção entre a da população, nomeadamente os que provocavam grande agitação marítima, devido à dimensão das ondas, como os relatados numa carta de 23 de Março.

*“Doppo quasi due mesi di tempo sereno e sommanente caldo si messe il tempo fino dal dia 14 a dirotta pioggia che ancor continua... (...) Nella notte de 16 venendo il 17 fu un tal temporale de vento, tuoni, grandine e piogge com tempesta nel mare, che tenne tutti in gran timore (...).”* (cit. Cardoso: 1996: 479 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 61-62v. – 23 Mar. 1756).

Um dos temporais foi também responsável por muitos danos e infiltrações nas barracas, que em alguns casos, acabaram mesmo destruídas pelo vento, em finais de Maio. Os estragos provocados por este temporal estenderam-se aos campos em redor da cidade, onde foram afectadas muitas árvores de fruto, mas não houve estragos nas searas.

*“(...) Domenica notte venendo il lunedì fu tale la pioggia e la tempesta che entrò l’acqua in quasi tutte le barache, specialmente della povera gente (...) molta inquietude e alcune delle tende de cortigiani stappate dalla forza del vento (...).”* (cit. Cardoso: 1996: 484 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 90 – 22 Mai. 1756).

*“Per quanto si sente le avvisate tempeste, venti e piogge non anno fatto alla campagna specialmente e ai grani il danno che si temeva resterà però il pregiudizio nei fruti degl’alberi che son cadutti in gran quantità.”* (cit. Cardoso: 1996: 484 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 92v. – 1 Jun. 1756).

### **3. HISTÓRIAS DE SOBREVIVENTES – O NÚNCIO, O CARDEAL E A FAMÍLIA REAL**

Foram bastante adversas as condições de vida da população da cidade nos dias que se sucederam à catástrofe, facto ao qual também não foram imunes as figuras mais relevantes da sociedade. Atente-se ao caso do próprio nuncio, que perdera a sua casa (derruída pelo abalo e consumida pelas chamas), assim como parte dos seus bens e criados. Aquele acabou por se instalar numa tenda erguida na cerca do Mosteiro de São Bento.

*“(...) Domenica a mezzo giorno e a piedi tra le rovine e i corpi morti me neveni al Convento dei Monaci di S. Benedetto che dietro al Monasterio ha una gran campagna nella quale ho posta una tenda e mi trovo com innumerabile quantità di gente d’ogni condizione.”* (cit. Cardoso, 1996: 448 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

*“La mia casa è stata una delle più maltrattate perchè il di sopra cadde súbito (...). Mi sono mancati il Segretario restato sotto le rovine della mia casa, un Cameriere del Sig. Uditore e alcune delle mie mule nella stata. Restai per tutto quel giorno e notte nel giardino senza neppure poter alzare una baraccha per esser tutto sotto le rovine e venuto qui sono ancora com la veste da camera e com berretto e pianelle (...). In tal abito sono ancora, benchè dentro ieri mi abbino i familiari com gran loro risico prese dalle rovine di molte cose, ma il più è rimasto e ora appunto argomento che sai in preda della fiamma.”* (cit. Cardoso, 1996: 449 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

O mesmo sucedeu com o Cardeal Patriarca, àquela data muito debilitado pela disenteria que o afectava então há alguns dias, o que o impossibilitou de fugir durante o sismo, sobrevivendo quase que por milagre, visto que na sala onde se encontrava todo o tecto desabou, não o tendo atingido, permanecendo este sentado numa cadeira quando foi encontrado. Pouco depois de ter sido retirado do seu palácio a maior parte do edifício colapsou.

*“Il Sig. Card. Patriarca stava nella sua camera in una sedia dalla quale per le sue avisate flussioni non può muoversi, cadde il soffitto della medesima camera et egli resto intatto tra le rovine. Due servitori lo trasportarono fuori della camera e della casa e súbito uscito cadde tutto il Palazzo.”* (cit. Cardoso, 1996: 449 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

Ao longo de grande parte da correspondência analisada, verifica-se uma constante preocupação por parte do núncio em informar a Santa Sé do estado de saúde da Família Real e das condições em que esta se encontrava, sendo a mais relevante delas a referência à sua instalação em tendas montadas para o efeito em Belém.

*“A Belém patì molto il Palazzo, ma le Maestà Illustrissime e tutta la Real Famiglia si salvò in campagna e*

*vivono in una e più tende, e il Re dorme in una carrozza (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 449 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

*“Onde giovedì mattina mi porati a Belem ove trovai in un giardino la tenda real e altra tenda della Corte (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 451 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.-182v. – 11 Nov. 1755).

*“Continua la Corte com buona saluta attendata nel solito boscchetto sotto i palazzi di Belem (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 449 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 5v.-8v. – 25 Nov. 1755).

*“Continua la Corte sooto le solite tende nel giardino de Belem intanto che si erige un abitazione di tavole nello stesso giardino, tenendosi per sicuro che vi passerà tutto l’inverno (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 460 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 9v.-11 – 2 Dez. 1755).

Refere o núncio que chegou a ser equacionada a saída da família real de Lisboa, com destino ao Alentejo, mas tal não se chegou a verificar.

*“Non si sà cosa farà la Corte, ma si dice che il Rè sia per andare nell’Alenteggio di costa dal fiume com tutta la Famiglia”* (cit. Cardoso, 1996: 450 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

As primeiras menções àquela que ficou conhecida como a Real Barraca, assim como à sua capela, surgem a 16 de Dezembro, onde são igualmente transmitidas algumas informações sobre o clima frio e chuvoso que tinha marcado os últimos dias, o que tornava muito desconfortável a permanência nas tendas.

*“Si travaglia intanto a una cappella e una baracca di tavole per servizio delle Maestà Ill.me che stanno ancora sotto le tende che riescono incomode per il freddo e più per l’umidità che il tempo si è messo a pioggia...”* (cit. Cardoso, 1996: 465 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 17v.-19v. – 16 Dez. 1755).

Novos dados sobre esta construção, mas também sobre o clima são transmitidas nas cartas seguintes. Numa delas é relatado o triste episódio dos “afogados do Rossio”, no qual diversos doentes do Hospital Real, que se encontravam instalados em tendas na praça fronteira àquele, morreram afogados devido à acumulação da água das chuvas do temporal da noite de 18 de Dezembro, que não tendo por onde escoar devido aos escombros e entulhos, inundou o local tirando a vida a todos aqueles que não conseguiram fugir pelos seus próprios meios.

*“Giovedì notte com pioggia si ebbe un vento orribile (...). Essendo per ordine regio stato posto lo spedale com una baracca di tavole in mezzo a una piazza della città avanti all’antico spedale bruciato, non pensato avanti a far pulir le chiariche oturate per le rovine e calcinacci delle case rovinate, occorse che caduta l’acqua com violenza da canali dei tetti non pututa correre per le chiariche accennate allagò la piazza e il suddetto spedale posticcio in forma che restarono annegati cinque o sei di quei poveri infermi, salvatti gl’altri fuggendo come potettero.”* (cit. Cardoso, 1996: 466-467 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 19v.-21v. – 23 Dez. 1755).

No final do mês a capela já se encontrava erguida, embora incompleta, e finalmente haviam começado as obras de construção da Real Barraca, num plano superior ao do Palácio de Belém.

*“Il Re (...) ha fatta costruire una capace chies adi legno vicino alla chiesa della SS.ma Vergine chiamata dell’Aiuto (...) non afatto terminata fu a fare le sue devozioni il giorno di Natale. Intanto ora si costruisce in un piano grande sopra il Palazzo di Belem una baracca di legno che sarà di 7 in 800 passi per servizio e abitazione di tutta la Corte (...).”* (cit. Cardoso: 1996: 469 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 22-28v. – 30 Dez. 1755).

No entanto a construção da enorme estrutura de madeira foi muito lenta, como quase todas as cartas a partir de então mencionam. A Família Real perma-

necia em tendas e não se equacionava reparar as fissuras e estragos existentes no palácio.

*“Continua a travagliarsi, ma com somma lenteza alla nuova baracca di legno, in tanto tutta la Real Famiglia resta sotto le solite tende nel giardino, e non si pensa per ora a risarcire quei patimenti e crepature di muraglie che sono nel Real Palazzo de Belem (...).”* (cit. Cardoso: 1996: 471 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 35-36 – 13 Jan. 1756).

*“Alla nouva baracca del Re e aquella che si costruisce per il servizio della Patriarcale si va molto lentamente...”* (cit. Cardoso: 1996: 472 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 39v.-40v. – 20 Jan. 1756).

*“Continuasi il lavoro della baracca reale ma com istraordinaria lentezza (...) stato sospeso per qualche tempo per alcuna difficulta insorte incirca alla costruzione (...).”* (cit. Cardoso: 1996: 476 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 50-51v. – 13 Fev. 1756).

#### 4. A ASSISTÊNCIA DOS BENEDITINOS

Tendo-se refugiado na cerca do Mosteiro de São Bento, Filippo Acciaiuoli presenciou por diversas vezes a incansável assistência que os monges daquela casa dispensaram a todos aqueles que dela necessitaram. Uma outra evidência desta situação é o facto de aquele ter sido o local escolhido para a instalação de um hospital real para o tratamento dos feridos (Alberto, 2016: 31), uma vez que o Hospital Geral do reino, localizado no Rossio, tinha sido muito afectado pelo sismo e pelos incêndios que lhe sucederam.

*“Qui in San Benedetto, d’ordine regio hanno posto uno spedale per i feriti che sono portati in gran numero ogni giorno e sono assegnati due chirurghi che lavorano incessantemente (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 452 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.-182v. – 11 Nov. 1755).

## 5. COMUNIDADES ESTRANGEIRAS EM LISBOA E O APOIO DAS SUAS NAÇÕES

Logo nos primeiros relatos é feita a referência ao falecimento do Embaixador de Espanha, o Conde Peralta, encontrado sob os escombros à entrada da sua residência ao Largo do Loreto. De acordo com o relatado, o corpo foi levado pela família para a Igreja de São Bento, tendo sido sepultado na capela de Nossa Senhora de Monserrate, em cerimónia presidida pelo próprio nuncio.

*“Restò tutto spianato ancora il Palazzo del Sig. Ambasciatore di Spagna del quale il figlio e alcuni domestici si salvò, ma il Sig. Ambasciatore (...) non si è trovato e si crede restato sepolto tra le rovine.”* (cit. Cardoso, 1996: 449 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 176v.-179 – 4 Nov. 1755).

*“(...) tra questi fu trovato sulla porta del di lui Palazzo quel del Sig. Conte di Prelada, Ambasciator di Spagna, che subito da suoi famigliari fu portato a questa chiesa di S. Benedetto nella quale è una cappella dedicata alla SSma. Vergine di Monserrato (...) avisato di ciò mi portai (...) alla chiesa e ordinato che lo trattenessero nell’atrio, feci disporre le cose in chiesa secondo il cerimoniale romano e vestitomi io degl’Abiti sacri feci la funzione dell’assoluzione e altro (...) lo feci sotterrare nella detta sepoltura (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 451 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.-182v. – 11 Nov. 1755).

A saúde e as condições em que se encontravam os restantes representantes diplomáticos de outros países do velho continente são do mesmo modo enumerados.

*“Tutto il mondo all’aperte campagne (...), il Sig. Ambasciator di Francia com tutta la sua famiglia e il piccolo figlio del Sig. Ambasciator di Spagna in una villa del Console di Francia; Il Ministro di Napoli resta nella sua casa nel desabitato e aperto della città, come il Sig. Inviato d’Inghilterra che ha ricevuto appresso di sè il Ministro d’Olanda com tutta sua*

*famiglia; le case di questi non anno patito et anno salvato tutta la sua roba; quella però del Sig. Ambasciato di Francia è restata intatta nella facciata, ma molto caduto dalla parte posteriore (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 452 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.-182v. – 11 Nov. 1755).

As notícias sobre os acontecimentos ocorridos em Lisboa chegaram à Corte e ao Parlamento Britânicos no início do mês de Dezembro, mas essa informação só foi conhecida em Lisboa através de carta remetida ao embaixador inglês, que chegou apenas no final daquele mês, como refere Acciaiuoli. A velha aliada disponibilizou-se a prestar toda a ajuda necessária até à soma de um milhão de libras esterlinas, oferta que o nuncio inicialmente desconhecia se foi ou não aceite pelo Rei português, tendo-se verificado a última situação.

*“Domenica mattina arrivò a questo Sig. Castres, Inviato d’Inghilterra (...) gli portò che solo il di primo del corrente arrivò (...) la notizia in confuso della destruzione di questa città che fue sentita com commozione in Corte e nel Parlamento (...) la prima nominò súbito un inviato (...) per venire a condolarsi col Re e offerirgli ogni aiuto (...) fino alla soma d’un milione di lire sterline (...). (...) nè mi è noto se la Maestà S. accettasse l’offerta.”* (cit. Cardoso, 1996: 467 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 19v.-21v. – 23 Dez. 1755).

Recusa idêntica fez o Rei às ofertas de ajuda enviadas pela França através do seu embaixador. O auxílio disponibilizado pelo imperador austríaco ficou igualmente sem resposta.

*“(...) Ambasciator di Francia ha avuto l’ordine dal suo Re di fare a S. Maestà il complimento di condoglienza per la sofferta calamità e di oferta di tutto l’aiuto che possa abbisognarli (...) ma questa hà ringraziato senza aver accettato cosa alcuna...”* (cit. Cardoso: 1996: 469 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 22-28v. – 30 Dez. 1755).

*“(...) giunse un corriere di Viena che portò lettere di*

*complimenti e offerte al Re nelle disgrazie del terremoto delle M. M. dell'Imperatore e Imperatrice Regina che sento non ancora rispedito.*" (cit. Cardoso: 1996: 471 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 35-36 – 13 Jan. 1756).

Em meados de Janeiro começaram a chegar os primeiros navios com bens de primeira necessidade, vindos de Hamburgo, e nos meses seguintes chegaram os providos do reino da Suécia e da cidade de Livorno. Em finais de Fevereiro verificou-se um retomar da actividade portuária, com a entrada de navios ingleses e a saída de navios portugueses para a ilha da Madeira e para o estado do Maranhão.

*"(...) entrata nel giorno scorsi una squadra di quattro navi amburghesi che quella Repubblica invia carica di tavole, farina, biscotti, salumi, carni e altre provisione (...)." (cit. Cardoso: 1996: 471 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 35-36 – 13 Jan. 1756).*

*"Venerdi partirono le avisate navi svedesi, sono arrivate due navi provenienti di Livorno (...) cariche di tavole, mattoni e altri generi ora molto necessari in questa desolata città." (cit. Cardoso: 1996: 476 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 50-51v. – 17 Fev. 1756).*

*"Entrato in questo porto il resto del convoglio inglese e sono partite navi portoghesi per l'isole Madere e per il Marignone." (cit. Cardoso: 1996: 477 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 53v.-54 – 24 Fev. 1756).*

No que diz respeito às comunidades estrangeiras em Lisboa são poucas as alusões, mas a partir do final de Janeiro são diversas as que mencionam que os artistas italianos a trabalhar em Portugal começaram a abandonar o reino, pois num país destruído não havia lugar para qualquer tipo de espectáculos.

*"Il Re nel far darei l congedo al celebre musico Majorana (...) gli ha fatto regalare una tabacchiera d'oro de finissimo lavoro (...). Questo musico partirà nel fine della settimana scortato fino a confini da due soldati di S. Maestà che gli si ha accordati per sicu-*

*rezza della sua persona."* (cit. Cardoso: 1996: 473 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 41-42. – 27 Jan. 1756).

*"(...) essendo oramai partiti tutti i musici, sonatori, ballerini, intendenti, pittori, sartori e altri artisti che in numero considerabile e com grossissime annue paghe aveva la M.S. Fedelissima fatti venire dall'Italia e alre parti d'Europa (...)." (cit. Cardoso: 1996: 477 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 53v.-54 – 24 Fev. 1756).*

*"Sono partiti in questa settimana scorsa alcuni musici italiani di questa cappella Patriarcale, che non anno voluto più restare in questo paese (...)." (cit. Cardoso: 1996: 479 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 60 – 16 Mar. 1756).*

O arquitecto Giovanni Bibbiena, natural de Bolonha, responsável pela construção dos teatros de Lisboa, Belém e Salvaterra, foi convidado a permanecer como arquitecto da Casa Real, mas recebendo pelo seu trabalho muito menos do que aquilo que tinha auferido anteriormente.

*"L'architetto Bibbiena fatto venire da S. M. (...) com grosso annuo appuntamento per gl'edificii de Teatri (...) è stato ora rifermato per restrar qui com'architecto di S. M. com annuo appuntamento molto minore di quello che aveva prima (...)." (cit. Cardoso: 1996: 477 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 53v.-54 – 24 Fev. 1756).*

## 6. LADRÕES E JUSTIÇADOS

São igualmente das primeiras cartas as referências aos sucessivos assaltos que ocorreram um pouco por toda a cidade nos dias que se sucederam ao sismo, durante os quais também terão sido ateados incêndios. Alguns dos infractores confessaram esses crimes, assim como a subtracção de diversos dos objectos roubados que esconderam em diversas embarcações, como sucedeu com a prataria da Patriarcal. As medidas tomadas pelas autoridades para debelarem essa situação não se fizeram esperar, com a prisão dos infractores, que após julgamento

foram enforcados em vários locais da cidade, numa clara aplicação de rigorosas medidas para impedir que situações idênticas tornassem a repetir-se.

*"(...) e a questi si è aggiunta una gran quantità di ladri che anno apportato grandissimo pregiudizio volendosi ancora che da ladri stessi sai il fuoco acceso in due case; per questi si fanno ora tutte le diligenze per averli e dar loro il meritato castigo, diversi ne sono stati messi in carcere (...)." (cit. Cardoso, 1996: 451 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 179v.-182v. – 11 Nov. 1755).*

*"I ladri anno recato grandissimo danno e in questa settimana ne sono stati giustiziati nove o dieci, lasciate le teste sulle forche pintate in piu luoghi (...) e alcuni anno confessato di avere incendiato delle case e sotrate o nascote o portare nelle navi, vi si è trovata moltissima roba rubata e precisamente d'argenti di gran valore della chiesa Patriarcale in una nave inglese." (cit. Cardoso, 1996: 455– ASV, S.S. Portogallo 195, f. 185-190 – 18 Nov. 1755).*

Algumas semanas depois esta situação estava em grande parte controlada pelas autoridades, como é mencionado a 25 de Novembro. Além de diversos ladrões terem sido "justicados", outra parte deles, que tinha fugido para países vizinhos, acabou por ser ali detida e remetida para Portugal, onde voltaram para o cárcere.

*"(...) i ladri non sono cosi animosi come per il passato dopo le giustizie fatte e che si fanno di mano a mano, e quantità che erano fuggiti sono stati fermati nei paesi vicini e qua mandati." (cit. Cardoso, 1996: 460 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 5v.-8v. – 25 Nov. 1755).*

Na carta seguinte, datada de dia 2 de Dezembro, voltam a ser referidos os enforcamentos (mencionados também a 16 de Dezembro), mas também que alguns dos ladrões foram condenados a trabalhar na limpeza dos escombros que bloqueavam as estradas da cidade. É igualmente referido o destino dado ao produto dos roubos entretanto resgatado

pelas autoridades e como seria devolvido aos legítimos proprietários.

*"Si seguita a far giustizia per lo più di forza sopra i ladri che si lascino appesi in tutti campi (...) e gran numero ne è stato condannato a lavoro che sarà di pulir l'estrade della città e di far tutt'altro che purtroppo occorrerà in pubblico servizio e il valor della roba rubata trovata adosso ai ladri, nelle navi e sotto terra, confessata dai giustiziati si vuole che ascenda a un milione: tutta è depositata in luogo sicuro per restituirsì ai padroni rubati che potranno giustificarsi tali." (cit. Cardoso, 1996: 461 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 9v.-11 – 2 Dez. 1755).*

*"Molti sono i ladri che vengono ogn giorno carcerati e frequentemente fatti morire nel patibolo nel quale li lasciano pendenti per qualche giorno a terrore del popolo." (cit. Cardoso, 1996: 465 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 17v.-19v. – 16 Dez. 1755).*

## **7. O RETOMAR DA VIDA RELIGIOSA. ENTRE O TEMOR E O MEDO**

Apesar das muitas contingências à vida quotidiana da cidade, assim que possível foi organizada a primeira procissão de penitência, no dia 16 de Novembro, com membros de toda a sociedade, incluindo a Família Real, à qual se seguiu missa solene da Igreja das Necessidades.

*"Domenica mattina (...) si fece la Processione di penitenza portandosi dal Decano dei Principali il legno della S. Croce sotto al baldacchino di cui portarono le aste il Re e i tre Infanti e quattro de primi Gentiluomini della Camera: in processione erano i Clero regulari e secolare e il popolo in confuso; e la Regina, com tutte le Principesse figlie, seguitò (...) a piedi e giunti alla chiesa chiamata la Santissima Vergine delle Necessità (...) entrò il Re dopo la reliquia in chiesa (...) assistè alle preci che si cantarono e poi a una solenne Messa della Madonna cantata (...)." (cit. Cardoso, 1996: 456 – ASV, S.S. Portogallo 195, f. 185-190 – 18 Nov. 1755).*

A realização de procissões de penitência tornou-se uma constante como revelam às cartas de 9, 16 e 30 de Dezembro ou de 24 de Fevereiro.

*“(...) io dissi alla Maestà Sua che com questo corriere avrei inviato motivi di consolazione a Sua Beatitudine colla relazione che gl’avrei tramessa dell’ exemplarissima Processione di Penitenza che si era fatta il giorno avanti nella città (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 462 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 11v.-17v. – 9 Dez. 1755).

*“Si continua per la città a far Processioni di Penitenza e altre pubbliche devozioni e appunto venerdì ne fecero una di molta edificazione questi Monaci di S. Benedetto per questo campo nel quale ancora io resto (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 465 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 17v.-19v. – 16 Dez. 1755).

*“Si continuano per la città delle particolari processioni di penitenza molto devote.”* (cit. Cardoso: 1996: 469 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 22-28v. – 30 Dez. 1755).

*“Nei giorni festivi continuano a farsi diverse Processioni com diverse specie di penitENZE e in tutti i giorno sono per l’ estrade diverse missioni nella quali predicano Religiosi e Preti secolari (...).”* (cit. Cardoso: 1996: 477 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 53v.-54 – 24 Fev. 1756).

Foi necessário também solucionar os diversos condicionalismos à vida religiosa, visto que muitas igrejas e conventos se encontravam em ruínas, não possibilitando a realização do culto, nem assegurando a segurança das monjas. Tendo como objectivo solucionar estes problemas, Filippo Acciaiuoli apresentou algumas propostas a Sebastião José de Carvalho e Melo, que optou por lhes dar seguimento, visto que o Cardeal Patriarca nada fez para resolver o assunto, facto que bastante desagradou ao Rei, como referido na carta de 9 de Dezembro.

*“(...) mi portai dal Seg. di Carvalho col quale ebbi un lunghissimo congresso, poichè cominciai dal dolermi che ancora non si era presa alcuna provvisioe perchè i Patriarcali ricominciassero il servizio della chiesa in qualche luogo come mi aveva fatto sperare secondo ancora le mie proposizioni, perchè le Monache si vedevano ancor girare com pericolo e scandalo, perchè i Parochi abbandonate le rovinate parrocchie se ne stavano come ong’altro per i campi e perchè nessuna collegiata aveva ripreso il servizio che si sarebbe potuto fare in ogni luogo ancor nelle baracche; fattemi su ciò delle doglianze sull’inazione del Sig. Card. Patriarca (...) e m’aggiunse che appunto quella matina il Re gl’aveva detto com ira che avrebbe esso fatto da Patriarca giacchè S. E. non voleva concludere ciò che lui apparteneva (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 463 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 11v.-17v. – 9 Dez. 1755).

Também com o Cardeal Patriarca, sobre as mesmas preocupações, teve o núncio reunião naquele mesmo dia.

*“(...) insinuai a S. E. la necessità di provvedere ai Parochi che anno abbandonate le Parrocchie (...) le suggerii ciò che mi par necessario (...) S. E. mi promesse tutto, espezialmente una Pastorale che stà sotto torchio (...).”* (cit. Cardoso, 1996: 463 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 11v.-17v. – 9 Dez. 1755).

Apesar dos seus reforços, na última carta que integra o conjunto da sua correspondência, datada de 29 de Junho, o problema parecia em grande parte por solucionar.

*“Il mio operare nelle infelice presenti circostanze delle chiese e conventi e parrocchie di questa città e Regno... e veramente il bisogno è grandissimo per tutti i conti perche oltre l’economia mal menata avanti e precipitata poi dal terramoto vi è bisogno molto nella regolarità che particolarmente nei conventi era prima, molto più ora, affatto perduta.”* (cit. Cardoso: 1996: 485 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 108. – 29 Jun. 1756).

Cerca de um mês após o sismo tornaram-se frequentes os discursos inflamados de alguns sacerdotes pregando medo e terror junto da população, argumentando que o cataclismo resultara de um castigo de Deus contra um povo pecador. Tal facto não foi bem visto pelo núncio, que solicitou mesmo ao Cardeal Patriarca que tomasse medidas para impedir a propagação desta narrativa.

*"(...) non sono contento dell'imprudenza di molti frenetici sacerdoti, secolari e regolari che anno predicato voluntari com ispaventati et error (...) peraltri feci arrivare suggerimenti a S. Eminenza per proibire i voluntari indiscreti missionari, e qualche Regolare ho io medesimo correcto e impedito che più predichi perche diceva cose ancora contra la lettera dell'Evangelio e metteva spaventati alle persone idiote (...)"* (cit. Cardoso, 1996: 461 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 9v.-11v. – 2 Dez. 1755).

## 8. A LENTA RECONSTRUÇÃO

Face à grande destruição dos edifícios da cidade e ao facto da catástrofe se ter verificado no final de um Outono bastante frio e chuvoso, a erecção de tendas para abrigo foi quase imediata, surgindo aquelas um pouco por toda a área da urbe e seus arredores. Nos jardins de Belém foi erguida, para instalação da Família Real, uma tenda de campanha mandada vir do Alentejo, visto que as que se encontravam nos Armazéns Reais tinham sido destruídas pelo incêndio que lá se verificou. Outras tendas foram distribuídas pelo rei aos que tinham maior necessidade.

*"S. Maestà ha fatto venire in numero considerabile tende da acampamento di guerra che erano nella provincia dell'Alenteggio e in primo luogo ne la alzate una grande e conveniente per se e ne fatte distribuire altre a chi ne ha avuto bisogno, giacchè tutto ciò che era ne Magazzini Reali è perito com l'incendio (...)"* (cit. Cardoso, 1996: 458 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 5v.-8v. – 25 Nov. 1755).

Também foram montadas tendas para a família de Sebastião José de Carvalho e Melo, assim como para os serviços da Secretaria de Estado que aquele liderava.

*"Se ne fà bene una poco lontana a foggia di baracca di legno per il S. Seg. di Carvalho, sua famiglia e Segreteria (...)"* (cit. Cardoso, 1996: 458 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 5v.-8v. – 25 Nov. 1755).

No entanto, as comodidades das tendas não eram obviamente idênticas, como o próprio núncio se lamenta, pois permanecia numa pequena barraca na cerca de São Bento, juntamente com os familiares e criados, rodeado de todo o tipo de gentes que se refugiara naqueles campos.

*"Io resto ancora nel campo de PP. Di S. Benedetto, ma senza alcun comodo necessario avendo eretta una piccola baracca di legno ove tengo la famiglia meco in confuso (...), e ciò che è molto incomodo a me e a loro (...); a questo si aggiunge che più migliaia di persone d'ogni condizione si sono rifugiate in questo medesimo campo (...)"* (cit. Cardoso, 1996: 459 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 5v.-8v. – 25 Nov. 1755).

Só no início de 1756 é que o núncio conseguiu erguer uma barraca com melhores condições, após a sua mudança para o jardim D. José da Silva Pessanha, enviado português à corte de Nápoles, mas com grandes dificuldades devido aos altos preços praticados para a venda da madeira assim como para a mão-de-obra.

*"Io ho lasciato il campo de Monaci di S. Benedetto e da due giorni mi trovo nel avvisata casa del Sig. D. Giuseppe da Silva Pessanha, in una baracca di legno che ho fatta costruire nel giardino che veramente non è terminata perche molto ho stentato ad averne il legname e molto più gl'operai benchè per avere e gl'uni e gl'altri a crissimi prezzi (...)"* (cit. Cardoso, 1996: 470 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 32v.-33 – 6 Jan. 1756).

São do final do ano as primeiras referências a medidas tomadas para avançar com planos de reconstrução da cidade, principiando pelo levantamento da planta da mesma, para posteriormente determinar a localização dos diversos edifícios, assim como dos arruamentos.

*“D’ordine di S. Maestà si piglia ora la pianta di tutta la città per poi determinarei l luogo, il modo e la forma da restituirla abitabile (...) la Maestà S. ha determinato che non sai più nessuna chiesa senza un largo avanti in figura di Piazza e che sian qualche strada bem larga, mentre prima molte erano indecentemente in vicoli cattivi e stretti (...)”* (cit. Cardoso, 1996: 469 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 22-28v. – 30 Dez. 1755).

A mesma carta alude à reunião da comunidade italiana em Lisboa para se preparar a reconstrução da sua igreja no Largo do Loreto, destruída pelos incêndios.

*“Sabato (...) avevo stabilito un congresso com molti italiani per gl’affari della nostra chiesa nazionale, magnifica e incendiata come le altre com perdita di molti migliaia.”* (cit. Cardoso, 1996: 468 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 22-28v. – 30 Dez. 1755).

Começa igualmente a ser erguida uma grande baraca para nela terem lugar os serviços religiosos da Patriarcal.

*“Si travaglia ancora alla costruzione della gran baracca di legno che deve servire per l’uffizature della Patriarcale (...)”* (cit. Cardoso: 1996: 472 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 35-36 – 13 Jan. 1756).

Durante os trabalhos de limpeza de escombros, para facilitar acessos e permitir igualmente os desaterros para se iniciar a reconstrução da cidade, foram encontrados vários cadáveres, assim como diversos bens e valores que foram guardados pelo Duque de Fontes, Governador da cidade, para serem devolvidos a quem provasse ser seu proprietário.

*“Si continua benchè lentamente il ripulimento o scavamento, e si trovano dei corpi morti e sotto le rovine delle case ancor sempre monede, gioie e altre cose preziose, che tutto si pongono in un pubblico deposito appo il Duca della Foens, Governatore della città per restituirsi poi a proprietari che chiaramente potranno giusticare la proprietà (...)”* (cit. Cardoso: 1996: 476 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 50-51v. – 17 Fev. 1756).

Embora grande parte da população, incluindo a Família Real, tenham permanecido por muito tempo instalada em tendas, a planificação dos projectos de reconstrução, envolvendo diversos arquitectos, já decorria no final de Março.

*“Per la riedificazione della città e in essa chiese colla debita decenza è certo che S. M. ha il suo pensiero fisso e fà travagliare a levare la nuova pianta nel sitio particolarmente ove ella era, avanti il grand flagello che l’ha distrutta e più architetti vi travagliano, e intanto la Maestà Sua e tutti gl’atri abitanti vivono nelle tende e barache che oramai compogno nei campi e strade di campagna una nuova città (...)”* (cit. Cardoso: 1996: 479 – ASV, S.S. Portogallo 196, f. 61-62v. – 23 Mar. 1756).

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de cartas enviadas por Filippo Acciaiuoli, núncio apostólico em Lisboa, para a Santa Sé, entre Novembro de 1755 e Junho de 1756, pela sua quantidade, assim como pelo período cronológico que abrange, constituí um dos melhores contributos para o conhecimento do que se passou em Portugal, e em particular na sua capital, nos meses que se sucederam ao grande Terramoto de 1755. O cargo eclesiástico que ocupava permitiu-lhe ter acesso a uma série de informações junto de outras personalidades relevantes da sociedade de então que, de outro modo não poderia ter tido conhecimento, transmitindo-as, na forma de relatórios ao seu interlocutor. Trata-se de um total de quarenta e sete cartas, a maioria delas dirigidas a Cardeal Se-

cretário de Estado (35), sendo as restantes enviadas ao Papa (11) e uma outra a um irmão.

Os vários temas abordados surgem em diversas cartas, transmitindo muitas vezes de que modo as diversas situações relatadas foram evoluindo, como sucede com os estragos provocados pelas réplicas e pelos incêndios que se prolongaram durante dias, ou como avançaram os trabalhos de limpeza da cidade, da construção das barracas e da reconstrução das áreas mais afectadas.

A “*pobre gente*” afectada pelo cataclismo é diversas vezes mencionada na correspondência, quase sempre aludindo às más condições de salubridade das estruturas precárias onde se encontrava instalada, uma vez que a maioria permaneceu durante vários meses em barracas, o que marcou inclusivamente a toponímia de algumas zonas da cidade, principalmente na zona do Alto da Cotovia (Príncipe Real). Além destes condicionalismos, nas primeiras semanas, as populações tiveram igualmente de lidar com os diversos roubos e pilhagens que um pouco por toda a cidade foram sucedendo, apesar de terem sido tomadas céleres medidas para minimizar esta situação. São ainda mencionadas, embora de forma pouco desenvolvida, quais as medidas tomadas para apoiar os feridos, em particular a criação de um hospital provisório no Mosteiro de São Bento, actual Assembleia da República.

Embora sejam referidas outras individualidades, os principais interlocutores do núncio são claramente o Rei e a Família Real, assim como o Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, com os quais ao longo destes meses o prelado reuniu frequentemente e com quem abordou e debateu algumas soluções para as contingências quotidianas e religiosas provocadas pelo sismo.

Estas relações vão acabar por ficar comprometidas em 1759, visto que Filippo Acciaiuoli se insurgiu em defesa da Companhia de Jesus, que acabou por ser implicada na tentativa de assassinato do Rei, naquele que historicamente ficou conhecido como o Processo dos Távoras. Nesse sentido, em Junho de 1760, o entretanto nomeado Cardeal Acciaiuoli

foi forçado por forças militares a sair do reino de Portugal.

Após receber o chapéu cardinalício, foi nomeado para a diocese de Ancona (Itália) em 1763, onde faleceu três anos depois. O seu corpo foi sepultado na catedral São Ciríaco, naquela mesma cidade (Miranda, 2012/2015).

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTO, Edite (2016) – “Frei Tomás de Aquino e o Terramoto de Lisboa” in Viegas, I. M.; Gomes, M. (coord.) *Extraordinários sucessos do Terramoto de 1755. Memória histórica de frei Tomás de Aquino*. Lisboa: Arquivo Municipal, pp. 17-46.

ARAÚJO, Ana Cristina (2005) – *O Terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios (167 p.).

BRAGA, M.<sup>a</sup> Luísa (2007) – “O grande sismo de 1755. Os testemunhos presenciais e as diversas interpretações” in Rollo, M. F.; Buescu, A. I.; Cardim, P. (coord.) *História e Ciência da Catástrofe – 250º Aniversário do terramoto de 1755*. Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa, pp. 39-53.

CARDOSO, Arnaldo Pinto (1996) – “O Terramoto de Lisboa (1755). Documentos do Arquivo do Vaticano”. *Revista de História das Ideias*, 18. Coimbra: Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra, pp. 441-510.

CARDOSO, Arnaldo Pinto (2005) – *O terrível Terramoto da cidade que foi Lisboa. Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (Arquivos Secretos do Vaticano)*. Lisboa: Alêtheia Editores (153 p.).

MIRANDA, Salvador (2012/2015) – Filippo Acciaiuoli (1700-1766). *The Cardinals of the Holy Roman Church – Biographical Dictionary*. Florida International University Libraries (disponível em <http://www2.fiu.edu/~mirandas/bios1759.htm#Acciaiuoli> – consultado em Maio 2016).

# O TERREMOTO DE 1755 A PARTIR DO CÓDICE 132 DO ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA

---

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães<sup>1</sup>, Alcía Duhá Lose<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia / rmfmagalhaes@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia / alicialose@gmail.com

## Resumo

O *Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia* é um manuscrito que data do século XVIII, proveniente de Portugal, que foi doado ao Mosteiro de São Bento da Bahia por Cláudio de Britto Reis, advogado baiano que dedicou muitos anos de sua vida a estudar os feitos do Marquês de Pombal. Neste documento, é ricamente apresentada a trajetória política do Marquês de Pombal, inclusive as medidas tomadas para mitigar os efeitos do sismo de 1755, contando com oito capítulos dedicados a este assunto. Neste trabalho, serão apresentados, conforme o documento em questão, os efeitos causados pelo terremoto e pelo incêndio, o estado da população lisboeta, o estado das instituições e casas religiosas, as medidas adotadas pelo Rei para acudir à população, a participação do Marquês para a reestruturação após o desastre etc.

**Palavras-chave:** Sismo de 1755, Marquês de Pombal, Códice 132.

## Abstract

*Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia* is a 18<sup>th</sup> Century Portuguese manuscript, donated to the Benedictine Monastery of Bahia by Cláudio de Britto Reis, a Brazilian lawyer who studied for many years the acts of the Marquis of Pombal. The document richly presents the political trajectory of Pombal, the measures adopted to mitigate the effects of the 1755 earthquake, including eight chapters dedicated to it. This paper presents, accordingly to the document, the effects of the earthquake and the fire, the social consequences of the catastrophe and the state of lissabon institutions after it, as well as the king's measures to help the population and the concurrence of the Marquis to rebuild the country.

**Keywords:** 1755 earthquake, Marquis of Pombal, Códice 132.

## 1. INTRODUÇÃO

*“(…) as nove horas, e quarenta minutos da manhã, estando o ar sereno, o Ceo limpo, e quieto o már se sentio hum ruido subterraneo, a que logo se seguio o tremor de terra, que fazendo abalar todos os edificios, e abater hum grande numero delles, principalmente Igrejas, e Pallacios pois nas Cazas pequenas, e pouco fortes não fez tanta impressão deixou sepultados naquellas ruinas mais de doze mil homeñs e molheres” (Magalhães, 2016: 426).*

Assim é descrito o fatídico terremoto que marca a história portuguesa e completa 260 anos em 2015, às linhas de 10 a 20 do fólho 193r no *Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia*<sup>1</sup>.

Os arquivos eclesiásticos estão entre as principais fontes documentais a salvaguardar o conhecimento produzido pela humanidade ao longo da história. Contudo, por serem acervos particulares e o conteúdo que encerram ser, inegavelmente, de interesse público e requerer cuidado e atenção especiais, o acesso à documentação é restrito e sujeito a regras e condições de segurança estabelecidas pelas instituições. Infelizmente, em sua maioria, tais instituições não dispõem de pessoal qualificado nem estão adequadamente instrumentalizadas para adequados conservação e manuseio.

Não obstante serem as ordens religiosas as principais fontes documentais a salvaguardarem a documentação histórica e o conhecimento produzido ao longo da história, *os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, sob os cuidados de serviços de arquivo em geral bastante precários e desconfortáveis, que costumam improvisar o atendimento quando do surgimento inesperado de um pesquisador* (Bacelar, 2008: 39).

<sup>1</sup> Em função da extensão do título, facultou-se referir-se a esse documento, apenas por *Códice 132*.

Os arquivos eclesiásticos, *“(…) mesmo sendo privados, devem ser abertos a todos aqueles que buscam pesquisar ou simplesmente conhecer o passado. Em linhas gerais, configuram-se como grandes problemas destes espaços:*

- I) *a ausência de inventários do conjunto e das séries documentais e itens bibliográficos existentes, configurando um desconhecimento total ou parcial do espólio de cada arquivo e biblioteca por parte dos responsáveis. Com a falta de inventários, quando de roubos, parcelas significativas destes acervos são extraviadas graças à dificuldade de provar a propriedade;*
- II) *a ausência de condições ideais ou mínimas para o depósito e conservação dos documentos referidos, levando consideravelmente a degradação dos mesmos, sendo que alguns espécimes estão praticamente em desaparecimento,*
- III) *a ausência de pessoal qualificado para os trabalhos arquivísticos e preparo das fontes para os consulentes.”* (Berto, 2012).

As instituições beneditinas, por sua vez, são herdeiras de uma tradição de preservação e conservação bibliográfica milenar, iniciada pelo próprio São Bento no Mosteiro de Monte Cassino, ainda no século V d. C. (Lose *et alii*, 2009: 17) e *O Mosteiro de São Bento da Bahia, atendendo às premissas de seu patriarca, é uma das instituições que, entendendo a importância de seu acervo para a comunidade, abriram suas portas a pesquisadores e imbuíram-se coletivamente no intuito de preservar e tornar acessível sua riqueza documental, permitindo que este e outros trabalhos possam estar sendo desenvolvidos.* (Magalhães e Lose, 2013: 178)

O mosteiro baiano assistiu e foi personagem da história da cidade de Salvador e do Brasil, *preservar a memória, portanto, é mais do que uma obrigação pra os monges beneditinos, é uma vocação, pois são tantos e tão valiosos os documentos presentes nos arquivos do Mosteiro de São Bento da Bahia que os acervos, juntamente com todo o complexo arquitetônico, mobiliário, pinacoteca, coleção de esculturas etc. foi tombado pelo IPHAN [Instituto*

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] como patrimônio histórico-cultural brasileiro (Andrade, 2010: 11).

Torna-se evidente que tais credenciais históricas fizeram do cenóbio baiano a escolha para a doação de um documento de valor histórico por Cláudio de Britto Reis, que se dedicou a estudar os feitos do Marquês de Pombal e escreveu diversas obras tendo-o como tema. Em todas as suas obras exorta, incisivamente, a memória e os feitos de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Em *Perfil do Injustiçado Pombal*, publicada por Reis em 1992, tem-se um capítulo inteiro dedicado à reprodução do conteúdo do manuscrito português. Em sua introdução ao “perfil”, Reis procede à instituição de uma defesa do estadista, pautando-se numa metodologia autointitulada “histórico-biográfica” (Reis, 1992: 14) contestando as críticas de Camilo Castelo Branco em *Perfil do Marquez de Pombal* (1900 [1882]), a que qualifica como “peça acrimoniosa com linguagem desabrida, inspirada no ódio e no baixo sentimento de vingança” (Reis, 1992: 15), o texto apresenta elementos que, pretende-se, desqualificariam Castelo Branco, expondo suas parcialidade e corruptibilidade. Além disso, é atribuído à “Viradeira”, frente político-ideológica que se levantou contra o despotismo esclarecido do Conde de Oeiras, o papel de corruptor ativo.

Aos partidários dessa frente foi imputada a tentativa de denegrir a imagem do político e, assim, demovê-lo do cargo e mitigar seus poderes, atribuindo-lhe, ainda, a responsabilidade pelos três acontecimentos históricos que marcaram a história e a subjetividade portuguesas no que concerne Pombal: 1. condenação e o suplício dos Távoras a 13 de janeiro de 1759; 2. expulsão dos jesuítas de Portugal a 03 de setembro de 1759; 3. a morte do padre Malagrida a 20 de setembro de 1761. Conclui, o autor, sobre o caso dos Távoras, “El Rei D. José I queria vingança” (Reis, 1992: 17); não poderia ser atribuída a sua majestade tão baixo e vil sentimento, eis que recaí sobre o “injustiçado” tal “culpa”.

## 2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO

Desprovido de qualquer elemento indicativo de seu conteúdo, à exceção de uma inscrição em sua lombada, a saber “Portugal – Manuscrito do século XVIII”, acreditava-se tratar-se o Códice 132 de um tratado geral sobre a história portuguesa no dito século. Doador por um ex-oblato ao Mosteiro em 05 de novembro de 2006, fora adquirido pelo mesmo em julho de 1984 no Centro Antiquário do Alecrim em Lisboa, Portugal, pela quantia de \$50.000,00 (cinquenta mil Escudos Portugueses).

O documento é composto por cadernos manuscritos unidos através de cosedura, totalizando 360 fólios não paginados, escritos em recto e verso em quase sua totalidade, numa reencadernação em material artificial. As medidas do documento são 223 mm. de largura. 317 mm. de comprimento, 48 mm. de altura e a lombada 60 mm. A mancha escrita mede 261 mm. x 155 mm. no fólio 278r e o papel 300 mm. x 210 mm. A distância entre o papel e a capa é de 10 mm. x 8 mm. x 5 mm.

O papel avergoado apresenta uma cor amarelada devido à ação do tempo associada à umidade e ao mau uso, estando preservado em sua materialidade; pequenos rasgos na margem interna e evidências de ataques por papirófagos são as únicas máculas encontradas. O processo natural de contração e dilatação da matéria vegetal deixou rugas em todos fólios, além de o contato com a umidade ter provocado a oxidação da tinta, ocorrendo, muitas vezes, sua migração, sendo, também, possível ver a sombra da mancha escrita do recto no verso e vice-versa.

É necessário ressaltar que apesar de os fólios não serem numerados, um *Index*, que se estende por quatro fólios (a saber, *Index 1r* a *Index 4r*), precede o texto. Por meio dele foi possível identificar que falta ao documento uma parte denominada *Proemio*, que sucederia o *Index* e precederia imediatamente o texto. O estado da encadernação permite afirmar que se esta parte foi retirada do volume em questão, isso aconteceu antes da encadernação atual.

Escrito por um único *scriptor*, apresenta *ductus*, peso, inclinação (sempre à direita), módulo, espaço entre linhas e parágrafos, ângulo e forma das letras homogêneos, mantendo-se estáveis em todo o códice; a mancha escrita dispõe-se uniformemente sobre o papel, estabelecendo um padrão de margens rigorosamente respeitadas (Magalhães, 2016: 23).

Pode-se destacar, ainda, a rica ocorrência de abreviaturas, bem como de letras geminadas, a saber <ll>, <nn>, <pp>, <cc>, <mm>, <tt>, por exemplo; destaque-se não ser o papel pautado, a escrita é lançada adequadamente, “tendo, todos os fólios, em média, 29 linhas (poucas e raras exceções) (Magalhães, 2016: 26)”. Nota-se, ainda, a presença de reclamos ao longo do documento.

O descortinar de suas páginas revela tratar, o documento, dos feitos de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Dedicam-se os dois primeiros capítulos do documento a explicar sobre seus dados natalícios e seu *début* como cortesão. Nato aos 13 de maio de 1699, sendo seus progenitores Manoel de Carvalho de Attaydes, Fidalgo da Casa Real, e D. Thereza de Mendonça, na “Vila de Cernacelhe” (hoje Vila da Ponte, uma freguesia do concelho de Sernacelhe), comarca de Pinhel no distrito da Beira.

No terceiro capítulo, o narrador propõe-se a discurrir sobre “assuntos difíceis e profundos”. Declarando viver na Corte e se ocupar da “especulação e análise” desses (Magalhães, 2016: 61-62), começa a tecer os fios das relações institucionais e a estabelecer um panorama do comportamento político da elite administrativa portuguesa, introito, nestas “memórias”, para o caos administrativo que encontrou o Reino Português quando do terremoto de 01 de novembro de 1755.

Exaltando a primazia das ações do então Secretário de Estado no sentido de viabilizar a coesão da máquina real a fim de tornar exequíveis as medidas necessárias ao reerguimento do Reino após a catástrofe, prossegue o documento numa rica e incessante narração da Portugal do século XVIII. Tomando os feitos administrativos do Conde de

Oeiras como fio condutor para o seu encadeamento, estabelece-se um novo paradigma acerca da administração pombalina, atribuindo-lhe o mérito pelo restabelecimento administrativo, político e financeiro. Emerge, então, um traço marcante na escrita desse documento, a elevação das virtudes do Marquês.

Ainda na esteira da personalidade e de seus atos, é oferecida uma nova perspectiva sobre a morte do padre Gabriel Malagrida e a expulsão dos Jesuítas, essencialmente atribuindo-lhes à simonia; o julgamento dos Távora, por sua vez, foi atribuído à exclusiva e irreversível vontade real. Para todos esses acontecimentos foram apresentados demonstrativos de boa vontade, virtude e retidão de caráter por parte do Marquês, a este cabendo, apenas, o papel de executor da ordem real, vindo a tornar-se *scape goat* na narrativa daqueles que adquiriram a benesse do poder. A despeito do senso comum ou, antes, de encontro a ele, esse manuscrito permite que se estabeleça uma defesa de Sebastião José de Carvalho e Melo ante a imagem de tirano e vil que se lhe recaiu ao longo dos séculos.

### 3. O TERREMOTO DE LISBOA

No capítulo 51, que se inicia ao fólho 193r, consta a descrição, citada na introdução a este texto, do fatídico terremoto (Magalhães, 2016: 426). No dia 1 de novembro de 1755, o terremoto assolou a cidade de Lisboa, levando ao chão muitos edifícios, principalmente igrejas e palácios, e à morte mais de doze mil pessoas.

O terremoto teve um impacto sociopolítico muito intenso. Reino tradicionalmente católico, foi instaurada em Portugal a ideia de que se tratava de uma manifestação da ira divina, visto que, tendo ocorrido em horário de missas, no dia de Todos os Santos, muitas pessoas morreram nas igrejas e edifícios de ordens religiosas destruídos, sem que tivessem oportunidade de fugir. Agravou a calamidade, o problema sanitário que se estabeleceu pela impossibilidade de dar tratamento adequado aos corpos das vítimas. Dentre os edifícios que foram destruí-

dos figuravam igrejas, conventos, bibliotecas, fórum, arquivos, dentre muitos outros.

No Capítulo 52, tratam-se as providências tomadas pelo Rei para acudir às necessidades dos habitantes. De acordo com o documento, Sebastião José expediu sucessivos avisos ao Cardeal Patriarca, ao Duque Regedor e ao Marquês Estribeiro Mor para que se conseguissem enterrar os mortos, tendo concorrido definitivamente para este fim as ordens religiosas. *“Il était à craindre que le grand nombre de cadavres qui se trouvaient amoncelés sous les décombres n’amenât la peste; il la prévint en les faisant brûler dans la chaux vive<sup>2</sup>.”* (Septenville, 1808: 70).

A fim de que se evitasse a falta de mantimentos, o Secretário de Estado nomeou inspetores para todos os bairros e expediu avisos ao Duque Regedor, ao Presidente do Senado e a ministros e fidalgos a quem mandou às terras donde provinham os mantimentos para que os providenciassem transportar a Lisboa. Ainda suspendeu a cobrança de taxas sobre os mantimentos e pescados, o que levou, em dezembro do mesmo ano, à abundância de alimentos. Também fez recolher os doentes que estavam internados no Hospital Real em instalações provisórias improvisadas.

Completa João Lúcio D’Azevedo:

*Às urgências da situação Carvalho acudiu com a firmeza e intelligencia que tornaram famoso o seu nome. Nas horas angustiosas, em que foi preciso proporcionar soccorros, mantimentos, abrigo, defesa; prestar consolo a milhares de creaturas, vendidas de terror; em fim, cuidar dos vivos e enterrar os mortos, na phrase syntetica, que lhe é attribuida; dos três ministros, Pedro da Motta, invalido, Diogo de Mendonça, fugitivo, elle foi só a dispor, agir e mandar. As celebres palavras pôde ser que as não preferisse. Mas, nesse caso, como em muitos outros da historia, o inexacto é mais verdadeiro que a realidade própria. O dito permaneceu na tradição*

---

<sup>2</sup> Tradução: “Temia-se que o grande número de cadáveres que estava amontoado sob os escombros trouxesse a peste, o que se preveniu fazendo-os queimar em fogo vivo.”

*como a formula de um caracter, e ficará para sempre vinculada ao nome de Pombal.* (Azevedo, 1990 [1922]: 143)

Com o esvaziamento da cidade, em função da calamidade, casas foram saqueadas e mesmo os pertences que os cadáveres portavam foram furtados, sofrendo os corpos de mutilação para que se retirassem anéis e brincos. Foi expedido um Decreto em 4 de novembro, em que se ordenava à justiça e instituições militares fizessem executar as sentenças dos acusados no mesmo dia, em razão de que mais de 200 pessoas foram enforcadas, acusadas de tais crimes (Magalhães, 2016: 430-431).

No Capítulo 53, apresentam-se os efeitos do terremoto e do incêndio nos prédios religiosos e as providências tomadas. A Basílica Patriarcal foi reduzida a cinzas e por não ter onde celebrarem-se os ofícios, Dom José I determinou que se o fizesse na Igreja de São Bento da Saúde e, posteriormente, em 7 de dezembro de 1755, na Ermida de São Joaquim. Tendo ocorrido outro tremor, no dia 21 daquele mês e ano, os ofícios passaram a ser celebrados em uma pequena barraca contígua à Ermida. Em 16 de junho de 1756, passou-se a celebrar o ofício em uma casa no Sítio da Cotovia.

A procissão de *Corpus Christi* aconteceu no terreno contíguo, estando os ministros sem paramentos, mas com hábitos corais. Realizaram-se obras até que se construísse um templo “nobilíssimo”, que pouco a pouco enriqueceu-se de ornamentos, pratas e preciosidades, substituindo as consumidas pelo fogo.

*“O Armador desta Igreja, Alexandre Franco Vicente, que tinha roubado muitas armaçoens della, se lembrou de afazer arder para senão descobrirem os furtos; pôz em execução asua maldita idéa, epegou ofogo aeste sumptuozo Templo em anoite de 12 de Mayo de 1769, que naõ havendo forças de o rebater, queimou toda algreja, prata, e ornamentos”* (Magalhães, 2016: 433).

Muitas outras igrejas tiveram suas atividades transferidas para outros lugares, e religiosos foram deslocados e realocados em outras casas religiosas.

<b>204r</b>	<b>Antes de 1755</b>	<b>Depois de 1769</b>	<b>Em 1769</b>	<b>Em 1780</b>	<b>Mortos em 1755</b>
A Bazílica Patriarcal					60,,
Nossa Senhora da Ajuda	600,,		2:194,,	1900,,	
Santo Andre	140,,	213,,	434,,	268,,	
Nossa Senhora dos Anjos	2140,,	2117,,	976,,	1770,,	
São Bartholomeo	140,,	51,,	454,,	380,,	45,,
Coração de Jêsvs			587,,	626,,	
São Christovaõ	280,,	220,,	267,,	284	
Santa Catharina	1874,,	1465,,	1220,,	1798,,	
Conceição	850,,	84,,	260,,	337,,	
Santa Cruz	332,,	251,,	229,,	363,,	
Encarnação	2072,,	720,,	1537,,	1855,,	3,,
Santa Ingracia	1330,,	1220,,	1466,,	1807,,	
Santo Estevaõ	1129,,	878,,	1103,,	938,,	
São Ioaõ	300,,		363,,	377,,	
São Iorge	58,,		1064,,	433,,	
São Iozé	1100,,	1250,,	1531,,	1483,,	
Santa Iusta	1940,,		589,,	780,,	
Santa Izabel	1460,,	2415,,	1107,,	2530,,	
São Iuliaõ	1600,,		696,,	629,,	30,,
Lapa			1083,,	1337,,	
São Lourenço	150,,	143,,	610,,	587,,	
Bazílica	896,,		188,,	308,,	20,,
Magdalena	800,,	4,,	162,,	232,,	139,,
São Martinho	30,,	30,,	105,,	97,,	7,,
Matires	1600,,		201,,	410,,	
Mercez	840,,	715,,	3120,,	1105,,	
São Mamede	300,,	12,,	653,,	749,,	40,,
Santa Marinha	200,,		473,,	269,,	
São Miguel	870,,	430,,	1000,,	696,,	

<b>204v</b>	<b>Antes de 1755</b>	<b>Depois de 1769</b>	<b>Em 1769</b>	<b>Em 1780</b>	<b>Mortos em 1755</b>
São Nicolau	2325,,	575,,	315,,	404,,	4400,,
São Paulo	1000,,	730,,	770,,	732,,	
Nossa Senhora da Pena	1336,,	1432,,	1366,,	1422,,	20,,
São Pedro	352,,	150,,	580,,	1297,,	100,,
Salvador	266,,	196,,	1389,,	210,,	
Santos	1800,,	2200,,	1619,,	1850,,	
Sacramento	642,,		640,,	690,,	75,,
São Sebastiaõ	680,,		747,,	821,,	
Socorro	1600,,	840,,	1402,,	892,,	4,,
São Thiago	120,,	120,,	146,,	195,,	
São Thomé	275,,	250,,	348,,	286	
São Vicente	544,,	490,,		262,,	

Nos fólhos 204r e 204v, consta a tabela reproduzida a seguir, em que se apresentam dados numéricos sobre a população das casas religiosas:

No capítulo 54, são apresentados, através de tabelas, os estragos causados pela calamidade nas ca-

sas religiosas masculinas e femininas listadas a seguir:

São Francisco da Cidade; De Tilheiras; De Chabregas; Menino Deus; Terceiros de Jêsvs; São Pedro de Alcantara; Santo Antonio do Cural; Da Carreira; Barbados Italianos; Barbados Franceses;

Graça; Colleginho; Penha de Franca; Monte Olive-  
te; Boa hora; Santa Rita; Saõ Vicente; Santo Antam;  
Saõ Roque; Saõ Patricio; Paraizo; Cotovia; Santo  
Borja; Senhora de Nazaré; Carmo; Remedios; Cor-  
pusChristi; H. do Pern<sup>co</sup>; H. do Mar<sup>m</sup>.; Trindade;  
Livramento; Paulistas; Boa Morte; Saõ Domingos;  
Ibernios; Saõ loaõ Nepomuceno; Saõ Francisco  
dePaula; Saõ loaõ de Deos; Necescidade; Saõ le-  
ronimo; Saõ Bento; Estrella; Desterro; Camillos;  
Espirito Santo; Santo Eloy; Beato Antonio; Meninos  
Orfaõs; Thomaristas; Saõ Caetano; Inglezinhos;  
Rilhafoles; SantaAnna; SantaApolonia; Calvario;  
Santa Clara; Esperança; Flamengas; Francezinhas;  
Madre de Deos; Santa Martha; Santa Monica; Santo  
Alberto; Conceição; Campolide; Mocambo; Anun-  
ciada; Bom Sucesso; Roza; Sacramento; Salvador;  
Bernardas; Inglezinhas; Encarnação; Santos; Da  
Conceição; Lazaro Leitaõ; Rilhafoles; Convertidas;  
Castello; Cardaes; Lapa; Do Menino Deos; Meni-  
nas pobres; Da Misericordia Nicd<sup>a</sup>.; Convertidas;  
Saõ Chrisptovaõ.

Já no Capítulo 58, tratam-se das providências tomadas por Sebastião José para o reerguimento da cidade. Mediante os conselhos de transferência da Corte para a cidade do Porto, e as ressalvas de inconvenientes, decidiu-se por estabelecer acomodações interinas no Sítio de Nossa Senhora da Ajuda. El Rey, por sua vez, escolheu o Sítio de Campo de Ourique, porquanto novas aquisições foram feitas, apesar de não se terem pago. As ruas foram abertas e/ou desentulhadas, as propriedades foram demarcadas e tombadas, para que se pudessem restituir aos proprietários o que lhes cabia. Por Decreto de 12 de julho de 1758, El Rey concedeu a jurisdição de todas as matérias concernentes à reedificação ao Duque Regedor, “remetendolhe o Plano para se regular o alinhamento das ruas, e reedificação das Cazas, que se haõ de erigir na Cidade Baixa.” (Magalhães, 2016: 471).

Sebastião José, através de Decretos e Alvarás, implementou medidas com vistas a facilitar o processo de reconstrução da cidade, contratou Guilherme Stephens para construir fábricas de Cal, confirmado por Alvará de 3 de novembro de 1756 por

El Rey. Além disso, interveio-se em favor dos materiais necessários à construção para que se facilitasse seu comércio. Mandou demolir as barracas de madeira que serviam de acomodações interinas para a Polícia da Corte e, como se lê da linha 29 do fólho 217r à linha 5 do fólho 217v, “A 5 de Novembro de 1760 Decreto deo a distribuição das ruas, e Traveças que estão entre as praças do Comercio, e do Rocio, destinandolhe arruamentos taõ extraordinarios que methade bastariaõ para as Corporaçoẽs, que selhe destinaraõ.” (Magalhães, 2016: 472-473).

#### 4. PALAVRAS FINAIS

A Filologia é uma ciência muito antiga, que se ocupa de inumeráveis atividades de natureza hermenêutica para a análise e interpretação do texto, entendido como legítima manifestação cultural do povo que o produziu. Não por outra razão, Nietzsche alertava, em 1869, para a dificuldade que tanto os jovens cientistas quanto os círculos letrados encontravam na tentativa de definir a Filologia Clássica, localizando a razão dessa dificuldade “(...) *in dem vielspältigen Charakter derselben, in dem Mangel einer begrifflichen Einheit, in dem unorganischen Aggregatzustande verschiedenartiger wissenschaftlicher Tätigkeiten, die nur durch den Namen ‘Philologie’ zusammengebunden sind*”<sup>3</sup>.

Isso não significa que as atividades a que se dedicam os filólogos constituam um empreendimento desorganizado e sem orientação. O texto é a justa razão de ser dessa ciência intrinsecamente diversificada, pois o acesso a sua episteme requer a mobilização de diversos elementos constitutivos, conforme sua conveniência e as possibilidades e limitações de interpretação, como exemplifica Alfredo Bosi no prefácio à edição de 2007 da tese de Dom Paulo Evaristo Arns, A técnica do livro segundo São Jerônimo:

<sup>3</sup> Tradução: “(...) em seu próprio caráter muito diversificado, na falta de uma unidade conceitual, no aspecto de agregado inorgânico das diferentes disciplinas científicas que a constituem e que estão unidas somente pelo nome de ‘Filologia’.”

“(...) o estudo de uma série de elementos que vão desde o tipo de suporte usado (o papiro, o pergaminho, as tabuletas de cera com o estilete), até, na outra ponta, aspectos ligados à difusão da obra, passando metodicamente pelas etapas da redação e das várias modalidades de edição.” (Bosi, 2007: 8)

Neste percurso, o filólogo busca estabelecer a datação do documento, de sua escrita, identificar a língua em que fora urdido, o estado dessa língua, o suporte, quem foi o responsável pela escrita e quem foi o autor intelectual (se não forem a mesma pessoa), qual o seu conteúdo e como este conteúdo se insere historicamente na literatura conhecida (é necessário levar em consideração, também, a literatura específica da(s) área(s) do conhecimento de que o texto possa vir a tratar), dentre outros aspectos. Todos esses elementos fornecerão informações que possibilitarão o acesso à forma de pensar e à cultura do povo de onde esse texto é originário.

Os documentos têm um papel incontestável para a história da humanidade, já se tendo dito que “não existe história que não se funde sobre textos.” (Higounet, 2003 [1955]: 10). A função da Filologia é dar vida aos textos, principalmente àqueles a que o tempo torna cada vez mais inacessíveis, seja pelo estado da língua, pelo estado de conservação ou pela inacessibilidade, e extrair deles o máximo de informação possível, além de auxiliar em sua preservação por meio da elaboração de edições que atendem a critérios científicos rigorosos. Através deste trabalho, *O Códice 132* e muitos outros documentos poderão servir de fontes seguras para que se resgate a história desta calamidade que assolou Lisboa há 260 anos.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marla Oliveira (2010) – *Uma porta para o passado: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador. Dissertação de Mestrado em Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Salvador: Universidade Federal da Bahia (DVD), p. 342.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (2007<sup>2</sup>) – *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. São

Paulo: Cosac Naify, p. 8.

AZEVEDO, João Lúcio de (1990<sup>2</sup>) – *O Marquês de Pombal e sua época*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, p. 398.

BACELAR, Carlos (2008<sup>2</sup>) – “Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos” in Trespach, R. (org.) *O Lavrador e o Sapateiro: Memória, Tradição Oral e Literatura*. São Paulo: Contexto, pp. 23-79.

BERTO, João Paulo (2016) – *As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiásticos no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada*. História e-História, vol. 8. Campinas: Unicamp, pp. 1-15. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=429> (consultado em 21 fev. 2016).

BOSI, Alfredo (2007<sup>2</sup>) – “Prefácio” in Arns, P. E. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. São Paulo: Cosac Naify, p. 8.

BRANCO, Camilo Castello (1900) – *Perfil do Marquês de Pombal*. Porto: Lopes e Companhia.

HIGOUNET, Charles (2003) – *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 192.

LOSE, Alicia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório; OLIVEIRA, Anna Paula Sandes de; SANCHES, Gérsica Alves (2009) – *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática e estudo filológico* (col. Célia Marques Telles). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (disponível em <http://books.scielo.org/id/5h/pdf/lose-9788523209360.pdf>).

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa (2016) – *Portugal – Manuscrito do Século XVIII: Edição do Códice 132 do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: [s. n.] (832p.).

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa; LOSE, Alícia Duhá (2013) – “A Filologia do texto e para além do texto: conjecturas sobre o labor filológico suscitadas pelo Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia” in Zavam, A.; Araújo, N. (org.) *I Colóquio Nacional de Língua, Documentos e História. Diacronia e sincronia: diálogos possíveis* (Anais do Chronos). Fortaleza: EDUECE (pp. 172-181).

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa (2012) – “Proposta de edição do Códice 132”. *Revista Philologus*, 53: 5-8. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, pp. 289-300.

REIS, Cláudio de Britto (1992) – *Perfil do Injustiçado Pombal*. Rio de Janeiro: Altiva Gráfica e Editora, p. 299.

SEPTENVILLE, Édouard de (1868) – *Étude historique sur le Marquis de Pombal: 1738-1777*. Bruxelles: Typographie de M. Weissenbruch, p. 256.

# APÓS A CATÁSTROFE: A GESTÃO DA EMERGÊNCIA E SOCORRO NO TERRAMOTO DE 1755

---

Amélia Ferreira<sup>1</sup>, Alexandra Esteves<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Investigadora colaboradora, Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde / Assistente Convidada, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Saúde / Enfermeira Chefe na ULSM / ameliadiasferreira@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Católica Portuguesa, Lab2PT-ICS-Universidade do Minho / estevesalexandra@gmail.com

## Resumo

No terramoto de 1755, Lisboa ficou entregue ao seu fado, pois nunca tinha sido acautelado tudo o que uma calamidade desta natureza podia causar. O Estado assumiu de forma singular a responsabilidade da gestão da emergência e socorro. O cuidado em criar uma cidade mais segura foi precedido da preocupação em salvar os vivos e enterrar os que já tinham falecido.

Pretende-se, através de uma abordagem sistemática, por meio de recolha e avaliação crítica da documentação, dar a conhecer o socorro efetuado às vítimas do terramoto.

Da análise aos documentos coevos, concluímos que os governantes da época elaboraram e executaram um plano de emergência que, em vários pontos, se assemelha ao que existe nos nossos dias.

Assim, pretendemos demonstrar que a resposta de emergência à catástrofe foi pensada de uma forma moderna e racional, não sendo porém evidente que fosse claramente hierarquizada, tal como seria expectável atualmente. O sismo foi enfrentado com a ciência e a técnica da época, tendo sido tomadas medidas imediatas para garantir a saúde, a segurança e o alojamento dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Terramoto, Vítimas, Socorro, Emergência.

## Abstract

In the earthquake of 1755, Lisbon was left to its faith, since no measures were ever cautioned for a disaster of this nature. The state assumed, in a unique way, the responsibility for managing the emergency and rescue. The need to create a safer city was preceded by the concern to save the living and bury the deceased.

Using a systematic approach and critical evaluation of the available documentation, this paper aims to acknowledge the aid made to the victims of the earthquake.

Analysing the contemporary documents, we conclude that the leaders of the time developed and implemented an emergency plan that, at various points, is similar to what exists today.

Thus, we intend to demonstrate that the emergency response to the disaster was organized in a modern and rational way, but it is not clear how hierarchical as it would be expected today. The earthquake destruction was handled with the science and technology available at the time, with immediate steps taken to ensure the health, safety and property of citizens.

**Keywords:** Earthquake victims, Rescue, Emergency.

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Lisboa, aquando o terramoto do primeiro de novembro do ano de 1755, ficou entregue à sua sorte, pois nunca tinha sido acautelado, de forma alguma, tudo o que uma calamidade do género pudesse trazer para a população.

Na atualidade, todos os municípios elaboram um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, sendo que este é um documento de trabalho que representa a sistematização de um conjunto de normas e regras de procedimento destinadas a evitar ou a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe que possa ocorrer numa determinada área ou em todo o Concelho (Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Matosinhos, 2010: 1).

Nos atuais planos, o Diretor é o presidente da Câmara Municipal que assume a direção das atividades de Protecção Civil, sendo substituído, no caso de impedimento, pelo Vereador da Protecção Civil. No ato de declaração da situação de alerta, deverá estar bem explícita a natureza do acontecimento que esteve na origem da declaração de alerta, o âmbito temporal e territorial, assim como a estrutura de coordenação a adotar e os meios e recursos que estarão disponíveis para fazer face à ocorrência.

Estes planos têm como objetivos principais providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe; definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; minimizar a perda de vidas e bens, atenuando ou limitando os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rápido possível as condições mínimas de normalidade (Plano Municipal de Emergência de Lisboa, 2012: 5-6).

Sabemos também que os exercícios/simulacros

forneem às entidades envolvidas, e ao público em geral, competências e conhecimentos necessários para o desempenho das ações que lhes sejam conferidas. Os exercícios visam, de acordo com o objetivo delineado, melhorar a coordenação e mobilização das várias entidades intervenientes numa situação de emergência decorrente de desastres naturais, humanos ou sociais. Testam-se, assim, procedimentos, comunicações, avaliam-se falhas mitigando deficiências, através da adoção de medidas preventivas ou corretivas. Esta área de atuação é uma componente essencial possibilitando uma rotina com os procedimentos a adotar face a uma situação de emergência ou catástrofe traduzindo-se numa maior eficácia e rapidez perante uma situação real (Plano Municipal de Emergência de Lisboa, 2012: 16-17).

Existe ainda um Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, usado como instrumento de suporte ao sistema de Proteção Civil para a gestão operacional, em caso de um evento sísmico na região (Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, [s.d.]).

No século XVIII, Lisboa tinha já sentido vários tremores de terra ao longo da sua existência, nomeadamente em 1724 e 1750, mas as experiências passadas pouco ou nada ajudavam, principalmente na área das catástrofes naturais. O terramoto de 1755 veio pôr à prova a capacidade de planeamento e resolução de problemas do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal.

Assim, pelo observado nos documentos coevos e pelos relatos apresentados, podemos dizer que os governantes da época elaboraram e executaram um plano de emergência para a cidade de Lisboa que, em vários pontos, se assemelha ao que existe nos nossos dias.

Ressalvando todas as diferenças, assimetrias estruturais e de cultura, empiricamente refletidas numa nova forma de pensar e uma outra sensibilidade, apresentamos aquilo que nos sugere ter sido o pla-

neamento e execução do socorro às vítimas do terramoto do primeiro de novembro de 1755.

## **2. ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO**

Estando a primeira parte dos Planos de Emergência atuais reservada para o enquadramento, objetivos, ativação do Plano e exercícios, podemos dizer que na segunda metade do século XVIII, apesar de não sistematizado desta forma, foi o que aconteceu em Lisboa.

Pelo que nos foi dado a observar nos dados recolhidos nas fontes coevas, os objetivos de quem governava foram: providenciar as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos do terramoto; definir orientações relativamente ao modo de atuação das diferentes instituições/organismos intervenientes; coordenar as ações a desenvolver; coordenar as ações de apoio e minimizar a perda de vidas e bens restabelecendo, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade.

## **3. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA**

No exercício de funções de responsável, o Secretário de Estado, para cumprimento da sua missão, assumiu a direção das operações de “proteção civil” tentando, na fase da emergência, estabelecer uma estreita articulação entre os agentes e os organismos de apoio e a fase da reabilitação que compreende o restabelecimento do funcionamento.

Depois de se ter verificado a necessidade de ativar toda a ajuda necessária para socorrer o povo de Lisboa, de imediato, tomou várias providências com a divulgação de medidas para estabilizar a situação, tendo nos primeiros dias após o terramoto assinado muitos decretos.

A articulação e atuação dos agentes, organismos e entidades foi uma realidade, tendo a seu lado, na execução das primeiras decisões, por cargo ou nomeação imediata, algumas das mais importantes personagens nas operações do socorro à população. O Marquês de Alegrete, D. Miguel Fernando

Teles da Silva, Presidente do Senado da Câmara, coordenou operações de apoio à população, inclusive assistência aos doentes (Mendonça, 1758: 142; Subtil, 2012: 209). O Duque de Lafões, D. Pedro de Bragança Sousa Tavares da Silva Mascarenhas, Regedor das Justiças e presidente do tribunal da Casa da Suplicação, coordenou os desembargadores que superentendiam os doze bairros da cidade nas operações de combate à criminalidade e recrutamento de vagabundos e mendigos para a desobstrução das vias de circulação (Mendonça, 1758: 144; Subtil, 2012: 209).

D. Diogo de Noronha, Marquês de Marialva (estribeiro-mor, Gentil-homem e Governador das Armas), ficou responsável pela proteção civil aos desalojados e defesa das praias, com o apoio dos governadores dos fortes da barra de Lisboa. Para isso, fez deslocar para a capital do reino os regimentos de Setúbal, Cascais, Peniche, Évora, Elvas e Olivença (Lisboa, 1758: 110-139; Subtil, 2012: 120).

O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Manuel da Câmara, teve a seu cargo a sepultura dos mortos e coordenação do trabalho das comunidades religiosas e dos serviços religiosos (Lisboa, 1758: 52-54).

## **4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

Para cada uma das áreas de intervenção identificam-se de seguida as prioridades de ação, a estrutura de coordenação e a constituição e missão dos que atuaram no terreno.

## **5. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS**

Estabeleceu-se um conjunto de procedimentos de coordenação das atividades de gestão administrativa e financeiras, inerentes à mobilização, requisição, utilização dos meios e recursos, aquando da ativação do socorro a prestar à população. Sebastião de Carvalho visitou os locais mais afetados, acompanhando, desta forma, toda a gestão da situação e promovendo uma avaliação objetiva dos acontecimentos junto dos locais atingidos. Emitiu inúmeros decretos, leu relatórios da polícia, rece-

beu correio, tomou nota de informações e para manter a segurança chamou para a capital os Regimentos de Infantaria de Setúbal, Peniche, Cascais e Dragões de Évora (Barros, 1882: 27; Mendonça, 1758: 143). Para diminuir os efeitos nefastos do incêndio que começou a devastar Lisboa e que durou vários dias, Sebastião José ordenou que fossem retiradas das casas que lhe estavam perto, todo o material combustível, de forma a limitar a sua propagação<sup>1</sup>. Reforçou o aparelho judicial, com o envio de desembargadores para todos os bairros da cidade, com o intuito de evitar roubos e pilhagens e melhorar a distribuição dos géneros alimentares<sup>2</sup>.

## 6. LOGÍSTICA

Os governantes suspenderam o imposto sobre o peixe vendido desde Belém até Santarém. Para evitar a especulação dos preços, foi ordenado pelo Marquês de Alegrete que se colocassem editais para que os custos dos comestíveis não ultrapassassem os praticados em outubro antes do terramoto (Lisboa, 1758: 62). Este pediu a todos os ministros das terras das duas margens do Tejo que mandassem vir toda a farinha e mais comestíveis para Lisboa. Assim, recolheu todo o tipo de alimentos disponíveis em armazéns, navios e outros locais que fossem encontrados, para que se pudessem distribuir pelo povo de forma ordeira<sup>3</sup>.

Foram convocados todos os padeiros e, com o material encontrado nas ruínas, foram construídos fornos para que neles se fabricasse pão e se tentasse matar a fome ao povo, sendo que, em primeiro lugar, se deviam satisfazer os que trabalhavam na recuperação da cidade (Lisboa, 1758: 60). Proibiu a saída dos habitantes de Lisboa para fora da cidade evitando, deste modo, a fuga da população. Os que conseguissem fugir e fossem encontrados se-

<sup>1</sup> ANTT, *Hospital São José*, cx. 397, mc. 1, nº 28.

<sup>2</sup> AML-AH, *Chancelaria Régia*, consultas, decretos e avisos, liv. 8, fl. 370.

<sup>3</sup> AML-AH, *Chancelaria Régia*, consultas, decretos e avisos, liv. 8, fl. 370.

riam obrigados a regressar (Lisboa, 1758: 11 e 94).

Para os desalojados que tinham acampado nas praças e cercas dos conventos, nas praias e campos da cidade e em vários locais da capital, foram construídas barracas, visando protegê-los do inverno que se tinha iniciado rigoroso e com repetidas chuvas. Para estas proteções, foi utilizada grande quantidade de pano que havia nos armazéns reais e que D. José I mandou emprestar. Foram também usados os panos das velas de navios que se encontravam na Ribeira das Naus e, como não tivessem chegado, foi ainda usado o brin e lona que havia nas lojas de Lisboa e casas de estrangeiros (Sousa, 1928: 517). No Largo do Rato, foram construídos numerosos abrigos deste género, que aí ficaram durante décadas (Mendonça, 1758: 124).

## 7. COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A Secretaria de Estado promoveu, nos termos e ritmos que achou apropriados, os avisos e a divulgação de medidas de autoproteção à população, afixando avisos e enviando cartas com resoluções do rei D. José I, ou determinando ações de punição ou outras, por infrações cometidas. Uma informação correta, atempada e pertinente, fundamenta uma apropriada gestão da emergência, traduzindo-se, em última instância, numa diminuição dos danos humanos, materiais e ambientais (Plano Municipal de Emergência de Lisboa, 2012: 63). Na Lisboa de setecentos, apenas uma voz se ouvia na gestão da emergência e para que as suas ordens chegassem a todos de uma forma eficaz foram colocados editais nas portas da cidade com as ordens que os habitantes de Lisboa deviam cumprir<sup>4</sup>. Alguns alertavam para que os bens roubados após o primeiro de novembro como, por exemplo, as jóias de ouro e prata, caso fossem encontradas, fossem restituídas aos donos (Mendonça, 1758: 145; Sousa: 1928, 13; Cardoso, 2013: 47-59).

<sup>4</sup> AML-AH, *Chancelaria Régia*, consultas, decretos e avisos, liv. 8, fls. 394-395.

## 8. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

A iminência de acidentes graves, nas casas ou locais que tinham resistido às primeiras investidas do terramoto, poderia levar à necessidade de se proceder à evacuação de determinadas zonas. Mas estes procedimentos estavam fora dos planos de coordenação da Secretaria de Estado, pois não havia forma de evitar que as pessoas regressassem às suas casas com o intuito de reaverem alguns dos bens que tinham perdido. Também porque, de facto, não era pretendido que as pessoas abandonassem Lisboa, pois se isso acontecesse não restaria ajuda para a reconstrução da capital e, como se veio a verificar, a sua reedificação foi efetuada, principalmente nos primeiros tempos, muito à custa do auxílio da população (Lisboa, 1758: 11 e 94). Apesar deste facto, foram construídas barracas para os desalojados, em locais menos afetados pelo terramoto, dentro da capital do reino (Sousa, 1928: 517). É aquilo a que hoje chamamos “áreas de refúgio”.

## 9. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Sabemos que compete às forças de segurança assegurar a ordem pública, delimitar perímetros de segurança e controlar o acesso às zonas sinistradas bem como garantir a segurança de infra estruturas sensíveis ou indispensáveis. Com o intuito de manter a ordem na cidade, Sebastião José ordenou ao Marquês Estribeiro Mor, ao Marquês de Abrantes e ao General da Artilharia, que, fazendo uso das tropas, artilheiros e demais material necessário, socorressem e zelassem pela segurança do povo de Lisboa<sup>5</sup>.

Ainda com esse sentido, ordenou a execução sumária de todos os que fossem apanhados a roubar. Para isso, mandou colocar forcas pela cidade, onde foram executados todos os que foram apanhados em flagrante delito, ficando os corpos lá

<sup>5</sup> AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas decretos e avisos* liv. 8, fl. 366.

colocados até serem consumidos pelo tempo<sup>6</sup>.

O Secretario de Estado ordenou ainda ao Duque Regedor que se reunisse com os Desembargadores dos bairros para lhes pedir que prendessem todos os que tinham espalhado sugestões sob a aparência de profecias, com o intuito de cometerem roubos e outros delitos, assim que as pessoas abandonassem as casas com medo do que poderia ainda acontecer. Solicitou ainda aos mesmos Desembargadores que observassem a forma como viviam os seus habitantes e que caso levassem vidas ociosas deveriam ser colocados a trabalhar nas obras públicas da cidade. Também não era permitido que as pessoas com ofícios muito úteis naqueles dias usufruissem de um salário maior do que os que o estavam acostumados a receber (Mendonça, 1758: 145; Cardoso, 2013: 131).

Pelo facto de haver poucas casas que tivessem resistido ao terramoto e houvesse quem se quisesse aproveitar desse facto, foi ordenado que pelas casas ou pelos terrenos que se arrendassem fosse cobrado o mesmo dinheiro que antes do tremor de terra (Mendonça, 1758: 146).

## 10. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DAS VÍTIMAS

O rei convocou com prontidão médicos, cirurgiões e enfermeiros para tratar os feridos que estivessem em casas de religiosos e outros locais da cidade, podendo para isso usar os fármacos e farmácia do hospital. Solicitou ainda apoio a todos os que pudessem auxiliar as equipas médicas, dando o exemplo com a sua própria família<sup>7</sup>. Alguns fidalgos, juntamente com cirurgiões, andaram pelos campos a ajudar no tratamento de feridos<sup>8</sup>. Eram vários os que aquando da chegada dos cirurgiões, apresentavam já as feridas gangrenadas pouco haven-

<sup>6</sup> AHM, *Secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros e da Guerra*, cx 1, nº 1, doc. 55, fls 1, 2.

<sup>7</sup> ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 26 (sem fólio). ANTT, *Hospital S. José*, cx. 397, mç. 1, nº 27, fl. 6.

<sup>8</sup> ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mç. 1, nº 27 (sem fólio).

do a fazer (Cardoso, 2013: 37). O Hospital Real de Todos-os-Santos quase ficou destruído no seu próprio dia e os doentes que resistiram foram levados para as cabanas do Rossio, onde permaneceram por mais de três semanas. Foram erguidos hospitais provisórios em São Bento e na casa dos Almada e depois no Rossio, e às Portas de Santo Antão, enquanto se faziam as adaptações necessárias no edifício do Colégio de Santo Antão<sup>9</sup>.

## 11. SOCORRO E SALVAMENTO

Os que conseguiram andar refugiaram-se em lugares altos e alguns dos feridos foram deitados sobre camas de folhas (Chantal, 2005: 33). Mesmo sabendo que os riscos que corriam eram elevados, houve sobreviventes que tentaram retirar as pessoas dos escombros. Alguns doentes levantaram-se das suas camas, enquanto outros feridos se curavam em poucos dias sem médicos. Houve ainda pessoas com ferimentos menos graves que morreram por não haver quem as socorresse (Mendonça, 1758:122). Os que tinham casas no campo e que não foram afetadas pela calamidade ofereceram sustento e habitação e muitos nobres com palácios fora de Lisboa dispuseram os seus terrenos para que os mais necessitados os ocupassem, tendo-os recebido e alojados no jardim, debaixo de barracas, onde foram colocados colchões (Ratton, 1920: 21).

Jaziam pelas casas muitos doentes que haviam escapado às ruínas do terramoto, mas cujos males os tinham incapacitado de sair do leito. Havia, entre estes, um grande número de pessoas com fraturas nos membros inferiores, ou cujos membros se encontravam presos nos escombros e que esperavam socorro. Todas estas pessoas foram vítimas do fogo<sup>10</sup>.

Entre os nobres portugueses que ajudaram conta-se D. João de Bragança, primo do rei e irmão do Duque de Lafões, que tentou salvar várias pes-

soas tendo ajudado a enterrar muitos cadáveres. Monsenhor Sampaio, Prelado da Igreja Patriarcal, salvou muitas vidas entre as ruínas e fez com que outras fossem conduzidas aos hospitais. Durante várias semanas, sepultou 240 cadáveres (Pereira, 1756: 4-5).

Das vítimas que se salvaram existem relatos de pessoas encontradas com vida depois de quatro dias, outro depois de sete dias e ainda uma pessoa nove dias após o terramoto. Para as cadeias de Lisboa, foram enviadas camas que se encontravam nos armazéns da Artilharia do Reino, para que se tratassem os encarcerados que tinham sobrevivido. Para estas instituições foram enviados medicamentos e alimentação (Lisboa, 1758: 92).

## 12. SERVIÇOS MORTUÁRIOS

Ao terceiro dia pós terramoto, depois de se retirar alguns corpos dos escombros, começaram a ser abertas as sepulturas. Para evitar os cheiros e a propagação de epidemias, alguns cadáveres foram cobertos com cal e foram queimados barris de alcatrão (Sousa, 1928: 770). Ao sétimo dia, o rei D. José I ordenou que todos os que tinham servido na casa dos Vinte e Quatro convocassem os seus respetivos artífices para colaborarem na causa pública e indispensável de dar sepultura aos mortos e preservar a saúde dos vivos que se encontrava ameaçada com a corrupção dos corpos<sup>11</sup>.

Muitos saíram dos conventos munidos de escadas e padiolas para benzer os corpos e enterrá-los o mais condignamente possível. Os relatos testemunham que passados dois a três anos ainda se desenterravam ossadas para que fossem trasladadas para cemitérios (Cameira, 2012: 328). Foi ordenado que se colocassem cadáveres em embarcações para que estas fossem conduzidas ao mar e afundadas, pois tornava-se impossível sepultá-los todos, antes da contaminação da área (Lisboa, 1758: 5; Cardoso, 2013: 132)

<sup>9</sup> ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1479. ANTT *Hospital de São José* cx. 397, mc.1 n.º31 (sem fólio).

<sup>10</sup> ANTT, *Hospital São José*, liv. 1461.

<sup>11</sup> AML-AH, *Chancelaria Régia*, consultas, decretos e avisos, liv. 8, fls. 382-385.

### 13. AUXÍLIO PSICOLÓGICO/ESPIRITUAL

Por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa foram os religiosos que prestaram apoio espiritual. O mesmo Cardeal ordenou que se colocassem altares portáteis nos campos, para a realização do ofício religioso (Cardoso, 2013: 21 e 130). Todas as congregações de religiosas abriram as portas dos seus conventos e mosteiros recolhendo e alimentando centenas de famílias. Os padres promoveram, junto dos povos, procissões de Ação de Graças, penitências públicas e particulares, confissões e demais atos de virtudes (Chantal, 2005: 176).

As religiosas do Convento de Nossa Senhora de Belém foram enviadas pela cidade, juntamente com confessores, para que se ministrassem os sacramentos aos moribundos (Cameira, 2012: 328). Pregaram também muitos leigos, inclusive mulheres, pois todos temiam a ira divina e receavam que as réplicas destruíssem o que restara da cidade e das suas vidas (Mendonça, 1758: 119). As terapias mais usadas nos dias que se seguiram ao terramoto foram as orações, dentro ou fora das barracas (Cameira, 2012: 329).

### 14. CONCLUSÃO

Sintetizando, podemos dizer que a resposta de emergência ao fenómeno natural extremo que devastou Lisboa foi pensada de uma forma moderna e racional não sendo, porém, evidente que a resposta ao desastre tenha sido claramente hierarquizada, tal como seria expectável na atual sociedade.

O sismo foi dessacralizado e enfrentado com as armas da ciência e da técnica da época tendo sido tomadas medidas imediatas para garantir a saúde, a segurança e o alojamento dos cidadãos (Lima, 2008: 25).

Os atos de culto foram preservados e o patriarcado foi ainda mobilizado para ajudar no esforço da reconstrução da cidade. Isto só foi possível porque à época, como agora, a sociedade incluía diferentes visões do mundo em conflito aberto.

Mas o poder em Portugal estava nas mãos de

um representante de uma visão do mundo claramente minoritária na sociedade portuguesa. Desta forma, o Estado, cujos sinais exteriores tinham ruído com o terramoto, renasceu, depois, forte e absoluto. Tal deveu-se à existência de um governante com ideias iluministas que soube utilizar a catástrofe e todos os meios de que dispunha para a construção de um Estado moderno.

### BIBLIOGRAFIA

BARROS, Francisco Lobo Correia de (1882) – *Altos feitos do Marquês de Pombal*. Lisboa: Typographia de Mattos Moreira & Cardoso.

CAMEIRA, Maria Cecília (2012) – “Sacralização e práticas religiosas” in Viegas, I. M.; Loureiro, S.; Subtil, J. (coord.) *Portugal Aflito e Conturbado pelo terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, p. 329.

CARDOSO, Arnaldo Pinto (2013) – *O terrível terramoto da cidade de que foi Lisboa-correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli: Arquivos Secretos do Vaticano*. Lisboa: Alétheia.

CHANTAL, Suzanne (2005) – *A vida quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil.

LIMA, Maria Luísa Pedroso de (2008) – “Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755”. *Análise Social*, 186. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, pp. 7-28.

LISBOA, Amador Patrício de (1758) – *Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*. [s. l.].

MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de (1758) - *História universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até ao século presente*. Lisboa: Offic. de Antonio Vicente da Silva.

PEREIRA, António (1756) *Commentario Latino e Portuguez sobre o terramoto e incendio de Lisboa de que soy testemunha ocular*. Lisboa: Na oficina de Miguel Rodrigues.

S/ autor [s. d.] – *Plano Especial de Emergência de Protecção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limitrofes*, vol. I. [s. l.]: Autoridade Nacional de Protecção Civil (disponível em <https://www.bombeiros.pt/artigostecnicos/plano-especial-de-emergencia-para-o-risco-sismico-na-area-metropolitana-de-lisboa-e-concelhos-limitrofes.html/>).

S/ autor (2012) – *Plano Municipal de Emergência de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Protecção Civil (disponível em <http://www.equipa-ecre.org/PMEPC-CM Lisboa.pdf>).

S/ autor (2010) – *Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Matosinhos* (versão 3 – parte I). Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos (disponível em [http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer\\_file/document/5761/PME\\_NET.pdf](http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/document/5761/PME_NET.pdf)).

RATTON, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de (1920) – *Recordações sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SOUSA, Francisco Luiz Pereira de (1928) – *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, vol. III. Lisboa: Tipografia do Comércio.

SUBTIL, José (2012) – “D. José: A herança e a mudança política” in Viegas, I. M.; Loureiro, S.; Subtil, J. (coord.) *Portugal Aflito e Conturbado pelo terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, p. 209.

# O TERRAMOTO COMO FACTOR DE ACELERAÇÃO DE URBANIZAÇÃO DO CARDAL DA GRAÇA E DO VALE DE CAVALINHOS – A GRAÇA EM 1755

---

João Castela Cravo

Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design – Universidade Lusíada / joaocravo@gmail.com

## Resumo

A zona da Graça não foi das zonas mais atingidas pelo Terramoto de 1755 ou pelos fenómenos (tsunamis e incêndio) subsequentes. Os edifícios mais atingidos terão sido o Palácio dos Condes de Val-dos-Reis, a Capela de Nossa Senhora do Monte, a Igreja de Santo André, o Convento de Santa Mónica e parte do Convento e Igreja da Graça.

A reconstrução destes edifícios, ao contrário do que sucedeu em outras zonas da cidade, correu de uma forma lenta. Contudo, se os grandes edifícios demoram a reconstruir, o território sofre uma profunda mudança estrutural, reordenando-se. A Graça, de *limes* urbano torna-se centro urbano, acelerando o processo de urbanização do Cardal da Graça e do Vale de Cavalinhos.

**Palavras-chave:** Lisboa, Terramoto, Graça, Reconstrução, Reordenamento.

## Abstract

The Graça zone was not among the zones where the earthquake of 1755, or the following tsunami and fire caused the biggest damage. The most affected buildings were the palace of the Condes de Val-dos-Reis, the Chapel of Nossa Senhora do Monte, the Church of Santo André, the Convent of Santa Monica and part of the Convent and Church of Graça.

The reconstruction of these buildings, unlike what happened in other parts of the city, occurred in a slow manner. Nonetheless if it took several years for the large buildings to be rebuild, the territory was subject to a profound structural change. The Graça area, initially a suburban area was transformed into an urban centre, accelerating the urbanization process of Cardal da Graça and Vale de Cavalinhos.

**Keywords:** Lisbon, Earthquake, Graça, Reconstruction, Reordering.

(...)  
*Um só momento, um só, porém terrível*  
*Abre, rompe, destrói, faz em pedaços*  
*Os doces lares, as sublimes torres*  
*Os Templos Santos e os palácios altos*  
(...)  
(Abade de Jazente, 1786: 280)

O presente trabalho resulta de uma investigação mais ampla, no tempo e nos objectivos, conducente a doutoramento sobre a zona da Graça (*Tempo, Território, Cidade e Arquitectura – de S. Gens a Almofala e à Graça*)<sup>1</sup>, em que, por sua vez, o território proposto, resulta de uma escolha, tendo em conta os tempos e a imaginabilidade de um edifício – o Convento da Graça – isto é, de uma forma resumida e algo grosseira, a capacidade do Convento da Graça em atrair atenção e energias vivenciais. Mas para além desta teoria da Imaginabilidade (Lynch, 2007), a escolha do território passou também pela Teoria dos Lugares Centrais, especialmente enfatizada pela Arqueologia Espacial (Hodder, 1998).



Figura 1 – A Igreja e o Convento da Graça vistos da Mouraria. Ainda um bom exemplo da forte imaginabilidade que a mole da Graça provocava em Lisboa. Foto do autor.

Este território passa por três grandes fases, dentro da Lisboa cristã (embora possam ser estabelecidas outras, mas que não acrescentariam nada para a actual reflexão):

<sup>1</sup> Sob orientação do Prof. Doutor Horácio Pereira Bonifácio será apresentada na Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

Uma primeira fase, ainda pré-Graça, em que se estabelece uma unidade no Monte e em Almofala, uma unidade baseada em dois elementos territoriais – Campo Santo (cemitérios e eremitérios) e Arrabalde. De facto, desde muito cedo que a zona (o Monte, da raiz ao cume) foi escolhida pela sua capacidade de contemplação – isto é, o *cum-templare*, a demarcação do lugar sagrado – com a ligação a São Gens (mítico bispo da Lisboa paleo-cristã), o almocávar (cemitério islâmico), o macáber (cemitério judaico) e a Senhora do Monte. Mais tarde, esta capacidade vai-se estender a Almofala, ao convento e a uma nova zona sepulcral que se manterá até ao século XIX. E se a origem deste Campo Santo começa por ser profundamente arrabaldeira, quase que escondida das estruturas urbanas, com a passagem para o domínio cristão, rapidamente se torna funcionalmente urbana.

Com efeito, a referida segunda fase é marcada pela construção da muralha fernandina e respectiva fixação de um novo *limes* entre a cidade e o campo, com a marcação de três importantes aberturas na cidade – a porta de Santo André e os postigos da Graça e do Caracol da Graça. Esta é uma fase em que a capacidade de imaginabilidade do Convento é enorme, sobretudo a partir do momento da Graça II (quinhentista, erguida entre 1556 e 1565, por especial acção de frei Luís de Montoya, reformador da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho) o que arrastará a construção de grandes edifícios (civis e religiosos), o Palácio dos Mendoça ou da Avé Maria, o do Val-dos-Reis, o dos Roxas ou Palácio Trofa, o Convento das Mónicas, etc. A cidade crescia, mas sempre contida. A cinta fernandina tinha trazido o Monte e Almofala à cidade (o mesmo fazendo com a falda das Olarias e da Bombarda, funcionalmente embora não formalmente, tendo em conta as actividades eminentemente urbanas aí praticadas), mas mantinha a falda oriental, o Cardal e o Vale de Cavalinhos como zona agrária – alfoz. É de referir, porém, que só no século XIX esta situação irá mudar, depois de um período de reorganização na segunda metade do século XVIII.



Figura 2 – Rua do Sol à Graça, no arranque na Rua da Graça (ou Rua Nova da Graça). Um dos locais de penetração no antigo Cardal da Graça (com ligação ao Vale de Cavalinhos) e, portanto na zona do antigo alfoz. Nota-se a desorganização da construção pós-terramoto. Foto do autor.

Precisamente com o Terramoto surge essa terceira fase, marcada por um lado, por uma transformação da estrutura populacional – com um aumento dos burgueses e operários, com a correspondente marcação arquitectónica das vilas, por exemplo, e por outro, pela ultrapassagem do antigo *limes* e urbanização das zonas agrícolas.

Efectivamente o Terramoto de 1755 é um catalisador de mudanças, não só em toda a cidade de Lisboa mas especificamente na Graça e zona envolvente. É de realçar que não temos grandes informações de pormenor quanto ao impacto do Terramoto neste local. Sabemos que não terá sido atingido nem pelo fogo, nem pelo *tsunami* e pouco mais. Eduardo Freire de Oliveira (1882, t.16: 149), embora não referindo os seus apoios documentais, faz um balanço de alguns dos edifícios atingidos. Assim, teria sido afectado o Palácio dos Condes de Val-dos-Reis, a Capela de Nossa Senhora do Monte, a Igreja de Santo André, o Convento de Santa Mónica e parte do Convento e Igreja de Nossa Senhora da Graça. Para além destes edifícios, percebem-se grandes destruições, provavelmente provocadas pelo Terramoto no Palácio Trofa ou dos Roxas e na Quinta dos Abelhos. No caso do Palácio Trofa, tal ainda se pode ver hoje, por observação directa. No que diz respeito à Quinta dos Abelhos (em cujos terrenos hoje arranca a Rua da Voz do Operário e se situa

a Escola-Oficina n.º 1), para além de um desenho, guardado no Arquivo Fotográfico de Lisboa, tal se depreende do facto de a Quinta ter sido elencada, cerca de 1791, em relatório do Intendente Pina Manrique, para ali se fazer um dos oito cemitérios que ele propunha para Lisboa (o que diz da sua mais que plausível ruína) (André, 2006: 79). Também sem suporte documental, Mário de Sampaio Ribeiro dá-nos uma descrição, por ventura fantasiosa, mas realística o suficiente para ter acontecido assim, do momento do Terramoto na Igreja da Graça, referindo a ruína da fachada e das abóbodas da capela-mor e do cruzeiro, bem como a morte de alguns fiéis e de dois frades:

*“Na manhã do dia de Todos-os-Santos a comunidade estava no côro cantando terça à qual se devia seguir a missa conventual.*

*Quási a meio do segundo salmo, quando a quadratura levantava o versículo Defectio tenuit me, pro peccatoribus de relinquentibus legem tuam, começou de ouvir-se um ruído formidável e as paredes do templo entraram de abanar como canalial açoitado por furacão apavorante. Os graciosos tomados de pânico fugiram espavoridos. Mal teriam tempo de ir a meio do ante-côro quando a fachada ruiu com estrépido medonho e arrastou na queda o sobrado do próprio côro. Foi tamanha a violência que o Crucifixo da teia se desfez em pedaços ao cair no chão indo parar a cabeça da imagem ao pé do altar-mór, disparada com velocidade meteórica. Depois desabou a abóbada da capela-mór e por fim, a do cruzeiro, falta de apoios, também deu consigo em terra.*

*Só ficaram de pé as paredes que não tinham fundamentos apreciáveis e na sua cimalha ficou intacta a fileira de cruces – “alicerces celestiais” – que frei Luiz de Montoya lá pusera para as consolidar. Em poucos minutos a grandiosa fábrica da igreja dos eremitas augustinianos de Nossa Senhora da Graça era montão de destroços, “era ruína pegada”!*

*Preciosidades sem conto se perderam e nos escombros ficaram sepultados alguns fiéis e dois frades que estavam no tribunal da penitência – o Padre-*

-mestre frei Marcos de Santo António e o definidor frei Alberto de Brito.” (Ribeiro, 1939: 6-7).

Com algumas pequenas discrepâncias, as informações que Freire de Oliveira e Sampayo Ribeiro nos dão, são corroboradas por alguns dos testemunhos da época, agora coligidos em obra recente (Boiça e Barros: 2005).

A reconstrução da Graça e dos edifícios mais atingidos correu de uma forma lenta – no caso do convento agostinho, a 2 de Novembro de 1765 terá sido lançada a 1.ª pedra para a reconstrução da Igreja, iniciando-se assim o período da Graça III. Tradicionalmente é atribuído o risco da construção a Manuel Caetano de Sousa, numa primeira fase que se prolongará até 1785. De 1896 a 1905 haverá uma nova campanha de reconstrução, completando-se o plano anterior (que entretanto sofre alterações) e restaurando-se, já, algumas zonas da primeira fase.



Figura 3 – Coluna e restos de estruturas ainda do período da Graça II (manuelino), integrados na reconstrução posterior a 1765. Foto do autor.

No caso da Capela de S. Gens, que terá sido completamente destruída e a confiar em Mendes Leal (1860: 7), onde terá morrido o próprio eremitaço, a reconstrução terá sido realizada já no século XIX e antes de 1827, a cargo do arquitecto Honorato José de Correia Macedo e Sá.



Figura 4 – Capela de S. Gens / Nossa Senhora do Monte, reconstruída em inícios do século XIX pelo arquitecto Honorato José de Correia Macedo e Sá. Foto do autor.

Para além da reconstrução, a zona da Graça inicia aqui (ou acelera) um processo de urbanização de algumas zonas rurais (em especial a do Cardal, à volta da nova Capela de Nossa Senhora da Glória, bem como a zona da Cruz dos Quatro Caminhos, prolongamento natural da primeira). José-Augusto França (1979: 438) vai inclusivamente incluir a Graça numa das três zonas que considera como focos de urbanização pombalina. Com efeito, a política do Marquês de Pombal (ela própria, uma espécie de terramoto político), vai ser importante também para a Graça, já que a própria cidade muda, apesar de Sebastião José ter optado pela solução (talvez a mais difícil) de reconstruir a capital, precisamente no seu espaço anterior.

Mas o que é facto é que a cidade mudou! Luís Almeida Martins, em recente artigo sobre o Marquês, utiliza uma expressão curiosa – “(...) a cidade que hoje conhecemos é objectivamente outra, sendo subjectivamente a mesma.” (Martins, 2013: 58). Esta mudança de paradigma urbano, dentro do mesmo casco, contudo, não se harmonizou nem com a rapidez necessária à reconstrução, nem com a necessidade de um sentimento de segurança por

parte da população. Estas duas questões levam, por um lado, à procura de pontos altos que não tenham sido atingidos pelo terramoto e seus efeitos e, por outro, provocam o recurso à “barraca” (Lousada e Henriques, 2007: 186, 190-191).

A barraca, aliás, será um recurso fundamental para os lisboetas no pós-terramoto, acabando mesmo por ser crucial no crescimento da cidade – no caso, tanto a barraca para habitação, como para outros tipos de edifícios, mormente as igrejas, vulgarmente chamadas igrejas barracais, caso por exemplo das igrejas de Santa Catarina ou a da Conceição. Contudo, talvez a barraca mais conhecida tenha sido a “Real Barraca” o palácio real abarracado, levantado na Ajuda.

Mas atenção, falamos aqui de realizações de construção rápida e materiais perecíveis – madeira, lona, tabique – mas também as havia em pedra e cal, eventualmente com aparelhos frágeis e pobres, mas tudo dependia da capacidade económica dos donos e da disponibilidade dos materiais.

Apesar da profusão destas barracas, rapidamente as autoridades as combateram, em especial dentro do perímetro de intervenção da reconstrução pombalina. Tal facto implementa a procura de novos espaços urbanizáveis (ou construíveis), quase sempre em situações de peri-urbanismo, podendo-se afirmar que a procura de sítios onde montar barracas acabaria por orientar o crescimento da cidade (Lousada e Henriques, 2007: 190-191).

O espaço rural confinante com a Graça tinha as condições ideais para este alargamento urbano. Refere-se aqui o espaço que se estende para leste da actual Rua da Graça, na altura um caminho entre o Postigo da Graça e a Cruz dos Quatro Caminhos, em parte ao longo de um troço da muralha fernandina. Este espaço rural era constituído pelo Cardal da Graça (a encosta adjacente à Rua e pelo Vale de Cavalinhos, o actual Vale de Santo António, bem como a contra-encosta deste Vale, hoje até à Rua da Bela Vista. Estamos numa zona alta, que não conheceu nem o incêndio, nem o *tsunami* de 1755 o que conferia algum sentimento de segurança. A proximidade de estradas para o alfoz – Olivais, Loures,

Torres Vedras, por exemplo – e que demandavam o Postigo da Graça e a Porta de Santo André, traziam ainda mais argumentos para a instalação de população que fugia do inferno do centro de Lisboa. Aliás, a este espaço se refere José Acúrsio de Tavares (Boiça e Barros, 2005: 129-137), num testemunho em que, curiosamente, tenta minimizar os estragos do Terramoto de 1755, respondendo a um outro, da autoria de José Oliveira Trovão e Sousa (Boiça e Barros, 2005: 96-109). Diz, então, Acúrsio de Tavares: “*Suponho que o autor infere o inabitável de Lisboa por hum cento de barracas que estão no Cardal da Graça (...)*” (Boiça e Barros, 2005: 133).

Rapidamente (e aqui só podemos pôr a nossa imaginação a funcionar) as barracas para habitação devem ter surgido em força nesta zona, anteriormente ocupada por alguma agricultura, mas numa leitura paleo-toponímica, essencialmente formada por pastos. As frágeis construções vão, com certeza, dispersar-se pelo espaço, de acordo com as vicissitudes do tempo e do local, sem que houvesse qualquer correspondência a uma pré-ideia comum, relativa à sua organização. A paisagem urbana daí resultante seria mais próxima de uma disposição quase aleatória ou de acordo com um cadastro rural, do que com uma ordenação mínima urbana.

É de referir que, logo após o Terramoto, provavelmente ainda em 1756, ergue-se, também, no Cardal uma capela barracal, uma estrutura em tabique, que deveria abrigar o Santíssimo Sacramento da freguesia de Santa Maria, uma vez que a Sé foi bastante afectada. Após 1762/1766 (Vale e Ferreira, 1999), o tabique é substituído por alvenaria e nasce a actual Capela de Nossa Senhora da Glória, na sua (aparente) simplicidade pombalina, marcada no frontão com os símbolos de Nossa Senhora Rainha da Glória – coroa e ceptro sobre uma almofada. Mas para além desta, também a já referida Capela de São Gens/Nossa Senhora do Monte passou por uma fase barracal, pois logo em 1755 terá sido levantada uma barraca em madeira para guardar a imagem de Nossa Senhora do Monte, que terá sido encontrada, intacta, debaixo dos escombros. No que diz respeito à Igreja da Graça, não há notícias

de que tal tenha acontecido, pese-embora o tempo se venha a tornar sede das paróquias de Santo André e de Santa Marinha. Contudo, o facto de partes do Convento terem permanecido intactas, ou pelo menos habitáveis, levam a que algumas delas possam ter sido adaptadas, pelo menos provisoriamente, a funções litúrgicas. Portanto, as barracas para habitação foram acompanhadas na zona pelas igrejas (neste caso, capelas) barracais.

É curioso verificar o facto da Capela da Glória estar fora do alinhamento da Rua, visto esta ter sido rasgada posteriormente, agora paralela ao talvegue do Vale de Cavalinhos. As ruas que descem da Rua da Graça para o Vale (por exemplo, Travessa da Pereira, Rua das Beatas, Rua do Sol à Graça) também mostram esse desalinho, marcadas por vários becos e travessas. Nota-se também, em vários locais, especialmente na zona da crista da Bela Vista, nos edifícios de aspecto mais antigo, desfasamentos com a rua, entrecortada por avanços e recuos, e mesmo com um desalinho na altura dos socos, facto que faz perceber uma reorganização, já municipal, do desenho urbano da zona, que numa primeira fase se propõe ter acontecido de uma forma abrupta e guiada pela urgência. Se nesta Rua da Bela Vista, os socos ficaram alteados devido a um rebaixamento da Rua, no caso da Travessa da Senhora da Glória aconteceu o contrário, o que provocou o corte de algumas portas, praticamente pelo meio da altura das ombreiras.



Figura 5 – Rua da Bela Vista à Graça – notam-se os desníveis nas soleiras das portas, provocadas por uma reorganização formal da rua. Foto do autor.

## CONCLUSÃO

Situada no alto de uma das colinas de Lisboa, a zona da Graça, logo em 1755, surgiu aos olhos dos lisboetas como zona privilegiada em termos de segurança (pelo menos em termos de sentimento de segurança) pelo que rapidamente foi usada como refúgio dos deslocados pelo terramoto, *tsunamis* e incêndio e mesmo pelas instituições (caso da capela barracal que vai abrigar o Santíssimo Sacramento da tão central e icónica freguesia de Santa Maria Maior e que se transformará mais tarde na Capela de Nossa Senhora da Glória. No que diz respeito aos já referidos deslocados, muitos aqui irão construir barracas, aí se instalando durante alguns anos, não só devido à questão da segurança, mas também ao facto de serem empurrados das zonas antes urbanizadas e agora destruídas da cidade, onde o Marquês de Pombal proibiu tais construções. Muitas destas barracas foram depois substituídas por casas de habitação mais perenes, transformando assim, uma região que era antes, predominantemente rural, numa nova zona da cidade, plausivelmente periurbanizada e cujas características ainda hoje se detectam no actual desenho urbano.

## BIBLIOGRAFIA

ABADE DE JAZENTE (1786) – “Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755. Romance Fúnebre” in BOIÇA, J.; e BARROS; M.ª (coord.) 1755, *A Memória das Palavras* (2005). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, pp. 277-285.

ANDRÉ, Paula (2006) – “Modos de Pensar e Construir os Cemitérios Públicos em Lisboa: o Caso do Cemitério dos Prazeres”. *Revista de História da Arte*, 2. Lisboa: Instituto de História da Arte – FCSH/UNL, pp. 67-105.

BOIÇA, Joaquim; BARROS; Maria (coord.) (2005) – *1755, A Memória das Palavras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

FRANÇA, José-Augusto (1979) – “Lisboa: Espaços Urbanos no Século XIX”. Sep. *Revista de la Universidad Complutense*, 115. Madrid: Universidad Complutense.

HODDER, Ian (1988) – “From Space to Place: Current Trends in spatial archaeology” in *Seminário Sobre Arqueologia Espacial* (Arqueologia Espacial, 12). Teruel: Seminario de Arqueologia y Etnologia Turolense; Colegio Universitario de Teruel (pp. 9-15).

LEAL, Joaquim José da Silva Mendes (1860) – *Descrição Histórica da Ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gens*. Lisboa: Imprensa Commercial.

LINCH, Kevin (2007) – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

LOUSADA, M.ª Alexandre; HENRIQUES, Eduardo Brito (2007) – “Viver nos Escombros: Lisboa Durante a Reconstrução” in Araújo, A. C.; Cardoso, J. L.; Monteiro, N. G.; Rosa, W.; Serrão, J. V. (org.) *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 183-197.

MARTINS, Luís Almeida (2013) – “Marquês de Pombal – O Homem que resgatou Portugal”. *Visão*, 1066 (8 a 14 de Agosto), pp. 54-61.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal.

RIBEIRO, Mário de Sampayo (1939) – “A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa”. *Olisipo*, 5/6/7. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa.

VALE, Teresa; FERREIRA, Maria (1999) – “Ermida de Nossa Senhora da Glória”. Disponível em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4740](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4740) (consultado a 8 Julho 2014).



# UM OUTRO LADO DO TERRAMOTO: PARA UMA REVISÃO DO ÓCIO E ESPECTÁCULOS NA LISBOA ROMANA

---

Sara Henriques dos Reis

Uniarq – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / sarahenriquesreis@gmail.com

## Resumo

No âmbito das comemorações dos 260 anos do Terramoto e da reabertura do Museu do Teatro Romano de Lisboa propõe-se fazer uma revisão crítica a dois dos monumentais edifícios de *Olisipo*, o teatro e as termas, cuja descoberta quer dos vestígios arqueológicos quer das respectivas inscrições foi possibilitada face à urgente necessidade de se reconstruir Lisboa após o grande sismo de 1755. Não se pretende portanto abordar o terramoto de *per si*, mas as suas repercussões nos estudos da Arqueologia olisiponense, enfatizando-se o significado por detrás das inscrições que documentam a existência de um teatro datado do século I d.C., cuja ornamentação fora patrocinada pelo augustal *C. Heius Primus* (CIL II 183), e de umas termas, mandadas restaurar pelo governador provincial *Numerius Albanus* (CIL II 191) no século IV d.C. Monumentos de construção coeva, mas cujo abandono diferiu no tempo, reflexo dos desígnios de uma nova conjuntura religiosa, social, política e económica, mostram-se ambos essenciais na difícil tarefa de reconstrução da topografia urbana de *Olisipo* e da elite municipal olisiponense.

**Palavras-chave:** *Olisipo*, Terramoto de 1755, Munificência Pública, Teatro Romano, *Thermae Cassiorum*.

## Abstract

In the context of the commemorations of the 260th anniversary of the 1755 Lisbon Earthquake and the reopening of the Roman Theatre Museum of Lisbon, this paper aims to make a critical review of two monumental buildings of *Olisipo*: the theater and the thermal baths. The discovery of the archaeological remains and inscriptions became possible due to the urgent need to rebuild Lisbon after the earthquake. Therefore, the purpose is not to approach the earthquake itself but rather its impact on Lisbon's archaeological studies; emphasizing the meaning behind the inscriptions that document the existence of a theater dated from the first century A.D., which ornamentation was sponsored by the *augustalis* *C. Heius Primus* (CIL II 183), and a thermal bath, ordered to be restored by the provincial governor *Numerius Albanus* (CIL II 191) in the fourth century A.D. The two monuments are of contemporary building, but its rehabilitation and abandonment differ in time, a reflection of the will of the new society and the new political, economic and religious circumstances. They are both essential in the arduous task of the reconstruction of urban topography and the municipal elite of *Olisipo*.

**Keywords:** *Olisipo*, Earthquake of 1755, Public Munificence, Roman Theatre, *Thermae Cassiorum*.

## 1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: LISBOA, PALCO DA CÓLERA DIVINA?

*“Do grande e mil vezes horrendo terramoto de 1/11 de 1755 ainda Lisboa apresenta dolorosos testemunhos em algumas ruínas, e na sua majestosa reedificação as marcas da extensão de seu maior estrago memorável em todos os séculos (...).”* (Tavares, 1810: 127).

Há 260 anos, pelas 9 e meia da manhã do dia 1 de Novembro de 1755, a terra tremeu de tal forma que Lisboa ficara reduzida a escombros e cinzas. Os edifícios que não ruíram foram consumidos pelas chamas dos múltiplos incêndios ateados pelos fogões, continuamente acesos, do denso casario e das velas derrubadas nas igrejas, pese o fervor religioso com que se vivia o dia de Todos os Santos, que rapidamente se propagaram pela cidade e a pintaram de negro.

Pouco depois, um maremoto inundou toda a zona ribeirinha, transformando o Tejo “numa amálgama de destroços e cadáveres”. Assim, num “esforço conjugado dos três elementos revoltos, a terra, a água e o fogo”, Lisboa vira-se assolada por uma das maiores catástrofes de que há memória (Braga, 1994: 113-114).

O facto de tamanha tragédia atingir a capital de um povo de tão arreigada fé, levou a que se questionassem as “verdadeiras” origens do Terramoto, gerando-se uma controversa polémica que animou os debates culturais do século XVIII. Naturalmente, o impacto da visão de Lisboa tragicamente destruída suscitou o seu relato por parte de eruditos quer nacionais quer internacionais, obtendo assim ampla divulgação nos meios europeus.

As interpretações dividiram-se em dois grandes grupos: os que consideravam que por detrás do Terramoto estariam causas naturais, e os que viam nele uma natureza religiosa, associando a catástrofe à acção de um *Dies irae*, que se justificava, nas palavras do padre Gabriel Malagrida, através dos “pecados dos homens e a depravação de Lisboa que provocaram o castigo divino” (*apud* Braga, 1994: 116).

Todavia, erguida da catástrofe, sob as ruínas da Lisboa barroca de D. João V (opulenta e luxuriante, mas de traça medieval), renascia uma nova cidade que ganhava forma através dos planos da reabilitação pombalina. Assim, nas décadas que se seguiram, enquanto se removiam os escombros causados pelo Terramoto, foi possível aqui e ali espreitar-se o Passado, como que por janelas que se haviam rasgado no solo, descobrindo-se, sepultados sob a cidade, inúmeros vestígios da glória passada (Braga, 1994: 112-13).

Neste panorama, se o Terramoto constituiu um marco na história cultural do país pelas consequências dramáticas na perda de bens irrecuperáveis – tanto edifícios como manuscritos<sup>1</sup> de conventos e bibliotecas – em contrapartida constituiu um ponto de viragem, equilibrando este desaparecimento com a descoberta de outros há muito esquecidos.

Destacam-se neste âmbito, a descoberta de inscrições e vestígios arqueológicos que documentam a existência do teatro e das termas romanas, datados dos séculos I e IV d.C., respectivamente; mas também de outra meia centena de novas inscrições, identificadas sobretudo nas muralhas e portas do Castelo (Silva, 1944: 19 e ss).

Atente-se ainda a outro conjunto de ruínas romanas identificado na sequência do Terramoto, em 1771, no subsolo da Baixa de Lisboa (entre a Rua dos Retroseiros e a Rua da Prata), concretamente o criptopórtico de *Olisipo*, enraizado no ideário popular como estabelecimento termal. Todavia, esta teria sido solução arquitectónica encontrada para edifícios de grande dimensão, levando a que Vasco Mantas (1990: 163; 1999: 29-30) e José Cardim Ribeiro (1994: 83) o tivessem considerado como uma das componentes de um *forum* corporativo, de funções socioeconómicas, localizado na zona portuária de *Olisipo*.

---

<sup>1</sup> Um dos manuscritos perdidos após o Terramoto consiste no *Promptuario* intitulado *Monumenta Romanorum in Lusitanis Urbibus*, do humanista André de Resende onde havia coligido inúmeras inscrições de *Olisipo* e arredores, inspirando as obras do arcebispo D. Rodrigo da Cunha e do Capitão Luís Marinho de Azevedo sobre a cidade (Silva, 1944: 13 e ss).

Este complexo de galerias data do século I d.C., sendo contemporâneo de outros edifícios públicos da cidade romana, como o teatro (Fabião, 1994: 67). Note-se ainda a descoberta de uma inscrição dedicada a *Aesculapius*<sup>2</sup> pelos *augustales M. Afranius Euporio e L. Fabius Daphnus*<sup>3</sup>, apontando por um lado para a presença de um templo e/ou balneário reservados ao culto divindade da saúde e, por outro, corroborando o carácter público do edifício (Silva, 1944: 217-219; Cardim Ribeiro, 1983: 18-19; Fabião, 1994, pp. 68-69).

## 2. O TEATRO ROMANO DE OLISIPO

Quando na Europa renascentista se começara a desenvolver o fascínio pela Antiguidade Clássica, Portugal não ficou indiferente a este movimento. Neste panorama, não surpreende que, ao enaltecerem a própria cidade, uma das antiguidades que maior atenção atraiu foram as inscrições, testemunho dos *merita* dos antepassados que as gravaram almejando a eternidade. Todavia, é certo que os humanistas que activamente as recolheram e registaram, o fizeram de forma desorganizada, sendo muitos os erros de cópia e interpretação. Porém, a sua obra foi de extraordinária importância uma vez que permitiu salvaguardar monumentos que de outra forma poderiam não ter sobrevivido às intempéries da História (Silva, 1944: 16-17).

## 3. UMA BREVE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

---

<sup>2</sup> *Sacrum / Aesculapio / M(arcus) Afranius Euporio / et / L(ucius) Fabius Daphnus / aug(ustales) / municipio d(onom) d(ederunt)* (CIL II 175).

<sup>3</sup> Atendendo ao uso dos *tria nomina*, onde *cognomen* evidencia uma origem orientalizante, e ao cargo religioso exercido, *M. Afranius Euporio e L. Fabius Daphnus* seriam dois libertos pertencentes à elite municipal que desempenhavam a *augustalidade* como *C. Iulius Primus* (dedicante do *proscenium* e da *orchestra* do teatro, vide *infra*), cujas fortunas assentariam nas actividades comerciais (Lambrino, 1951, 38-39; Mantas, 1976, 165-66; Cardim Ribeiro, 1983: 9; Almeida, 2006: 88-89). Ambas as doações ao município devem ser compreendidas à luz do fenómeno da munificência pública inerente ao desempenho do cargo.

“Este teatro desde muito tempo jazia ignorado, e os nossos antigos escritores e pesquisadores de inscrições dos sécs. XVI e XVII não tiveram notícia d’ele.” (Silva, 1944: 175).

Em 1798, por entre os escombros do Terramoto, foram encontradas na encosta do castelo (nas actuais ruas de São Mamede e da Saúde) as ruínas do teatro romano de *Olisipo* e, com elas, duas extensas inscrições honoríficas (EO 70 e 71), descritas por Frei Manuel do Cenáculo e Luís António de Azevedo (Castilho, 1935: 158-162; Silva, 1944: 19-23; Garcia, 1991: 469; Azevedo, 2017: 11).

Na Colecção Cenáculo do Arquivo Distrital de Évora podemos encontrar duas plantas do teatro que se consideram conter as mais antigas representações do *proscenium*. Todavia, o nível de esquematismo que apresentam sugere serem apenas rascunhos feitos no intuito de informar D. Manuel do Cenáculo sobre a importante descoberta realizada (Fernandes, 2004/05).

Luiz António de Azevedo, nascido em 1755, acompanhou de perto a descoberta dos vestígios do teatro romano, em Abril de 1798, pelo então arquitecto régio Manuel Caetano de Sousa<sup>4</sup>, a qual fora sempre atribuída ao arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri, devido a ter sido este, dentro do espírito intelectual romântico e coleccionista da época, que procedera ao registo gráfico detalhado do sítio e que levava a cabo os mecanismos necessários de salvaguarda das ruínas arqueológicas *in situ*, dando lugar a um “prematura ideia de musealização, tal como hoje a entendemos” (Azevedo, 2017: iii, *pref.* Lídia Fernandes).

Publica, em 1815 na sua *Dissertação Crítico-Filológica-Histórica* um desenho aquarelado original<sup>5</sup>, assinado pelo arquitecto régio Francisco Xavier Fabri, onde representa o nicho central do muro do

---

<sup>4</sup> Correção histórica possível devido à descoberta por Carlos Fabião (2013) de nova documentação na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Museu da Cidade, peça nº 229 (n.º inv. MC.DES. 12). Vd. Estampa IX (Azevedo, 2017: 46) com o Alçado e o Prospecto das ruínas do teatro.

*proscenium* abrindo-se em semicírculo para a *orchestra*. Nos seus acessos sobressai a reprodução assimétrica de dois silenos adormecidos<sup>6</sup>, apoiados num odre com uma grande concavidade que denuncia a passagem de líquidos, porventura perfumados<sup>7</sup>. Fabri retrata ainda o *aditus maximus* e o *pulpitum* onde inclui, desenhados em planta, na parte inferior do desenho, e em alçado na superior, vários elementos arquitectónicos (capitéis, fustes e bases de coluna) encontrados dispersos nas ruínas (Hauschild, 1994: 64; Fernandes e Caessa, 2006/07: 101-104; Fernandes, 2007: 36-38).

Embora as últimas descobertas tivessem feito renascer o gosto pela epigrafia, o entusiasmo que despertaram, confinado a um pequeno grupo de intelectuais, rapidamente esmoreceu, desaparecendo totalmente no final da centúria, juntamente com quase todos os vestígios que o haviam alimentado. Novos edifícios ergueram-se sobre o teatro, soterrando-o uma vez mais.

Neste âmbito, note-se que, no primeiro *corpus* português, exclusivamente dedicado às inscrições romanas de Lisboa, intitulado *Epigrafia de Olisipo. Subsídio para a História da Lisboa Romana* (1944), da autoria de Augusto Vieira da Silva, a inscrição do teatro é ainda dada como desaparecida (EO 70). Face a este panorama, ressalta a importância do desenho de Fabri como única fonte disponível para o estudo do edifício e respectiva inscrição, até às primeiras intervenções arqueológicas realizadas na segunda metade do século XX<sup>8</sup>.

O teatro romano foi redescoberto em 1964 quando Fernando de Almeida (1966: 561-571) pro-

---

<sup>6</sup> Um deles integra a exposição permanente do Museu do Teatro Romano, enquanto o outro está na coleção do Museu Nacional de Arqueologia.

<sup>7</sup> Solução técnica que coloca, em termos de efeitos cenográficos, o *proscenium* do teatro de *Olisipo* em paralelo com os tradicionalmente adoptados em outros teatros de cidades hispânicas, como *Emerita*, *Itálica*, *Baelo Claudia* (Fernandes e Caessa, 2006/07: 102-104).

<sup>8</sup> Nova planta e perfil estratigráfico surgiu apenas em 1985-88, quando Hauschild (1994: 65) procedeu ao levantamento da área escavada, permitindo fazer uma leitura mais cuidada da topografia e das dimensões das ruínas.

cedia a prospecções numa das casas sobrepostas às suas ruínas, prontamente adquirida pela CML para demolição<sup>9</sup>. Entre 1965/67 prosseguiram as intervenções arqueológicas, dirigidas por Irilvalva Moita (1970: 16 e ss.), somente interrompidas dada a impossibilidade de aquisição dos restantes imóveis para a escavação total do sítio. Todavia, estas permitiram comprovar que toda a zona de intervenção se encontrava muito afectada, sobretudo a área do *proscenium* devido ao seu material de construção, o mármore, ter sido reutilizado nos edifícios que se lhe sobrepunham.

Não obstante, dois achados merecem especial destaque: a identificação, no pavimento do *pulpitum*, de um estreito canal para recolha de água, porventura usada nos elementos cenográficos; e um fragmento de placa de revestimento, ou capeamento parietal, que apresenta parte do perfil esquerdo de uma figura humana em baixo-relevo, onde se conservam vestígios de uma legenda em grego, ΜΕΛΠΙΟ, remetendo para a palavra *Μελπο[μένη]*<sup>10</sup>, i.e, Melpómene, a musa da Tragédia, sendo plausível supor que também aí estivessem representadas as nove musas (Alarcão, 1988: 187; Hauschild, 1994: 64-65; Fernandes e Caessa, 2006/07: 97).

Novas campanhas arqueológicas foram desenvolvidas em 1989 por A. M. Dias Diogo (1992), pondo a descoberto outras infra-estruturas que possibilitaram definir toda a área da *cavea*, tais como áreas de *vomitoria* e o peribolo, sob o qual fora identificada uma habitação romana tardia (séculos IV-V d.C.) que permitiu datar a época de desactivação e abandono do teatro enquanto espaço cénico (*apud* Hauschild, 1994: 65).

Nos últimos três anos, seguiu-se a última campanha de escavações, dirigida por Lídia Fernandes, coordenadora do Museu do Teatro Romano de Lis-

---

<sup>9</sup> Destaque-se o papel crucial da *Dissertação de Azevedo na redescoberta das ruínas do teatro, cujo conhecimento da obra por D. Fernando de Almeida permitira reconhecer o local. Atente-se ainda, que à época, as únicas provas da existência do teatro romano consistiam nos levantamentos e registos feitos por Azevedo e Fabri.*

<sup>10</sup> HEp 4, 1994: 1075.

boa, cujas palavras parafraseamos ao considerar a história da descoberta das ruínas daquele edifício, desde o século XVIII até hoje, como ‘um caso de felizes acasos para a Arqueologia Urbana Portuguesa’<sup>11</sup>.

#### 4. O EDIFÍCIO: EVERGETISMO E PROPAGANDA POLÍTICA

“(…) palco de espectáculos, o teatro de Olisipo, através da sua paisagem epigráfica, transformou-se em mais um palco da encenação do poder na urbe romana”

(Fernandes, 2005: 36)

A municipalização de *Olisipo* terá sido determinante para a construção de alguns dos seus equipamentos urbanos. No caso do teatro, no que toca à problemática da datação do edifício, note-se que, o momento fundacional parece remontar a época augustana ou pouco posterior, mas sendo claramente anterior à data neroniana tradicionalmente apontada, em parte muito influenciada pela inscrição<sup>12</sup>. Todavia esta remete exclusivamente para a renovação de elementos arquitectónicos do teatro, nomeadamente a *orchestra* e *proscenium*, e à doação dos respectivos *ornamenta*; e não à construção *ex nihilo* do edifício em si (Alarcão, 1988: 187; Silva, 1999: 60; Fernandes, 2001; Almeida, 2011: 34).

Ademais, o facto de alguns elementos arquitectónicos serem talhados em calcário, revestidos a estuque e pintados, aponta de imediato para que sejam mais antigos que a decoração em mármore oferecida na época de Nero, encontrando paralelo nos capitéis do peristilo do teatro de Mérida, datados de época augustana. Atendendo a estas

<sup>11</sup> Trecho do discurso inaugural do novo Museu do Teatro Romano.

<sup>12</sup> *Neroni Claudio divi Claudi filio) Germa[nici] C]aesar[is nep(oti) Ti(beri) C]aesaris [pron(epoti) divi Augusti abn(epoti) Caesari] Aug(usto) Germanico pont(ifici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) III imp(eratori) III co(n)s(uli) II designato III proscenium et orchestram cum ornamentis Augustalis perpetuus C(aius) Heius Primus Cato HEIA[--- d(onum) d(edit)] (CIL II 183; EO 70; RAP 490; HEP 11, 2001, 690).*

circunstâncias, é plausível terem ocorrido, pelo menos, duas fases de construção: a fundação, no início da época imperial, quando a fachada da *scaena frons* apresentava o revestimento a estuque; e, sob o principado de Nero, quando sofreu obras de remodelação e marmorização, que incluíram o embelezamento ornamental patrocinado por *C. Heius Primus*. Neste panorama, se o novo *proscenium* inaugura na província da Lusitânia, em simultâneo com *Emerita*, o processo de marmorização do Império; em *Olisipo*, este fenómeno surge acompanhado da sua confirmação epigráfica (Hauschild, 1994: 65-66; Mateos Cruz, 2006: 350-51; Fernandes e Caessa, 2006/07: 110-11).

Não obstante alguns autores interpretem a inscrição, excluindo o seu carácter de homenagem imperial<sup>13</sup>, tal proposta, contudo, não resiste à análise do desenho de Fabri que apresenta por extenso a palavra *NERONI*, em dativo. Ademais, a inscrição coincide com a data em que é inaugurado em Roma o *amphitheatrum ligneum* (igualmente consagrado a Nero), elogiado por Suetónio pela luxuosa decoração. Atendendo a estas circunstâncias, quiçá a remodelação do teatro de *Olisipo* visasse integrar o município no processo de marmorização que ocorria por todo o império, e também nos *ludi romani* (Silva, 1999: 45-47; Fernandes, 2007:38; Almeida, 2011: 34).

Neste contexto, para quem dispunha de uma abastada fortuna e ansiava por promoção social, um dos campos de grande atracção foi a doação de espectáculos, assim como a manutenção dos edifícios destinados a albergá-los. Note-se que, além da função lúdica, os teatros, como principais símbolos de romanidade e de afirmação do poder de Roma nas províncias, converteram-se em estruturas chave ao cerimonial relacionado com o culto imperial, servindo de instrumentos de propaganda da nova or-

<sup>13</sup> Armin U. Stylow (2001: 145, nota 27) contesta a interpretação de dedicatória devido ao E final estar muito deteriorado e possivelmente gravado sob a junta de dois silhares, tal como acontece com a palavra *ornamen[t]is*. A menção ao imperador serviria apenas como elemento de datação, propondo a correcção de *NERONI* para o ablativo de datação *NERONE*.

dem (Rodríguez Neila, 1989: 159; Andreu Pintado, 1999: 48; Mateos Cruz, 2006: 348-351).

A vinculação do teatro de *Olisipo* ao culto imperial surge testemunhada através do novo programa estatutário do *scaenae frons*, que encerra um claro objectivo propagandístico de exaltação da ideologia oficial da nova dinastia, enfatizando a continuidade dinástica. Este fenómeno encontra-se igualmente atestado nas restantes capitais provinciais, pois tanto o teatro tarraconense como o cordubense sofreram intensos processos de marmorização, completados por ciclos icónicos, onde figuraram na *scaena frons* várias esculturas *thorocatas* da dinastia antonina (Étienne, 2002: 101-102; Mateos Cruz, 2006: 340-43 e 350-52; Carter e Edmondson, 2014: 550-51).

Todavia, com o passar do tempo, os *ludi* foram perdendo, tanto no espírito dos espectadores como no dos organizadores, a sua antiga dimensão religiosa, para se converterem num dos episódios centrais da vida sociopolítica da cidade, por serem essenciais à sua dinâmica propagandística. O poder político tinha plena consciência do valor da informação publicamente gravada e do facto de a sua eficácia depender da implantação topográfica escolhida e, conseqüentemente, do número de leitores. E, neste panorama, tanto o teatro como as temas integraram, por excelência, o quadro do lazer, complementando-se como locais de reunião.

De forma privilegiada, o urbanismo imperial acabara por fornecer um instrumento que permitia aos cidadãos participarem nos “grandes acontecimentos” municipais, uma vez que as comemorações que decorriam no teatro constituíam uma ocasião para o público se manifestar sobre qualquer decisão tomada pela cidade (Grimal, 1993: 127).

Neste contexto, não deverá surpreender que este tenha sido o edifício que *C. Heius Primus* escolheu patrocinar<sup>14</sup>. Com uma capacidade máxima de cerca de 4000 espectadores, o teatro de *Olisipo*

tornou-se o local privilegiado para a reunião do *populus*, sendo utilizado como espaço de exaltação do poder imperial mas, sobretudo, do poder municipal. Paralelamente, o *proscenium*, como elemento frontal da fachada do palco perfeitamente visível das bancadas<sup>15</sup>, constituiu uma estrutura de grande valor simbólico, tornando-se o local de eleição tanto para a colocação de ornamentação cénica como para a difusão de mensagens propagandísticas (Serrano Delgado, 1988: 144; Fernandes e Caessa, 2006/07: 104 e 110).

Os notáveis municipais haviam encontrado na política de monumentalização da arquitectura pública, a nova ‘arquitectura do poder’ e, nas cerimónias de culto imperial que a acompanhavam, o palco perfeito para colocarem esta encenação do poder “ao serviço da manipulação ideológica” (Dias, 2014: 94). Se para tal seria necessário concentrar o maior número de indivíduos no mesmo local, destacasse o anúncio dos espectáculos de modo a atrair o maior número de espectadores possível. Muito característicos são os *graffiti* de Pompeia, anunciando por exemplo lutas de gladiadores, presididas por *D. Lucretius Satrius Valens*, flâmine de Nero, e seu filho (CIL IV 3884) (Carter e Edmondson, 2014: 145-46).

Ademais, disfarçadas de *beneficentia*, estas doações proporcionavam a oportunidade de se receber homenagem pública, fazendo com que as intenções meramente altruístas fossem amplamente superadas pelos objectivos propagandísticos, direccionados a ganhar *popularitas* e o tão ansiado *favor populi*. Pretendia-se chegar a quem tinha no seu voto o controlo da promoção eleitoral do munificent, confirmando que o verdadeiro interesse não seria proporcionar momentos de *Liberalitas* mas de pura propaganda política (Rodríguez Neila, 1989: 135-47 e 168; Andreu Pintado, 1999: 37-38 e 47-50; Fernandes, 2005: 30-35).

<sup>14</sup> Cf. com a opinião de L. A. de Azevedo (2017: 41): “A causa de fazer Caio Heio a erecção do Proscenio e a Orquestra em honra de Nero, foi reconhecer no referido Imperador este Augustal uma paixão predominante pelas representações Theatraes”.

<sup>15</sup> “Inscrição em honra de Nero gravada em letras ferraes na face do Proscenium, que olhava á parte circular do Theatro na correspondencia dos assentos da Platéa” e “(...) ficava o tal Proscenio mais baixo que a Scena, e mais alto que a Orquestra” (Azevedo, 2017: 12 e 27).

## 5. A INSCRIÇÃO: PROPAGANDA POLÍTICA E PROMOÇÃO SOCIAL

De acordo com os desenhos de Fabri, o *proscenium* articular-se-ia em nove *exedrae* cujo interior seria percorrido por uma inscrição gravada numa única linha na parte superior dos cinco nichos centrais<sup>16</sup>. O facto de nas campanhas arqueológicas somente se terem recuperado nove blocos epigrafados, face aos vinte e dois representados *in situ* e três deslocados, no alçado de Fabri, fez com que o desenho continuasse a ser uma fonte incontornável para o seu estudo (Hauschild, 1994: 64; Fernandes e Caessa, 2006/07: 98 e 105).

No que toca à interpretação da mensagem, esta detinha o propósito de informar mas, e sobretudo, de influenciar a opinião pública: nos primeiros dois blocos exaltava-se o imperador; no terceiro são gravados os seus cargos honoríficos, permitindo remeter o texto para 57 d.C.; no quarto discriminam-se os trabalhos de embelezamento; e, finalmente, no quinto recorda-se o benemérito que os promovera, o *augustalis perpetuus C. Heius Primus* (CIL II 183). A inscrição demonstra assim um planeamento prévio e intencional, gravando-se propositadamente em primeiro e último lugar as partes da mensagem que mais importava que saltassem à vista dos espectadores, concretamente o nome do imperador homenageado e o nome do benemérito.

Atendendo assim ao teor da mensagem (que tornava difícil esquecer a fidelidade ao Império, o acto de evergetismo e o nome do benemérito), ao provocante jogo de cores obtido pelo contraste entre o material escolhido para as *exedrae* (alternando entre o mármore rosa e o cinzento) e às técnicas de gravação (forma de “V” aos sulcos das letras contribuindo para uma melhor legibilidade<sup>17</sup>), podemos

---

<sup>16</sup> Vide Alarcão (1982) para informações mais detalhadas acerca da organização do teatro e respetivas escavações.

<sup>17</sup> Opções técnicas que outorgavam imponência ao aspeto global do texto, refletindo a importância do conteúdo da mensagem. Atente-se, à gravação de letras mais altas, como o ‘T’ (com 10 cm de altura) da palavra *orchestram* (Fernandes e Caessa., 2006/07: 106-107).

concluir que arquitectura, programa iconográfico e inscrição, formavam um conjunto que enobrecia o edifício e, simultaneamente, funcionavam como estratégia propagandística quer imperial como municipal (Fernandes e Caessa, 2006/07: 95, 105-08 e 111).

## 6. UMA ANÁLISE ONOMÁSTICA E PROSOPOGRÁFICA AO DEDICANTE

Quando se analisa o texto da inscrição<sup>18</sup>, sobressai o facto de ter sido dedicada ainda em vida do imperador, por um *augustalis*, um sacerdote do culto imperial de origem servil. Se os *liberti* estariam legalmente impedidos de exercer magistraturas, porém, a sua prosperidade económica serviu-lhes de via de acesso a cargos religiosos. Sob Tibério fora criado um grau intermédio de culto, o *collegium augustales*, instituição cuja verdadeira função social seria criar um estatuto para que o liberto assumisse uma posição de elite e participasse na gestão municipal.

Numa linha de mimetismo com as mais altas instituições municipais, os augustais inspiraram-se no *ordo decurionum*, recebendo os seus *ornamenta* (benesses com o intuito de estimular novas doações) e ficando sujeitos ao pagamento da *summa honoraria* (Serrano Delgado, 1988: 103-05; Castillo García, 2003: 78-81).

Todavia, a evolução do *ordo augustalium* caminhou paralelamente à do culto imperial, ambos perdendo o seu sentido religioso e transformando-se, pouco a pouco, em instituições políticas. Atendendo à dependência ao fenómeno munificente (i.e. às fortunas que estariam por detrás dele), o seu desaparecimento esteve relacionado com os efeitos socioeconómicos da “crise do século III d. C.” que destruiu as condições que tornaram possível a sua existência, nomeadamente, prosperidade económica, vida urbana florescente e a existência de dinâmica classe de libertos abastados (Duthoy, 1976:

---

<sup>18</sup> Note-se que a primeira tentativa de análise onomástica e de comentário histórico-filológico fora feita por Luiz António de Azevedo na sua Dissertação (2017: 13 e ss).

1272, 1277-84, 1293-94 e 1305-06; Serrano Delgado, 1988: 109, 132, 144-45, 207-12 e 220-21).

Assim, o papel de *C. Heius Primus* como *augustalis perpetuus*, distinção honorífica excepcional conservada depois da saída do cargo que lhe permitiria manter o prestígio de forma vitalícia, seria, por um lado, ocupar-se com as medidas de promoção do culto imperial e, por outro lado, desempenhar um papel activo na vida pública da cidade através do financiamento de ornato urbano<sup>19</sup> (Castillo García, 2003: 82; Fernandes e Caessa, 2006/07: 109-110).

No caso de *C. Heius Primus*, uma análise onomástica permite explicar a origem da sua fortuna. O *nomen Heius* corresponde a um gentílico itálico pouco difundido no mundo romano, mas presente desde o século II a.C. em importantes centros portuários do sul de Itália, Sicília, Grécia e Norte de África. Nos locais de maior concentração, os testemunhos epigráficos comprovam o dinamismo político-social desta *gens* através dos cargos exercidos e das doações feitas, fruto da grande riqueza acumulada graças ao monopólio do comércio marítimo, assentando nas suas mãos o papel de intermediários das transacções comerciais.

No caso de *Olisipo*, se por um lado, a sua posição geoestratégica como porto comercial da Lusitânia, converteu-a no ambiente económico propício a encontrarem-se *Heii*; por outro, reforça a hipótese do *augustalis olisiponense* ter sido liberto de um dos *C. Heius* que actuaram como *negotiatores* nas cidades portuárias mediterrânicas (Andreu Pintado, 2001: 244; Almeida, 2011: 76-77).

Por outro lado, note-se que a ligação ao *patronus* constituiu um dos elementos fundamentais, senão o principal, na promoção dos *liberti*. Assim, o privilégio de usufruir do seu prestígio e o reconhe-

cimento pelo seu apoio, levou a que estes fossem alvo frequente de homenagem (Serrano Delgado, 1988: 121-28 e 133-34; Étienne, 1993: 86). Esta realidade encontra-se testemunhada num pedestal honorífico<sup>20</sup> (reproduzido nos desenhos de Fabri, mas de paradeiro desconhecido), que suportaria a estátua do *augustalis perpetuus, C. Heius Primus*, dedicado por *C. Heius Primi lib. Nothus* e *Heia Primi lib. Elpis*, juntamente com quatro dos seus descendentes<sup>21</sup>, e mandado colocar no próprio teatro que havia ajudado a embelezar (Silva, 1944: 176-178; Mantas, 1994: 72; Andreu Pintado, 2004: 251-252; Fernandes, 2005: 29-31 e 33-35; Almeida, 2006, 90-91; Fernandes e Caessa, 2006/07: 109).

Atendendo à pouca difusão do *cognomen Nothus*<sup>22</sup> e à raridade do gentílico *Heius* na Lusitânia<sup>23</sup>, foi possível identificar seguramente o aluno (*dicens*) *Nothus C. Heii Primi servus, do medicus Atimetus*<sup>24</sup>, como o escravo de uma proeminente família de *Olisipo* de meados do século I d.C., cujo patrono seria o *augustalis perpetuus C. Heius Primus* (Edmondson, 2009: 118-120).

A placa que *Nothus* consagra a *Atimetus* revela-se de extraordinário interesse para aceder à mobilidade geográfica e aos intercâmbios sociais estabeleci-

<sup>20</sup> [...] / [Augu]stali / perpetuo / C(aio) Heio C(ai) l(iberto) / Primo / C(aius) Heius Primi lib(ertus) / Nothus et Heia / Primi l(ib(erta)) Elpis / Heia Notha Secunda / C(aius) Heius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Primus Ca[t]o / Heia Nothi f(ilia) Chelid(a) / T(itus) [H]eius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Glaphyrus Nothian/[us? - -] / [...] [CIL II 196, EO 71, RAP 543].

<sup>21</sup> Note-se que para *Heia Notha Secunda*, atendendo ao comentário de Hübner e à leitura dos restantes descendentes, a transcrição mais correcta seria *Heia Nothi f(ilia) Secunda*. Destaque-se o epitáfio funerário da liberta *Cornelia Nothis, secunda mima* (HEp 5, 1995: 97) do teatro de Augusta Emerita (Saquete Chamizo e Márquez Pérez, 1993: 71-72).

<sup>22</sup> Cf. Navarro Caballero e Ramírez Sábada (2003: 250).

<sup>23</sup> Note-se que *Heius* consiste num gentílico raro na Lusitânia, atestado unicamente em *Olisipo* (Navarro Caballero e Ramírez Sábada, 2003: 189; Abascal Palazón, 1994: 148).

<sup>24</sup> Vd para mais informações acerca dos aspectos relacionados com a aprendizagem de um ofício de particular relevância como o de *medicus na Lusitânia romana, o estudo de Amílcar Guerra e Sara Henriques dos Reis (2018) – Ser médico e aprender medicina na Lusitânia*.

<sup>19</sup> Em 1985, parte de outra inscrição, [C(aius) HEI]VS PRIMVS DEDIT (FE 55, 257), surgiu reutilizada num edifício próximo do teatro. Trata-se de um lintel que poderia ter figurado por cima do arco de entrada do *aditus maximus* do teatro, comemorando novamente a generosidade de *C. Heius Primus* (MOITA, 1985; Moita, 1995; Fernandes, 2005: 32; Fernandes e Caessa, 2006/07: 110; Edmondson, 2009: 125).

dos entre *Olisipo* e *Emerita*, enquanto capital administrativa e pólo de atracção para imigrantes de todo o império. Por outro lado, o facto de uma proeminente família olisiponense ter enviado um dos seus escravos para ganhar conhecimentos médicos em *Emerita* sugere que *C. Heius Primus* já beneficiasse de ligações sociais estabelecidas com indivíduos da capital (Edmondson, 2009: 117 e 126).

Saliente-se, neste âmbito, o papel vital que desempenharam os libertos e seus descendentes na estrutura social da cidade e na orgânica do culto imperial, integrando-se na clientela das grandes famílias locais. Ademais, o seu dinamismo e intervenção directa no sector económico garantiu-lhes uma posição relevante na hierarquia municipal, que não hesitaram em sublinhar através de despesas sumptuárias.

## 7. AS THERMAE CASSIORUM

*“As thermas dos Cassios, (...) e o teatro descoberto em 1798 na Rua de S. Mamede, são os edifícios romanos mais importantes que se tem encontrado em Lisboa”.*

(Borges de Figueiredo, 1889: 154)

### 7.1. Uma breve análise historiográfica

Em 1771, durante a abertura dos alicerces para a fábrica do palácio do Correio Mór do reino, o Conde de Penafiel, com frente para a actual Rua das Pedras Negras, foram descobertas as ruínas de um sumptuoso complexo balnear, dadas a conhecer por D. Francisco Martins de Andrade e pelo padre D. Tomás Caetano de Bem<sup>25</sup>. O desenho de Caetano de Bem recolhido por Vieira da Silva (1944: 19-23) remete para um edifício imponente, como testemunha uma grande sala de banhos abobadada ainda evidenciando as canalizações que conduziriam a água até um balneário que incluiria uma *piscina*

<sup>25</sup> Cf comentário de A. C. Borges de Figueiredo, na *Revista Archeologica, ao texto do Pde. D. Thomaz Caetano de Bem no qual descreve pormenorizadamente o edifício das thermas e a inscrição* (BNP ms. Documentos sobre moedas e inscrições epigráficas sobretudo romanas [COD. 425]; ms. Inscrições romanas [COD. 289]).

(Moita e Leite, 1986: 66, nota 17). Estes autores referem ainda a identificação de uma inscrição<sup>26</sup> pintada num tijolo de cor vermelha na parede interior de um dos compartimentos das thermas sob um nicho onde fora encontrada uma estatueta” (Castilho, 1935: 137-141; Mantas, 1994: 73; Andreu Pintado, 2001: 239 e 249). Inscrição descrita por E. Hübner (1871: 12) como *tegola inscripta litteris minio pictis*, i.e., “telha inscrita com letras pintadas a zarcão”, localizando ainda as ruínas do edifício ‘nas casas do correio-mór do reino, o conde de Penafiel’ (*apud* Encarnação, 2009: 482).

Note-se, porém, que fora a natureza da inscrição que se revelara uma questão problemática, na medida em que, de imediato, sobressai o facto de a riqueza informativa que integra não se coadunar com o suporte escolhido. Esta circunstância levou a que José d’Encarnação (2009: 481-85) a interpretasse, tomando como paralelo uma inscrição de Alconétar gravada sob dois fragmentos de telha, como a minuta, i.e., o texto que serviria de modelo ao *ordinator*.

O mesmo investigador (2009: 485-86) aponta para o facto de Francisco Tavares<sup>27</sup> na sua obra (1810: 127-30) se referir a “hum tijolo de cor vermelha da largura de dois palmos, e mais tres de comprimento” (Encarnação, 2009: 491-93) e deixar a palavra ‘*tijolo*’ em itálico querendo, porventura, alertar para o facto de não se tratar propriamente de um tijolo com a minuta, mas de um painel que envergaria uma inscrição pintada, como documentam as gravuras.

No entanto, pode verificar-se que, ao longo da obra, muitas outras palavras são deixadas em itálico, nomeadamente as dimensões da inscrição, sendo plausível pensar que o uso do itálico mais não servisse que para destacar do corpo do texto os termos

<sup>26</sup> *Thermae Cassiorum / renovatae a solo iuxta iussionem / Numeri Albani v(iri) c(larissimi) p(raesidis) p(rovinciae) L(usitaniae) / curante Aur(elio) Firmo / Nepotiano et Facundo co(n)s(ulibus)* (CIL II 191; EO 22; HEp 18, 2009: 576).

<sup>27</sup> Cf. relato de Pde. D. Thomaz Caetano de Bem “em a mesma parede do nicho, se via um mattone ou tejo de cor vermelha da largura de dois palmos, e mais de tres de comprimento; em que se lia a seguinte Inscrição” (*apud* Borges de Figueiredo, 1889: 154).

pretendidos, e não para lhes conferir outro sentido interpretativo.

Todavia, as termas padeceram do mesmo destino que o teatro, sendo construído um novo edifício sobre elas. Redescobertas em 1991, o mesmo não ocorreu com a inscrição que ficara destruída para sempre. Não obstante, a sua autenticidade ficara confirmada na obra de João Pedro Ribeiro (1819: 51) que, ao descrever o uso do pincel sobre reboco<sup>28</sup>, refere que “com o mesmo instrumento foi talvez escrita huma Inscricção em letras vermelhas, sobre o reboque, em huns Banhos públicos dos Romanos, que se descobrirão depois do terramoto de Lisboa, nas casas que edificou o Correio Mór, que por haver a incuria de se demolir, aqui a conservarei, segundo a lêu pessoa bem instruida” (*apud* Encarnação, 2009: 486-490).

## 7.2. Uma breve análise epigráfica

A inscrição das Termas dos Cássios documenta a reedificação do edifício, feita em 336 d.C., no ano em que foram cônsules *Nepocianus* e *Facundus*. Não obstante, esta obra implicaria a existência de um monumento prévio.

Atendendo ao facto de que muitas restaurações alteravam por completo a estrutura original dos edifícios, a lei salvaguardava o nome<sup>29</sup> do primeiro

---

<sup>28</sup> Cf. opinião de Borges de Figueiredo (1889: 154) “(...) estava mal informado João Pedro Ribeiro, quando no tom, IV, parte 1, pag. 51 das suas Dissertações chronologicas e criticas, disse: ‘Com o mesmo instrumento (o pincel) foi talvez escrita huma inscrição em letras vermelhas, sobre reboque em huns Banhos públicos dos Romanos, que se descobrirão depois do terramoto (...)’. Ora nós antes de transcrevermos a analysarmos a inscrição, diremos que não pode haver dúvida em ser ella feita em tejo, por isso que se dá perfeita conformidade no que diz o P. Bem com o que está no esboço. Ignoramos, é verdade, como as letras seriam feitas, porém, conjecturamos que eram de relevo no tejo, com o fundo cheio de cal ou argamassa, ficando vermelhas como sobre um reboco”.

<sup>29</sup> Cf. em *Digesto* 50, 10, 2 (Ulp.3 Opin.) “*Ne eius nomine, cuius liberalitate opus exstructum est, eraso aliorum nomina inscribantur et propterea revocentur similes civium in patrias libertates, praeses provinciae auctoritatem suma interponat*”, onde se invoca a intervenção da autoridade do governador para que não se apague o nome de aquele cuja liberalidade permitiu que se construísse a obra *ex nouo*.

dedicante (*Digesto*, 50, 10, 7, 1 – *Cal.2 de cogn.*), impedindo a apropriação das vantagens propagandísticas da doação anterior pelo novo protagonista (Andreu Pintado, 1997: 239-241; 1999: 39; Dias, 2015: 94-95). Por outro lado, durante todo o Império Romano, verificou-se uma importante atenção e protecção no que toca à vontade do benemérito, muitas vezes regulada por ordem testamentária, “*el Derecho hereditario romano siempre estuvo presidido por el principio de la supremacia de la voluntad del causante*” (Malavé Osuna, 2007: 88), pressupondo que não se poderia aplicar a outros fins o que havia sido legado à cidade com um objectivo concreto.

Esta realidade encontra-se corroborada na inscrição analisada, onde permaneceu a designação do complexo original, *Thermae Cassiorum*<sup>30</sup>, cujo nome provem de uma das mais influentes *gentes olisiponenses* de época alto imperial (note-se que a *gens Cassia*<sup>31</sup> encontra-se particularmente concentrada no município, contando-se com treze testemunhos, o equivalente a metade do total da Lusitânia), que seguramente o havia mandado construir no século I d.C. (Navarro Caballero e Ramírez Sábada, 2003: 135). Uma análise onomástica ao gentilício *Cassius* permitiu associá-lo às velhas famílias de imigrantes do Norte de Itália, levando a que construção das termas fosse atribuída a Q. *Cassius Longinus*, propretor da Hispânia Ulterior em 49 a.C., e ao legado *Lucius Cassius*, seu irmão<sup>32</sup> (Silva,

---

<sup>30</sup> Note-se que, se muitas vezes, para designar a natureza do monumento é utilizado o acusativo – *balneum, arcum, porticum, fórum* – na presente inscrição, o edifício restaurado surge como sujeito da frase, em nominativo plural seguido de um complemento determinativo, em genitivo plural: *Thermae Cassiorum* (Cagnat, 1914: 265 e 271).

<sup>31</sup> Destaquem-se as referências a *Cassius Gallus* homenageado por decreto dos decurhões como *optimus vir* (CIL II 208); ao duúnviro Q. *Coelius Cassianus* que consagrou uma homenagem a Cómodo (CIL II 187); a M. *Cassius Sempronianus*, difusor olearius olisiponensis emigrado na Bética (AE 1984: 526); ou ao duúnviro L. *Cassius Reburus* que consagrou um voto a *Libertas Augusta* (HEp 15, 2006: 516).

<sup>32</sup> Não obstante, a frequência com que surge o gentilício *Cassius* na epigrafia de Olisipo relativiza estas afirmações.

1944: 48; Mantas, 1994: 71; Andreu Pintado, 2001: 241; Encarnação, 2009: 483).

As termas consistiram em edifícios públicos frequentemente financiados por privados que, muitas vezes, proporcionavam também os meios para o seu adequado funcionamento e manutenção ao longo do tempo (Malavé Osuna, 2007: 73-74).

Todavia, não obstante o elevado esforço económico que requereu a um particular levar a cabo a construção no século I d.C. de um edifício de tal envergadura, em época tardia o estado de degradação seria tal que somente uma reestruturação total seria viável. As termas sofreram então, em 336 d.C., uma reedificação desde os seus alicerces (*renovatae a solo*) sob a ordem do *uirus clarissimus, praeses provinciae Lusitaniae, Numerius Albanus*, sendo encarregado como especialista o *curante, Aurelius Firmus*.

Recorde-se a prudente política imperial levada a cabo, sobretudo a partir de Antonino Pio, para o plano edilício, que limitava alguns excessos que poderiam conduzir à ruína das próprias cidades e dos seus beneméritos. Para o estudo das leis e do regime jurídico financeiro das obras públicas no direito romano tardio, torna-se obrigatória a leitura de *Digesto*, sobretudo o título 10 (*de operibus publicis*) do Livro 50, que inclui a definição do regime jurídico aplicável ao financiamento de obras públicas, questões acerca da autorização imperial necessária para as construir, o direito de inscrição do nome do benemérito e as normas relativas à responsabilidade das várias instâncias administrativas envolvidas na construção da obra (Malavé Osuna, 2007: 67 e ss).

Neste sentido, pode ler-se em *Digesto*, 50, 10, 3 (*Macer 2 de off. Praes.*)<sup>33</sup>: “*Pr. Opus novum privato etiam sine Principis auctoritate facere licet, praeterquam si ad aemulationem alterius civitatis pertineat (...). 1. Publico vero sumtu opus novum sine Principis auctoritate fieri non licere, Constitutionibus declaratur*”. Ou seja, não só para se fazer uma nova obra

<sup>33</sup> Note-se que, apesar de *Aemilius Macer* escrever sob Alexandre Severo (c. 235 d.C.), cerca de um século antes da renovação das termas em questão, estas disposições legais mantiveram vigência em toda a época tardoantiga, como testemunha a sua posterior reinterpretação na constituição teodosiana.

pública, a expensas do Estado, seria necessária a autorização do *Princeps* mas também, após a obra estar concluída, o nome do imperador deveria surgir de forma peremptória na inscrição comemorativa do edifício, quer este fosse financiado com dinheiro público quer com dinheiro privado.

Não obstante, a partir de séc. III, o financiamento de projectos *ex nihilo* tornou-se uma realidade verdadeiramente excepcional. A conjuntura político-económica da época levava a que o regime jurídico aplicado às obras públicas, visível nos textos de *Digesto*, fosse reinterpretado no *Codex Theodosianus* (C. Th. 15.1: 11), facilitando-se então a autorização para a reparação de edifícios antigos que se apresentassem em estado de ruína. A restauração urbanística havia-se convertido numa prioridade prevista na lei, permitindo simultaneamente economizar gastos e garantir que se manteria o esplendor de outrora. Testemunho dessas reformas é um pedestal, dedicado pela cidade ao flâmine provincial *L. Cornelius Bocchus* (RAP 526; FE 275)<sup>34</sup>, em meados do séc. I d.C., reutilizado como aparelho de construção nas termas (Fernández e Zarzalejos, 1997: 26-27; Silva, 1999: 48-49; Almeida, 2011: 35).

Pensamos assim ser plausível pensar que os governadores da província estariam autorizados a levar a cabo, sempre que necessário, reconstruções e/ou todo o tipo de manutenção dirigidas às obras públicas<sup>35</sup> (Malavé Osuna, 2007: 221 e ss), servindo-se dos magistrados de cada cidade, os *curatores civitates*, encarregues da sua supervisão, neste caso, o *curante Aurelio Firmo*. Não se tratando, a *restauratio* das *Thermae Cassiorum*, de uma doação priva-

<sup>34</sup> Originário de uma importante família de *Salacia*, integrava o *cursus equester* como demonstra o cargo de *praefectus fabrum* (HEp 8, 1998: 608).

<sup>35</sup> Em meados do séc. IV, os imperadores Valentiniano e Valente proibiram, por um lado, todos os magistrados de executarem novas obras públicas em Roma “*Intra urbem Romam aeternam nullus iudicum novum opus informet, quotiens serenitatis nostrae arbitrium cessabunt*”; mas, por outro, concederam uma licença geral para o prefeito da cidade proceder à reabilitação dos edifícios antigos “*ea tamen instaurandi, quae iam deformibus ruinis intercidisse dicuntur, universis licentiam damus*” (apud Malavé Osuna, 2007: 81 e ss).

da (como o fora a sua construção original), o único nome que deveria aparecer inscrito na nova inscrição comemorativa seria o do *Princeps* (D. 50,10,3 e 3,1), seguido ou não do nome dos magistrados em função, neste caso pode ler-se em ablativo *Nepotiano* e *Facundo consulibus* (Cagnat, 1914: 264).

Sobressai assim o facto de tão imponente inscrição não ter sido gravada numa placa de mármore nem colocada na fachada do edifício, mas antes pintada em pequenas dimensões num compartimento interior das termas, sem mencionar o nome do imperador que, pelos cônsules em activo, seria Constantino I, mas surgir antes em seu lugar, o nome do governador em genitivo, *Numeri Albani uiri clarissimi praesidis provinciae Lusitaniae*, por ordem de quem se efectuaram os trabalhos.

Ora, surge previsto na lei, de forma clara, em D.50,10,4 (*Modest.11 Pandectarum*) que “*nec praesidis quidem nomen licebit superscribere*”, pressupondo que, se os governadores provinciais mandassem inscrever, no lugar do nome do imperador, o seu próprio nome, seriam acusados de crime e, por conseguinte, a inscrição seria considerada ilícita. Sabemos, porém, que esta autorização seria concedida desde que incluíssem, naturalmente, o nome do *Princeps* (Malavé Osuna, 2007: 103-104).

Todavia, alcance exacto destas medidas permanece ainda em aberto, podendo porventura considerar-se que a lei não seria sempre cumprida ou que o controlo nas províncias ocidentais tardo-antigas não seria tão rigoroso. Por conseguinte, o caso de desobediência de *Olisipo* não é único no império, encontrando outros paralelos similares na Hispânia.

Como testemunho de casos semelhantes de restaurações tardias de edifícios alto-imperiais mandadas fazer por intervenção das máximas autoridades provinciais, encontram-se duas inscrições de Mérida consagradas ao imperador Constantino, *Domini nostri Pius Fidelis Victor semper Augustus*, e a seus filhos, *Constantius Constans beatissimi et felices Caesares*, uma que comemora a restauração do teatro, dedicada por *Severo, viro clarissimo, comite Lusitaniae* (AE 1935: 4); e outra a reconstrução do circo e sua ha-

bilitação a espectáculos aquáticos, consagrada pelo *vir clarissimus, comes, Tiberius Flavius Laetus*, e pelo *vir perfectissimo, praeses provinciae Lusitaniae, Iulius Saturninus* (AE 1975, 472). Estas inscrições afiguram-se de excepcional interesse uma vez que remetem para os mesmos anos em que o fenómeno ocorreu em *Olisipo* (Andreu Pintado, 2001: 247).

Por sua vez, a inscrição das *Thermae Montanarum* (CIL II 4112), cuja restauração ocorreu a cargo do *vir perfectissimus, praeses provinciae Tarracensis, M. Aurelius Vicentius*, tendo como encarregado *Messius Marianus, cur(ator) r(ei) p(ublicae) Tarraconensis* (Fernández e Zarzalejos, 2001: 20), conservou o nome dos construtores iniciais mas não o do imperador.

Contrariamente, em Éfeso documenta-se a inscrição de um edifício termal, originalmente construído entre os séculos I-II e reedificado durante o principado de *Constantius* a mando de *L. Caelius Montius, vir clarissimus proconsul Asiae iudex sacrum cognitionum* (AE 1898, 121), onde se refere o imperador mas não os construtores iniciais (Fagan, 2002: 241 e ss.).

Em suma, *Olisipo* não fora o único caso de desobediência em matéria de omissões, podendo apontar-se neste caso, por um lado, a localização e dimensão da inscrição, discretamente pintada no interior do edifício e, por outro, a efemeridade do poder imperial no século IV d.C., quando foi considerado crime gravar somente o nome do governador numa obra pública. O receio de que este governasse em nome próprio, caminhava lado a lado com a missão de proteger a memória do imperador numa época em que a sua visibilidade decorria deste tipo de propaganda (Andreu Pintado, 2001:247; Dias, 2014: 94-95). Nas palavras de P. Grimal (1993: 140), “desaparecendo um imperador (...), declaram-se as ambições. Os que detêm a força, isto é, os governadores das províncias ‘armadas’ proclamam-se *imperatores*”.

## 8. REFLEXÕES FINAIS

“(…) guiados nos subterrâneos da história pelo fio seguro da epigrafia (...) “[alcançamos] não só a história mas também o próprio espírito da cidade”

(Mantas, 1994: 73).

Para terminar, as inscrições analisadas documentam dois momentos da história da cidade, contribuindo para uma melhor compreensão, não apenas do ócio e espectáculos na Lisboa romana mas, sobretudo, para a evolução de um comportamento tão tipicamente romano como foi o fenómeno munificente e de propaganda oficial; e, concomitantemente, acerca da própria elite que o praticava.

Embora tenha sido pouco frequente a construção *ex nouo* de edifícios públicos, uma vez que implicavam grandes desembolsos, os notáveis locais mais abastados optaram por custear o ornato urbano, como testemunha a doação do *proscenium et orchestram cum ornamentis*, patrocinados pelo *augustalis C. Heius Primus*. Todavia, em época tardia foram as altas instâncias do poder quem levou a cabo as necessárias restaurações, como comprova a reedificação das *Thermae Cassiorum* a mando do governador provincial, *Numerius Albanus*.

No âmbito desta política urbanística, o Estado fez-se guiar por uma selecção de centros onde se verificava premente manter tais edifícios, privilegiando-se assim as sedes de administração provincial e os grandes portos comerciais, sendo *Olisipo* um dos centros a ser seleccionado para continuar a manter a monumentalidade de outrora, reflectindo uma cidade dinâmica em tempos de crise, onde a vida urbana não se havia colapsado nem o evergetismo extinguido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Múrcia: Universidad de Múrcia.

ALARCÃO, Jorge de (1982) – “O Teatro romano de Lisboa” in *Actas del Simpósio El Teatro en la Hispania Romana* (Mérida, 13-15 de noviembre de 1980). Badajoz: Institución Cultural Pedro de Valencia, pp. 287-302.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. [S. l.]: Publicações Europa-América (4ª ed.).

ALMEIDA, Andreia (2006) – *A antroponímia na epigrafia romana de Felicitas Iulia Olisipo – Contributo para o estudo social, político e económico do municipium na época imperial*. Dissertação de Mestrado em História Antiga apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

ALMEIDA, D. Fernando de (1966) – “Notícias sobre o teatro de Nero, em Lisboa” in *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia* (Porto, 4 a 6 de Junho de 1965). *Lycerna*, vol. V. Porto: SEC/DRN, Centro de Estudos Humanísticos (pp. 561-571).

ALMEIDA, Júlia (2011) – *Contributo para o conhecimento das Elites Olisiponenses*. Dissertação de Mestrado em História Antiga apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

ANDREU PINTADO, Javier (1999) – “Munificencia pública en la provincia Lusitania: una síntesis de su desarrollo entre los siglos I y IV d. C.”. *Conimbriga*, 38. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 31-63.

ANDREU PINTADO, Javier (2001) – “*Thermae Cassiorum*: ocio y evergetismo en la Olisipo tardoantigua” in García Moreno, L.; Rascón Marqués, S. (eds.) *Actas del II Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía, Ocio y Espectáculos* (Alcalá de Henares, 15-17 Octubre, 1997). Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, pp. 239-253.

ANDREU PINTADO, Javier (2004) – *Munificentia publica en la Provincia Lusitania (siglos I-IV d.C.)*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, Diputación de Zaragoza.

AZEVEDO, Luís António de (1815) – *Dissertação critico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendeveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo teatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d’outras memórias alli achadas e até agora aparecidas*. Lisboa: Impressão da Viúva Neves e Filhos [edição fac-similada, 2017].

BORGES de FIGUEIREDO, António Cardoso (1889) – “*Thermae dos Cássios, em Lisboa*”. *Revista Archeologica. Estudos e Notas*, vol. III. Lisboa: Typ. de Adolpho, Modesto & ca., pp. 149-154.

- BRAGA, Maria Luísa (1994) – “O 1.º de Novembro de 1755. Lisboa Destruída. O Olhar da História” in D’Intimo, R. (coord.) *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição). Lisboa: Electa, pp. 112-117.
- CAGNAT, René (1914) – *Cours d’Épigraphie Latine*. 4.ª ed. Paris: Calespinus.
- CARDIM RIBEIRO, José (1983) – “Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense”. Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 89-I, S. III. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa.
- CARDIM RIBEIRO, José (1994) – “*Felicitas Iulia Olisipo*: Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea”. *Al-madan*, 3, S. II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 75-95.
- CARTER, Michael J.; EDMONDSON, Jonathan (2014) – “Spectacle in Rome, Italy, and the provinces” in Bruun, C.; Edmondson, J. (eds.) *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: University Press, pp. 537-558.
- CASTILHO, Júlio de (1935) – Lisboa Antiga: bairros orientais. Vol. I, segunda parte. Lisboa: S. Industriais da C. M. L. (2ª ed. revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva).
- CASTILLO GARCÍA, Carmen (2003) – “Sevirato y augustalidad: un estamento intermedio en la vida ciudadana” in Rodríguez Neila, J. F. (coord.) *Sociedad y economía en el occidente romano*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, pp. 73-89.
- DIAS, M.ª Manuela Alves (2015) – “A consciencia do valor propagandístico do texto epigráfico no Baixo Império” in Gómez Martínez, S.; Macias, S.; Lopes, V. (coord.) *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 92-102.
- DIOGO, Ant.º Dias (1992) – “O teatro romano de Lisboa. Notícia sobre as actuais escavações” in Ramallo Asensio S. F.; Santiuste de Pablos, F. (eds.) *Teatros romanos de Hispania* (Cuadernos de Arquitectura Romana, 2). Murcia: Universidad de Múrcia, pp. 217-224.
- DUTHOY, Robert (1976) – “Les augustales”. *Ausstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 16, pp. 1254-1309.
- EDMONDSON, Jonathan (2009) – “New light on doctors, medical training and links between Augusta Emerita and Olisipo in the mid-first century a.d.” in *Espacios, usos y formas de la epigrafía Hispana en épocas Antigua y Tardoantigua: homenaje al Dr. Armin U. Stylow* (Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLVIII). Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 117-129.
- ENCARNAÇÃO, José d’ (2009) – “As Termas dos Cássios em Lisboa. Ficção ou Realidade” in J.G. Gorges, J.-G.; Encarnação, J.; Nogales Basarrate, T.; Carvalho, A. (coord.) *Lusitânia Romana entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*. Cascais: Câmara Municipal, pp. 481-493.
- ÉTIENNE, Robert (1993) – “Sociabilité et hiérarchie urbaine dans la Péninsule Ibérique romaine impériale” in Arce, J. (ed.) *Ciudad y comunidad cívica en Hispania (siglos II y III d. C.)*. Madrid: Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 85-91.
- ÉTIENNE, Robert (2002) – “Novidades sobre o culto imperial na Lusitânia” in Ribeiro, J. C. (coord.) *Religiões da Luistânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 97-104.
- FABIÃO, Carlos (1994) – “O Monumento Romano da Rua da Prata” in D’Intimo, R. (coord.) *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição). Lisboa: Electa, pp. 67-69.
- FABIÃO, Carlos (2013) – “Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa” in Pimentel, M. C.; Alberto, P. F. (eds.) *Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos – Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, pp. 389-409.
- FAGAN, Garrett G. (2002) – *Bathing in Public in the Roman World*. Michigan: University of Michigan Press.
- FERNANDES, Lídia (2001) – “Capitéis do Teatro Romano de Lisboa”. *Anas: Revista del Museo Nacional de Arte Romano*, 14. Mérida: Ministério de Cultura, pp. 29-51.
- FERNANDES, Lídia (2004/2005) – “As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa”. *Arqueologia e História*, 56/57. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 83-94.
- FERNANDES, Lídia (2007) – “Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica”. *Al-Madan*, 15 – S. II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 28-39.
- FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2006/2007) – “O *proscenium* do Teatro Romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico”. *Arqueologia e História*, 58/59. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 95-115.
- FERNANDES, Luís da Silva (2005) – “*C. Heius Primus, augustalis perpetuus*. Teatro e encenação do poder em *Olisipo*”. *Mathésis*, 14. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 29-40.
- FERNÁNDEZ, Carmen O.; ZARZALEJOS, Mar P. (2001) – “Las termas públicas de las ciudades hispanas en el Bajo Imperio” in

- García Moreno, L.; Rascón Marqués, S. (eds.) *Actas del II Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía, Ocio y Espectáculos* (Alcalá de Henares, 15-17 Octubre, 1997). Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, pp. 19-35.
- GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e Observações às "Religiões da Lusitânia" de José Leite Vasconcelos – Fontes Epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GRIMAL, Pierre (1993) – *O Império Romano* (Lugar da História, 55). Lisboa: Edições 70 (reimp. 2014).
- GUERRA, Amílcar; REIS, Sara H. (2018) – “Ser médico e aprender medicina na Lusitânia”. *Cuadernos de Arqueología*, 26. Pamplona: Universidad de Navarra, pp. 19-48.
- HAUSCHILD, Theodor<sup>36</sup> (1994) – “O teatro romano de Lisboa” in D’Intimo, R. (coord.) *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição). Lisboa: Electa, pp. 64-67.
- HÜBNER, Emílio (1871) – *Notícias Archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.
- LAMBRINO, Scarlat (1951) – “Inscriptions latines du Musée Dr. Leite Vasconcelos”. *O Arqueólogo Português*, 1 – S. II. Lisboa: Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, pp. 37-66.
- MALAVÉ OSUNA, Belén (2007) – *Régimen jurídico financiero de las obras públicas en el Derecho Romano tardío: los modelos privado y público de financiación*. Madrid: Dykinson S.L.
- MANTAS, Vasco Gil (1976) – “Notas acerca de três inscrições de Olisipo”. *Conimbriga*, XV. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 151-169.
- MANTAS, Vasco Gil (1990) – “As Cidades Marítimas da Lusitânia” in *Les Villes de Lusitanie Romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS* (Talence, le 8-9 décembre 1988) (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42). Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 149-205.
- MANTAS, Vasco Gil (1994) – “Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana in D’Intimo, R. (coord.) *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição). Lisboa: Electa, pp. 70-75.
- MANTAS, Vasco Gil (1999) – “Olisipo e o Tejo” in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático: Lisboa Ribeirinha* (2-4 de Julho, 1997). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 15-41.
- MATEOS CRUZ, Pedro (2006) – “El foro provincial de Augusta Emerita: un conjunto monumental de culto imperial” in *Mateos Cruz, P. (coord.) El foro provincial de Augusta Emerita. Un conjunto monumental de culto imperial* (Anejos de Archivo Español de Arqueología, 42). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 315-354.
- MOITA, Irisalva (1970) – “O teatro romano de Lisboa”. *Revista Municipal de Lisboa*, 124/125. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 3-37.
- MOITA, Irisalva (1985) – “Problemas da Lisboa Romana. A recuperação do teatro de Olisipo” in *Arqueología de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas* (Zaragoza, 1983). Madrid: Ministerio de Cultura, Institución Fernando el Católico, pp. 287-302.
- MOITA, Irisalva (1995) – “Notícias de novos achados e documentos referentes ao Teatro romano” in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Mafra: Vega, pp. 372-377.
- MOITA, Irisalva; LEITE, Ana Cristina (1986) – “Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidade e limitações” in *I Encontro Nacional de Arqueologia Romana* (Setúbal, 1985) (Trabalhos de Arqueologia, 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 55-67.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros e RAMÍREZ SÁBADA, José Luís (coord.) (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Grupo Mérida: Fundación de Estudios Romanos. Mérida-Bordeaux: Ausonius Éditions.
- RIBEIRO, João Pedro (1819) – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, Tomo IV, parte I (publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- RODRIGUÉZ NEILA, Juan Francisco (1989) – “Liberalidades públicas y vida municipal en la Hispania Romana”. *Veleia*, 6. Victoria-Gasteiz: Servicio Editorial Universidad del País Vasco, pp. 135-169.
- SAQUETE CHAMIZO, José Carlos; MÁRQUEZ PÉREZ, Juana (1993) – “Nuevas inscripciones romanas de Augusta Emerita: la necropolis del disco”. *Anas*, 6, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 51-84.
- SERRANO DELGADO, José Miguel (1988) – “Status y promoción social de los libertos en Hispania Romana” in *La religión romana en Hispania. Symposio para o sevirato augustal na Hispania*. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 87-185.
- SILVA, Augusto Vieira da (1944) – *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Rodrigo Banha da (1999) – “Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha” in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático: Lisboa*

<sup>36</sup> Versão resumida e traduzida por Ana Cristina Leite do texto *Das Romische Theater von Lissabon. Panaufnahme* 1985-88, Mainz, 31, 1990.

Ribeirinha (2-4 de Julho, 1997). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-67.

STILOW, Armin U. (2001) – “Las estatuas honorificas como medio de autorrepresentación de las elites locales de Hispania” in Navarro Caballero, M.; Demougin, S. (ed.) *Elites Hispaniques*, (Bordeaux, 1998). Paris: Ausonius Éditions, pp. 143-155.

TAVARES, Francisco (1810) – *Instrucções e Cautelas Practicas sobre a Natureza, Diferentes Especies, Virtudes em Geral e Uso Legitimo das Aguas Mineraes de Portugal*. Coimbra: Real Impressão da Universidade.



Figura 1 – Gravura alemã do séc. XVIII da colecção “Augsburgische Sammlung”, exposta no Museu da Cidade. Legenda: “Autêntica representação do cruel terramoto que atingiu a real capital e cidade da residência real de Lisboa em Portugal, quase totalmente devastada e transformada num monte de pedras”.





LISABON, de Hooftstad van PORTUGAL, door een Aardbeving verwoest den 1 Nov. 1755. LISBONE, Capitale de PORTUGAL, détruite par un tremblement de terre le 1<sup>er</sup> Novembre 1755.

GODS ALMAGT; NAGESPEURD EN BESCHOUWD IN DE VERSCHRIKKELYKE VERNIELING DER VERMAARDE STAD

L I S S A B O N .

Door de Aardbeving: voorgecallen op den Eerste November, 1755.



Waarom wordt niet ontroep 't aldermeest geroeg,  
't Geestes godelien doet van 't alder eerste geroeg,  
Die elk verschikking is van 't Eeuwige Opporwoest?  
Help God! uw ganschap klynd aler ten top geroest!  
Uw gunnigheid baert u! verschrikkelijke fluit!  
O Vertelkyt Wel! men ziet hoe gy vergrug;  
Hoe wre prest en prag, in Keuzen uitgevonden,  
Als in een oogenblik verhoestend word verdoonden;  
Hier sloot een Tempel, daar een Toernis plotsig oer;  
Men roept, en kernd, en klesid, en kerd geen tegeneer,  
En duikt, belacht; te last van vierge gebodes,  
Oen een vergaande God not mely' te overdoen,  
Ook heeft de kerk sloop den bange niet verdoen.  
\* Ifra-klager, die wet ebr aan Zedons ronden khalid  
Vel van ontroeging dagg, en Bera kwam voorvellen,  
Die Hy, die Eeuwige heid! haar Soeden noot vellen;  
Dat een verwoesting laar eukamer maalen zoo;  
't Verboed my dat ik hier een khera daar van betrouw;  
Een kernd khalidry, 't geen Was gefloet moet teelen:  
Ach! een volvoering van Bewoening's Tafelroen:  
Door Bewoening's oen, Propheet's, afgemaak;  
Hier ziet men hoe de Mag, die sile magt bepaald,  
De sloopse en rykde Stad vernield aan alle kanten;  
Hoe dat Paleis van Grootmagt's Agensien  
Zelf laar Bewoondoren versterkt tot een Graf.  
De bange Geyahid noot te overdoen 't Hemels fluit,  
En niet de vlaghe Jeggel verult is 't doodyk wyken.  
De Godelien is een hoop van 't zanggelees't Lyken;  
Waar onder Ryk en Arm een zeldre nootlof draeg;  
De Lucht woogdend van roose, wyl 't allen klesoed en klagg,  
En hier geen uitkomst is voor veel beklimde zieden,  
Men niet aan 't eeno kant de Stad omsleekje vromden  
Door sloopse kladdingen, 't geen hien en hof verdoen,  
Een droeve Moeder heeft geen ryd jell en hof verdoen,  
't Kwaadde angeling, aan hare beest gelogen,  
Te kuischen voor het last; hoe groot dat roe gongeg;  
Zie heid, 't bly'te jyn! sloop den maent roost,  
Dat zy mag herven in dien tyddit met haar kroost.  
\* Maar kan 't Ontroeging daar 't al' tot een puntboep-maaken?  
Gens niet me een bevig staar'te elk verschrikking blaaken;  
Het Aardkyt oepd zig: oen zolpbe-pool vermoed  
Verwoede viamoen; en geen flering werk verhoed,  
Nog 't alden Edele in de pragt'ge Gebouwen:  
Das kan men nogens zig in veragheid berooven:  
De vlag, de saue vlag, in 't eemighe den de dood,  
Inden 't de ryd gehong, te ontroegen in den nood,  
Dan laar oen eers ter ry' en van de Sad streeden;  
De plars verloren van 't veel rampzeggende;  
\* De Propheet Druet, als het ALLE Capid.

Laat ons een Koning zien, verhoed en vol van kerk,  
Beroofd van hulp en goed, in 't uublykt egnubik,  
Zeg veldwaark spoeyen na ontkomen Ouderdanen,  
Hier viad by, voor het Hof, een ase van braake maaten,  
Eene algemeene druk regoed in ziel en last;  
't is siles overloep van een te wrangen smat;  
Waar ieder mult zyn bloed te alderste Vrienden,  
Een roose Vader magt vergoed't zyn soen te vioden;  
En die zyn Ouders, of een vrow' haare Echgenoot,  
Nog is men booven dien van tyts en drukt ontbloet;  
Ja, men ontsoekt meer dan van enkele roose te herroep.  
't is waar, de Hemel deed hie bystand weer verwerven  
Door d'Edelmoedghed van een roemwagdig Prop,  
Die Spangis Gode Kroon op zyne Haaren wof,  
En nylver beest' op dien zo bange dag der dagg,  
Waarom men boogte van geboden voor te dragten,  
Op 't 'Ederlyk' Fest, na 't Roemlike Kerk-gebed.  
Het Kroonlyk Madid dagt met ziele loe,  
Als die van LISABON, ser nylver ryd te smaken;  
Terwyl me in Caix sag het roe geroed gemaken,  
Waar toemloos geloren nog stad, nog roek, ontzag,  
Vergaande Hemel-Hoer! uw Oordeel heeft dien dag  
Verschrikkelijc gemakid in deere en verre vloeken,  
Waar van me in lazer ryd vaak zuchende zal floeken,  
En ach! wie weet wat ramp ons nog oekbaar is.  
Laar ons voern lezien wat sie den geberens  
't Volk van Nederland! niet al is op te merken;  
Heeft niet den 'Eingri' land, zyn goose wonderwerken  
Verlozende vermoed, niet hinnen dese pue Jue? !  
Europa hie alom waerd de zanten gewast,  
Maar verre Kollen, die de zanten nog gevonden:  
Wat wil doch ander God, al 't'and'le, bebooden,  
Dan dat den ontroeging der Wameld volgen kan?  
Dere' oent Plats sloop geen goot oen een proof dar van;  
En welk een Arm het is, die Bergen vall kan zonen,  
Maar in een tydpant heit ook weder kan verplemen,  
Ja haugte werpen in een goonkdooste Zee.  
De dooyde tyding beeng dar van bezyen moel,  
En wat al floden zyn verhoed't en verzoeken.  
Moet die niet ieders ziel zel medely' ontvoeken?  
Weit die geen Juel op is zo benardend ryd?  
Moet Al'and's Alom niet yvenen om fluyd,  
Is, vol van roedigheid, met sloopse en gebodes,  
Voor Gods gonsde Throon, al berrende, te treden,  
Op dat zyn fremge Rod van oen llyt' afgroend?  
Ach Nederland! sag men U ommal dan vermoed,  
De Godelioosheid uit uw Lande weg gebroeven,  
En klesidre Aude flode met Juel's vromen spnoen;  
\* Als heit angemak de 't 't ontroeging mider? Jue 1775 in de zanten  
Lange preekt oen.

Om Volk van voer te gun is loeren en in Leer,  
Dan megt gy hoopen, dat den Gooiem Hemel-Har  
U, als zyn eigen volk, zou zongien en bebooden.  
Voorloont de plagen van verhoeyngen, en 't woeden  
Van 't onder sloopse voer, en 't doodyk't flit geoid.  
Laar geen verbeddigs kragt, dar 't laer zig vaak op flid,  
U immer leiden op veel zorgelees't paden.  
Let op 't maet te maet, maar op Gods wonder dooden:  
Die 't Alf gekepen heid! slyt Moeder van 't Heelid.  
Verboed U dat gy bood 't geloren en nare gefidat  
Van die Eeningen, waer door uw last moet beuden;  
Hoor hoe Zalmes om vergifmis dars sloopse;  
Ze megen ons gunk, ontzende hie khalid,  
Wyl zy het eel ma sien van 't lang gongel godid  
Een's svergen Wreken, dat ben zold'ren doet en beeren;  
Wilt hie uw bystand doch in uw geboden geeren,  
Ze zyn in sif en sif' gevees, goudid beoerd;  
Wat weet, dar uw gebed ten Hemel word gevord,  
Of Gode Jeyrand sig fluka niet zal verformen!  
Ligt zyn zyne eeren roed ponssoen door kan kerren;  
En uw voerbiddig kan een sif' lyk Rendewerk sijn,  
Zoudt dan zyn Tydgenoot, Gods sif'le zonnelyk  
Seng aan te kwoeken en zyn goonid in te haaten;  
Laar Godswag, Liefde, en Deugd flode in U regereien,  
Bemid elkar oepst, en gaat alle and'ren voer;  
Leem aan Schryflichheid en Oedoght niet geloren,  
Veel min aan Egenbeur, dan Pofswarm van 't Geveeren,  
Die op veel jodel is in 't vordernuakich geroenen,  
En wil de zieleen troon inwendig ontroeynd;  
Zoudt doch in der daad, 't geen zy sverwend klynd,  
En laer het baet oepst zyn op de tong gogeng;  
Verrek inzonderde des Hemel sif'le zagen,  
Dore d'Armen by te sijn, en sloop hie tot geen sijnad;  
't Zyn JESUS Liefdelig, welk Hy U overlat,  
Om, door laar wet te doen, een rykdom kant te woenen;  
De Vrede en Eendag wilt ook sloop geroew bemoenen,  
Haar magt kan 't Oedogt zwaard beft booden in de Sleg.  
En gy, 't Frelid Prop! verhoor zyn zielen be?  
Bevare oen Vaderland voor deingde geveeren;  
Geef Helden, naar uw last, die Kerk en Sant bewaren,  
En Vult en Ouderen verreck'ren van golk;  
Zo zal uw Nederland Staz, beverd van loed en druk,  
Door zieleerengingagen, by dankbare offerhanden,  
Edelen, hoon, en met opphoeren handen  
Toelazend denken, en verzoeken, dat Gy zyn  
Een God van Wonders, die Nederland volk vordy-L.

J. MEYER.

Ouder de zinsprek.

Omnia constant, deus solus restat.

T A M S T E L D A M .  
By JAC. HOFFMAN op 't Rusland, en HENDRIK BRANDT in de Warmoestruaz.

Figura 4 – "Lissabon, de Hooftstad van Portugal, door een Aardbeving verwoest den 1 Nov. 1755 = Lisbonne, capitale de Portugal détruite par un tremblement de terre le 1<sup>er</sup>. Novembre 1755 . Portugal, Torre do Tombo, Colecção Castilho, pt. 17, doc. 45.

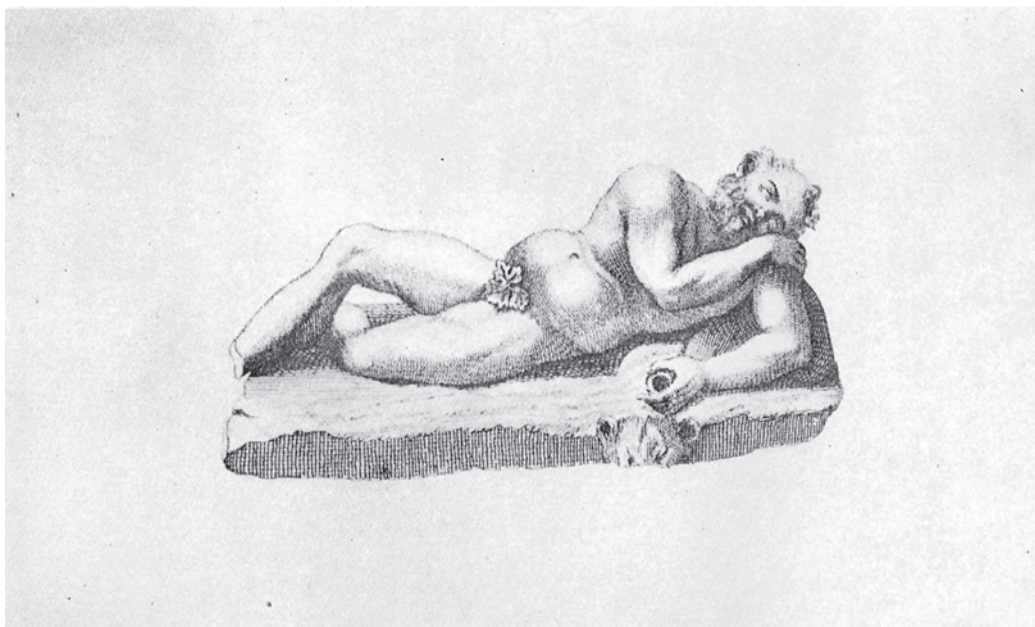


Figura 5 – Representação de uma das estátuas de sileno provenientes do Teatro Romano de Lisboa (Castilho, 1935. Estampa 160-A).

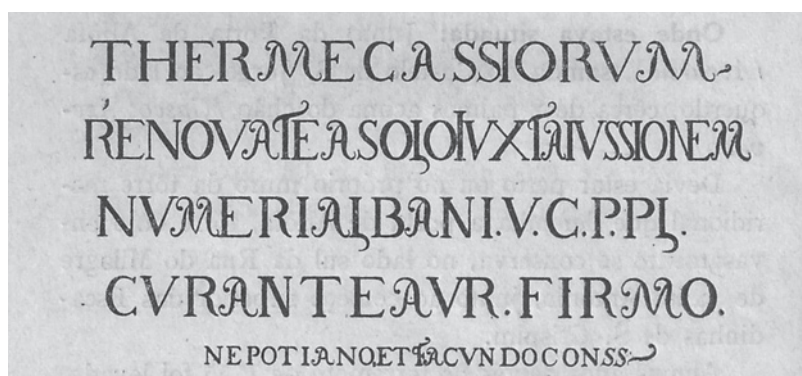


Figura 6 – Reprodução da dedicatória de *C. Heius Primus*, segundo cópia da Estampa III de L. A. de Azevedo (1815: 12) (*apud* Silva, 1944: 172).

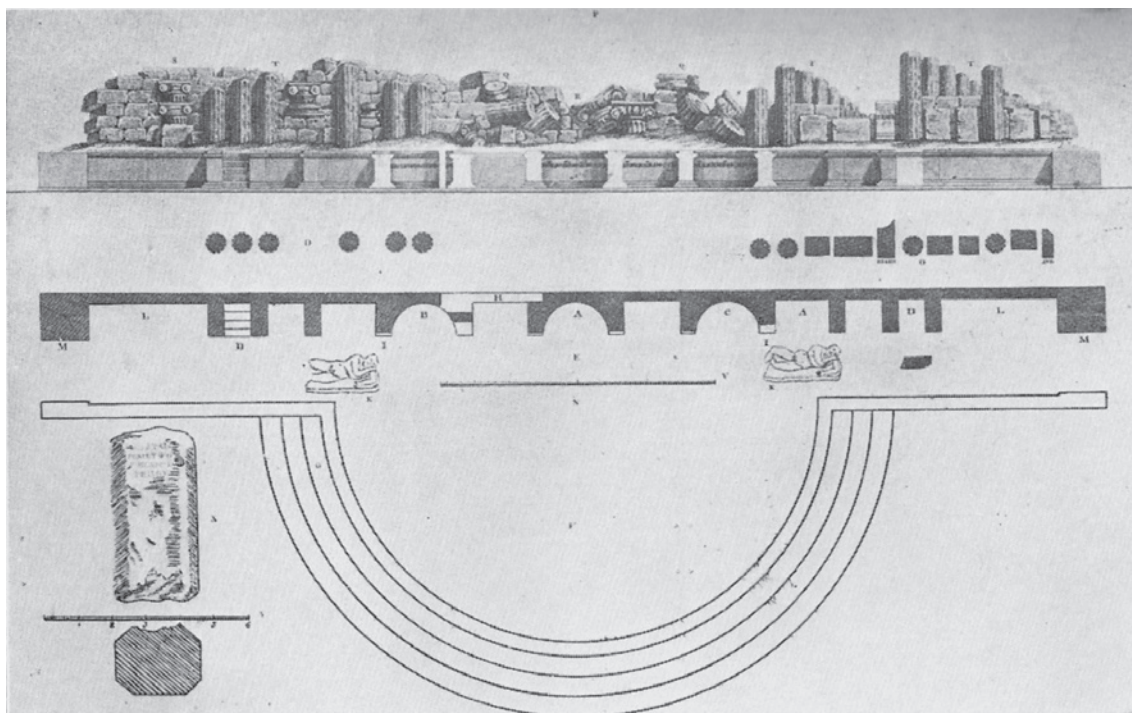


Figura 7 – Planta e alçado das ruínas do Teatro Romano de Lisboa (Castilho, 1935. Estampa 158-A).

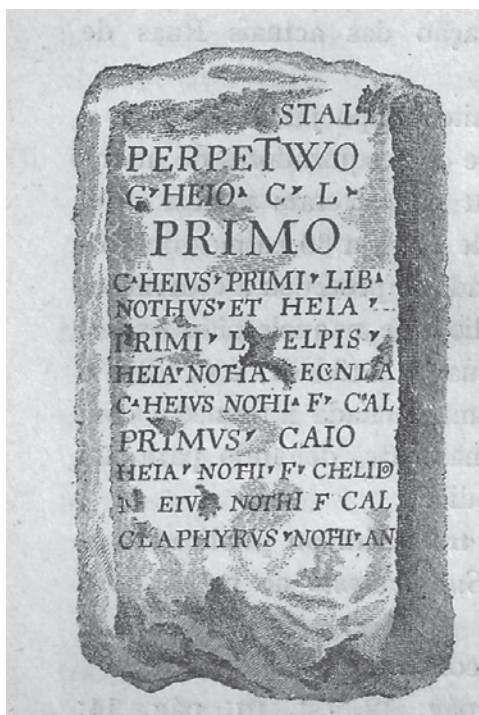


Figura 8 – Pedestal dedicado a C. Heius Primus pelos seus libertos. Reprodução da estampa IV da obra de L. A. de Azevedo (1815: 13). Escala a 1:16 aproximadamente (Silva, 1944: 176).



Figura 9 – Homenagem ao *medicus* Atimetus dedicada por Nothus, um dos escravos de C. Heius Primus (Edmondson, 2009: 119).

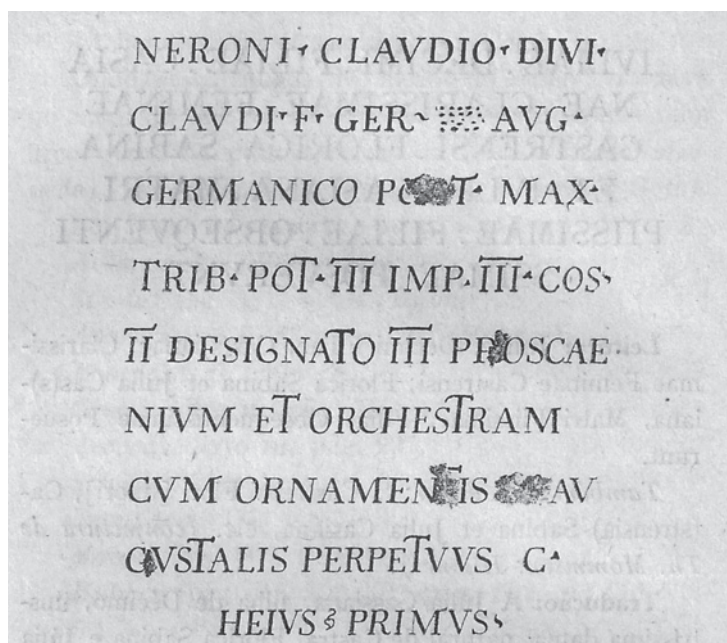


Figura 10 – Cópia de um desenho de Frei Manuel de Cenáculo ao texto da inscrição das Termas dos Cássios (Biblioteca Nacional de Évora, pasta s/nº). Escala a 1:4 aproximadamente (Silva, 1944: 114).

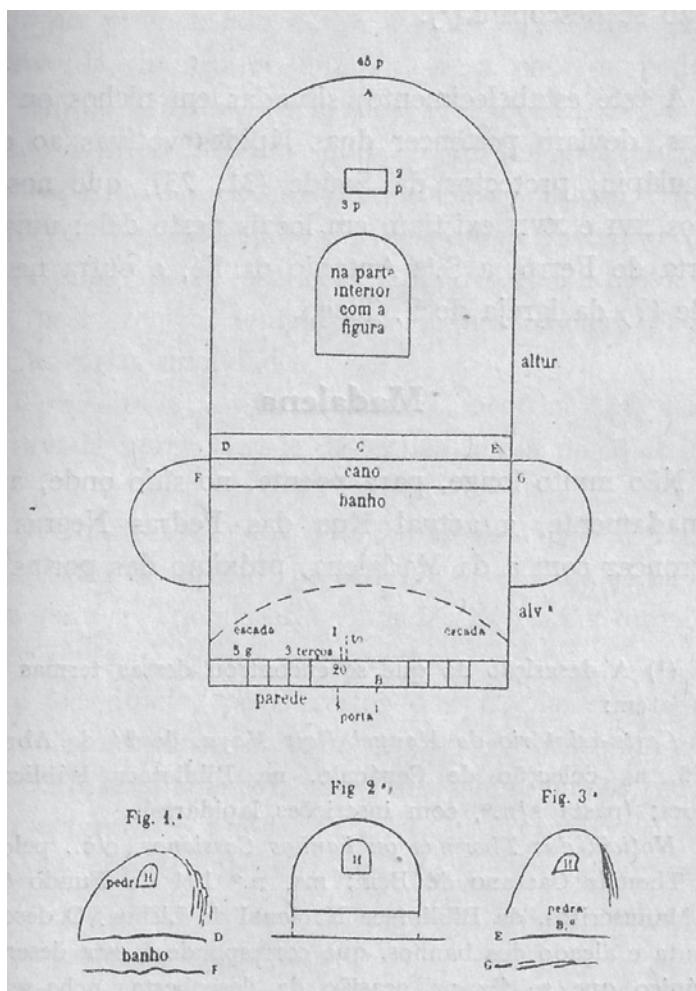


Figura 11 – Reprodução da planta e pormenores das Termas dos Cássios. Cópia retirada da Estampa XII de Borges de Figueiredo (1889: 149), publicado no vol. III da *Revista Archeologica* (apud Silva, 1944: 49).

# A BAIXA DE LISBOA, ANTES E DEPOIS DO TERRAMOTO

---

Jacinta Bugalhão

Direcção-Geral do Património Cultural e Investigadora da UNIARQ (FL/UL) e do CEAACP (UC e CAM) / jacintabugalhao@gmail.com

## **Resumo**

Neste artigo pretende-se explorar as potencialidades do registo arqueológico para o conhecimento da Baixa pré-pombalina, a partir das dezenas de intervenções arqueológicas realizadas nos últimos anos nesta área urbana. Especial atenção será concedida à compreensão da topografia anterior ao Terramoto, deste território urbano, mas também aos contextos arqueológicos conhecidos (arquitectura, cronologia, tipologia, funcionalidade, cultura material). Serão também identificadas e caracterizadas as principais características da estratigrafia relacionada com o Terramoto e a reconstrução subsequente.

**Palavras-chave:** Baixa Pombalina, Arqueologia urbana, Urbanismo, Estratigrafia.

## **Abstract**

This paper aims to explore the potential of the archaeological data, retrieved from dozens of archaeological excavations carried out in recent years in this urban area, increasing the knowledge of the 18<sup>th</sup> century Lisbon downtown. Special attention will be given to the city's urban topography prior to the earthquake, but also to known archaeological contexts (architecture, chronology, type, functionality, material culture). The main stratigraphic characteristics related to the earthquake and subsequent reconstruction will also be identified and characterized.

**Keywords:** 18<sup>th</sup> century Lisbon down town, Urban post-medieval archeology, Urbanism, Stratigraphy.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o ano 2000 foram realizadas na cidade de Lisboa cerca de 2500 intervenções arqueológicas, das quais, aproximadamente metade, foram acompanhamento de abertura de valas de infra-estruturas (Bugalhão, 2008; 2014; Araújo *et alii.*, 2013). Deste conjunto, cerca de 15% decorreram na Baixa Pomalinal (desde o Rossio/Praça da Figueira até à Praça do Comércio; entre a Cerca Velha e as colinas do Carmo/São Francisco; na frente ribeirinha, desde o Campo das Cebolas até ao Cais do Sodré).

O enorme manancial de informação recolhido nestas intervenções tem um igualmente grande potencial gerador de conhecimento histórico que, se devidamente sistematizado e sintetizado, permitirá a reconstrução da paisagem urbana desde os alvares da cidade de Lisboa. A identificação de ocupações cronologicamente bem diferenciadas tem permitido propor e compor progressivamente as diversas cartografias urbanas, desde a génese da cidade, na Idade do Ferro, prosseguindo pelos períodos romano, tardo-antigo e alto medieval, medieval-islâmico, medieval-cristão e de Época Moderna.

## 2. A BAIXA

A Baixa corresponde a um vale escavado por um antigo braço do rio Tejo. A sua vertente Oeste apresenta um perfil abrupto, correspondente às arribas rochosas das colinas de São Francisco e do Carmo. A sua vertente Este, correspondente à colina de São Jorge, apresenta-se mais suave.

Em termos geológicos, neste local, o substrato integra-se nos complexos miocénicos das Argilas e Calcários dos Prazeres, Areolas da Estefânia, Calcários de Entrecampos e Argilas do Forno do Tijolo (Almeida, 2004: 153).

Sobre o preenchimento sedimentar do vale da Baixa sabe-se que, sobre a rocha, e até cerca de 18 metros de profundidade, se regista a presença de camadas de lodos intercaladas com camadas de areias lodosas, cuja formação corresponde ao período em que esta área se encontrava submer-

sa pelas águas do grande estuário. Entre os 18 e os 10 metros de profundidade o vale encontra-se preenchido com uma unidade predominante arenosa, formado entre 8000 e 4000 BP, resultante de actividade aluvionar em ambiente marinho, litoral e subtidal (Almeida, 2004: 157). Posteriormente a este período, a acumulação sedimentar progressiva vai transformando o vale da Baixa numa zona emersa de praia fluvial, propícia à fixação de comunidades humanas. É neste ambiente de praia fluvial que ocorrem as primeiras ocupações humanas na Baixa, das quais são exemplo os contextos do final da Idade do Bronze identificados na Praça da Figueira (Silva, 2013) e os níveis ocupacionais sidéricos reconhecidos no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios / NARC (Sousa, 2014).

## 3. O VALE DA BAIXA E A CIDADE

Conforme foi referido, o vale da Baixa terá registado as primeiras ocupações humanas ainda na Pré-História, na Idade do Bronze Final (entre o final do 2.º e o início do 1.º milénio antes da nossa Era). O número reduzido de contextos conhecidos e a natureza incaracterística dos mesmos não permite avançar sobre a tipologia da ocupação que documentam.

A partir do final do século VIII a.C., foi-se constituindo na colina de São Jorge uma urbe, *Olisipo* (topónimo indígena pré-romano), que no século V ocupava já a plataforma superior, a suave encosta Sul até ao Tejo, chegando à praia fluvial bordejada pelo esteiro. Embora esta ocupação esteja ainda precariamente caracterizada, conhecem-se estruturas habitacionais aglomeradas e um forno, provavelmente de olaria, no NARC (Sousa, 2014), numa zona urbana e provavelmente dedicada às actividades artesanais, piscatória e comercial.

No século II a.C., chegam a *Olisipo* novos colonizadores oriundos de Roma. A fase de apropriação militar é rapidamente suplantada pelos contactos comerciais, sociais e culturais. A cidade cresce, consolida-se e, no século I a.C. reconhecem-se já diversos pontos de ocupação na Baixa, essencial-

mente concentrados na sua zona Sudeste. Nesta altura, aqui se terá localizado um dos mais antigos cemitérios romanos de *Olisipo*, também identificado no NARC (Bugalhão *et alii*, 2013).

Durante o Império, *Olisipo* vive uma fase de grande expansão e estruturação urbana. Na Baixa, implantam-se dois importantes eixos viários de acesso à cidade, um para a Norte, identificado na Praça da Figueira (Silva, 2012) e outro para Ocidente, identificado no NARC (Bugalhão, 2001). O desenvolvimento urbano neste período deve-se, em grande parte, à exploração de recursos marinhos e à produção e comercialização de preparados piscícolas. Na Baixa, desde a frente ribeirinha Sul, rodeando vertente sudoeste da cidade, localizava-se uma extensa e densa área industrial dedicada a esta produção, intercalada com edifícios e equipamentos públicos (de entre os quais se destaca o criptopórtico a Sudeste e uma grande necrópole e o circo, a Noroeste), estruturas habitacionais e portuárias.

Com o fim do Império romano, a cidade de *Olisipona* vive um período de alguma instabilidade política e militar, pontuada por confrontos envolvendo poderes locais, suevos e visigodos. A dinâmica urbana e económica ter-se-á ressentido, registando-se, aparentemente, alguma retracção espacial. Não obstante, os dados disponíveis sugerem a persistência de ocupação na Baixa, eventualmente relacionada com a continuidade de utilização das duas vias anteriormente mencionadas. A proximidade com estes eixos viários poderá explicar a ocorrência de contextos funerários isolados, como é o caso da sepultura alto-medieval identificada no NARC (Bugalhão, 2001; Duarte, 2001).

Por volta do ano de 714, a cidade de *Olisipona* capitulou aos conquistadores árabes, tendo o domínio islâmico aqui permanecido por mais de quatro séculos, até 1147. A partir do século X, a cidade de *Madīnat Ushbūna* inicia um período de grande dinâmica urbana, formando-se na Baixa um grande arrabalde que, em meados do século XI ocuparia toda a área disponível do vale. Tudo indica que as actividades artesanais e comerciais desempenha-

vam um papel central nesta área urbana, realidade bem documentada pelos abundantes vestígios relacionados com a produção oleira que vêm sendo recolhidos (Bugalhão, 2009).

Com a conquista cristã em 1147, a urbe medieval de Lisboa reestrutura-se e cresce principalmente na frente ribeirinha. Nesta época, a Baixa densifica-se e continua a crescer para Ocidente, impondo a necessidade de construção de novas linhas de muralhas por D. Dinis (final do século XIII) e D. Fernando (último quartel do século XIV). Com o crescimento e consolidação do arrabalde ocidental e a conquista progressiva de terrenos à margem do Tejo e à ribeira, o eixo viário milenar que atravessava o vale da Baixa desloca-se ligeiramente para Sul, transformando-se progressivamente numa artéria urbana, mais tarde designada por Rua Nova dos Mercadores. A Baixa da cidade tardo-medieval perde os últimos resquícios de ruralidade e aprofunda a sua vocação industrial e portuária, transformando-se progressivamente no centro económico e comercial da cidade (Fialho, 2012).

Com a construção da muralha fernandina (1373-1375), a Baixa é definitivamente integrada na cidade formal, delimitada pelas muralhas construídas nos espaços conquistados ao Tejo e ao esteiro. No século XV, o encanamento da ribeira da Baixa elimina definitivamente mais um limite natural. No século XVI, a urbanização progressiva das colinas ocidentais favorece o recentramento da cidade no vale, onde D. Manuel I promove a construção efectiva de um novo centro para Lisboa (Carita, 1999).

#### 4. ANTES DO TERRAMOTO

O confronto de informação arqueológica com dados contidos em documentação histórica começa a revelar-se produtivo a partir dos séculos XII-XIII com a crescente proliferação de fontes históricas coevas disponíveis. Mas só em Época Moderna se verifica finalmente a possibilidade de cruzamento da informação espacial arqueológica com documentação iconográfica e cartográfica.

Datam de Época Moderna os primeiros docu-

mentos iconográficos com o objectivo de representação gráfica real da cidade de Lisboa<sup>1</sup>. De entre as panorâmicas que abarcam toda (ou quase toda) a cidade, destacam-se:

- 1530-1534; pormenor de vista de Lisboa de António de Holanda. Iluminura incluída na *Genealogia dos Reis de Portugal*. Simão de Bening. British Library, Londres.
- 1535-1545; iluminura em pergaminho atribuída a António de Holanda que constitui o frontispício da *Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*. Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães, Cascais.
- c. 1544; gravura em madeira panorâmica da cidade de Lisboa, de Sebastian Munster, publicada na *Cosmographie oder Beschreibung aller Lander Herrschaften*, Livro II, Basileia.
- 1570; desenho anónimo representando vista panorâmica de Lisboa; Biblioteca da Universidade de Leiden, Holanda.
- 1571; esboço de Francisco d’ Holanda (1984). *Lembrança dos Muros e bastiões que faleçe...*, incluído na obra *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*.
- 1572; gravura *Lisbona*, Georgio Braunio Agrippinate, publicada *Civitates orbis Terrarum* (Livro 1).
- 1575; desenho aquarelado, *Ulibone Pars* de Simão de Miranda, Archivio di Stato di Torino.
- 1613; pintura *Joyeuse Entrée* de autor desconhecido; Castelo de Weilburg, Alemanha.
- c. 1620; Pintura *Ex-voto Nossa Senhora de Porto Seguro Roga a seu Precioso Filho por esta Cidade e sua Navegação de Lisboa*, patente na Igreja de S. Luís Rei de França, em Lisboa.
- 1622; gravura de Domingos Vieira Serrão, *Desembarcacion de Su M en Lisboa*, publicada no livro *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez de*

<sup>1</sup> Grande parte dos documentos iconográficos foi referenciada a partir do *blog Almada Virtual Museum*. Foi igualmente utilizado livremente o catálogo da coleção *Cartografia* da Biblioteca Nacional de Lisboa, através da plataforma PORBASE e consultados Silva, 1950, Oliveira, 2012 e Rossa, 2015.

*João Baptista Lavanha*, Madrid: Thomas Iunti.

- 1668/9; aquarelas *Vistas de Lisboa (...)* a partir do *Tejo* de Pier Maria Baldi, publicada na obra *Viage de Cosme de Médicis por España y Portugal* de Lorenzo Magalotti.
- 1670; gravura colorida *Lisbona* Lisboa, atribuída a Giuseppe Longhi;
- c. 1680; gravura *Lisboa amplissima lusitaniæ civitas, totius indiæ orientalis et occidental emporium celeberrimum*, atribuída a Carel Allard; Coleção de Magnus Gabriel De la Gardie, Biblioteca Nacional da Suécia.
- 1680-1720; gravura *Lisbone, ville capitale du royaume de Portugal située a l’embouchure du Tage*, de Pierre Aveline.
- c. 1700; painel de azulejos *Grande panorama de Lisboa*, com pintura atribuída a Gabriel del Barco; Museu Nacional do Azulejo.
- c. 1730; pintura *D. João III e o núncio apostólico da Índia ou A partida de São Francisco Xavier*, de autor desconhecido; Museu Nacional de Arte Antiga.
- c. 1750; gravura colorida *LISABONA. Lisabon* de Martin Engelbrecht.
- c. 1750; gravura aquarelada *The City of Lisbon as before the dreadful Earthquake of 1755*, de J. Couse; exemplar conservado na Biblioteca Nacional.

Trata-se de vistas tomadas de Sul, do rio, ou mesmo de Almada, por vezes rasantes e outras numa perspetiva claramente superior, que têm entre si muitos elementos e representações em comum. Embora com pormenorização gráfica variável, apresentam a cidade como uma mole de edifícios de entre a qual se distinguem o castelo, as muralhas, igrejas e conventos, grandes edifícios públicos e o novo paço da Ribeira. O Rossio e o Terreiro do Paço e suas estruturas portuárias (em primeiro plano) são claramente delineados, bem como as zonas de fundeadouro no rio, em frente à cidade, pontuadas por numerosas e muito diversificadas embarcações. A topografia urbana é claramente perceptível, sendo visíveis a colina de São Jorge e o morro do Carmo e, entre am-

bos, o vale da Baixa. Em alguns casos, os recortes da frente ribeirinha são representados com pormenor permitindo antever com alguma aproximação à paisagem fluvial/portuária. Quase todos incluem representações da dinâmica urbana, estruturas artesanais várias, pessoas a trabalhar ou em movimento, exercícios militares.

Muitos dos elementos gráficos podem tratar-se de estilizações ou representações estandardizadas ou idealizadas, com pouco realismo. Ainda assim, os diversos documentos iconográficos revelam enquadramento (variável) do território rural envolvente da cidade, nos seus aspectos naturais e humanizados, incluindo igualmente outros elementos da paisagem, como aves, nuvens, vento, ondulação fluvial.

Ainda no campo na iconografia, merece especial relevo a gravura *Olissippo quae nunc Lisboa, civitates amplissima Lusitaniae, ad Tagum. Totis orientis, et multarum Africoeque et Americae emporium nobilissimum*, de Georgio Braunio Agrippinate, cujo original foi publicado na obra *Urbiūm praecipuarūm mundi theatrum quintum*, em 1598 (5.º volume, 2.ª estampa). A imagem representa mais uma vez a cidade vista de Sul, numa perspectiva superior claramente artificial. Este estratagema permite que a gravura, não sendo uma planta, revele com algum pormenor e pela primeira vez, a estrutura urbana (ruas, quarteirões, edifícios e outras construções e espaços de logradouro), numa intenção deliberada de representação proto-cartográfica. Por esta razão, pode considerar-se a gravura de Braunio o primeiro documento cartográfico da cidade de Lisboa. A gravura incluiu uma extensa legenda em latim, na qual estão referenciados os principais edifícios da cidade e alguns topónimos urbanos.

A primeira planta de Lisboa propriamente dita, da qual nos chegaram apenas cópias, data de 1650 e é de autoria de João Nunes Tinoco, arquitecto real. A *Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar* é um verdadeiro documento cartográfico, planimétrico e com orientação cardeal. As cópias conhecidas apresentam-se legendadas,

com referência aos principais elementos da toponímia urbana.

Para a Baixa, conhece-se ainda a *Carta topographica da parte mais arrasada de Lisboa na forma, em que se achava antes da sua destruição para sobre ella se observarem os melhoramentos necessários*, de Manuel da Maia, 1756 (Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção dos Serviços de Engenharia, cota DSE 2342-2-1622-CRT36/2003. Direcção de Infraestruturas do Exército Português), talvez o mais preciso levantamento cartográfico da Baixa pré-terramoto.

Para além dos documentos de época registam-se também as reconstituições posteriores, como é o caso da *Planta de Lisboa anterior ao Terramoto* de José Valentim de Freitas (entre 1850 e 1860?) cujos originais se guardam na Biblioteca Nacional de Lisboa. Este desenho terá tido como objectivo a identificação toponímica da estrutura urbana, em detrimento de algum rigor cartográfico.

Estes documentos cartográficos permitirem pelas suas características a sobreposição com cartografia actual, exercício abundantemente experimentado desde os primeiros momentos de planeamento da reconstrução pombalina. Atendendo ao contexto e época que produziram a maioria destes documentos, a Baixa, foi a área mais representada pois aí se desenvolveu grande parte do projecto de reconstrução.

- c. 1758: diversas versões da *Planta de Lisboa arruinada pelo Terremoto de 1755* e com o novo plano de reconstrução dos Architectos Eugenio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel; correspondem aos trabalhos de levantamento cartográfico executados no âmbito do plano de reconstrução de Lisboa.
- 1761: *Configuração de partes das fortificações antigas da cidade de Lisboa, que prezentemente existem (...)*, examinada e aprovada por Guilherme Joaquim Pais de Meneses e Elias Sebastião Poppe. Coleção de Augusto Vieira da Silva, nº 15 (planta 3). Catálogo do GEO, cota MP 63.
- c. 1779-1789: *Planta Topographica da Cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão a*

*beira Mar da Ponte d'Alcantra até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio até ao Collegio dos Religiosos Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pedreira. Tudo de banho vermelho he o que se conserva antigo; e vermelho mais vivo denotão as Igrejas: O banho amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as Igrejas novas. Coleção de Augusto Vieira da Silva, nº 43 (planta 4). Catálogo do GEO, cota MP 64.*

Em 1900 e com base nestes e noutros documentos cartográficos por si recolhidos, trabalhados e publicados, Augusto Vieira da Silva publicou diversos *Fragmento(s) da Planta da Lisboa actual sobreposta à da Lisboa anterior ao Terramoto de 1755* (Silva, 1900), mais uma vez, incidindo especialmente na zona da *Baixa*.

Mais recentemente, destaca-se a sobreposição de cartografia actual com cartografia histórica (mais de 20 documentos) promovida e disponibilizada *online* pelo projecto *Lisboa Interactiva*, da Câmara Municipal de Lisboa.

Neste esforço de longa duração, actualmente a Arqueologia pode dar um importante contributo, pois para além da conjugação da tecnologia SIG com o cruzamento entre dados cartográficos e documentais históricos, pode ainda acrescentar os dados arqueológicos recolhidos nas centenas de intervenções arqueológicas realizadas nas últimas décadas na Baixa de Lisboa.

## **5. RECONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM É DA TOPOGRAFIA URBANA HISTÓRICA: CONTRIBUTOS DA ARQUEOLOGIA**

Relativamente à cidade antiga e medieval, um dos principais contributos que a Arqueologia tem vindo a produzir é a cartografia, nos diversos períodos históricos, do esteiro na Baixa e da linha ribeirinha do Tejo. A profunda urbanização da Baixa desde Época Romana terá produzido um confinamento e cristalização na paisagem do esteiro, que eventualmente não se verificavam em fases anteriores.

Assim, em Época Medieval o esteiro/ribeira da Baixa transformou-se em “rego”, depois em “cano” e depois em eixo viário (Rua do Cano / Rua Nova d'el Rei / Rua dos Ourives do Ouro) representado da cartografia pré-pombalina. Cumulativamente, sabe-se que às linhas de água, já subterrâneas, correspondia, em Época Moderna, a rede de saneamento progressivamente implantada na Baixa (Bugalhão e Teixeira, 2015), cujos fragmentos vêm sendo cartografados *in loco* pelas intervenções arqueológicas.

Relativamente à definição da linha de margem do Tejo a Sul da Baixa, recorreu-se à estrutura do relevo, mas principalmente à estrutura urbana tardo-medieval (objecto de abundantes referências documentais e plasmada dos documentos cartográficos de Época Moderna já referidos). A este propósito a implantação das chamadas muralhas de Ribeira de Lisboa (Silva, 1900) é especialmente relevante, uma vez que estas estruturas visavam precisamente fortificar a frente ribeirinha (de praia) de Lisboa.

A transposição destes alinhamentos (esteiro e margem do Tejo) para a cartografia actual, conjugada com a estrutura do relevo e com a projecção cartográfica dos sítios arqueológicos com ocupação nos diversos períodos permitem uma leitura evolutiva da cartografia histórica da Baixa. Crê-se que o talvegue do esteiro fixado pelo urbanismo em Época Romana não tenha sofrido grandes alterações em período islâmico e na Baixa Idade Média, até ao seu encanamento no final do século XV. Quanto à frente ribeirinha é perceptível um permanente e progressivo avanço para Sul, com a conquista de espaços ao rio a beneficiar do assoreamento e da pressão antrópica urbana sobre o rio.

Para a Baixa de Época Moderna, a arqueologia vem trazendo à luz abundantes e muito relevantes informações. Em primeiro lugar, há a referir o reconhecimento da topografia da Baixa, antes do Terramoto de 1755. O aplanamento da Baixa que caracteriza o projecto da reconstrução pombalina implicou fortes aterros e desaterros que praticamente eliminaram a anterior topografia natural e urbana. Geralmente, nas áreas desaterradas, os vestígios pré-pombalinos desapareceram ou estão muito afectados; nas áreas

sujeitas a aterro, o estado de conservação é tendencialmente melhor. Sabe-se hoje que a faixa Nascente da Baixa, correspondente ao antigo sopé da encosta Poente da colina de São Jorge, provavelmente por se tratar de uma zona de cota mais elevada, sofreu fortes desaterros durante a reconstrução. É assim frequente que as intervenções arqueológicas nas actuais Ruas da Prata e dos Fanqueiros não conservem vestígios de Época Moderna e mesmo Medieval, encontrando-se os contextos romanos imediatamente abaixo da cota actual de superfície. Situação semelhante ocorre numa área de extensão indeterminada na zona Sudeste da Baixa (mais ou menos do alinhamento da Rua da Conceição).

Em contraponto algumas áreas na zona central, a Sul e Norte da Baixa, encontram-se potentemente aterradas propiciando óptimas condições de preservação dos contextos pré-pombalinos e também dos anteriores. Tal é o caso da Praça da Figueira, no alinhamento da Rua das Esteiras e da Rua Nova d'el Rei e na área correspondente ao antigo Terreiro do Paço.

No contexto destas condicionantes, têm vindo a ser recuperados numerosos e bem preservados vestígios urbanísticos (Bugalhão, 2015a; 2015b), geralmente de fundação quinhentista, confirmando os dados históricos que situam nesta época importantes intervenções urbanas que renovaram, modernizaram e nobilitaram o antigo arrabalde medieval. Os arruamentos são empedrados, uma rede de “canos” de esgotos é implantada (Bugalhão e Teixeira, 2015) e novos e melhores edifícios são erigidos ou renovados. Para além da tendência para a qualificação e embelezamento dos edifícios, num nítido traço de modernidade (refletida em alguns documentos iconográficos da época<sup>2</sup>), é clara a preocupação com a salubridade pública e com o

---

<sup>2</sup> Por exemplo, a representação da Rua Nova dos Mercadores na iluminura do Livro de Horas, dito de D. Manuel, atribuído a António de Holanda, de 1517-c. 1551; os quadros pintados a óleo representando a Rua Nova dos Mercadores, datáveis de c.1550-1600, Society of Antiquaries of London; ou o óleo sobre tela representando o Terreiro do Paço no século XVII, de Dirk Stoop, Museu da Cidade.

abastecimento de água, aspectos sempre críticos numa cidade.

A Baixa Pré-Pombalina é o centro urbano da Lisboa Pré-Pombalina. No século XVI, o re-centramento da cidade no vale concretiza-se através da construção do novo Paço no novo “Terreiro do Paço” da instalação na Baixa das instâncias políticas, administrativas e cívicas e da consolidação das funções portuária e comercial nesta zona da cidade.

Após o encanamento da ribeira da Baixa no século XV, a Rua Nova d'El-Rei (Norte-Sul), juntamente com a Rua Nova dos Mercadores (Este-Oeste) funcionam como eixos estruturantes da cidade baixa. São construídos na Baixa grandes edifícios públicos, de entre os quais se destaca o Hospital Real de Todos-os-Santos.

Dos pavimentos calcetados dos arruamentos, foram já reconhecidos vestígios arqueológicos nos antigos: Largo do Poço da Fótea, Beco do Álamo, Rua da Confeitaria, Rua do Selvagem, Rua das Esteiras, Rua/Beco dos Cabriteiros, Rua do Arco do Rossio, Rua das Manilhas, Rua Nova d'el Rei, Rua Praça da Palha (Bugalhão, 2015a; 2015b). Os vestígios arqueológicos identificados integram ainda: edifícios (nomeadamente estruturas habitacionais e/ou domésticas), pavimentos em tijoleira, elementos arquitetónicos (elementos de coluna, revestimentos azulejares) a já referida rede de saneamento, poços, vestígios correlacionáveis com actividades industriais-artesaniais e comerciais (como a metalurgia, a moagem, depósitos de garrafas em vidro, recipientes de medida) e abundantes peças em cerâmica (Bugalhão e Coelho, 2017).

## 6. TERRAMOTO 1755

Na manhã de 1 de Novembro de 1755, pelas nove horas e trinta e nove minutos, Lisboa sofreu um forte abalo sísmico com uma intensidade posteriormente estimada num valor próximo do máximo das escalas hoje utilizadas. A Baixa de Lisboa, à data densamente habitada, esteve entre as zonas mais causticadas. Ao terramoto sucedeu o maremoto, que como é natural também atingiu especialmente a Baixa, pene-

trando fundo no vale da antiga ribeira. Finalmente, o incêndio que se prolongou por vários dias completou o ciclo extraordinariamente arrasador deste múltiplo sinistro. Como se depreende, este episódio teve consequências muito destrutivas na cidade de Lisboa, quer ao nível de perdas de vidas humanas, quer na devastação de edifícios habitacionais de todo o tipo, quer ao nível das infraestruturas e equipamentos públicos.

Os vestígios de destruição associados a este momento histórico são bem conhecidos dos arqueólogos e estão omnipresentes em todos os locais da Baixa sujeitos a trabalhos arqueológicos. Aliás a estratigrafia de destruição resultante desta sucessão de acontecimentos (terramoto, maremoto, incêndio, reconstrução) constituiu a mais importante reserva de informação arqueológica relativa ao período Moderno para a Baixa de Lisboa. Estes contextos conjugam os elementos de destruição, escombros, derrubes de estruturas e coberturas, com os níveis de combustão intensa produzidos pelo incêndio, cobrindo e preenchendo todos os espaços urbanos, interiores e exteriores, públicos e privados. Não raras vezes, conservam os elementos que naquele momento compunham e integravam estes espaços, sendo por isso valiosos repositórios de informação sobre o quotidiano da cidade de meados do século XVIII.

## **7. A CIDADE NOVA QUE POMBAL CONSTRUIU**

Em 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo era Secretário de Estado e nessa condição, assumiu a reacção do Estado, que foi imediata e musculada, beneficiando de reflexões anteriores que preconizavam a renovação de Lisboa de forma a conferir-lhe imagem e monumentalidade devidas à capital de um império. Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino, foi o principal ideólogo de processo da reconstrução, renovação e reestruturação urbana. Reconhecendo que não era possível intervir em toda a cidade, preconizou uma intervenção no seu “centro”, a Baixa, apoiando-se no trabalho dos desenhadores Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

Há que salientar como um dos principais produtos deste processo para o conhecimento histórico, a produção de cartografia, necessária para o processo de concepção da nova cidade, já acima amplamente referida (Silva, 1950). Igualmente relevantes são as fontes iconográficas, pois o Terramoto de Lisboa foi amplamente representado a nível europeu (Rossa, 2015).

O plano de reconstrução, considerado como uma das principais manifestações do Iluminismo português, baseava-se na demolição integral de todos os edifícios e ruínas subsistentes e na construção de uma cidade completamente nova, com rede viária ortogonal, quarteirões e edifícios regularizados e simétricos, com função habitacional e comercial. Esta opção implicou o desenvolvimento de um sistema de transferência de propriedade, imposto pelo Estado ao cidadão proprietário, fazendo prevalecer o interesse público sobre a decisão privada.

A estrutura urbana organiza-se entre duas grandes praças públicas, o Rossio e a Praça do Comércio (antigo Terreiro do Paço), onde se sedevam o poder e situavam as infra-estruturas públicas. As igrejas são realocadas e sujeitas ao ordenamento urbano e arquitectónico geral.

O plano de reconstrução da Baixa revela algumas continuidades relativamente à realidade anterior: a persistência das duas praças públicas já referidas, a manutenção de uma rede viária hierarquizada, articulando um eixo principal Norte-Sul, com uma via estruturante situada a Norte da Praça do Comércio, no sentido Este-Oeste, e a organização de actividades (antigos ofícios/mesteres) por ruas.

Mas, essencialmente, prevalece o carácter inovador do Plano, nomeadamente, na implementação da uniformização arquitectónica e no recurso à pré-fabricação de elementos e materiais arquitectónicos; na opção de utilização de escombros para aterro e aplanamento de terreno (eventualmente com objetivo de melhorar as condições de drenagem de águas subterrâneas); na imposição da medida como elemento definidor do urbanismo (área, volume, altura, largura comprimento, etc); na utilização sistemática de fundações em estacaria de ma-

deira; na utilização da estrutura “em gaiola” para os edifícios como solução anti-sísmica; e nos telhados com parede guarda-fogo (prevenção de incêndios). Reforçaram-se as preocupações com a sanidade pública e segurança, expressas na rede de esgotos e recolha e condução de águas e nos sistemas de recolha de lixo.

Cabe referir, porque especialmente interessante, que durante a reconstrução da Baixa foram identificados e registados importantes vestígios das ocupações antigas da cidade, com destaque para o período romano. Entre outras “descobertas”, em 1770 e 1773, foi identificado e sumariamente levantado o criptopórtico romano situado entre as actuais ruas da Prata e da Conceição. Foram também recolhidas diversas lápides epigrafadas, algumas das quais foram integradas nas fachadas dos edifícios então construídos, numa solução que hoje seria considerada de valorização patrimonial.

Também a arqueologia tem revelado importantes dados sobre a cidade pombalina. Para além dos contextos arqueológicos pombalinos e pós-pombalinos relacionados com a vivência desta área urbana entre o final do século XVIII e o início do século XX (contextos industriais e comerciais, como forjas e padarias; elementos da cultura material como os vidros industriais (Medici, 2015), elementos etnográficos como as imagens mutiladas de Santo António do fundo dos poços), evidenciam-se os dados sobre a estrutura arquitectónica pombalina. Destaca-se a estrutura em gaiola, as fundações em estacaria de pinho verde, a nova e muito moderna rede de saneamento, a infra-estrutura de abastecimento de água com numerosos poços junto dos limites exteriores dos edifícios, os materiais de construção (com destaque para os pavimentos em calcário margoso, as calçadas nos saguões, as rampas em tijoleira colocada em cutelo), etc.

## BIBLIOGRAFIA

ALMADA VIRTUAL MUSEUM. Disponível em <https://almada-virtual-museum.blogspot.pt/2016/01/iconografia-de-lisboa-cronologia.html> (consultado em Setembro de 2016).

ALMEIDA, Isabel Moitinho (2004) – “Caracterização Geológica da Baixa”. *Monumentos*, 21. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 152-157.

ARAÚJO, João; CARDOSO, Bernardo; CASTELO, Inês; MUCCIOLI, Giovanni; REIS, Helena; RUELA, Sara (2013) – “A Arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial” in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 97-102.

BUGALHÃO, Jacinta (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros* (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 186.

BUGALHÃO, Jacinta (2008) – “Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança”. *Era Arqueologia*, 8. Lisboa: Era Arqueologia, pp. 217-230.

BUGALHÃO, Jacinta (2009) – “Lisboa islâmica: uma realidade em construção” in *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos* (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008) (Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, pp. 337-392.

BUGALHÃO, Jacinta (2014) – “Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas”. Comunicação apresentada no Seminário *Lisboa Subterrânea – Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea*, organizado pela Sociedade Geografia de Lisboa (21 de Maio). Disponível em [https://www.academia.edu/9028869/Arqueologia\\_de\\_Lisboa\\_balan%C3%A7o\\_e\\_perspectiva](https://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectiva) (consultada em Setembro de 2016).

BUGALHÃO, Jacinta (2015a) – “Contextos Arqueológicos” in BUGALHÃO, J. (coord.) *Uma casa pré-pombalina na Baixa Lisboaeta. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros* (Arqueoarte, 3). Lisboa: Centro de História de Aquém e Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (91 p.).

BUGALHÃO, Jacinta (2015b) – “Um novo centro urbano, junto ao Tejo: contributos da Arqueologia” in TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord) *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades / história de duas cidades*. Ceuta/Lisboa: Cidade Autónoma de Ceuta/Câmara Municipal de Lisboa/FCSH – Universidade Nova de Lisboa (pp. 45-47).

- BUGALHÃO, Jacinta; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de; DUARTE, Cidália (2013) – “Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 243-275.
- BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês Pinto (2017) – “Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica in Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B. (coord.) *Uma cidade em escavação. I Encontro de Arqueologia de Lisboa* (Novembro 2015). Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa, pp. 106-145.
- BUGALHÃO, Jacinta; TEIXEIRA, André (2015) – “Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 4 – S. II. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, pp. 89-122.
- CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 265.
- DUARTE, Cidália (2001) – “Sepultura tardo-romana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Descrição antropológica” in *A indústria romana de transformação e conserva de peixe, em Olisipo. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros* (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 161-167.
- FIALHO, Manuel (2012) – “São Julião: uma freguesia marítima de Lisboa (1147-1294)”. *Rossio: Estudos de Lisboa*, 0. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses – Câmara Municipal de Lisboa, pp. 8-27.
- LISBOA INTERACTIVA, aplicação na área dos Sistemas de Informação Geográfica, Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <http://lx2.cm-lisboa.pt> (consultado em Setembro de 2016).
- MEDICI, Teresa (2015) – *Fragments iridescentes: os vidros do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Desdobrável de apoio à exposição. Lisboa: Fundação Millennium BCP.
- OLIVEIRA, João André Castela Pereira da Luz (2012) – *Cartografia de Lisboa no Gabinete de Estudos Olisiponenses*. Relatório de Estágio / Monografia de Licenciatura em História apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (policopiado).
- PORBASE, Base Nacional de Dados Bibliográficos. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://porbase.bnportugal.pt/> (consultada em Setembro de 2016).
- ROSSA, Walter (2015) – Lisboa: da busca de imagem de capital. *Rossio. Estudos de Lisboa*, 5. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses – Câmara Municipal de Lisboa, pp. 28-43.
- SILVA, Augusto Vieira da (1900) — *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, p. 239.
- SILVA, Augusto Vieira da (1950) – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Banha da Silva (2013) – “A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa” in Santos, D.; Pimenta, J. (coord.) *O Tejo, palco de interação entre indígenas e fenícios* (Cira Arqueologia, 2). Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, pp. 40-63.
- SILVA, Banha da Silva (2012) – “Arqueologia viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira” in Pimenta, J. (coord.) *Atas mesa redonda – De Olisipo a Ierabriga* (Cira Arqueologia, 1). Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 74-87.
- SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a. C.* (Estudos e Memórias, 7). Lisboa: UNIARQ, p. 449.

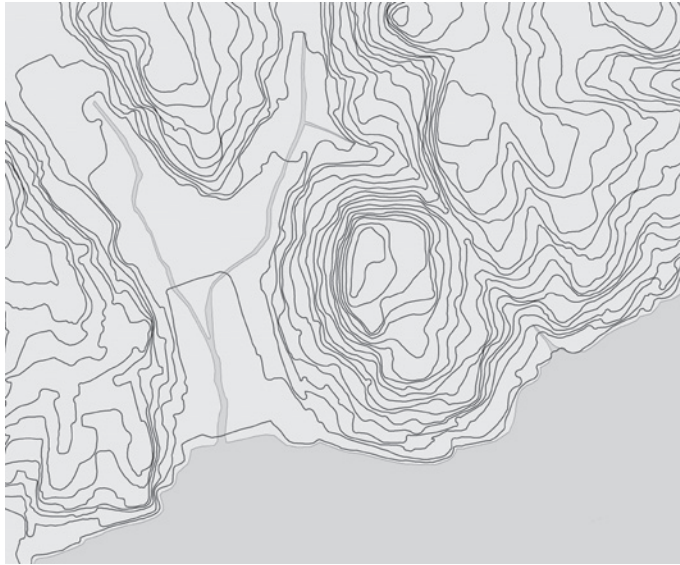


Figura 1 – Proposta de reconstituição da paisagem pré-urbana da Baixa, com implantação do talvegue do esteiro e a linha de frente ribeirinha (projecto SIG elaborado com a colaboração de Ana Vale).



Figura 2 – Exemplo de exercícios de sobreposição entre cartografia digital actual (Câmara Municipal de Lisboa) e a *Planta da cidade de Lisboa* em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar de João Nunes Tinoco, em 1650 (projecto SIG elaborado com a colaboração de Ana Vale).

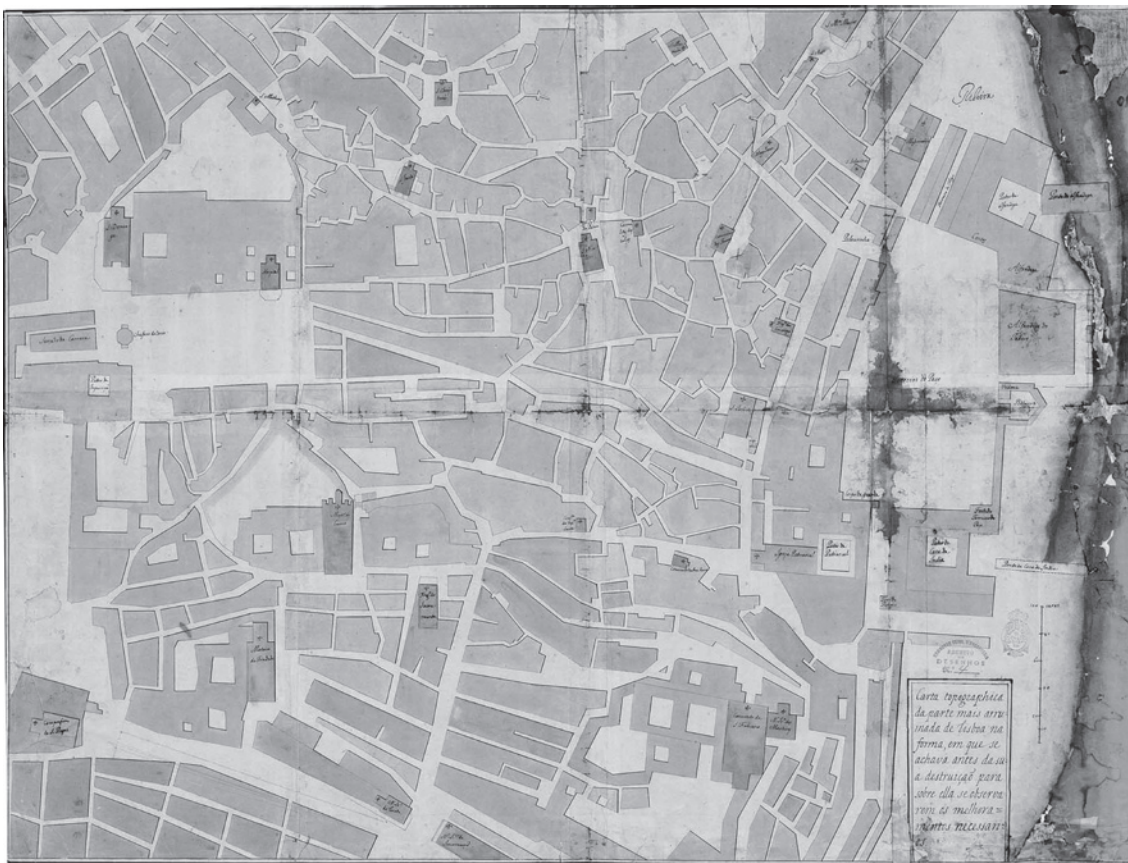


Figura 3 – Carta topographica da parte mais arrasada de Lisboa na forma, em que se achava antes da sua destruição para sobre ella se observarem os melhoramentos necessários, de Manuel da Maia, 1756 (Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção dos Serviços de Engenharia, cota DSE 2342-2-1622 -CRT36/2003. Direcção de Infraestruturas do Exército Português).

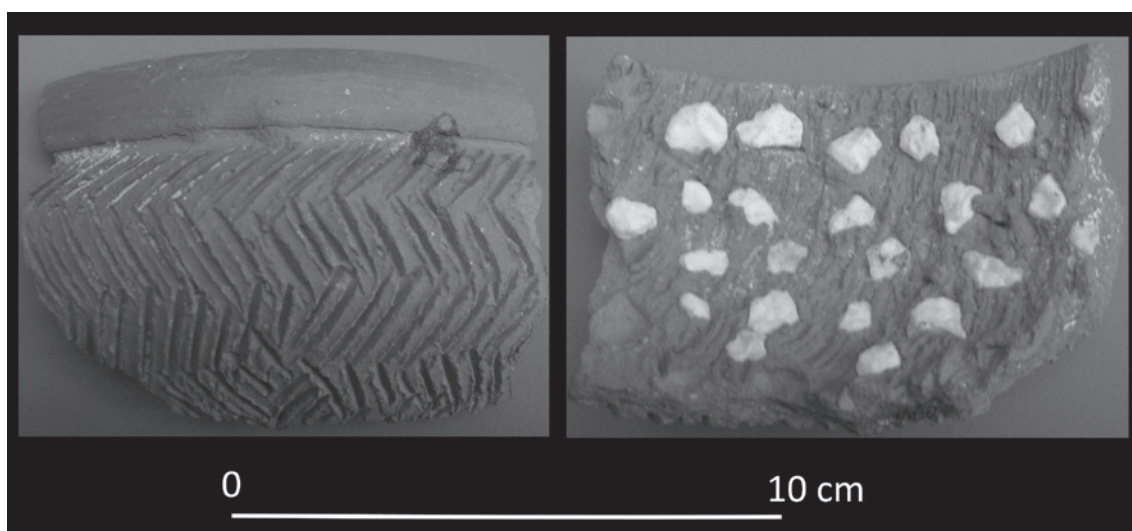


Figura 4 – Fragmento de palmatória/castiçal em cerâmica pedrada (NARC, BCP 2794), século XVI.



Figura 5 – Imagens de Santo António em cerâmica (NARC, BCP 2644 e 2645), mutiladas e atiradas para o fundo do poço em resultado de tradição popular, séculos XVIII-XIX.



Figura 6 – Garrafa com inscrição publicitária: “DROGARIA PENINSULAR”. Vidro soprado em molde (NARC, BCP 4261), finais do século XIX – século XX (Medici, 2015).



# SINAIS DE UM QUOTIDIANO QUE O TERRAMOTO DE 1755 INTERROMPEU. OS VESTÍGIOS DETECTADOS NO MUSEU DE LISBOA – TEATRO ROMANO

---

Lídia Fernandes

Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano. (EGEAC SA / CML) / Arqueóloga e Mestre em História de Arte. Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAAP-UC) / lidiafernandes@egeac.pt

## Resumo

A intervenção arqueológica realizada no interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano, possibilitou a descoberta de estruturas de Época Romana e de variadíssimas estruturas arqueológicas de distintas épocas.

Na zona subjacente à actual entrada do museu verificou-se a presença de uma habitação dos séculos XVII/XVIII, destruída pelo Terramoto de 1755. Com paredes preservadas numa altura superior a 9 m, foi aproveitada a estrutura do *post scaenium* do teatro para a sua edificação.

A destruição, ocorrida no local com o Terramoto de 1755, permitiu a preservação de vários estratos no piso inferior. O estado de conservação das estruturas arquitectónicas mas, especialmente, a quantidade e diversidade do espólio exumado, salientando-se o aparecimento de cereal carbonizado, permite uma reconstituição do quotidiano.

**Palavras-chave:** Terramoto, Incêndio, Arqueologia, Teatro romano, Cereais.

## Abstract

The archaeological excavation carried out inside the Museum of Lisbon – Roman Theatre, led to the discovery of Roman structures and archaeological structures of different times.

In the area of the museum's current entrance a 17<sup>th</sup> – 18<sup>th</sup> century house destroyed by the 1755 earthquake was found. It used the theatre *post scaenium* for its own edification and some of its walls survived until 9 metres height.

The destruction on site, due to the 1755 earthquake, allowed the preservation of various layers in the lower floor. The state of conservation of the architectural structures, especially the amount and diversity of the exhumed material culture, noteworthy the appearance of burnt cereal, allows a reconstruction of the daily life.

**Keywords:** Earthquake, Fire, Archaeology, Roman theatre, Cereals.

## 1. INTRODUÇÃO

O achado de contextos relacionados com o Terramoto de 1755 é frequente na cidade de Lisboa. Na verdade, poucas serão as intervenções arqueológicas que não se deparem com os entulhos provocados por este cataclismo ou, ainda mais frequente, com os suscitados pela reconstrução que se seguiu.

Neste âmbito, o achado de contextos deste período na área do teatro romano não seria de surpreender uma vez que, também este local, foi alvo da reconstrução ainda que levada a cabo em épocas mais tardias do que a registada na designada “Baixa Pombalina”. Na verdade, foi na sequência destes trabalhos de reedificação desta parte da cidade que foram encontrados, pela primeira vez, em 1798, os vestígios daquele monumento romano.

Não obstante esta aparente desvalorização que fazemos dos vestígios conservados do Terramoto de 1755, os indícios deste período continuam a ser parcelares e a não oferecer uma linguagem que se gostaria que fosse mais linear e inteligível quer sobre a cidade anterior ao cataclismo quer sobre o quotidiano das suas populações.

É relativamente a estes dois aspectos que os achados revelados pela escavação na área subjacente ao actual Museu de Lisboa – Teatro Romano, nos suscitam tanto interesse e se revestem de importância crucial na compreensão da cidade de Lisboa que se convencionou chamar “pré-pombalina”.

Quer a cultura material evidenciada pela escavação – objectos vários que retratam um quotidiano sempre difícil de captar – quer, especialmente, o estado de conservação das estruturas arqueológicas detectadas, permitem, no seu conjunto, reconstituir um passado que nos é simultaneamente próximo e distante. A extensão destas estruturas, o seu estado de conservação e a preservação de contextos coevos do momento em que o incêndio consequente ao terramoto deflagrou, são alguns dos aspectos que fazem destes contextos um caso único no panorama histórico e arqueológico da cidade de Lisboa. Se aliarmos a estes factores os trabalhos de restauro e conservação, assim como a sua valoriza-

ção – integrados num percurso museológico que pretende valorizar esta longa diacronia das múltiplas cidades sobrepostas – pensamos que obtemos a receita perfeita para eleger estes vestígios como verdadeiramente excepcionais no panorama arqueológico nacional e, especialmente, lisboeta.



Figura 1 – Aspecto actual do interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano após a musealização do sítio arqueológico e a acção de restauro e conservação realizada nas ruínas (Fotografia de José Avelar / Museu de Lisboa).

## 2. O EDIFÍCIO PRÉ-POMBALINO DO MUSEU DO TEATRO ROMANO

A actual recepção do Museu de Lisboa – Teatro Romano, localiza-se num edifício construído nos inícios do século XIX com fachada para a Rua de São Mamede. Esta habitação apresenta duas fachadas, uma com frente para o jardim / pátio que se situa a nascente e outra para a rua.

A escavação realizada na área subjacente a esta casa evidenciou uma enorme potência estratigráfi-

ca que atingiu praticamente 9 metros de profundidade (Fernandes, 2007: 27-39).

Paralelamente, o trabalho de levantamento bibliográfico e arquivístico que temos vindo a realizar, com vista ao estudo do urbanismo anterior a 1755, tem-se mostrado particularmente relevante e elucidativo na área sobreposta e envolvente do teatro romano, tendo sido a confrontação com o *Tombo da Cidade de Lisboa em 1755*<sup>1</sup> que mais informações forneceu não apenas sobre o urbanismo mas também sobre os antigos proprietários e função que os vários edifícios teriam.

Foi esta análise documental que permitiu chegar à conclusão que a zona onde hoje se localiza

o n.º 3A e 3B da Rua de S. Mamede – isto é, respectivamente, a actual recepção do museu e a área aberta, musealizada, onde se localizava o pátio anexo àquela habitação oitocentista – seria, à época do Terramoto, pertença do Conde de Valadares (*Tombo da Cidade de Lisboa*, fol. 11). No entanto, esta informação deverá referir-se ao facto de os terrenos serem sua pertença uma vez que o seu palácio se situava no actual Largo do Carmo (Castilho, 1954: 391). Não sabemos pois, como seria constituída esta grande propriedade, se apenas por uma habitação ou por várias, ainda que no *Tombo de 1755* todo este terreno esteja assinalado como zona construída.

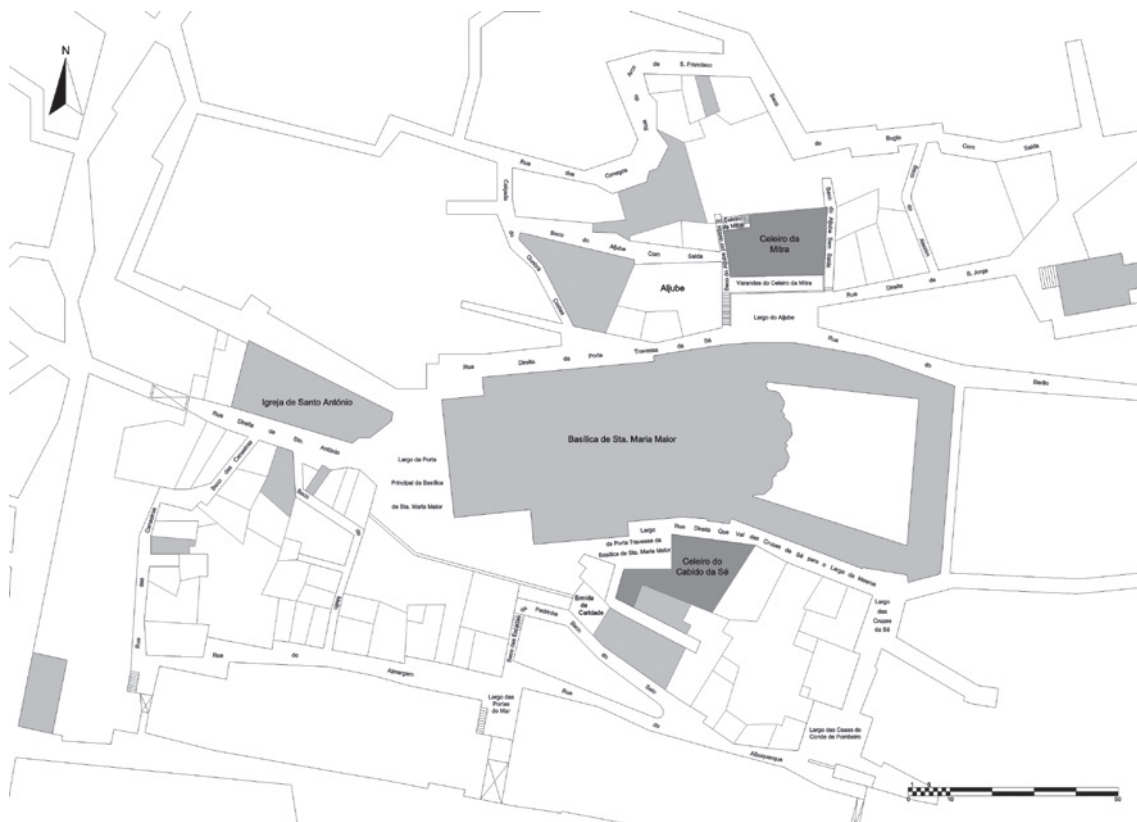


Figura 2 – Planta hipotética da localização do Celeiro da Mitra e área envolvente, à data do Terramoto de 1755, com sobreposição das alterações resultantes da Reconstrução Pombalina. Desenho em Sketchup, autoria de Carlos Loureiro, 2011. Museu de Lisboa.

<sup>1</sup> Cópia que se encontra no Museu de Lisboa com o título: “Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma cópia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894”. A partir de agora esta obra será referida como *Tombo de 1755*.

Com efeito, estes terrenos do Conde de Valadares ocupavam uma extensão considerável, estendendo-se numa área sensivelmente trapezoidal com uma orientação nascente/poente. A zona é delimitada a nascente pelo *Beco do Alecrim* que ligava a *Rua Direita de S. Jorge*, que corria a sul (onde hoje se situa a Rua Augusto Rosa) ao antigo *Beco do Bugio com Sahida*, que passava a norte (coincidente com a actual parte nascente da Rua da Saudade). Confinava a poente com as Casas da Basílica, que tinham serventia pelo antigo *Beco do Aljube Com Sahida* – mais ou menos coincidente com o actual Pátio do Aljube – e, a sul, a confrontação destes terrenos era feita com o “Celeiro da Mitra”.

Por diversas vezes tivemos oportunidade de mencionar este edifício designado por Celeiro da Mitra o qual, sabemos-lo hoje, se implantava precisamente onde hoje se situa o edifício sul do Museu de Lisboa – Teatro Romano (Fernandes e Almeida, 2012: 111-122; Fernandes, Almeida e Loureiro, 2015, 19-33; Fernandes, 2015: 54-56). No entanto nunca surge identificado em qualquer documento ou planta da cidade<sup>2</sup>, sendo somente o topónimo referido no *Tombo de Lisboa de 1755* que nos indicia a localização deste edifício.

Num primeiro momento da intervenção foi detectada uma calçada em seixo rolado – com reaproveitamento de elementos pétreos – articulada em patamares que, do canto SW do edifício, se desenvolvia em rampa ascendente, para norte, local onde a estrutura se interrompia devido à construção do actual edifício.

Desconhecemos a cronologia exacta para esta rampa. No entanto, os entulhos subjacentes encontravam-se repletos de elementos arquitectónicos e cerâmicos que poderão ser associados à reconstrução operada, neste local, nos finais do séc. XVIII. Trata-se, a nosso ver, de uma urgente necessidade de tornar viável a comunicação entre os vários edifícios que subsistiram ao Terramoto de 1755,

---

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, duas plantas que integram a colecção de cartografia do Museu de Lisboa (inv. MC.DES.1084 e MC.DES.4295).

como foi o caso do Celeiro da Mitra e do edifício do Aljube (*Tombo da Cidade de Lisboa*, fl. 6) – edifício situado imediatamente a poente – criando artérias provisórias que possibilitavam a circulação e dando vazão às toneladas de entulho que recobriam toda a área (Fernandes e Almeida, 2012: 119). Curioso referir que, no terceiro quartel do século XVIII, era este local conhecido por “barracas por detrás do Aljube” (Macedo, 1940: 77).

Imediatamente subjacente a esta calçada em rampa foram encontradas várias estruturas arqueológicas todas elas pertencentes a um mesmo horizonte cronológico e, simultaneamente ao mesmo conjunto arquitectónico, isto é, a habitação, destruída pelo Terramoto de 1755 e que adossou, a norte, ao grande muro do *post scaenium* pertencente ao teatro romano e datável da sua época fundacional (inícios do século I d.C.).

Significa esta situação que as estruturas foram intencionalmente destruídas até uma cota que possibilitasse a implantação daquela pequena rua provisória. Na verdade, até a enorme estrutura em *opus caementicium* de suporte da fachada cénica foi objecto de demolição parcial, coincidente com o local por onde a rampa passaria. Esta ideia é confirmada pela informação que obtemos do *Tombo de 1755*, quando refere que “O Aljube e o Celeiro estão distintos e habitados” (fl. 24), o que reitera a informação de que esta habitação do século XVII, localizada imediatamente a norte do Celeiro da Mitra, provavelmente terá ficado de pé, ainda que as estruturas tenham sido derrubadas intencionalmente no decurso da reconstrução posterior desta área da cidade.

Os vestígios exumados referem-se ao interior de uma das divisões internas da casa, tendo-se preservado o rés-do-chão, com o respectivo pavimento, assim como uma porta e duas pequenas janelas que davam para o antigo *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. Por esta pequena artéria tinha-se acesso a uma escada exterior que permitia um acesso directo ao piso habitacional situado a um nível superior. A parte inferior da guarda desta escada, feita em alvenaria e finalizada superiormente em tijolo, foi aliás, derrubada intencionalmente, tendo-

-se encontrado no decurso da escavação vários troços. Possivelmente evidenciando algum dano devido ao Terramoto, estas e outras partes de estruturas foram demolidas e preencheram áreas que viriam a ser enterradas e entulhadas elevando-se assim, artificialmente, a cota de utilização.

A parede norte do interior desta casa corresponde à face sul da estrutura romana, o *post scaenium*. A sua superfície encontra-se integralmente recoberta por rebocos brancos, observando-se igualmente a existência de um pequeno nicho, ao nível do primeiro piso, escavado no próprio muro, que corresponde a um pequeno armário onde seria pendurada louça estando ainda preservados múltiplos pregos que denunciam aquela função. Esta estrutura romana foi, assim, aproveitada e, ao longo dos tempos, modificada, adaptando-se a uma nova funcionalidade do decurso do século XVII e primeira metade do século XVIII.

Esta habitação teria prolongamento para poente. Com efeito, uma outra porta abre-se na parede

desse lado, ainda que não tenha sido realizada a escavação arqueológica dessa área uma vez que aí se implantou o alicerce da parede pós-pombalina.

### 3. OS NÍVEIS DO TERRAMOTO DE 1755

Podemos afirmar que os entulhos detectados no interior deste espaço até à rua provisória, articulada em degraus, que acima referimos, se podem atribuir à segunda metade do século XVIII, concretamente aos trabalhos de edificação dos novos edifícios da Rua de São Mamede e ao aproveitamento do interior desta antiga casa para a colocação dos inúmeros entulhos que eram recolhidos na área envolvente a este local.

Por seu lado, os sedimentos detectados na parte subjacente àquela rua provisória serão, necessariamente mais antigos e marcam um arranjo provisório desta zona criando, de forma pragmática as condições mínimas de habitabilidade e de circulação neste local.



Figura 3 – Pormenor da área sudoeste da divisão da habitação do séc. XVII, junto à porta de acesso ao antigo *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. As estruturas que se observam correspondem a vários alinhamentos de elementos arquitectónicos que, possivelmente, não teriam outra função que os arrumar de forma mais ordenada.

Observou-se, no entanto, que o entulhamento do rés-do-chão desta habitação foi realizado de forma pensada e com algum grau de preparação. Com efeito, o preenchimento com entulhos não foi totalmente casuístico e aleatório e, possivelmente, num primeiro momento, houve uma clara intencionalidade na escolha dos materiais, na criação de áreas específicas delimitadas por materiais de maior dimensão, talvez com o objectivo de obter espaços compartimentados para alguma função específica que hoje nos escapa.

Esta situação ocorreu na zona sudoeste do rés-do-chão, em frente à porta que aí se localiza e que permite o acesso ao antigo *Beco do Aljube por De trás do Celeiro da Mitra*. A restante área teve um tratamento distinto, tendo sido abandonada precisamente da mesma forma como havia ficado após o incêndio.

De facto, na área nascente, foi detectado um enorme monturo de argamassas, que recobria uma área extensa e que se sobrepunha a níveis que inicialmente nos pareceram ser de madeira carbonizada.



Figura 4 – Zona nascente do interior da divisão da habitação do séc. XVII onde se encontravam os vestígios do cereal carbonizado sobreposto por uma extensa e compacta camada de argamassas de coloração esbranquiçada

Com a limpeza do local verificámos que de facto existiam vestígios de madeira no limite nascente, mas que na área subjacente às argamassas se presenciava o que nos parecia ser palha, ainda com espigas bastante bem preservadas. Assim, procurámos remover toda a argamassa a qual, como se veio a constatar, tinha como que selado o cereal o qual se encontrava totalmente intacto.

De mencionar que as argamassas possuíam no seu interior inúmeras peças cerâmicas que ficaram como que “aprimonadas”. Foi necessário proceder a um desbaste das argamassas de forma a removê-las, na íntegra, e possibilitar a retirada das peças desta camada.



Após esta acção deu-se início ao registo da camada subjacente, como já mencionado, inteiramente composto pelo cereal o qual se veio a verificar que se encontrava depositado não de forma aleatória mas antes de modo cuidado e ordenado.

Com efeito, o cereal encontrava-se disposto em fiadas sobrepostas, sendo que a fiada inferior se dispunha em sentido perpendicular ao que se sobrepunha.

O cereal estava organizado em “medouchos” ou “mornais”, isto é pequenos feixes, que são atados a meio. Geralmente, e como ocorre neste caso, os nós são, também eles, compostos por um conjunto de fibras de cereal enroladas à volta do feixe, finalizando em nó para manter o conjunto unido.

Figura 5 – Pormenor de uma bilha, de cerâmica comum, totalmente embebida nas argamassas que se encontravam por cima dos cereais carbonizados.



Figura 6 – A mesma área representada na figura 4 após a remoção das argamassas, visualizando-se somente o cereal *in situ*, totalmente carbonizado.



Figura 7 – Aspecto do cereal *in situ* no momento em que se encontrava a ser levantado.



Figura 8 – Pormenor de um dos nós, realizado com o próprio cereal, que ataria um dos muitos “medouchos” de cereal que se encontravam depositados no local.

Geralmente estes medouchos são colocados lado a lado, como aqui acontece, ou colocados ao alto, quando o cereal ainda se encontra no campo e é junto, dispendo-os em cone e sendo posteriormente cobertos de modo a ficarem protegidos da chuva.

Inicialmente, esta camada repleta de cereal não parecia ser muito espessa, facto que se veio a verificar ser incorrecto uma vez que, no decurso da escavação e com a entrada de ar por entre os vestígios arqueobotânicos, o espaço entre os mesmos aumentou, revelando tratar-se de uma enorme quantidade de cereal que aí se encontrava armazenada.

Quando se finalizou a escavação destes vestígios detectou-se, imediatamente por baixo, o substrato geológico composto por margas compactas de coloração esverdeada.

O pavimento deste local contrasta, aliás, com o da restante área, onde se registou a existência de uma calçada em seixo rolado. Este facto significa que existiam duas áreas distintas ao nível do chão o que veio igualmente a ser testemunhado por uma

análise mais circunstanciada dos paramentos parietais. As paredes, com um acabamento em reboco muito grosseiro, conservavam grandes áreas com estuque branco ainda que, nas áreas inferiores bastante queimadas, se presenciavam notórios vestígios do incêndio que aí terá ocorrido.

O facto de se ter conservado um negativo de escada na parede sul desta divisão, e a articulação do respectivo lançamento, levou a considerar a original presença de um mezanino que abrangeria esta zona nascente, o que foi confirmado pelas concavidades dos barrote para a colocação do soalho que ainda hoje se conservam na respectiva parede.

Deste modo, podemos afirmar que o rés-do-chão desta habitação era igualmente ocupado por um piso intermédio que abrangia a parte nascente do espaço<sup>3</sup> e ao qual se acedia por uma escada,

<sup>3</sup> Sensivelmente coincidente com a actual zona de *deck* que foi colocado neste espaço de forma a permitir a ligação entre o interior do museu e as ruínas no seu interior, mas situadas a norte.



Figura 9 – Aspecto geral do interior da interior da divisão da habitação do séc. XVII. Perspectiva de sudeste para nordeste, observando-se o pavimento em seixo rolado, as paredes e, a sul, a porta e a pequena janela com frente para o antigo *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*.

encostada à parede sul, onde também se abria a porta de acesso ao pequeno *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. Trata-se, afinal, de um pragmático aproveitamento do pé direito acentuadamente alto que teria esta habitação, como tantas outras à época.

Igualmente tivemos oportunidade de verificar esta situação numa outra casa, de igual período e também destruída pelo Terramoto de 1755 (ou pela reconstrução depois efectuada) situada onde hoje é o Largo da Sé (Fernandes, Almeida, Loureiro, 2015: 19-33; Fernandes, 2015: 54-56). Também aqui, o enorme pé direito evidenciado no rés-do-chão levou à realização de uma escada, encostada

a uma parede e que possibilitava o acesso a um piso intermédio que se desenvolvia para poente<sup>4</sup>.

A função do piso inferior da habitação detectada na área inferior à actual recepção do Museu de Lisboa – Teatro Romano poderá ser relacionada, eventualmente, com um pequeno estábulo, destinado a animais de pequeno porte, talvez gado ovino e caprino, ao qual se poderiam destinar os fardos de palha aqui identificados.

<sup>4</sup> Estes vestígios são hoje visíveis no local, encontrando-se integrados no projecto de arquitectura dos sanitários públicos e estando disponibilizada informação sobre estes vestígios arqueológicos.

Esta funcionalidade é corroborada pelos dados obtidos pelo estudo dos vestígios arqueobotânicos que foram levados a cabo por João Tereso<sup>5</sup>. Com efeito, a análise destes vestígios permitiu concluir que se trata de centeio e cevada – numa percentagem elevada do primeiro cereal – e que os grãos destes espécimes não se encontram totalmente amadurecidos o que significa que foram colhidos não totalmente maduros, facto que leva a considerar que se tratará, efectivamente, de alimento para animais e não destinado ao homem.

Temos assim, um nível inferior usado para o resguardo de pequenos animais e também para guardar a palha destinada à sua alimentação. Mas esta não seria a única função. O facto de terem sido encontrados aros feitos com liga metálica de cobre, provavelmente destinados a toneis, confirma que este espaço também se destinava ao armazenamento de vinho. Foram igualmente exumados arreios e múltiplas fivelas de metal, algumas decoradas, as quais provavelmente serviriam para prender correias de couro, ainda que outras possam ter pertencido a ornamento de vestuário.

Inúmeros objectos em metal foram recolhidos os quais, provavelmente, deveriam provir dos andares superiores da casa, como o exemplo de vários dedais, um deles com decoração incisa, alfinetes, tesouras, espelhos de fechaduras, uma chave em bronze de um baú ou de armário, um pingente de puxador de gaveta que terá pertencido a um “móvel de conter”, um encaixe de pega de cobre dourado, tendo talvez pertencido a um puxador de cofre, uma cantoneira decorativa de contador... Um sem número de peças que ilustram o quotidiano dos seus habitantes e fornecem algumas indi-

---

<sup>5</sup> Investigador do InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Laboratório Associado CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto. Agradecemos vivamente os esclarecimentos fornecidos por João Tereso e as informações prestadas, parte das quais foram apresentadas publicamente na palestra que teve lugar no Museu de Lisboa – Teatro Romano no dia 17 de Fevereiro de 2016 tendo por título “Palha para os animais: vestígios paleobotânicos do Terramoto de 1755 recuperados no teatro romano de Lisboa”.

cações quanto ao mobiliário aí existente. A análise deste espólio permite concluir que, naturalmente, foram as pequenas peças de metal, mais pesadas, que resistiram ao incêndio e que permaneceram no piso inferior. O mobiliário a que terão pertencido, sendo de madeira, ficou integralmente destruído, o mesmo tendo ocorrido com os soalhos de madeira, os quais também arderam. Estes pequenos objectos serão, assim, provenientes do piso, ou pisos superiores, onde se localizaria o nível habitacional.

Os aros das pipas, arreios e peças de cerâmica encontravam-se totalmente embebidos na espessa camada de argamassas. As cerâmicas de uso comum correspondiam especialmente a contentores de líquidos: bilhas de água e de vinho e púcaros para beber que, muito provavelmente, seriam guardados no rés-do-chão.

Foram recolhidas várias peças de faiança, onde se destacam pratos, na maioria de produção lisboeta, mas em reduzido número em comparação com as peças de cerâmica comum. De sublinhar o facto de, nos fragmentos de faiança, o respectivo vidrado se encontrar totalmente alterado, tendo adquirido uma cor preta devido às alterações provocadas pelas altas temperaturas que o incêndio produziu.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que se apresenta procura contribuir com mais uma pequenina peça de um enorme *puzzle* que é a reconstituição da história da cidade de Lisboa nesta pequena área onde, nos inícios do século I d.C., foi edificado o teatro romano da antiga *Felicitas Iulia Olisipo*.

Apesar deste monumento romano ser o elo de ligação numa história de longa diacronia que o ultrapassa temporalmente, é interessante verificar as marcas que a edificação romana produziu na cidade posterior e de que modo, ainda hoje, elas são passíveis de ser identificadas.

Este facto é verificável na própria implantação dos edifícios construídos no local. Vários outros exemplos poderiam ser apontados para a área correspondente ao interior do teatro, no entanto,

cingimo-nos ao local que agora analisamos, isto é, a parte sul do mesmo, onde hoje se implanta o Museu de Lisboa – Teatro Romano.

Como afirmámos, a habitação do século XVII aqui detectada aproveitou a enorme estrutura do *post scaenium* como limite norte. Isto significa que a habitação se desenvolveria para sul tendo fachada para aquele pequeno beco que verificámos tratar-se do *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. Esta pequena artéria teria continuidade no antigo *Beco do Aljube Com Saída* o qual, como tivemos oportunidade de confirmar na intervenção arqueo-

lógica aí levada a cabo em 2009<sup>6</sup>, não se sobrepõe ao actual Pátio do Aljube mas antes se localizaria, muito possivelmente, um pouco mais a norte onde hoje se implantam os edifícios pós-pombalinos desse lado do pátio (Fernandes *et alii* 2013: 167-185). Ainda que tenha sido pela ausência de dados, esta intervenção arqueológica permitiu concluir que mesmo neste caso não existe coincidência entre estas duas artérias, apesar de, por exemplo, na planta Vieira da Silva, o autor não indicar qualquer via actual que se sobreponha ao antigo *Beco do Aljube Com Saída* apesar de o actual Pátio do Aljube existir.

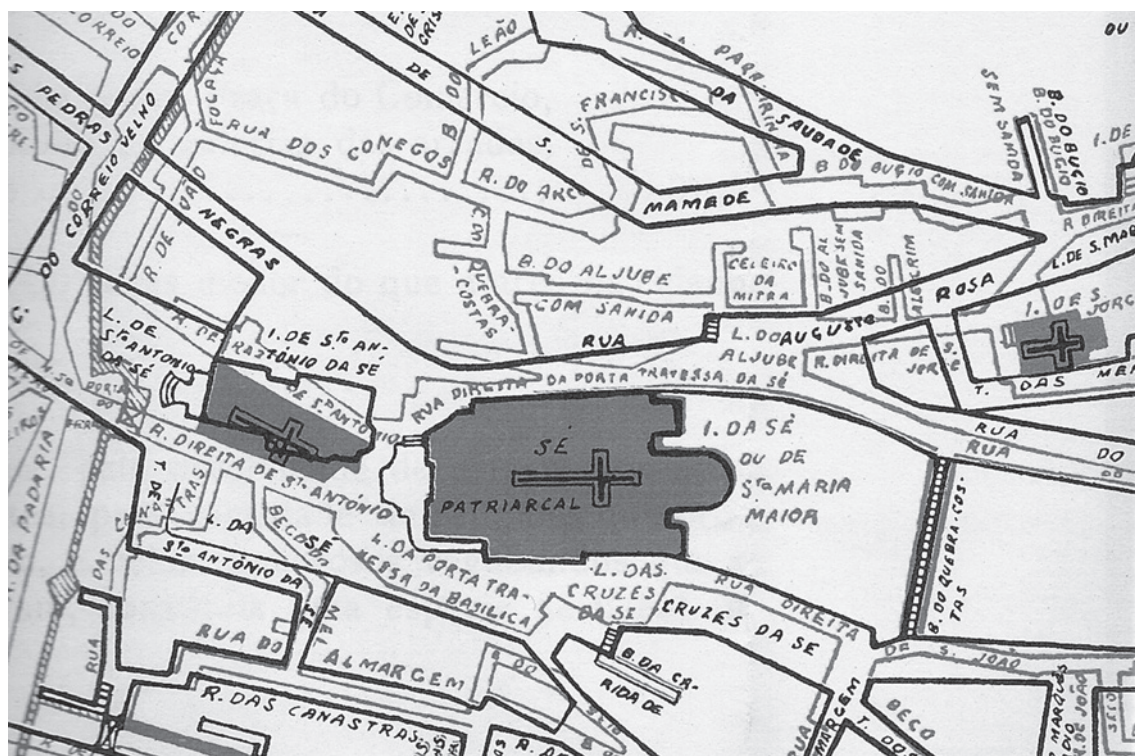


Figura 10 – Fragmento da Estampa III apresentada por Vieira da Silva (SILVA, 1987): “Fragmento da planta topográfica de Lisboa que compreende a parte abrangida pela Cêrca Moura”.

Estas conclusões, suportadas pela arqueologia, permitem o redesenho da cidade pré-pombalina e um melhor entendimento das relações urbanísticas, sociais e económicas subjacentes.

A habitação que encostou à estrutura romana

<sup>6</sup> Com efeito, a escavação que aí realizámos não logrou encontrar qualquer vestígio desta antiga artéria.

teria dois ou três pisos, ainda que apenas tenham sido identificados os dois inferiores. No entanto, o arranque de abóbadas na parte superior dos muros, realizado por pedras de bom e homogéneo calcário que evidenciam o arranque de uma estrutura distinta, permitem inferir que, muito provavelmente, o último piso seria abobadado. Este facto depara-se estranho pois estamos habituados a pensar em te-

lhados de madeira, alguns em forma de “tesouro”, com uma inclinação acentuada, mas raramente em coberturas abobadadas.

Estes dados que evidenciam a qualidade da propriedade em causa, adequam-se igualmente, à qualidade do espólio exumado. Sublinha-se, quanto a este aspecto, o espólio azulejar recolhido, com inúmeros espécimes de tradição hispano-árabe e, sobretudo, de exemplares enxaquetados (de cor branca, azul e verde), atribuíveis aos finais do século XVI / inícios do século XVII. Silhares azulejares que seriam usados nas paredes dos pisos superiores e que indicam uma certa riqueza dos proprietários da casa. Também os pequenos objectos de metal que acima mencionámos afiançam a presença de mobiliário de alguma qualidade, assinalando-se algumas peças importadas bem como a diversidade da sua tipologia funcional: arcas e armários, um contador “de torcidos e tremidos”, um contador de mesa, um escritório ou “gaveta-escritório” indo-português, cadeiras de couro lavrado e, possivelmente, também um cofre Indo-Português. Todas estas peças de mobiliário, que se deduzem pelas aplicações e adereços de metal encontrados, apontam, na sua grande maioria, para modelos franceses do século XVII.

Mas a manutenção da grande edificação romana permanece até hoje e teve enorme impacto aquando da reconstrução desta parte da cidade em época pós-pombalina. Com efeito, a Rua de São Mamede tem a sua actual fisionomia porque se adaptou à construção romana que aí permanecia. A fachada da casa, e do pátio anexo, por onde se acede ao interior do museu, está assente, precisamente, na estrutura do *post scaenium* tendo-a aproveitado como alicerce. Terá sido a permanência desta enorme construção que terá levado a que a casa destruída pelo incêndio de 1755 se desenvolvesse para sul tendo o pequeno *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra* sido aberto, exclusivamente, para serventia desta casa.

Mas quando falamos de destruição causada pelo Terramoto de 1755 teremos de questionar a que nos referimos. Com efeito, não detectámos quaisquer

vestígios causados pelo cataclismo, em *strictus sensus*, antes claras destruições causadas pelo incêndio consequente. De facto, pelos vestígios mencionados – cereais totalmente carbonizados, peças cerâmicas deformadas, fragmentos de porcelana derretidos, vidrados que passam de branco a preto ... – podemos afirmar que o incêndio que se fez sentir no rés-do-chão desta habitação foi particularmente intenso. De igual modo, as pedras calcárias – em biocalcarenito ou calcário fossilífero – do muro romano evidenciam uma cor encarniçada, ao contrário da sua habitual cor bege amarelada, indicando terem sofrido altas temperaturas.

No entanto, não foram encontrados quaisquer corpos, ou esqueletos de animais, no interior da habitação e os vestígios de incêndio deixados no rebocho das paredes apenas se verificam no piso inferior.

Estes dados levam a questionar a destruição aqui ocorrida. Com efeito, parece que, de algum modo, o fogo que aqui deflagrou foi controlado. Se nos recordarmos da informação contida no *Tombo de 1755* quando menciona que o Celeiro da Mitra e o Aljube terão ficado de pé e habitados levamos-nos a perguntar se o mesmo não terá acontecido a este edifício construído imediatamente a norte. O incêndio que, de facto, se verificou, poderá ter sido controlado, de algum modo, uma vez que não deixou vestígios na parte superior das paredes indicando que apenas o piso inferior terá sido afectado e podendo ter sido controlado a partir daí.

Esta constatação leva, assim, a ponderar o facto de esta construção ter sido robusta ao ponto de não ter sido afectada pelo cataclismo, o mesmo tendo acontecido aos grandes edifícios que existiam em seu redor. Esta interpretação adequa-se, igualmente, à relativa qualidade do espólio exumado e, de igual modo, às características construtivas, especialmente se tivermos em atenção, como referido, que o piso superior seria abobadado.

O que podemos concluir da intervenção arqueológica realizada ao longo dos quase 9 metros de sedimentos que preenchem o interior da habitação do século XVII é que foi a reconstrução que determinou a sua total destruição.

Com efeito, assistimos, no decurso da escavação, ao desenrolar das várias etapas de reconstrução desta zona citadina. A criação de uma rua provisória, a presença de inúmeros silhares, deitados aleatoriamente no espaço interno da habitação, a existência de enormes camadas de terra, repletas de entulhos, deitadas de norte para sul, permitem, inclusivamente, saber de que modo se processou o entulhamento artificial deste espaço. O grande muro do *post scaenium* foi parcialmente desmontado até à cota que possibilitava a sua reutilização como alicerce das novas fachadas erguidas nos inícios do século XIX. Não podemos deixar de sublinhar o facto de a Rua de São Mamede ser plana neste local, onde, simultaneamente, coincide com a parte mais elevada da rua. Este constrangimento foi condicionado precisamente pelo grande muro de suporte do teatro.

Os restantes muros de contenção do edifício cénico permanecem no interior do museu, como que fossilizados, uma vez que foram sempre reaproveitados ao longo das várias reconstruções que este edifício sofreu, tendo sido bem mais fácil o seu reaproveitamento do que a sua eventual demolição (Fernandes, Sepúlveda e Antunes, 2012: 44-55; Fernandes, 2013: 765-773).

As estruturas derrubadas, como a guarda da escada que, pelo exterior, permita o acesso ao piso habitacional foram, em nossa opinião, demolidas intencionalmente, quer por uma questão de segurança quer para que o entulhamento fosse mais compacto, de modo a não propiciar a presença de ocios que poderiam fragilizar o que, superiormente, fosse construído.

Se observarmos o traçado viário desta zona da cidade e o compararmos como era em época anterior ao Terramoto, concordaremos que a implementação do novo plano urbanístico alterou totalmente a sua fisionomia. A Rua de São Mamede, aberta de novo, implantou-se numa área onde anteriormente não existia qualquer rua. A Rua da Saudade, por seu lado, manteve sensivelmente o mesmo traçado, tendo parcialmente coincidindo com a antiga *Rua do Bugio Com Saída*.

Será a nova Rua de São Mamede e os edifícios que a rodeiam, a sul e a norte, os responsáveis pelas principais alterações urbanísticas e são elas que irão obrigar a um derrube das antigas edificações e ao aproveitamento das ruínas do teatro que, no decurso das obras de reconstrução, surgiam por entre os escombros, o que aconteceu logo em 1798.

Neste caso concreto, podemos afirmar que a reconstrução implementada após o Terramoto de 1755 terá sido consideravelmente mais “agressiva” que o próprio cataclismo.

## AGRADECIMENTOS

Muito do que se apresenta neste trabalho só foi possível pelos contributos de vários colegas: Carlos Loureiro e Rita Fragoso de Almeida, autores da planta de reconstituição da área do teatro anterior ao Terramoto de 1755. Um especial agradecimento a João Tereso que se tem debruçado sobre os espécimes arqueobotânicos mencionados.

## BIBLIOGRAFIA

CASTILHO, Júlio de (1954) – *Lisboa Antiga – O Bairro Alto*, vol. 1 (3.ª ed.). Lisboa. *Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma cópia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894*, Museu de Lisboa (policopiado).

FERNANDES, Lúcia (2007) – “Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica”. *Al-Madan*, 15. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 27-39.

FERNANDES, Lúcia (2013) – “Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano” in Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (coord.) *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp. 765-773.

FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2012) – “Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade” in Teixeira, A.; Bettencourt, A. (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAçores, pp. 111-122.

FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos (2015) – “Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evo-

lução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina”. *Revista de História de Arte*, Lisboa: Instituto de História da Arte FCSH/UNL, pp. 19-33.

FERNANDES, Lúcia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor (2013) – “Ocupação sidérica na área envolvente do Teatro Romano de Lisboa: O Pátio do Aljube”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, pp. 167-185.

FERNANDES, Lúcia; SEPÚLVEDA, Eurico; ANTUNES, Márcio (2012) – “Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo”. *Al-Madan*, 17. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 44-55.

FERNANDES, Lúcia (2015) – “Habitar em Lisboa nos séculos XV e XVI: modos de vida e de construir. O exemplo dos vestígios habitacionais na área de intervenção arqueológica do teatro romano” in TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord) *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades / história de duas cidades*. Ceuta/Lisboa: Cidade Autónoma de Ceuta / Câmara Municipal de Lisboa/FCSH-Universidade Nova de Lisboa, pp. 54-56.

LEAL, Pinho (1874) – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV. Lisboa: Ed. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

LUIS, João (1665) – [Registo do cordeamento]. Acessível no *Livro de Cordeamentos 1614/1699*, Arquivo Histórico Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, cota: BL-2.A.058.05.35 (28 Janeiro).

MACEDO, Luís Pastor de (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés*, vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

*Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales* [Material Cartográfico]. Desenho aguarelado. Museu da Cidade. 1850. Nº Inv.: MC.DES.1084.

*Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço* [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. Nº Inv.: MC.DES.4295

SILVA, A. Vieira da (1987) – *A Cerca Moura de Lisboa* (3.ª ed.). Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

# O AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES E O TERRAMOTO DE 1755

---

Bárbara Bruno

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA – Museu da Água / bsbruno@adp.pt

## **Resumo**

São escassos os estudos sobre o comportamento do Aqueduto das Águas Livres durante o terramoto de 1755.

As investigações relativas à destruição ou danos em estruturas arquitetónicas, na cidade de Lisboa durante este período não identificam o aqueduto como uma obra que tenha sofrido danos de grande monta apontando-o, normalmente, como uma exceção ao cataclismo demolidor.

Embora o presente artigo não tenha a pretensão de vir a preencher esta lacuna, julgamos poder, no entanto, dar um contributo para um conhecimento mais autêntico do seu verdadeiro comportamento, com a preocupação de lhe apontar os danos sofridos e os aspetos relativos à sua construção que ajudam a perceber as razões da sua robustez.

**Palavras-chave:** Terramoto, Aqueduto, Lisboa.

## **Abstract**

The studies regarding the behavior of the Águas Livres Aqueduct during the earthquake of 1755 are scarce or nonexistent.

The investigations concerning the damage or destruction in architectural structures in Lisbon during this period, do not identify the aqueduct as a monument that has suffered great damage, pointing it normally as an exception which survive the cataclysm. Although this paper, does not aim to fill this gap, it is possible, however, make a contribution to a more authentic knowledge of its behavior on that day, with the concern to point out the damage and aspects relating to its construction which help understand the reasons for its strength.

**Keywords:** Earthquake, Aqueduct, Lisbon.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das construções mais emblemáticas do reinado de D. João V para a capital será a execução do traçado do Aqueduto das Águas Livres. Esta obra assume-se como uma infraestrutura de interesse público e de um enorme significado político, uma vez que a sua construção reuniu um conjunto de esforços jurídicos e técnicos que se revelariam fundamentais em futuros acontecimentos e nas respostas consequentes a realizar na cidade de Lisboa.

A força pública da arquitetura, e a noção de poder e de prestígio que esta proporcionava, levou os poderes públicos setecentistas a desenvolver um programa de reestruturação urbana que privilegiava a construção de obras arquitetónicas que integravam as infraestruturas ligadas ao abastecimento da água.

A leitura da totalidade das opções então tomadas indica uma clara preocupação de criar em Lisboa estruturas que viam a permitir a concretização dos objetivos industriais, políticos e sociais da época, conferindo-lhe inovação e modernidade.

No contexto urbano do período em apreço, a ideia de espaço/praza pública está intimamente ligada à realidade da cidade e dos valores políticos e sociais que a enformam. É ela quem define a modernidade e qualidade da própria cidade uma vez que é o indicador mais visível da forma de estar da população e da importância e grau de erudição do poder então vigente. Neste caso, o Aqueduto das Águas Livres, com o respetivo reservatório, galerias e chafarizes, geraram na cidade de Lisboa uma configuração ou reconfiguração dos espaços do tecido urbano onde se inseriram. Esses espaços, que então adquirem uma nova importância, como é o caso do Largo do Rato, permitem-nos avaliar não só o comportamento do Aqueduto durante o terramoto de 1755, como da própria envolvente.

## 2. SÍNTESE HISTÓRICA: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES

No século XVIII assistiu-se à preparação de medidas destinadas a aumentar o caudal de água transportada, de modo a conferir modernidade, higiene e bem-estar à cidade de Lisboa. Um conjunto de reformas urbanas permitiram delinear os limites geográficos da cidade e orientar as possibilidades de distribuição da água através da intervenção no tecido urbano, recorrendo à implantação de chafarizes monumentais que exigiram a reorganização de praças, segundo um modelo barroco italiano, onde a água funcionava como elemento centralizador do espaço (Rossa, 1998).

O Aqueduto das Águas Livres (1731/1799), o último grande aqueduto clássico a ser edificado em todo o mundo, seria a base e o motor dessa modernização, sobressaindo naturalmente, pela sua imponência, de entre o património hidráulico Português.

Em funcionamento até ao final da década de 60 do século XX, o aqueduto foi sofrendo algumas alterações de carácter técnico que, no entanto, não impedem uma leitura integral de uma estrutura classificada parcialmente como Monumento Nacional, através do Decreto de 16 de Junho de 1910, DG nº136, de 23 de Junho de 1910. Em 2002 a classificação foi alargada a toda a sua extensão, referentes e correlacionados, pelo Decreto nº5/2002, DR, 1ª série – B, nº42, de 19 de Fevereiro de 2002.

O Aqueduto das Águas Livres identifica-se como uma obra hidráulica que inclui duas vertentes distintas: uma vertente rural, marcada pela sobreposição da técnica à arquitetura, dirigida pela engenharia militar portuguesa e baseada no tratado de arquitetura do romano Vitruvius, e uma vertente urbana, onde a arquitetura se sobrepõe à técnica, sendo, neste caso, aplicado o tratado do renascentista Sebastião Serlio.

De facto, a inexistência de uma tratadística nacional sobre arquitetura no final da segunda década do século XVIII levou os artistas portugueses a olhar para as obras publicadas no estrangeiro, nomeada-

mente a tratadística clássica e as obras modernas que focavam principalmente elementos das grandes obras dos mestres italianos e franceses, bem como as realizações das duas cortes mais proeminentes, a da Cúria romana, e a do Rei Sol.

Quando D. João V, Rei de Portugal, quis controlar tudo o que de novo e moderno se fazia no mundo artístico europeu, conhecendo as mais importantes produções contemporâneas da arquitetura e dos mais conceituados arquitetos, foi em Itália, e nos Estados que a compunham, que encontrou aquilo que procurava, tendo sido através do Marquês de Fontes, embaixador do reino de Portugal em Roma, que tomou conhecimento das obras dos grandes mestres romanos.

Tanto o ecletismo estilístico que o movimento barroco fomentou como o espírito de descoberta, aventura e migração pela Europa, sobretudo no século XVIII, está ligado ao fenómeno de migração de artistas a que Portugal não foi alheio. Na direção deste aqueduto foram vários os estrangeiros que se destacaram: António Cannevari, Carlos Mardel, João Frederico Ludovice, Miguel Ângelo Blasco, Theresio Michelotti, entre outros medidores e mestres pedreiros (Moita, 1990).

O ecletismo que estas movimentações originaram aliaram-se, naturalmente, às características nacionais da produção edílica, permitindo que o barroco português do século XVIII, embora tardio relativamente ao resto da Europa, ainda pudesse dar origem a um específico barroco colonial brasileiro que no caso do Aqueduto das Águas Livres se encontra bem patente na construção do Aqueduto do Carioca e respetivo chafariz, na cidade do Rio de Janeiro.

O aqueduto é uma estrutura hidráulica com cerca de 58 Km, construída em cantaria e alvenaria de calcário, e caracterizada por uma arquitetura infraestrutural barroca.

Os vários troços edificados resultam do trabalho projetado por várias direções de obra, onde é justo destacar os engenheiros militares portugueses Manuel da Maia (1732-1736) e Custódio Vieira (1736-1744), bem como o engenheiro militar húngaro Carlos Mardel (1746-1763). Apesar dos vários

projetistas que interferiram nesta obra, é importante realçar que a mesma manteve uma unidade conceptual grande.

O processo de conceção da obra das Águas Livres, aliando a qualidade construtiva à envergadura do sistema, são evidências que conferem a esta estrutura hidráulica um papel singular no contexto da produção arquitetónica mundial.

No sentido de atestar a singularidade desta obra é imprescindível referir que a construção deste aqueduto apresenta soluções construtivas muito inovadoras para a época, como é exemplo a construção de galerias com pé-direito à escala humana, permitindo, por um lado, a realização facilitada de manutenção e, por outro lado, a execução de obras no interior sem necessidade de interromper o abastecimento.

O troço à superfície com maior destaque é aquele que se projeta sobre a Ribeira de Alcântara, em Lisboa, através de uma sequência de arcos apontados de diferentes dimensões. A dimensão do espaço atravessado não deixou grande margem para uma diferente escolha técnica.

As obras do Aqueduto das Águas Livres terminaram em 1799 e, em 1834, ultimaram-se os trabalhos do Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras. Para além das obras de aparato régio que se construíam ou projetavam pela cidade, também o facto do Aqueduto das Águas Livres não ter sofrido danos de monta com o Terramoto, sentido em Lisboa no ano de 1755, contribuiu para o reconhecimento nacional e internacional da sua solidez e dos requisitos técnicos com que a engenharia militar portuguesa o havia dotado.

Embora o valor utilitário do aqueduto tenha sido comprometido pelo fraco caudal das nascentes e pelos constrangimentos técnicos a que obedeceu, a obra das águas livres constituiu o elemento central do desenvolvimento de Lisboa ocidental, em especial na segunda metade do século XVIII, contribuindo para a concretização dos objetivos industriais, políticos e sociais vigentes na época, valorizando ainda a urbanidade e modernidade de uma cidade que se queria renovada.

### 3. O COMPORTAMENTO DO AQUEDUTO NO TERRAMOTO DE 1755

Relativamente ao Terramoto de 1755 é curioso observar que não só a obra sofreu danos como também a sua documentação. No auto de medição de 24 de Março de 1756, referente às obras efetuadas entre 1 de Abril e 30 de Setembro de 1754 inclui-se uma nota onde se pode ler que: «esta medição foi passada por outra que ficou em poder dos arquitetos por o original se ter perdido no incendio que se seguiu ao terramoto de 1 de Novembro de 1755» (Moita, 1990).

Outros documentos e maquetes referentes ao Aqueduto das Águas Livres e a outros aquedutos romanos mandados trazer por D. João V em 1732, ter-se-ão também perdido nesta catástrofe. A sua existência é conhecida através de referências em cartas e editais embora não existam hoje vestígios desses testemunhos.

Sobre este assunto, lembramos a carta de 1746 enviada ao Prior de São Nicolau, pelo arquiteto João Frederico Ludovice, onde refere o sistema de maquetização dos projetos que marcou o início desta obra "... e que logo lhe fizesse hum modello de madeira no proprio tamanho do corredor, ou mina, e da sua entrada, e da abertura na parte superior para a alumiar; o que tudo se foi fazendo, para se apresentar a Sua Magestade antes porem de chegar a taes termos, de repente, e com o modello por acabar se tirou tudo por ordem de Vossa mercê aos pedaços, da officina, em que se fazia, e se poz silencio a tal modello..." (Saraiva, 1937).

Há ainda outra carta, mais antiga, de Diogo Mendonça Corte Real a Manuel da Maia, datada de 9 de agosto de 1732, onde manda que este, juntamente com Manuel Azevedo Fortes e José da Silva Paes, acabem os modelos de canalização para serem entregues a Tadeu "para o fazer em madeira" (Moita, 1990).

Nenhum modelo ou planta original, provavelmente guardados no palácio da Ribeira, sobreviveram ao Terramoto.

Relativamente a danos estruturais, a análise dos autos refere os seguintes:

O auto de 12 de Maio de 1758, correspondente às obras efetuadas entre 1 de Abril e 30 de Setembro de 1756, refere «o conserto de 16 claraboias do Aqueduto subterrâneo da Rua Direita da Real Fábrica das Sedas, hoje rua da Escola Politécnica, fazendo-se-lhe as calçadas e aprofundando-o» (Moita, 1990).

Ainda hoje é possível observar as referidas claraboias calçadas e o aprofundamento das mesmas na parte interior da galeria do Loreto, aberta ao público pelo Museu da Água.

O auto de 19 de Maio de 1760, correspondente às obras efetuadas entre 1 de Abril de 1758 e o final de Março de 1759, refere «a obra que se fez no conserto das ruínas resultantes do Terramoto de 1 de Novembro de 1755, medindo-se a obra completa: do sítio do Rato à Quinta do Marquês de Fronteira». O mesmo auto faz referência a pequenos concertos nos chafarizes do Rato e de S. Pedro de Alcântara (Moita;1990).

Se relativamente ao chafariz do Rato a situação terá sido pacífica e os danos de pouca monta, já sobre o chafariz de São Pedro de Alcântara a situação é totalmente diferente.

O primeiro chafariz construído neste local data de 1752 e terá sido executado de acordo com planta de Carlos Mardel. Em 1754 o Chafariz foi medido e, de acordo com os autos de medição deste ano, nele correu água pela primeira vez. Os autos de 1755 mostram que as obras no Chafariz estavam praticamente concluídas quando se deu o Terramoto. Algo se terá passado neste perímetro do chafariz, pois em medições feitas posteriormente percebemos que o mesmo não é terminado e parece ter sido desafetado. Em 1758 tentou-se um concerto dos canos de repuxo que aparentemente não deu resultado pois trabalhava-se então já num Chafariz interino (provisório) que fica concluído em 1762.

O auto de 12 de Janeiro de 1762, correspondente às obras efetuadas entre 1 de Abril de

1760 e 31 de Março de 1761, refere «*consertos e desentulhos que se tiraram na Praça e abarracamento na Praça, bem como quartéis do abarracamento do dito sítio*» (Moita, 1990). Será, certamente, a Praça do Príncipe Real, dado que as outras obras deste auto referem a claraboia junto do Convento dos Cardais e obras relativas ao Chafariz da Rua Formosa, hoje Rua do Século.

Mais, se analisarmos o trajeto da galeria do Loreto, que tem início na Rua das Amoreiras, passa pelo Largo do Rato, Rua da Escola Politécnica, Jardim do Príncipe Real, Carmo, Chiado e termina no Largo de São Carlos, à luz do relato contido nas memórias paroquiais de 1758 no que diz respeito à freguesia de Santa Isabel, onde no seu ponto 26, o pároco faz referência a «*algumas piquenas ruínas como foy no Convento das religiosas Trinas [Rato], no Colegio dos padres da Companhia da Cotovia [escola politécnica], que se acham em parte reparadas, como tambem no convento de Sam Bento, e da Estrella, que ambos se andam reparando; as casas de Dom Rodrigo Antonio de Menezes na Cotovia [príncipe real] tambem padeceram algum estrago, que tambem se andam reparando*» (Matos e Portugal, 1974), podemos concluir que toda a área por onde passa esta galeria sofreu danos no edificado, que também se repercutiram na estrutura interior do aqueduto com eles coincidentes.

O auto de 29 de Abril de 1762, correspondente às obras efetuadas entre 1 de Abril e o fim de Setembro de 1761, refere os «*consertos grandes que se fizeram no Aqueduto Geral em consequência do Terramoto de 1755 incluindo: um lanço junto à Quinta do Marquês de Fronteira, seguindo até ao Casal da Reboleira; outro lanço que principia na Azenha Velha e finda onde principia o aqueduto do Casal de S. Brás; obras no aqueduto que parte da cerca de D. Maria Herculana.*» (Moita, 1990)

O de 22 de Julho de 1765, correspondente às obras efetuadas entre 1 de Outubro de 1762 e o

fim de Setembro de 1764, refere o «*conserto da ruína que o Terramoto de 1755 fez no Aqueduto de Carenque.*» (Moita, 1990)

O facto de os restantes autos não referirem especificamente reparações de danos provocados pelo Terramoto, não quer dizer que algumas das obras neles referidos o não possam ser. Este é um trabalho de investigação que o Museu da Água continuará a fazer. O mesmo se poderá dizer relativamente a outras obras constantes dos autos acima indicados, embora nos pareça que, nesses casos as probabilidades de isso acontecer sejam menores, dada a preocupação que houve em mencionar as obras de reparação dos estragos.

Abordaremos seguidamente o impacto social que o Terramoto provocou nas imediações do Aqueduto e seus equipamentos, designadamente junto ao reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras.

É no Largo do Rato e nas suas imediações (jardins da Mãe d'Água) que iremos procurar esse impacto. A zona acolheu centenas de pessoas que levaram consigo tudo o que conseguiram salvar. As de mais baixos recursos porque naturalmente, pouco se podiam afastar da cidade.

Na Páscoa de 1756, só no largo contavam-se 76 fogos, mas também nas quintas a norte, principalmente na quinta da D.<sup>a</sup> Helena (local de implantação do reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras), onde se abrigavam em barracas e telheiros (local que corresponde ao jardim do Reservatório) (Matos e Portugal, 1974).

Os refugiados viviam em precárias condições e eram numerosos. Segundo as palavras do pároco de Santa Isabel, em 1757, aí viviam 5.249 pessoas, de diversas freguesias, em barracas (Matos e Portugal, 1974).

A zona recebe assim, por força das circunstâncias, novas designações toponímicas, determinando em certos casos, novos arruamentos – “sítio do Carmo” (sob os arcos do aqueduto/1756); “Telheiro dos Pobres” (igualmente junto ao aqueduto / 1765); “Sítios da Muralha”, “Sobre a Muralha” e “Por cima do Chafariz” (1764); “Das Barracas”

(1765); “Das Cabanas” e “Das Águas Livres ao Rato”, em 1793 (Matos e Portugal, 1974).

Por último abordaremos a questão do Aqueduto na sua face mais visível e monumental: A travessia do Vale de Alcântara.

Construído entre 1740 e 1744, esta travessia, com 35 arcos e 941 metros de extensão, sobrevive ao abalo sísmico com poucos danos.

A este respeito, o Major José Carlos Conrado de Chelmicki, que em 1856 elabora a Memória sobre o Aqueducto Geral de Lisboa feita por ordem do Ministério das Obras Públicas em Portaria de 15 de Fevereiro de 1856, onde refere que apenas três torções [claraboias nos arcos do Vale de Alcântara] e o Arco da Rua das Amoreiras haviam sofrido com o Terramoto, mantendo-se este último ainda no mesmo estado, com muitas pedras fora do seu lugar, e atribui a resistência do Aqueduto ao subsolo basáltico (1857: 24).

É no entanto curioso analisar esta resistência sobre outro ponto de vista.

Em primeiro lugar, examinemos as verbas despendidas nesta obra. Sabemos, através dos autos de medição que entre 1736 e 1752, ano em que estava concluída a totalidade da obra de Campolide até ao Rato, se havia despendido 1.580.450\$562 reis (um bilião, quinhentos e oitenta milhões, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos e sessenta e dois reis). Desta astronómica quantia para a época, foram gastos durante os primeiros cinco anos, entre 1736 e 1741, 734.142\$691 (setecentos e trinta e quatro milhões, 142 mil e seiscentos e noventa e um reis), o que corresponde a quase metade do custo global, ou seja, foi sob a direção de Custódio Vieira que a obra teve o seu maior desenvolvimento em extensão e custo (Andrade, 2008).

Em 1736, Custódio Vieira é nomeado arquiteto principal e entrega-se à obra da sua vida – o troço monumental sobre o vale de Alcântara. Em que é que este troço difere do resto do Aqueduto?

Embora a maior extensão do aqueduto geral corra à superfície, em vários pontos, por depressão ocasional deste, houve necessidade de criar elementos de suporte da conduta. São na maior par-

te dos casos, pequenos troços de fraca altura, por vezes sobre simples muralha sem vazios; ou com arcos de volta redonda, a maior parte sem pilares de apoio visíveis e sempre de cantaria aparelhada. Quando a altura a vencer é maior, como sucede na zona da Damaia, em que o desnível chega a atingir 12 metros, os arcos assentam em pilares de secção retangular. Esta é a regra em toda a extensão do aqueduto da responsabilidade de Manuel da Maia, bebida na tratadística de Vitruvius, isto é, desde a quinta das águas livres, onde tem a sua origem, até ao Alto da Serafina (Santos, 1962).

Daí por diante punha-se o caso do atravessamento do Vale de Alcântara. Perante a peculiaridade do problema, uma obra monumental sem paralelo cuja maior altura sobre o vale excede 60 metros, Custódio Vieira sente a necessidade de encarar uma solução adequada, mesmo que não prevista nos tratados. Ninguém se tinha aproximado do desafio com menos de 3 andares sobrepostos. No caso dos grandes aquedutos da Península Ibérica, Segóvia e Tarragona, sem chegarem a 30m, apresentam como solução 2 andares. No caso do aqueduto do Pont-du-Gard, em França, o maior arco não atinge 50 metros, apresentando a arcaria para esse efeito três andares sobrepostos.

Perante este problema Custódio Vieira encontrou uma solução que na época foi bastante criticada: a recuperação do arco quebrado, banido desde o Renascimento. Assim, para vencer o Vale de Alcântara, em Lisboa, cuja maior altura excede os 60 metros, Custódio Vieira, engenheiro militar, ultrapassou os tratados existentes que previam sobreposição de arcadas, construindo no Aqueduto das Águas Livres uma arcaria de 35 arcos numa extensão de 941 metros onde um único arco (ogival) atinge 65 metros de altura. Não traçou a arcaria em linha reta, atento à orografia das vertentes de apoio, o que determina a existência de um ponto de inflexão na encosta ocidental da ribeira, a de declive mais suave. Desde o Alto da Serafina até esse ponto desenhou uma sucessão de arcos de volta perfeita sobre pilares em tudo semelhantes aos de Manuel da Maia. A partir daí projetou uma série de 14 arcos

quebrados que transpõem a zona de maior profundidade do Vale sem recorrer à sobreposição de arcadas e sem aumentar a largura dos pilares a não ser nos 5 arcos de maior altura.

Não conhecemos as resistências que Custódio Vieira terá encontrado para impor a sua solução, mas conhecemos a reação do superintendente da obra, Cláudio Gorgel do Amaral, que nos deixa entender que as relações entre os dois não seriam as melhores. Em representação ao Rei, datada de 16 de Janeiro de 1745, o superintendente protesta contra a decisão de substituição do antigo traçado de Manuel da Maia pelo de Custódio Vieira na entrada do aqueduto na cidade de Lisboa:

*«he sem duvida que a obra teria vindo com muito menos despeza e toda a fortaleza e fermosura se se tivesse continuado do monte das tres cruces athe esta cidade pella linha fundamental, que tinha feito o dito Manoel da Maya, pois pelo caminho porque a trazia, com arcos de muito menos despeza, e de mayor segurança, se evitava a grande arcada, que se fes na ribeira de Alcantara em que se tem despendido tam grande cabedal que só no ferro para segurança dos arcos, pella sua grande altura, passou a despeza de 200 mil cruzados, e poderião estar já feitas a fontes, e nellas correndo a agoa nesta cidade»* (Moita, 1990).

A crítica é centrada como se vê sobretudo no enorme gasto feito na arcaria de Alcântara e concretamente no gasto do ferro para fortalecer a estrutura, opção de Custódio Vieira que se revelaria de grande importância na resistência que mostrou ao Terramoto de 1755, apesar da arcaria passar sobre uma falha sísmica.

Podemos assim concluir que a resistência demonstrada neste troço específico do aqueduto, onde apenas caíram 3 claraboias, se deveu em muito à técnica aplicada pelo então diretor da obra, Engenheiro militar Custódio Vieira, que recorrendo à construção de arcos ogivais, reforçados com ferro e sobre solo basáltico superou o difícil problema da travessia do aqueduto até à cidade de Lisboa, permitindo, ainda hoje, admirar a cidade a 65 metros de altura.

## 4. CONCLUSÃO

Podemos então concluir que o Aqueduto das Águas Livres excede todos os exemplos conhecidos em termos de soluções adotadas. A infraestrutura é uma peça de arquitetura exemplar integrando nele o maior arco em pedra ogival do mundo com 65 metros de altura e 29 de largura.

Foi o último aqueduto clássico a ser construído em todo o mundo integrando nele uma fusão perfeita entre a arquitetura clássica e melhor conhecimento da técnica veiculada então pela engenharia militar portuguesa, o que lhe permitiu transpor a falha sísmica do vale de Alcântara e o grande abismo do vale, numa extensão de 941 metros, sobrevivendo ao Terramoto de 1755.

Ao contrário de outros aquedutos, este apresenta ainda como originalidade a permanência das pedras de sustentação dos andaimes e dois percursos pedonais que lhe permitiram servir como entrada/saída de pessoas e animais da cidade de Lisboa (Ponte dos Arcos) até 1852.

Terminamos com um relato de um estrangeiro de visita a Lisboa no século XVIII.

Diz-nos Murphy *«Este aqueduto pode ser considerado como um dos mais magníficos monumentos da construção moderna na Europa e sob ponto de vista da grandiosidade, não é inferior porventura a nenhum dos aquedutos que nos deixaram os antigos»* (Chaves, 1989).

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, José Sergio Velloso de (1851) – *Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belém, e Muitos Logares do Termo*. Lisboa: Imprensa Silvana (2008, edição fac-similada, Lisboa, EPAL).

CHAVES, Castelo Branco (1989) – *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

CHELMICKI, José Carlos Conrado de (1857) – *Memória sobre o Aqueduto Geral de Lisboa feita por ordem do Ministério das Obras Públicas em Portaria de 15 de Fevereiro de 1856*. Lisboa: Imprensa Nacional (2008, edição fac-similada, Lisboa: EPAL, 2008).

MATOS, Fernando; PORTUGAL, Alfredo (coord.) (1974) – *Lisboa de 1758. Memórias paroquiais de 1758*. Lisboa: Coimbra Editora.

MOITA, Irisalva (dir.) (1990) – *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*. 2 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ROSSA, Walter (1998) – *Além da Baixa. Índícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

SANTOS, Eduardo dos (1962) – “Manuel da Maia e o Aqueduto das Águas Livres” *Revista Municipal*, 94. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (pp. 53-73).

SARAIVA, José da Cunha (1937) – “O Aqueduto das Águas Livres e o Arquitecto Ludovice”. *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*, vol. I, n.º 4. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 515-541. Disponível em [http://hemeroteca-digital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BoletimCE/N4/N4\\_master/N4.pdf](http://hemeroteca-digital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BoletimCE/N4/N4_master/N4.pdf) (consultado 9 dez. 2013).

# LARGO DUQUE DE CADAVAL (LISBOA): EVIDÊNCIAS DE UMA CATÁSTROFE

---

Tânia Manuel Casimiro<sup>1</sup>, Mariana Almeida<sup>2</sup>, Teresa Barbosa<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL / Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH/UNL / Associação dos Arqueólogos Portugueses / tmcasimiro@fcs.unl.pt

<sup>2</sup> Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL / Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH/UNL / Associação dos Arqueólogos Portugueses / mariana.brit.almeida@gmail.com

<sup>3</sup> Arqueóloga

## Resumo

Em 2006 foi efectuada a escavação de parte do antigo palácio dos Duques de Cadaval em Lisboa, edificação do século XVII que ficou muito destruída com o Terramoto de 1755. Identificaram-se diversos compartimentos que faziam parte daquele edifício tendo-se reconhecido diferentes tipos de construção, revestimento das paredes e pavimentos. Cada um destes compartimentos tinha funções específicas, públicas ou privadas, condicionando a cultura material identificada no seu interior.

**Palavras-chave:** Lisboa, Terramoto, Incêndio, Palácio.

## Abstract

In 2006 an archaeological excavation revealed part of the Duque de Cadaval palace, a 17<sup>th</sup> century construction destroyed in 1755 during the Lisbon Earthquake. Several compartments/rooms of that building were identified each one with specific construction types, different walls and floors. These compartments had public or private functions what seems to have been a condition for the type of material culture found.

**Keywords:** Lisbon, Earthquake, Fire, Palace.

## 1. INTRODUÇÃO

Remontam a 2006 os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Largo Duque de Cadaval, em Lisboa (a Sul da Estação de Comboios do Rossio, no sopé da colina de São Roque), no âmbito do cumprimento de medidas de minimização de impacto de obra, cuja finalidade passou pela requalificação urbana e arquitectónica do local, com a instalação de infra-estruturas de saneamento e águas pluviais. A intervenção ficou a cargo da empresa Teixeira Duarte Lda, promotora da obra, e coordenada por uma das signatárias (T.B.). Os trabalhos desenvolveram-se entre Setembro e Outubro, sendo intervencionada área com cerca de trinta metros de comprimento por quatro metros de largura (Fig. 1).

As evidências arqueológicas consistem em vestígios de uma casa de grandes dimensões, irremediavelmente destruída durante grande cataclismo, que acreditamos tratar-se do Terramoto de 1755. A cultura material associada aos contextos arqueológicos, nomeadamente a Faiança Portuguesa e a porcelana, demonstram que o abandono do local foi consumado durante a segunda metade do século XVIII (Barbosa *et alii*, 2007).

## 2. O SÍTIO

Identificaram-se nove compartimentos que acreditamos coincidirem com algumas das dependências do Palácio dos Duques de Cadaval que, segundo informações históricas e cartográficas, ruiu com o Terramoto de 1755 e consequente incêndio (Fig. 2) (Sousa, 1955: 13). Intervenções anteriores, alguns anos antes, coordenadas por Ana Vale, tinham identificado a presença de outros compartimentos, um dos quais contendo, no seu interior, grande quantidade de cadinhos. Desconhecemos a data concreta da construção deste edifício que se sabe ter ocorrido algures na segunda metade do século XVII. Os compartimentos reconhecidos durante a escavação foram identificados numérica e sequencialmente em função do seu aparecimento. Neste sentido, o compartimento 1 corresponde ao primeiro a ser

escavado. Diferentes tipos de cultura material, associados a distintos pavimentos, permitiram inferir diferentes funcionalidades.

O compartimento 1 ofereceu paredes revestidas a azulejo de padrão, com motivos geométricos e vegetalistas, coincidente em ambas paredes, em tons de amarelo e azul, característico de meados do século XVII. No corte este, o lambrim dos azulejos inflectia para cima, denotando a presença de escada, facto que nos levou a considerar este compartimento como corredor de acesso ao primeiro andar. O pavimento era constituído por lajes de grandes dimensões (0,60 m por 1,30 m) executadas em pedra calcária. Atendendo a estas evidências, acreditamos estar perante uma zona pública do palácio ou um corredor que daria acesso ao piso superior, com vestígios de um primeiro degrau, também em calcário. Não se pode dizer que este chão é uma solução incomum atendendo ao seu aparecimento em diversas escavações em Lisboa, nomeadamente na cozinha e copas do palácio dos Marqueses de Marialva (Marques e Fernandes, 2006: 199). Na parede norte reconheceu-se o arranque de uma porta, com ombreiras igualmente em calcário, mas que não foi possível escavar. Acreditamos que daria acesso a outro compartimento.

A divisão 2 revelou paredes revestidas a estuque branco, bastante danificado, em função do incêndio que destruiu o edifício. Daqui foi recolhido fragmento de coluna, em gesso, ornamentada a branco e negro que, devido à ausência de bases ao nível do solo, devia pertencer ao segundo piso. O chão deste compartimento era composto por restos de tabuado, muito destruído e queimado, associado à descoberta de diversos pregos, de dimensões variáveis.

Aquando do seu aparecimento, o compartimento 3 foi interpretado como uma única sala. Contudo, com a escavação da camada 2 foi identificada, a arrancar do muro norte, parede edificada em estuque e tijolo, cuja espessura não ultrapassava os 0,15 m, adossada posteriormente, surgindo a sala 4 e criando duas divisões independentes (Fig. 4). Relativamente aos compartimentos 3 e 4, que inicialmente

constituíam apenas um único espaço, aquele era revestido por tijoleira de cor vermelha (0,40 m por 0,20 m), solução muito comum nas construções coetâneas e identificada em diversas escavações, tais como no Palácio Corte-Real, no Cais do Sodré (Vale e Marques, 1997: 128), e novamente no Palácio dos Marqueses de Marialva (Marques e Fernandes, 2006). O curioso desta divisão passa pelo facto de ser a única na qual conseguimos reconhecer a continuação da ocupação no momento pós-Terramoto, quando ocorre a sua divisão interna. Talvez não tivesse ficado assim tão destruído e foi possível ali encontrar abrigo na sequência do evento destrutivo. A funcionalidade primitiva deste espaço é mais difícil de prognosticar, atendendo que a cultura material identificada foi associada à ocupação pós-Terramoto, com cerâmicas de cariz doméstico.

O compartimento 5 parece tratar-se de via de acesso a pátio central do complexo palatino. O pavimento apresentava empedrado de seixos (típico de arruamento), organizado, com excelente qualidade. A ausência de telhas, derrubes e cinzas, ao contrário do que se identificou nos restantes espaços, revela que se tratava de zona a céu aberto. O material exumado neste contexto era constituído, quase exclusivamente, por objectos de metal, grande parte deles identificados como arreios de cavalos, argolas para os prender e objectos similares. Destaca-se a quantidade de vidraça branca aqui identificada, restos das janelas externas do palácio. Os empedrados constituídos com seixos são dos pavimentos mais frequentes em Lisboa e foram reconhecidos tanto no Palácio Corte Real e Largo do Corpo Santo ali ao lado, como no dos Marqueses de Marialva à semelhança de diversas outras escavações, normalmente associados a pisos externos, tais como pátios, ruas e praças, muito embora não se possa excluir o seu uso interno em casas menos abastadas.

O compartimento 6 apresentava chão argamassado e paredes sem revestimento. A partir daquele acedia-se, através de três degraus em pedra de lioz, a sala de grandes dimensões, pavimentada a tijoleira, pelo que podemos estar perante um corredor de acesso ou despensa que não necessitaria de embe-

lezamento parietal ou um chão sólido destinado a ser pisado frequentemente. O pavimento identificado no compartimento 6, o maior de todos, é pouco expressivo tratando-se apenas de uma argamassa de fraca consistência, de tom rosado, atribuído pelos restos de tijolo empregues. Na verdade, esta era apenas a parte inferior de um compartimento cujo chão seria revestido a madeira. Na parede sul deste compartimento foram identificados seis negativos na parede, revestida a argamassa, no interior dos quais se reconheceram restos de matéria orgânica semelhante a madeira queimada e pregos. Tal facto leva-nos a crer que os negativos sejam locais de encaixe de grandes barrotes de madeira, suportados pelo facto de que negativos semelhantes, alinhados com os anteriores, existiam na parede oposta, a norte. Estes constituíam o suporte do tabuado que formaria o chão daquele espaço (Fig. 5).

O compartimento 8 encontra-se anexo ao 7, por entrada situada a sul. Por ser de pequenas dimensões parece tratar-se de corredor de acesso a outras dependências a oeste, área que a escavação não abrangeu. O acesso ao compartimento 7 era feito através de degraus em calcário que surgem no compartimento anterior. Estes degraus sobrelevam-no em cerca de 0,50 m relativamente ao seu congénere anterior. O chão encontra-se revestido a tijoleira semelhante ao que foi identificado nos compartimentos 3 e 4, e rigorosamente com as mesmas dimensões. A mesma solução foi encontrada para o revestimento do chão do compartimento 8. Relativamente ao piso do compartimento 9 não foi possível identificá-lo por estar abaixo da cota de afectação da obra.

Deste modo, e tendo em conta os dados que pudemos aferir da análise estratigráfica, podemos considerar que a destruição do Palácio Duque de Cadaval não se deveu ao Terramoto propriamente dito, mas ao incêndio daí decorrente.

### 3. O ESPÓLIO

O local não ofereceu espólio em abundância, no entanto, a colecção é representativa da cronologia de

destruição do espaço (Fig. 6). A categoria cerâmica mais abundante trata-se de cerâmica comum, sobretudo louça de cozinha e armazenamento. Entre os vinte e quatro (24) objectos recolhidos destacam-se as panelas, de corpo globular, asas verticais e bordo aplanado superiormente e caçoilas, hemisféricas, seguidas pelos cântaros, púcaros e apenas uma taça. Maior parte da louça revestida a vidro de chumbo demonstra igualmente um carácter utilitário com diversas taças hemisféricas e garrafas, de colo alto, que serviriam sólidos e líquidos, num total de onze (11) recipientes. De destacar a existência de dois objectos, um pote e uma tampa, revestidos a vidro verde de chumbo. O pote, com asas horizontais é construído com pasta vermelha micácea sugerindo uma produção local. A tampa apresenta uma pasta mais clara e é decorada com rostos de senhoras (Fig. 7). Uma peça com decoração semelhante foi encontrada no Palácio dos Marialva, no largo de Camões, igualmente em contexto de destruição provocada pelo Terramoto, no entanto trata-se de possível queimador com rostos de meninos (Marques e Fernandes, 2006). É difícil inferir se será de produção nacional ou uma importação. Peças semelhantes, também com pastas rosadas, são produzidas em Saintonge (França) em finais do século XVII e inícios do século XVIII. A sua ausência em abundância dos contextos lisboetas setecentistas e o facto de as duas únicas peças que se conhecem ter sido recolhidas em contextos abastados, pode ser um indicador da sua produção exógena.

Foram recolhidos igualmente onze (11) recipientes em faiança, pequena colecção integralmente produzida em Lisboa. A tipologia dos recipientes é característica de meados do século XVIII com taças hemisféricas, pratos sub-troncónicos e um covilhetes (Fig. 6). A decoração aposta nas linhas concêntricas azuis com pequenos apontamentos fitomórficos muito estilizados, no entanto predomina a decoração dita de contas, que se sabe ter sido produzida desde a segunda metade do século XVII até aos meados do século XIX (Casimiro, 2013).

Este tipo de colecções, ainda que nem sempre publicadas, é sobejamente recuperado em diver-

sos contextos arqueológicos de Lisboa e arredores, relacionado com o Terramoto de 1755 ou nos anos seguintes (Casimiro, 2011; Oliveira e Silva, 2016).

Foram recolhidos quatro pratos e uma taça em porcelana chinesa (Fig.8). Se exceptuarmos um prato cuja data de produção pode recuar aos finais do século XVI, todos os outros exemplares podem ser colocados cronologicamente já nos inícios e meados do século XVIII. Não é inédita a sobrevivência, por mais de uma geração de peças em porcelana. Mesmo uma presença recorrente nas casas lisboetas foram sempre consideradas peças especiais que iriam à mesa das classes mais abastadas (Henriques, 2013). As peças setecentistas podem ser reconhecidas em pequena taça decorada com a técnica *bleu poudre*, possivelmente fabricada durante o reinado Kangxi (1662-1722) onde uma cartela foi deixada em reserva e no seu interior pequena flor foi delineada a castanho (Matos, 2003: 74). De cronologias afins foi recuperado fragmento de prato decorado a *grisaille* e ouro, possivelmente fabricada durante o reinado Qialong (1735-1799), a par de um prato azul e branco com decoração vegetalista. Um outro exemplar revela pertencer ao que normalmente se designa de família rosa cujo fabrico se iniciou durante o período Yongzheng (1723-1735).

De entre as centenas de fragmentos de vidro recolhidos na escavação, apenas sete deles correspondem a recipientes tipologicamente atribuídos à primeira segunda metade do século XVII ou inícios da centúria seguinte. Reconheceram-se três copos, dois cálices e duas garrafas. Não nos é possível atribuir para já uma proveniência concreta a estes objectos, no entanto, o seu cariz utilitário leva-nos a pensar em produções locais ou regionais, semelhantes a achados em outros contextos associados aos séculos XVII e XVIII, nomeadamente em Lisboa e outras cidades próximas (Ferreira e Medici, 2010; Medici, 2005). O restante espólio vítreo é o resultado da destruição das janelas, que apresentam sinais de terem sido submetidos a temperaturas elevadas.

A pouca abundância de espólio mostra que, ainda que não consigamos atribuir funcionalidade específica a cada um dos compartimentos, não deve-

mos considerar a sua ocupação doméstica, devido à ausência de objectos do quotidiano habitacional. De facto o compartimento que ofereceu maior número de materiais foi o 3/4, possivelmente resultado da breve ocupação pós-terramoto. A análise estratigráfica demonstrou que exceptuando este pequeno local o restante edifício foi abandonado num único momento, quando o palácio ruiu.

Parcas são as informações acerca de objectos em metal, tanto de adorno como de construção, para contextos modernos, em Portugal, sobretudo durante o século XVIII. A maioria dos metais encontrados no Largo Duque de Cadaval trata-se de pregos, de variadas dimensões, num total de 125 objectos, encontrados sobretudo associados aos compartimentos 2 e 6 onde acreditamos que o piso seria de madeira. Um destes pregos era feito em liga de cobre, com uma cabeça bem polida que pode ter pertencido a qualquer peça de mobiliário. Foram ainda recuperados, ainda que em avançado estado de degradação, três dobradiças, duas chaves e três fechaduras, muito fragmentadas. No compartimento 2 apareceram cinco arcos de barril ou de balde, que é provável que tenham pertencido ao mesmo objecto. Grande parte dos metais, nomeadamente 14 fivelas de grandes dimensões e 27 argolas (Fig. 9) foram recuperadas no compartimento 5 que acreditamos tratar-se de zona de acesso, ao ar livre, para pátio interior e onde se deviam prender os animais. Peças afins são sobretudo identificadas como partes de arreios (Clark, 2004). No total foram recuperados 190 objectos metálicos.

#### 4. OS AZULEJOS

O conjunto exumado neste arqueossítio compreende 2086 exemplares, dos quais 180 se encontravam *in situ*, ainda na parede do compartimento 1 (Fig. 3). Foram recuperados nos compartimentos 1 a 7, sendo que os compartimentos 8 e 9 não ofereceram qualquer fragmento. Todos os azulejos recolhidos encontravam-se indiscriminadamente nas camadas 2 e 3, que correspondem ao momento do colapso da estrutura após forte incêndio.

Metodologicamente, utilizou-se no presente estudo a tipologia desenvolvida por Santos Simões para a designação dos azulejos de padrão do século XVII. Quanto aos azulejos figurativos do século XVIII, devido ao seu estado de fragmentação, foi impossível fazer a reconstituição dos painéis, nem mesmo recuperar a temática dos mesmos.

A distribuição dos azulejos pelos compartimentos parece não estar relacionada com o seu tamanho. Efectivamente, os compartimentos 6 e 1, respectivamente o maior e o menor, apresentam números muito semelhantes, enquanto o segundo menor compartimento ofereceu um dos maiores conjuntos. Estarão estes números relacionados com a funcionalidade dos espaços? O compartimento 5, de dimensões consideráveis, é o terceiro em número de azulejos. Este corresponderia a uma zona de passagem ou permanência de cavalos ou carruagens, pelo que é pouco provável que exibisse revestimento azulejar nas paredes. Os exemplares recolhidos devem provir de andar superior ou da face oposta das paredes que o delimitavam.

O compartimento 6 é aquele que maior quantidade de fragmentos do século XVIII ofereceu, bem como maior variabilidade de padrões do século XVII, embora em pequena quantidade. A maioria dos azulejos *sui generis* pertence também a este compartimento.

Quanto ao compartimento 3-4, um dos mais pequenos, foi o que ofereceu mais azulejos, a maioria dos quais de padrão. Novamente este factor pode ser devido ao colapso do primeiro andar e dos azulejos aí existentes.

O padrão principal é o P-73, de módulo 3x3 em que as tarjas são substituídas por dois elementos que se completam e em cuja intersecção se encontra um azulejo de "ponta de diamante" (Simões, 1997a: 25). No entanto, neste caso esse padrão é substituído pelo padrão P-4, sem eixo de rotação e que se completa a si próprio, é usado para guarnecer composições de caixilho compósito, sendo pouco frequentes (Simões, 1997a: 25). Tradicionalmente a cercadura destas composições são os chamados "dentes de lobo", C-34 (Simões, 1997a: 145).

Trata-se de um padrão que faz a transição das composições de caixilho compósito para as composições de padronagem, que apresenta uma estrutura um pouco diferente daquela preconizada por Santos Simões. Apresentam silhares rectangulares brancos na parte inferior da parede, como é habitual nestas composições, mas a complementa-los encontramos os padrões F-10 e C-71, muito frequentes em Portugal, mas não habitualmente relacionados com caixilhos compósitos e têm uma utilização bastante dilatada no tempo.

Completando o espaço da composição deixado pelo P-73 encontramos o padrão P-11, um padrão de 2x2 que possui um único eixo de rotação e não permite ligações de continuidade laterais. Tal como o anterior, este era usado para enriquecer este tipo de composições e é o mais comum deste tipo (Simões, 1997a: 31). Exemplares destes padrões também se encontram em todos os restantes compartimentos, embora não *in situ*, pelo que se depreende que o esquema descrito acima seria o utilizado nos restantes compartimentos.

Foram recuperados 60 exemplares de enxaquetado, de três tipos diferentes, correspondendo a 3% do total. Reconhecem-se assim, enxaquetados verdes (1), azuis (22) e brancos (37), todos de formato rectangular, sensivelmente com 16x4 cm. Distribuem-se de forma pouco uniforme pelo espaço, apenas se encontraram enxaquetados brancos no compartimento 1. O exemplar verde foi recuperado no compartimento 6 e os azulejos azuis foram exumados nos compartimentos 2, 3-4, 6 e 7, em quantidades sensivelmente semelhantes (3, 5, 5 e 9, respectivamente).

Parece-nos que não estamos perante uma composição enxaquetados de xadrez, pois esta necessitaria de exemplares de outros formatos (quadrados e triangulares) que não foram encontrados nesta escavação. Tendo em conta este factor, e a presença de exemplares enxaquetados brancos em posição original no compartimento 1, formando um friso inferior, podemos inferir que os restantes exemplares seriam utilizados de forma semelhante nos restantes compartimentos. Podemos também cogitar se os

azulejos de enxaquetado azul seriam utilizados em conjunto com os painéis figurativos com pintura de azul e branco pela aproximação cromática.

A colecção em apreço apresenta onze tipos diferentes de padrão, correspondendo a 1593 exemplares (76% do total), e estão representados em todos os compartimentos. Neste grupo encontramos sete padrões (927, correspondendo a 44%), um friso (290, 14%) e quatro cercaduras (376, 18%).

Para além dos padrões já mencionados, quando foram tratados os azulejos encontrados *in situ* (P-73, P-11, C-71 e F-10), outros oito padrões foram exumados nesta escavação. São eles P-4, P-43, C-76, P-110, P-203, P-604, C-98 e C-1.

O primeiro destes, P-4, é um padrão de azulejo único, que se auto-completa e não oferece ligações laterais, concebido para preencher o centro de composições de caixilho compósitas, à semelhança do P-11. Partilham a mesma cronologia de princípios do século XVII até cerca de 1630 (Simões, 1997a: 25). O padrão P-43, de 2x2/1, com um esquema de estrela e cruz, da família das laçarias que conta com diversos padrões que apresentam ligeiras variações entre si. É muito recorrente em Portugal e apresenta uma cronologia da primeira metade do século XVII (Simões, 1997a: 32). A cercadura C-76 faz parte da chamada família das "cercaduras novas", sendo muito frequente e com uma cronologia de cerca de 1630 a 1680 (Simões, 1997a: 150-154).

Os restantes padrões (P-110, P-203, P-604, C-98 e C-1) contam com um número muito reduzido de exemplares, (1, 1, 3, 1 e 2, respectivamente). Encontram-se fragmentados mas conservam uma porção de decoração suficiente para a sua segura atribuição tipológica. Todos foram recolhidos no compartimento 6, aquele que apresenta maiores dimensões. Devido ao seu escasso número é pouco provável que formassem o padrão completo a que pertencem, possivelmente estariam incluído em composições de outros padrões como acrescento após algum tipo de remodelação ou queda dos originais.

O fragmento, quase completo, da cercadura C-98 merece uma menção individualizada por apre-

sentar características singulares. Esta cercadura é pouco comum (Simões, 1997a: 151), ao contrário dos restantes motivos com poucos exemplares, o que por si só é interessante. O motivo decorativo, que mostra um elemento fitomórfico central ladeado por duas folhas de acanto dispostas verticalmente e elementos de ligação laterais com metade de um motivo fitomórfico em cada extremidade, oferece um contorno num tom escuro de manganês nada habitual neste tipo de desenho mas característico das composições figurativas dos finais do século XVII que fazem a transição da policromia para o azul e branco, sensivelmente entre 1670 e 1680 (Correia, 2005: 19; Meco, 1989: 64). Para além disso, o tom geral da decoração é pouco cuidado e até um pouco *naïf* e simplista, desajustado dos demais azulejos de padrão deste conjunto.

Nesta contagem não está incluído o exemplar de cantoneira exumado no compartimento 3. Este apresenta o típico perfil em L, com duas superfícies esmaltadas e apresentando um padrão que não se encontra elencado na tipologia de Santos Simões. Este apresenta um esquema decorativo a azul e branco, com meia flor em cada extremidade e folhas de acanto ligando-as de forma cruzada. As cantoneiras são tradicionalmente utilizadas em frontais de altar, o que não parece ser aqui o caso, pois mais nenhum azulejo se coaduna com essa tipologia específica. Quanto a cronologia, este tipo de azulejos foi utilizado durante todo o século XVII, chegando aos princípios do século XVIII (Meco, 1989: 162-163), pelo tipo de decoração que este exemplar específico apresenta pensamos tratar-se de uma composição de entre 1650-1680, contemporâneo dos azulejos de padrões a azul e branco.

Os azulejos figurativos desta coleção são 379 (18% do total), distribuídos pelos compartimentos 1 (25), 2 (28), 3 (14), 4 (10), 5 (2), 6 (271) e 7 (29). Como se pode verificar, o compartimento 6, o maior, é aquele que ofereceu a maioria destes azulejos.

Os azulejos encontram-se muito fragmentados na sua maioria, impossibilitando a compreensão do tema dos painéis e mesmo a percepção de quantos painéis estão representados no conjunto. Por não

se terem encontrado fragmentos de cercaduras policromas podemos afirmar que os painéis figurativos presentes neste conjunto foram produzidos antes do avanço da policromia do período Rococó, portanto, pertencentes à primeira metade do século XVIII.

No entanto, existem alguns exemplares completos ou quase completos (54) mas correspondem a uma porção de céu com largas pinceladas de uma aguada muito diluída de azul de cobalto, parte de paisagem de fundo com esponjados ou sequências de linhas horizontais, parte de frisos. Entre os exemplares que merecem destaque encontram-se duas figurações antropomórficas (recolhidas no compartimento 6), uma apresenta um rosto masculino, barbado, com um chapéu cuja identidade não nos é possível apurar, com o mesmo estilo encontramos outro fragmento com um pé e parte de uma perna. O estilo utilizado é cuidado, com traços finos e gradações entre um azul forte e a aguada. Provavelmente composições pertencentes já à grande produção joanina (Meco, 1989, 61) O outro antropomorfo apresenta-se jovem, com uma grinalda de flores na cabeça e o início de asas, pelo que se deve tratar de um anjo ou querubim. Parece segurar uma cornucópia ou recipiente com flores, possivelmente estaria inserido numa composição de índole mitológica, tão ao gosto da época. O seu traço é grosso e pouco cuidado, elaborada apenas em gradações de aguada de azul de cobalto indicando tratar-se de uma figura secundária na composição, possivelmente pintada por um aprendiz.

Dois fragmentos encontrados no compartimento 6 mostram uma composição fitomórfica (túlipa) a duas variantes de azul, com contorno e pormenores a violeta em fundo amarelo vibrante. Este esquema cromático é consistente com as composições figurativas portuguesas do século XVI, dos quais os azulejos presentes na igreja de São Roque são um bom paralelo. A pasta e dimensões remetem para produções lisboetas.

Também do compartimento 6 provêm dois fragmentos de figura avulsa, reconhecíveis por mostrarem a típica flor nos cantos. Um deles apenas exhibe

a dita flor, muito estilizada, com quatro pétalas ovais separadas por linhas rectas. O outro fragmento é ligeiramente maior e mostra, para além da flor estilizada no canto (diferindo da anterior por apresentar pétalas circulares levando a crer que se tratam de azulejos distintos), apresenta também parte do motivo central, fitomórfico, provavelmente um cravo. Cronologicamente este tipo de azulejos baliza-se entre os finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII, ainda que aqueles que aqui apresentamos, pelas características da pequena flor de canto devem situar-se no segundo quartel do século XVIII (Meco, 1989: 145).

No compartimento 1 encontramos três fragmentos (dois dos quais colam) de um azulejo que aparenta pertencer ao padrão P-74, ou seja, a ligação lateral de uma composição de caixilho compósita cujo centro é ocupado por pontas de diamante. Apesar desta atribuição tipológica, estes fragmentos não foram incluídos na contabilização dos azulejos de padrão por exibirem características distintas das demais, que até nos levam a ponderar tratar-se de uma produção exógena, visto este motivo em particular ser fortemente influenciado por azulejos espanhóis. A pasta é cor-de-rosa escura, muito bem depurada, com tendência a deixar pó nas mãos, o esmalte é mais baço que os demais, as cores são mais claras com recurso a aguadas de cobalto e o traço é fino e bem marcado. A própria espessura da peça, 1,9 cm, não se coaduna com a espessura das peças portuguesas, que neste conjunto ronda, em média, os 1,5 cm.

O conjunto azulejar aqui apresentado levanta algumas questões de interpretação do sítio arqueológico. A presença de alguns exemplares singulares e azulejos de padrão isolados pode indicar a presença de entulhos provenientes de outros edifícios ou de outras divisões do palácio que não foram intervencionadas. Esta suspeita ganha mais peso quando combinada com a construção do muro que separava os compartimentos 3 e 4 após o enegrecimento do lajeado, portanto, depois do Terramoto. Poderá esta área ter sido habitada imediatamente após a catástrofe, num sistema de habitação provi-

sória improvisada como aconteceu em vários pontos da cidade.

Apesar da ideia generalizada que os azulejos de padrão apenas figuravam em igrejas e capelas, não cremos estar perante uma dessas estruturas, e os azulejos recolhidos in situ indicam claramente uma zona de escadas, de acesso ao piso superior do palácio. Por outro lado, os fragmentos estão espalhados por áreas demasiado distintas, incluindo uma zona de passagem, para considerar essa hipótese. É ainda possível que o seu número seja menor do que o previsto devido a alterações, demolições e reazulejamentos dos edifícios. Santos Simões, no seu elenco de núcleos de azulejos de padrão do século XVII, enumera 626 locais com esta solução decorativa para o revestimento das paredes, dos quais 25 são laicos. A maioria corresponde a palácios da nobreza que ascendeu após a Restauração. No palácio dos Condes da Calheta, actual Museu Agrícola Tropical, encontramos azulejos de padrão em áreas menos nobres e azulejos figurativos de azul e branco nos salões (Simões, 1997b: 108-109), o mesmo sucedendo no palácio dos Marqueses de Fronteira em que os padrões estão em locais de passagem, corredores e escadarias (Simões, 1997b: 114-118). Na quinta do General em Borba, que pertencia inicialmente aos Condes de Galveias, os azulejos de padrão encontram-se no pátio e escadarias (Simões, 1997b: 211-212). Pensamos que seria este o panorama do palácio dos Duques do Cadaval, com azulejos de padrão na escada e salas do piso térreo e azulejos figurativos azuis e brancos, mais de acordo com a moda e gosto do século XVIII, nos salões do andar superior. Arqueologicamente já foram recuperados e publicados azulejos de padrão em contextos inequivocamente do Terramoto de 1755, como o caso do Hospital da Alcáçova do Castelo de São Jorge (Gomes *et alii*, 2003: 216-217).

## 5. DISCUSSÃO

A escavação no Largo Duque de Cadaval pôs a descoberto o que se acredita ser parte do Palácio dos Duques de Cadaval. É normalmente aceite que

a maior parte dos edifícios lisboetas sofreu danos irreparáveis decorrentes do sismo de dia 1 de Novembro de 1755 ou dos diversos incêndios por ele originados. O edifício que encontramos não foi exceção e diversas são as evidências da catástrofe.

A mais imediata é certamente a abrupta destruição de algumas das paredes que foram encontradas por exemplo, no compartimento 1, dos quais os azulejos *in situ* são evidência. No entanto, alguns relatos coetâneos sugerem que este palácio não ruíu imediatamente com o grande abalo, mas foi fustigado por enorme incêndio que destabilizou a sua estrutura (Sousa, 1955: 13). Na verdade, as evidências desse incêndio foram encontradas em diversos locais da intervenção arqueológica. Evidências de madeira queimada junto ao chão do compartimento 2, restos de vidraças deformadas por acção do calor no compartimento 5 e até mesmo nos azulejos. Alguns exemplares apresentam o esmalte enegrecido e até mesmo danificado pela exposição a uma fonte de calor que terá certamente chegado pelo menos aos 800° para que o esmalte comece a escorrer ou criar bolhas consideráveis (Fig. 10).

Este fenómeno é transversal a todos os compartimentos, sendo que nos compartimentos 3-4 e 5 alguns fragmentos encontravam-se envoltos numa espessa cinza que apenas com dificuldade foi retirada aquando das lavagens. No entanto verificamos que há mais azulejos de padrão danificados pelo fogo que azulejos figurativos. Podemos considerar que se terá devido à colocação dos primeiros no piso térreo e dos segundos no piso superior que terá colapsado devido ao incêndio no piso inferior.

Por outro lado, o facto de o palácio não ter ruído imediatamente, pode ter levado a que aquele fosse visitado por ordem dos Duques de Cadaval, na esperança de recuperar alguns objectos de valor ou mesmo pilhado, como sabemos ter acontecido em diversos locais da cidade (Paice, 2008: 166-167). Fontes coevas dão conta destas actividades, bem como da sua rápida e dura perseguição pelas autoridades (Monteiro, 2012: 90-91). É tentador pensarmos que a fraca incidência de objectos do quotidiano poderá de facto estar relacionado com estas

actividades ilegais. Contudo, é provável que a sua ausência esteja sobretudo relacionada com a funcionalidade dos compartimentos identificados que nos parecem estar associados sobretudo a zonas de passagem e mesmo a uma área externa do palácio. A cultura material identificada no compartimento 5, entre os quais se destacam as fivelas e as argolas de arreios, demonstra que aquelas foram completamente ignoradas, se alguma vez visualizadas depois do Terramoto. Efectivamente, o compartimento que mais material ofereceu, sobretudo cerâmica utilitária, foi o 3/4, que acreditamos ter sido ocupado por breves momentos nos meses subsequentes. Lisboa era uma cidade em ruínas e qualquer espaço, desde que seguro, com paredes e telhado, deve ter sido utilizado como abrigo.

## 6. CONCLUSÃO

Acreditamos que, neste sítio arqueológico, os diferentes compartimentos estariam associados a diferentes funcionalidades, conclusões obtidas através das diferentes técnicas construtivas, revestimentos de paredes, diferentes pavimentos e cultura material associada a estes espaços. Noutros palácios, nomeadamente os dos Marqueses de Marialva, pavimentos e revestimentos de paredes semelhantes foram utilizados em compartimentos com funcionamento distinto. Neste sentido, lajes calcárias de maiores dimensões estariam associadas a zonas de passagem, tais como corredores e escadarias de acesso a pisos superiores, áreas onde as paredes eram normalmente revestidas a azulejo. Os pavimentos externos seriam executados através da combinação de seixos rolados, material de fácil aquisição e de simples reparação, sem grandes custos. Relativamente às zonas mais privadas da casa, a tijoleira e a madeira, na forma de tabuado, seriam os materiais escolhidos.

Estilisticamente, a sua organização obedece ao género de muitos dos palácios edificadas em Lisboa, bem como no resto do país, na segunda metade de seiscentos. Na capital destacam-se diversos exemplos como o Palácio de Alvor-Pombal, actualmente o Museu Nacional de Arte Antiga, o Palácio dos Condes da Calheta, onde funciona o já mencionado

Museu Agrícola Tropical, o Palácio de Fronteira, ou o já desaparecido palácio dos Estaus (Pinto, 1995).

## BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Teresa; CASIMIRO, Tânia; MANAIA, Rodolfo; SILVA, Telmo; TORRES, Andreia. (2007) – “Escavações no Largo Duque de Cadaval (Lisboa)”. *Al-Madan Online*, 15. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 8-9.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2011) – “Estudo de espólio de habitação setecentista em Lisboa”. *O Arqueólogo Português*, 1 – S. V. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 689-726.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – “Evolução crono-estilística da faiança portuguesa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural (pp. 351-367).

CLARK, John (2004) – *The Medieval Horse and its Equipment, c.1150-1450*. (Medieval finds from excavations in London, 5). London: Museum of London.

CORREIA, Ana Paula (2005) – “Azulejos do Século XVIII no Palácio de Belém” in Gaspar, D. (coord.) *Azulejos, estuques e tectos do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, pp. 11-45.

FERREIRA, Manuela; MEDICI, Teresa (2010) – “Mould-blown decorative patterns on Medieval and Post-Medieval glass beakers found in Portugal (14<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> century)” in Fontaine, C. (ed.) *D’Ennion au Val Saint-Lambert. Le verre soufflé-moulé. Actes des 23<sup>e</sup> Rencontres de l’Association Française pour l’Archéologie du Verre* (Scientia Artis. Actes de colloque, 5). Bruxelles: Institut Royal du Patrimoine Artistique, pp. 401-409.

GOMES, Ana; GASPAS, Alexandra; PIMENTA, João; GUERRA, Sandra; MENDES, Henrique; RIBEIRO, Sandra; VALONGO, António; PINTO, P. (2003) – “Castelo de S. Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”. *Património Estudos*, 4. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 214-224.

HENRIQUES, José Pedro (2013) – “Do Oriente para Ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de Época Moderna” in Teixeira, A.; Bettencourt, A. (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAçores, pp. 919-932.

MARQUES, Ant.º; FERNANDES, Lídia (2006) – “Palácio dos Marqueses de Marialva. Intervenção Arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa, 1999-2000)”. *Património Estudos*, 9. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 195-206.

MATOS, M.ª Ant.ª (2003) – *Porcelana Chinesa na Coleção Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MECO, José (1989) – *O azulejo em Portugal*. Lisboa, Edições Alfa.

MEDICI, Teresa (2005) – “The glass finds from Rua da Judiaria, Almada, Portugal (12<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> century)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8.2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 535-569.

MONTEIRO, Nuno Gouveia (2012) – *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores.

OLIVEIRA, Filipe; SILVA, Rodrigo Banha da (2016) – “Faiança Portuguesa dos contextos de abandono do Hospital real de Todos-os-Santos (Lisboa): os dados do poço SE do claustro Nordeste” in Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V. (eds.) *Proceedings of the first international conference of Portuguese Faience (16<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, pp. 91-100.

PAICE, Edward (2008) – *A Ira de Deus. O Grande Terramoto de Lisboa 1755*. Lisboa: Casa das Letras.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1997a) – *Azulejaria em Portugal no século XVII, Tomo I – Tipologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1997b) – *Azulejaria em Portugal no século XVII, Tomo II – Elenco*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SOUSA, M.ª Teresa de Andrade (1955) – *Subsidio para o estudo do Terramoto de Lisboa de 1755. Manuscrito coevo*. Lisboa: Neogravura.

VALE, Ana; MARQUES, João (1997) – “Escavações Arqueológicas no Largo do Corpo Santo (Lisboa): Estruturas do Palácio Corte-Real” in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 123-132.

<b>Compartimento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3/4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
<b>Pregos</b>	5	50	12	8	48	2
<b>Argolas</b>	-	1	2	22	2	-
<b>Fivelas/arreios</b>	-	-	2	12	-	-
<b>Fechaduras</b>	1	-	2	-	-	-
<b>Tachas</b>	-	-	1	-	-	-
<b>Arcos de barril</b>	3	-	2	-	-	-
<b>Chaves</b>	1	-	1	-	-	-
<b>Faiança</b>	4	-	5	-	1	-
<b>Cerâmica comum</b>	5	4	8	2	2	1
<b>Cerâmica vidrada</b>	2	2	5	-	1	-
<b>Porcelana</b>	-	-	5	-	-	-
<b>Vidros</b>	-	-	7	-	-	-
<b>Azulejos</b>	361	197	845	225	338	117

Tabela 1 – Distribuição dos achados por compartimento.



Figura 1 – Vista geral da escavação.

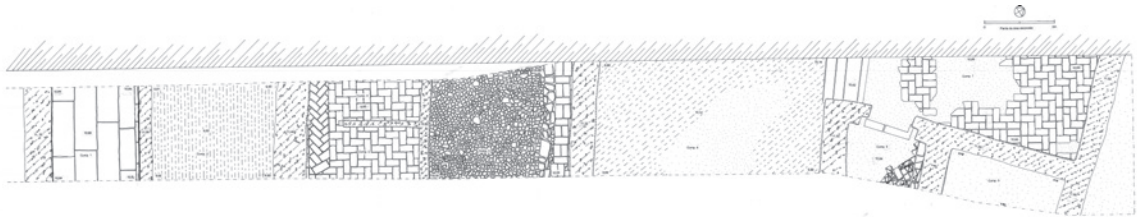


Figura 2 – Representação gráfica da área escavada.



Figura 3 – Azulejos *in situ* no compartimento 1.



Figura 4 – Compartimentos 3 e 4.



Figura 5 – Negativos na parede do compartimento 6.

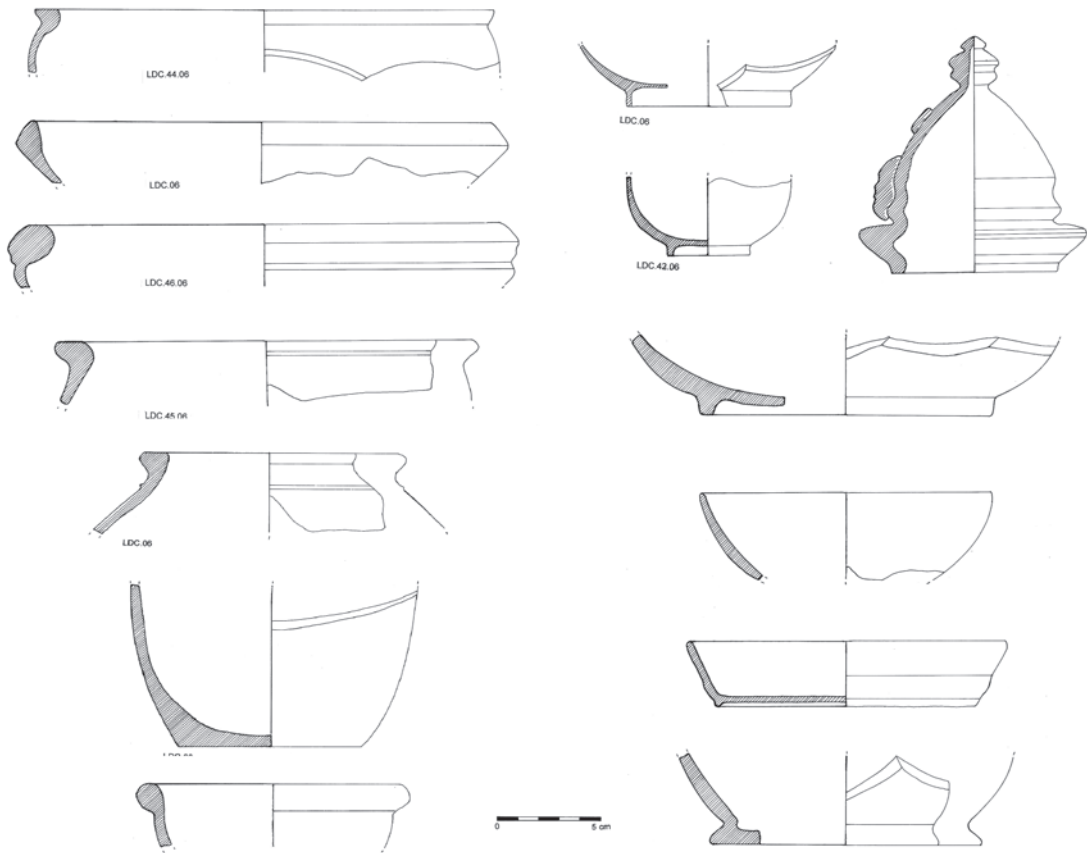


Figura 6 – Formas de cerâmicas recuperadas na escavação.



Figura 7 – Tampa em cerâmica vidrada a verde.

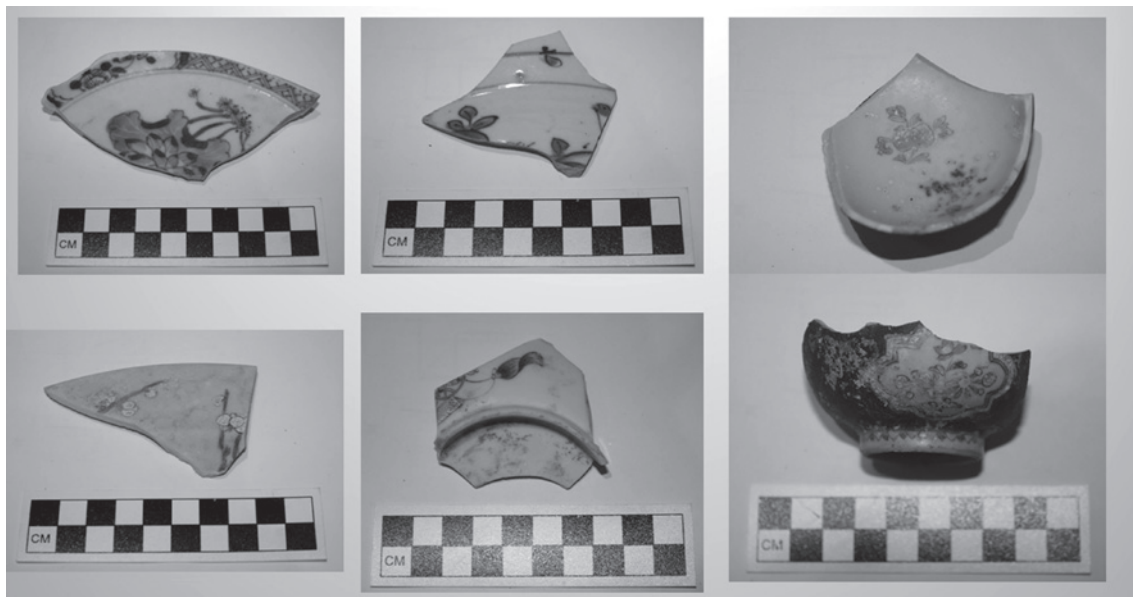


Figura 8 – Porcelanas recuperadas na escavação.

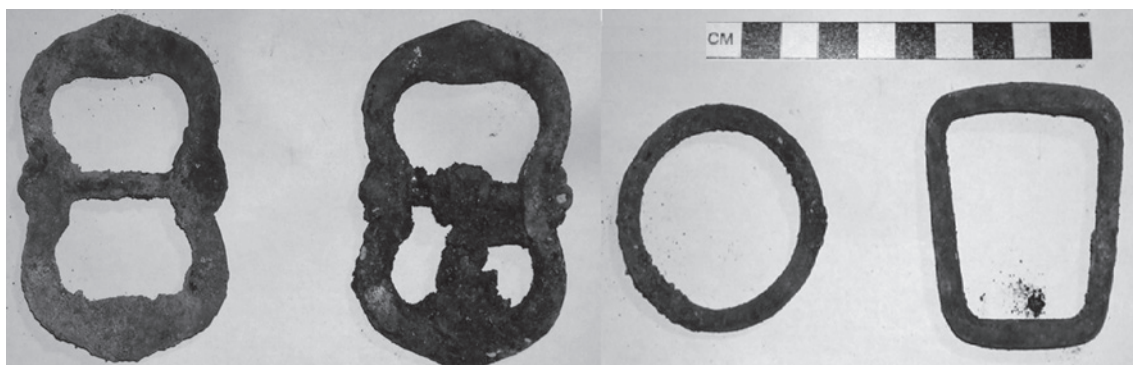


Figura 9 – Objectos metálicos recuperados no compartimento 5.

### Azulejos de padrão



### Azulejos figurativos



### Azulejos queimados

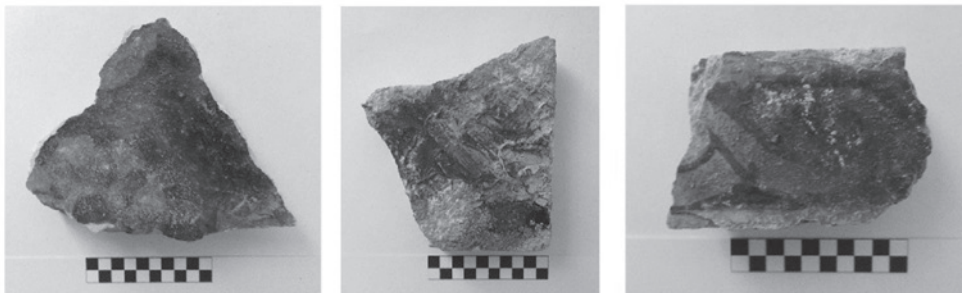


Figura 10 – Exemplos de azulejos recuperados no largo Duque de Cadaval.

# O TERRAMOTO DE LISBOA – O CASO DE PENICHE

---

Adriano Constantino<sup>1,2</sup>, Daniela Andrade<sup>1,3</sup>, Inês Lourenço<sup>1,4</sup>, Luís Rendeiro<sup>1,5</sup>

<sup>1</sup> Associação Patrimonium – Centros de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche

<sup>2</sup> Arqueólogo / adrianoconstantino84@gmail.com

<sup>3</sup> Geóloga / daniela\_andrade3@hotmail.com

<sup>4</sup> Historiadora / ines.g.lourenco@hotmail.com

<sup>5</sup> Arqueólogo / constaborges@hotmail.com

## Resumo

O território concelhio de Peniche em meados do século XVIII era composto por dois concelhos, o de Peniche e o de Atouguia da Baleia. Peniche caracteriza-se por ser uma península unida ao continente por uma língua de areia e atravessada por várias falhas geológicas e uma das principais praças de guerra de Portugal com um importante porto e Atouguia da Baleia como um concelho rural. Com o sismo vários edifícios em Peniche e parte da muralha são destruídos abrindo caminho para um maremoto, este destrói e inunda parte da povoação chegando a atingir sete a oito palmos de altura, resultando em vários mortos. Em contrapartida o concelho de Atouguia não sofre grandes danos.

**Palavras-chave:** Peniche, Atouguia da Baleia, Terramoto, História, Geologia.

## Abstract

The county of Peniche in the mid-18<sup>th</sup> century was divided into two municipalities, Peniche and Atouguia da Baleia. Peniche, an important port and military centre is still located in a peninsula connected to the mainland by a strip of sand and crossed by several geologic fault lines while Atouguia da Baleia was always a rural area. With the earthquake many buildings in Peniche and part of the fortress wall were destroyed opening the way for tsunami, which destroyed and flooded the settlement reaching seven to eight feet high, resulting in several deaths. In contrast, Atouguia did not suffer great damage.

**Keywords:** Peniche, Atouguia da Baleia, Earthquake, History, Geology.

## 1. INTRODUÇÃO

Num panorama contemporâneo relativo às investigações centradas na baliza cronológica referente ao Terramoto de 1755, Lisboa, como local onde ocorreu grande destruição, mereceu ao longo dos tempos várias investigações multidisciplinares debruçadas sobre essa temática. As zonas mais distantes da capital desse reino esmagado pelo terror de um ato surpreendente como foi este Terramoto, não foram contempladas ao longo destes 260 anos de grandes investimentos nesse campo. A prova disso é o concelho de Peniche onde poucos foram aqueles que verdadeiramente se debruçaram sobre esta temática, estando até ao momento investigado apenas por autores locais.

Conjugando as três disciplinas nesta linha de investigação, Arqueologia, História e Geologia, tentamos abrir novas perspetivas sobre essa mesma dimensão do Terramoto de 1755 nesta região.

Fazendo uso dos documentos até agora consultados, foi possível compreender a dimensão das consequências deste episódio. Contudo desde cedo nos apercebermos que ao portfólio documental existente, pelo menos o mais acessível, falta muita outra documentação que por inúmeras razões ou desapareceu ou se encontra em parte incerta. Deparamos assim com uma realidade que já havia sido relatada pelos autores locais, um pouco confinada, quer pela dificuldade de se rastrear o paradeiro de alguns desses documentos, quer pela facilidade de consulta dos documentos existentes. Deixando assim caminho para no âmbito da investigação histórica, uma possibilidade de inferir sobre a temática.

No panorama arqueológico, a escassez de investigação nesta área na região, principalmente naquilo que se pode definir como malha urbana da cidade de Peniche, certamente limita quaisquer inferências que se possam elaborar sobre este tema. Contudo em alguns trabalhos realizados no panorama da arqueologia de emergência, bem como através de documentação consultada, foram possíveis identificar estruturas pré-terramoto.

Por último, e trazendo à luz desta investigação,

uma área científica intrinsecamente ligada a este acontecimento, a geologia, conseguimos traçar no concelho de Peniche um mapeamento das várias falhas geológicas do concelho.

Será então nesta multidisciplinaridade de investigação, e nos pressupostos levantados, que esta temática é assim por nós abordada, quer conjugando a falta de documentação, quer pela sua dispersão arquivística, quer pela sua destruição, a falta de investigação arqueológica, e a consciência de inserir a geologia num estudo integrado com outras ciências humanas.

Atendendo que no atual concelho de Peniche à data do Terramoto de 1755 existiam dois concelhos decidiu-se estudar esses dois territórios com base nos dados de publicações existentes na historiografia local e em documentação coeva dos Municípios de Peniche e da Atouguia da Baleia que tivemos acesso através do Sr. Fernando Engenheiro. De forma a analisar os resultados da destruição do terramoto e do maremoto que se seguiu compararam-se posteriormente os dados recolhidos com os dados geológicos.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

O século XVIII português é marcado pelo trauma do Terramoto de 1755. Aquele episódio catastrófico seria um momento de definição de uma ação governativa de D. José I e do seu ministro, futuro Marquês de Pombal, num contexto de Monarquia Absoluta e de prosperidade económica do Reino. Segundo Latino Coelho *“um tremendo sucesso natural decidiu em grande parte da sorte de um paiz e da gloria de um legislador. (...) Com elle [terramoto] se descortinam amplísimos e novos horizontes ao estadista, que teria acaso, no meio da quieta natureza e de pacíficos humanos, escondido na sombra de um governo domestico e vulgar os dotes singulares do seu espirito.”* (Coelho, 2003: 7) Na visão deste autor o Terramoto de 1755 foi um momento que revolucionou *“o crer e o viver de Portugal”* (Coelho, 2003: 50). Portugal que era Império e senhor de grandes riquezas Além-mar.

Entre os séculos XV e XVI assiste-se à alteração geográfica desta costa do litoral português, uma vez que o desenvolvimento do istmo da ilha de Peniche e a progressiva transformação em península levaram ao assoreamento do importante porto marítimo da vila de Atouguia da Baleia. Com efeito a povoação de Peniche foi elevada a vila no ano de 1609 e à data do Terramoto era uma importante praça de guerra e de defesa do Reino, dotada de um importante complexo de estruturas defensivas, segundo a missiva do Conselho de Guerra datada de 1642 "... sendo Peniche praça de tão grande importância e a principal chave do Reino pela parte do mar..." (Calado, 1968: 143). A vida económica assentava na atividade marítima, a pesca e o comércio. Não obstante da existência de atividades artesanais e de pequenas indústrias (Calado, 1968: 137). Desta forma, no século XVII o assoreamento do Portinho do Meio ditou uma grave crise económica, por ser um importante porto de pesca, porto de abrigo da frota e de grande dinamismo comercial. O século XVIII no concelho de Peniche é marcado por um momento crítico que deriva do assoreamento do Portinho do Meio. O autor cita um manuscrito datado de 1721 "*os que foram navios de alto bordo tornaram a barcos pequenos e já estes estão reduzidos a lanchas mui limitadas e ainda estas navegam para as pescarias com excessivo trabalho, tudo ocasionado do curso das areias que amontoadas no rio se tornou inavegável (...)*" (Calado, 1968: 157).

A história de Atouguia da Baleia remete-nos aos tempos da Reconquista Cristã e dos primórdios da nacionalidade. D. Afonso Henriques concede a Guilherme de Corni as terras de Atouguia, em carta de doação datada de 1158 (Calado, 1968: 72). Desde os primeiros tempos que esta vila possuía um importante porto marítimo que era vigiado por um castelo (provavelmente datado do século XII). A vida económica desta povoação é sustentada pelas atividades comerciais, piscatórias e agrícolas. Todavia, esta preponderância política e económica que marcou grande parte da história da vila e do concelho de Atouguia da Baleia vai esfumear-se em resultado do

assoreamento do porto marítimo. E é desta forma que já no século XVIII o concelho rural de Atouguia da Baleia perdera dinamismo e a supremacia e económica para o concelho vizinho, de Peniche.

### 3. O TERRAMOTO

O 1 de novembro de 1755 fica marcado para a História como um dos maiores sismos conhecidos seguido de um maremoto que devastou a zona costeira. Os concelhos de Peniche e de Atouguia da Baleia igualmente sentiram o abalo bem como o *tsunami* que se seguiu embora as consequências tenham sido um pouco diferente.

O concelho de Atouguia da Baleia que à época era composto por duas freguesias, São Sebastião (Serra D'El Rei) e São Leonardo (Atouguia da Baleia) não foi muito afetado, inclusive a freguesia de São Sebastião não sofreu nenhum dano segundo o padre João Delgado nas Memórias Paroquiais (Calado, 1996). Relativamente à outra freguesia existem notícias de vários danos em algumas localidades e de três mortos.

As localidades mencionadas pelo pároco de São Leonardo, José Luís de Faria, que sofreram danos maiores são Bolhos, Ribafria e Carnide, três aldeias muito próximas. Em 1758 algumas das casas já tinham sido recuperadas (Calado, 1996).

O forte da Consolação, construído em contexto da Guerra da Restauração e posicionado sob uma arribo sofreu alguns danos na muralha virada para o mar (Calado, 2000).

A sede de concelho, não sofreu muitos danos e apenas foi possível encontrar referências a alguns prejuízos na capela de São José, o que levou a Câmara a prestar apoio, por três vezes, à reparação dos estragos (3.600, 2.800 e 3.200 reis, respetivamente) no total de 9.600 reis (Engenheiro, 2004).



Figura 1 – Localização do concelho de Peniche na Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha n.º 337.

A capela de Santa Luzia, do Lugar de Geraldês, sofreu alguns danos de tal forma que não foi possível continuar a frequentá-la devido ao risco de poder ruir, tendo sido pedido pela Confraria de Santa Luzia a edificação de uma casa para se celebrar a missa pois os prejuízos na capela eram muito avultados para o restauro (Engenheiro, 2002).

Apesar dos danos verificados no concelho, das três pessoas que faleceram, nenhuma morreu na sua localidade. Josefa Maria, dos Casais Brancos faleceu no convento do Vale Benfeito com uma pedra na cabeça e na praia de Peniche com o tsunami faleceram Bartolomeu Dias de Geraldês e o alfaiate Sebastião da Costa da Atouguia (Registo de Óbitos de São Leonardo, IV-39-E-58, fl. 101v).

Embora a área ocupada pelo concelho de Peniche seja menor que o seu homólogo da Atouguia da Baleia, a densidade populacional era muito maior existindo dois principais núcleos urbanos, Peniche de Cima e Peniche de Baixo, compostos por três freguesias: Nossa Senhora da Ajuda (Peniche de Cima), São Pedro e São Sebastião (Peniche de Baixo).

Sobre os relatos do dia do Terramoto destaca-se sobretudo o depoimento do pároco da Paróquia de São Pedro, no livro de registo de óbitos: “(...) e nesta vila com universal sentimento se deploram os seus efeitos, ficando nos corações impresso os seus lamentosos desejos, ainda que foi esta terra a mais favorecida da mão do Omnipotente não só pelas pessoas que pareceram nos edifícios que caíram, que foram só dois, mas também porque todos os templos ficaram persistindo sem neles causar preciosa ruína, o que serve a este povo de uma consolação (...) todos ocorreram às igrejas com o susto do próximo perigo... e da grande aflição em que estavam. Acabou finalmente este terramoto tremer pelas dez horas da manhã, avia principio pelas nove horas e meia, que mesmo afirmam por uma quase meio hora sucessiva. E que eu mesmo me inclino e ficaram todos entoados louvores à Maria Santíssima sucedeu quase passada meia hora impular-se o mar, transcendeu os limites que o Omnipotente Ihe tinha balizado prognosticando a toda esta terra com as suas ferozes ondas, inundaram total de que os habitantes

*se aterrorizaram e não dando lugar a racionarem no que com acerto parcial arrebatadamente tomaram à praia julgando que antes de experimentarem a ruína, que esperavam pôr-se em salvo as vidas que tanto estimavam; mas não sucedeu assim; porque aquele indómito oceano em breve instantes se enrolou de todos e os deitou e foi tanto o seu ímpeto, enchente que eu vi as suas ondas sobrepujando as muralhas desta vila e entrando pelas casas sete, oito palmos o que a todos causou imponderável susto, as pessoas que pereceram nesta inundaçãõ dizem passaram de setenta”* (Livro de Óbitos da Freguesia de São Pedro – 1ª, 1746-1773, fl. 42v.).

Este pequeno testemunho do pároco Pedro José de Faria e Horta é elucidativo dos acontecimentos ocorridos naquela manhã de 1 de novembro. Primeiramente ocorreu um sismo sentido por volta das nove e meia da manhã que instalou o pânico na população seguindo-se de um maremoto de tal ordem que galgou as muralhas e inundou a vila levando consigo setenta vidas. Após o Terramoto continuaram as réplicas por mais alguns dias como consta no Livro das Vereações de 29 de novembro (Livro das Vereações (e), 1755-1757, fls. 397).

Começando pelo núcleo urbano de Peniche de Baixo, mais populoso e onde se situava o centro económico da vila, foi o mais atingido pelos acontecimentos, para além do depoimento do pároco de São Pedro o pároco de São Sebastião relata os acontecimentos, embora não tão descritivo, referindo-se às pessoas que faleceram nas ruínas das casas na sua freguesia (três pessoas), do falecimento de uma pessoa que se encontrava na praia quando ocorreu o maremoto, acrescentando dias depois o falecimento de uma pessoa o que poderá indicar que não tenha resistido aos ferimentos ou que tenha sido encontrada nos trabalhos de remoção dos escombros (Livro de Óbitos de São Sebastião, IV-40-C-41, fl. 74).

Se os párocos não referem com exatidão o número de edifícios destruídos e o seu grau de destruição, através da consulta das atas da Câmara é possível traçar a zona de afetação sobretudo provocado pelo maremoto que se seguiu.

A zona portuária de Peniche localizava-se no Portinho do Meio (destinado sobretudo a navios de mercadorias) e Portinho de Revez. O Portinho do Meio com o maremoto sofre um maior assoreamento em parte das areias que estavam no istmo e com o mar entram neste braço de mar. Também ali o cais, no lado poente junto à alfândega, foi muito afetado abrindo um enorme buraco com risco de derrocada, além de um “coveirão” em frente ao Paço do Concelho, alagando ainda este último bem como a casa da Fanga (Engenheiro, 2005).

A igreja da Misericórdia foi também invadida pelas águas até aos pés da Nossa Senhora do Despacho, como não subiu mais que essa altura foi considerado milagre e determinou-se a partir daquela data uma novena e uma procissão todos os anos para agradecer a Nossa Senhora o milagre (Livro das Determinações da Misericórdia de Peniche), tradição que se manteve até à implantação da República. Em 1767 o madeiramento do frontal da Capela-Mor encontra-se em mau estado e é substituído pelo entalhador Manuel Martins Ribeiro da Lourinhã, pela importância de 300.000 reis por um ano (Engenheiro, 2010), trabalho que deve ter ocorrido, muito provavelmente, devido à cheia que atingiu a igreja e conseqüentemente provocou o apodrecimento da madeira

A muralha entre o Meio Baluarte da Misericórdia e o Baluarte da Ponte, conhecida também por Borralhal, ficou arruinada, fazendo com que o mar entrasse na vila, abrindo uma enorme cova, tendo igualmente alagado diversas casas, onde as adegas se encontravam cheias, pois as vindimas tinham terminado há pouco tempo e o vinho de Peniche era uma fonte de rendimento considerável para a população penicheira (Livro de Vereações, 1755-1757, fl. 27).

Um pouco mais a norte, a ponte de acesso à porta da vila, bem como a própria porta da vila e o açougue sofrem alguns danos tendo este último ficado sem uma parede (Ministério do Reino, Maço 986, cx. 1105).



Apesar da vila de Peniche ser muralhada, desde Peniche de Baixo a Peniche de Cima, o mar aproveitou vários pontos fracos daquela estrutura defensiva para entrar na vila causando aí os maiores estragos, nomeadamente junto aos Paços do Concelho, onde se criou uma cova na zona de acesso ao cais. No Borraçal, entrando por uma vala que continha as águas da chuva e os esgotos da população, o mar conseguiu de igual modo penetrar, destruindo a muralha e inundando a atual praça Jacob Rodrigues Pereira e ruas adjacentes. Também na zona do açougue onde se situa a porta da vila, aquela possibilitou a entrada das águas, como poderá ter igualmente ocorrido no Portinho de Revez.

#### 4. MEDIDAS TOMADAS

Logo no dia 6, na Ata da Vereação, consta uma exposição realizada ao Rei para que se pudesse retirar do cofre o dinheiro que estava destinado à obra de melhoramento a efetuar nos Paços do Concelho, para ser aplicado numa estacaria de pinho no sítio do Borraçal juntamente com entulho para tapar a entrada de água, que se verificava cada vez que a maré enchia, pela zona da muralha que tinha ruído (Livro das Vereações, 1755-1757, fls. 26, 133v.-139v.). No dia 29 de Novembro de 1755 dirigem-se novamente ao Rei pedindo o dinheiro das sisas para os mais necessitados e para o concerto de casas e embarcações bem como a brevidade do começo das obras no cais em perigo de ruína, sendo avançada a hipótese de utilizar a pedra de um muro, até então desconhecido descoberto pelo maremoto para a reparação do cais, por fim alegam a extrema necessidade do arranque das obras pelo perigo do despovoamento da vila (Ministério do Reino, Maço 986, cx. 1105).

Apregoa-se à população a limpeza das casas arruinadas e o transporte do entulho para os “coveiros” que foram provocados pelo mar em frente aos Paços do Concelho e no Borraçal, no espaço de 15 dias, sob a pena de 500 reis, sendo que quem não tivesse carro poderia requerer ao Senado (Livro das Vereações, 1755-1757, fl. 23). Mas nem todos aca-

taram a ordem com prontidão, em março do ano seguinte verifica-se que ainda existia entulho em algumas casas, como se comprova pela carta dirigida ao Dr. Monteiro com a obrigação de retirar o entulho num prazo de 8 dias sob pena de multa de 8 tostões (Livro das Vereações, 1755-1757, fl. 34).

Para além das medidas em relação às obras, foram tomadas outras para evitar a especulação, ficando proibida a “*venda das coisas comestíveis e não comestíveis por alto preço do que o atual com a multa de 2000 reis*”. Logo depois foi condenado José Gomes, tendeiro, por vender bacalhau a 50 reis, tendo aquele que pagar 5 tostões e cumprir 8 dias de cadeia (Livro das Vereações, 1755-1757, fl. 34).

Em 26 março de 1756 as obras públicas ainda não tinham sido começadas e numa nova exposição ao Rei reforçam “*a necessidade que se verificaram experimentando nesta mesma vila desde o dia do terramoto, no cais, ponte, muralha, cortinas, rio e Quebrado que tudo necessitava de prontíssima providencia em ordem a conservação da mesma vila*” (Livro de Vereações, 1755-1757, s/ p.).

O Rei D. José face ao estado em que se encontrava Peniche consentiu que se retira-se do cofre público o acréscimo das sisas o dinheiro necessário para os moradores repararem seus edifícios, com a obrigação de recolherem o dinheiro num espaço de sete anos a cada morador cobrando a sétima parte, sendo o dinheiro distribuído em 1756 (Calado, 1996: 79).

O município assumiu as despesas com mão-de-obra para a limpeza do entulho dos “carreiros” e das ruas, para as várias reparações na via pública, por exemplo junto ao Paços dos Concelho, assim como da terraplanagem da entrada da ponte. Assumiu ainda despesas com materiais para proceder a tais reparações, nomeadamente do arco das escadas dos Paços do Concelho e para completar a parede e obra do açougue.

Foi entregue ao guardião do Convento do Bom Jesus pelo rei D. José 100000 reis para as reparações do convento (Livro das Vereações, 1755-1757, fls. 36-37).

Por fim, foram mandadas calcetar as ruas afetadas, a fim de agilizar as obras a terem lugar nas ca-

sas. No entanto, aquele trabalho que só foi terminado em meados da década de 70 daquela centúria, pelo mestre calceteiro Roberto Ferreira, nos seguintes arruamentos: Largo da Misericórdia (atual Largo 5 de outubro), Rua Salvador Franco, travessa que vai da Rua Salvador Franco para o Largo da Misericórdia, Rua da Cerca, Rua Direita (atual Rua Marquês de Pombal), Travessa do Morgado, Travessa que vai da Rua Direita desembocar na Travessa do Morgado (Livro das Contas, 1776-1808, fls. 103v.-104v.). Anteriormente haviam sido calcetadas: Lagoinha (Livro de Receita e Despesa, 1738-1775), Rua Direita, Rua de São Pedro (atual Rua José Estevão), Rua do Hospital (atual Rua António Cervantes), Rua da Cerca e junto aos Paços do Concelho (Livro de Vereações, 1755-1757). Todas estas ruas se situam em cotas relativamente baixas, próximas dos locais onde verificou a entrada das águas do mar.

No século XIX, em 1833, ainda de realizava a Missa por Alma dos que faleceram, conforme consta no livro de despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento unida a de N. Sr.ª da Ajuda (Livro de Contas, 1827-1835, fls. 2v.-3).

## 5. ORIGEM DO SISMO E CONTEXTO GEOLÓGICO

Passados duzentos e sessenta anos, a origem do sismo ainda não reuniu consenso entre a comunidade científica.

Uma equipa internacional liderada pelos portugueses João Duarte Fonseca, da Universidade de Monash (Austrália), colegas daquela universidade e da Universidade de Brest (França), e Pedro Terrinha, Filipe Rosas e António Ribeiro, da Universidade de Lisboa, detetou o que poderá ser o estágio embrionário de uma zona de fratura no fundo do Atlântico e que poderá estar na origem dos grandes terremotos de 1755 e 1969 (Duarte *et alli*, 2013).

Já foram propostos inúmeros locais, quase todos ao largo da costa portuguesa, para sul ou sudoeste. No entanto, para João Duarte Fonseca, – investigador atualmente a trabalhar na Universidade de Monash, na Austrália, – a chave residia numa escala

cronológica e não no fundo do mar, chamando também a atenção para o facto de não ser dada a suficiente atenção às falhas ativas em terra e das falhas geológicas interagirem entre si, mesmo quando estão a centenas de quilómetros de distância, e por isso não poderem ser analisadas isoladamente. A maioria dos relatos estima que o maremoto, depois da sequência de oito minutos de abalos, tardou 75 a 90 minutos a fazer-se sentir em Lisboa e ocorreu simultaneamente com um novo sismo, e é esse tempo que tem permitido estimar a distância à costa da região do epicentro.

Durante anos, o banco submarino de Gorringe parecia ser a solução perfeita, em termos de distância de Lisboa e capacidade para induzir um sismo de 8,5 de magnitude de momento. No entanto, a análise de documentos e relatos da época revelou também uma enorme diferença entre os efeitos devastadores do sismo em Lisboa e no Algarve e os danos menores provocados na região alentejana intermédia.

Tendo com o exemplo o sismo norte-americano de Landers, em 1992, provocado pela falha de Santo André e uma rutura secundária, foi possível a João Duarte Fonseca adotar a mesma explicação para o sismo de 1755, formulando a hipótese de uma rutura múltipla no oceano Atlântico (a oeste ou sudoeste do cabo de São Vicente) e no Vale do Tejo para explicar o efeito destrutivo do terremoto em Lisboa.

Esta hipótese pode também ajudar a explicar a força do *tsunami* em Lisboa, cidade protegida por um estuário que teoricamente deveria ter provocado o abrandamento das águas.

Num estudo recentemente publicado pela revista internacional *Geology* (“Are subduction zones invading the Atlantic? Evidence from the southwest Iberia margin”), foram apresentados os resultados obtidos através de novas técnicas de sondagem, recorrendo igualmente ao mapeamento do fundo oceânico a três dimensões. No âmbito deste, os cientistas descobriram, na margem sudoeste ibérica, as primeiras fases da formação de uma zona de subducção, fenómeno geológico em que uma placa tectónica mergulha debaixo de outra. Esta transformação de uma margem tectónica conside-

rada “passiva” para uma margem “ativa” nunca fora observada até aqui em parte alguma do planeta. Algumas das falhas que mapearam (como a falha Marquês de Pombal) já eram conhecidas, mas o novo mapa que agora apresentam permite perceber como elas podem estar a funcionar em conjunto (Duarte *et alii*, 2013).

Se os resultados deste estudo se confirmarem, pode significar que, daqui a cerca de 220 milhões de anos, o oceano Atlântico poderá vir a desaparecer e as massas continentais da Europa e da América poderão juntar-se num novo supercontinente. Este tipo de “rearranjo” continental já terá acontecido várias vezes ao longo dos mais de quatro mil milhões de anos de história do nosso planeta, com o movimento das placas tectónicas a desmembrar antigos supercontinentes (como a célebre Pangeia, que reunia todos os continentes atuais) e a abrir oceanos entre as várias massas continentais resultantes (Duarte *et alii*, 2013).

O facto de uma zona de subducção estar a formar-se ao largo de Portugal também tem implicações mais imediatas, concretamente em termos da atividade sísmica futura na região envolvente, que inclui países como Portugal (Gerschenfeld, 2013).

## 6. O CASO DE PENICHE

Como referido anteriormente, o sismo e o posterior *maremoto* de 1 de novembro de 1755, atingiram diversas cidades em Portugal e em várias regiões. Sendo Peniche uma região costeira, situada a cerca de 80 km ao norte de Lisboa, naturalmente não foi exceção.

Observando a configuração que a península de Peniche apresentava em 1830 (figura 3), torna-se evidente a fragilidade que apresentava perante um *tsunami* daquela dimensão.

Documentos e relatos obtidos dão conta de que não só muitas pessoas foram mortas por aquele, como também houve muitos danos materiais e patrimoniais. Uma das estruturas que pode ter sido destruída nesse âmbito é uma parte da muralha defensiva, na entrada da cidade.

Para além da fragilidade de ser uma zona costeira, Peniche é também uma península com bastantes falhas geológicas. Em 1937, Carlos Freire de Andrade cartografou algumas dessas falhas geológicas, omitida na atual carta geológica, situada no local onde parte da muralha cedeu (Andrade, 1937).



Figura 3 – Zona da muralha que ruiu.

A análise da Carta Neotectónica de Portugal (Cabral e Ribeiro, 1988) mostra que o concelho de Peniche é afetado por dois acidentes que se situam no âmbito desta problemática: a falha de Ferrel (falha com componente vertical do tipo inverso, marcas no bloco superior) e o diápiro ativo de Bolhos.

Foi efetuado um levantamento pormenorizado de uma área a NE de Ferrel (Cabral e Ribeiro, s/d), no qual estão contidos elementos associados à falha de Ferrel, da qual se podem identificar alguns pormenores, nomeadamente o facto de se dispor paralelamente à linha de costa, apenas a alguns metros para o interior da arriba com orientação geral NE-SW sendo visível numa extensão de 1780 m, onde ambas as extremidades da falha se encurvam para o mar. Por vezes distinguem-se uma ou mais zonas ou planos de fratura principais, de maior rejeito inclinando acentuadamente para SE (além de numerosas falhas secundárias). Ao longo deste acidente tectónico encontram-se ainda espelhos de falha com estrias bem conservadas, os *slickensides* (estrias de falha e preenchimentos estriados) que aparecem intensamente ferruginizados, situação que parece contemporânea da que afetou os arenitos cretácicos à superfície e as formações quaternárias. Ao dar-se a ferruginização dos terrenos pliocénicos, o preenchimento das caixas das falhas ainda não estava cimentado. Assim sendo, os acidentes maiores apresentam uma caixa de falha estreita, onde por vezes se distinguem diferentes planos de deslizamento muito próximos o que, em conjunto com a orientação das estrias, parece indicar vários episódios de movimento nas falhas (Félix, 2004).

Uma vez que é aceite pela comunidade científica o facto de que as falhas geológicas interagem umas com as outras, mesmo quando estão a centenas de quilómetros de distância, não devendo por isso ser analisadas isoladamente, podemos formular a hipótese de que essa falha tenha sido afetada pelo sismo e tendo-se movimentado, enfraquecendo os terrenos onde estava assente a muralha, e levando a que esta tenha cedido com a força do *tsunami*.

## 7. CONCLUSÃO

O Terramoto de 1 de novembro de 1755, embora se tenha feito sentir nos dois concelhos do município de Peniche, aqueles territórios foram mais afectados acima de tudo pelo maremoto que se seguiu. Para além das dezenas que faleceram devido àquele, ele foi igualmente a causa principal dos maiores estragos, como as covas apelidadas de coveirões na documentação, da ruína da muralha, dos armazéns de apoio à pesca em Peniche de Cima, nos quais também se devem incluir os prejuízos resultantes das cheias nas adegas e habitações que não foi possível de contabilizar (Livro das Vereações, 1769-1773, fls. 12-12v.).

Em contrapartida, no concelho de Atouguia da Baleia, os estragos resultaram do Terramoto e ocorreram em várias zonas, mas os estragos maiores tiveram lugar em três aldeias muito próximas entre si, situadas no vale tifónico dos Bolhos. O maremoto também chegou a este concelho, mas apesar da sua orla costeira ser maior que a de Peniche, aquela é ocupada por praias e arribas, encontrando-se as populações distantes do mar.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Freire de (1937) – *Os vales submarinos portugueses e o diastrofismo das Berlengas e da Estremadura*. Lisboa: Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal.
- CABRAL, J.; RIBEIRO, Ant.º (s/ d) – *Levantamento de uma sanja aberta em Vale de Janelas (Ferrel) para estudo da actividade da Falha de Ferrel* (Documento IR81001, Dossier “Licenciamento Ferrel”). [S. l.]: Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear.
- CABRAL, J.; RIBEIRO, Ant.º (1988) – *Carta Neotectónica de Portugal Continental*. Esc. 1:1.000.000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CALADO, Mariano (1968) – *Peniche na História e na Lenda*, 2ª ed., Peniche: Edição de Autor.
- CALADO, Mariano (1996) – *Peniche no Século XVIII (As Memórias Paroquiais)*. Peniche: Edição de Autor.
- CALADO, Mariano (2000) – *Fortificações da Região de Peniche*. Peniche: Edição do Autor.

COELHO, J. M. L (2003) – *Marquez de Pombal*. Lisboa: Artemática Editores.

DUARTE, João C.; ROSAS, Filipe, M.; TERRINHA, Pedro; SCHELLART, Woulter P.; BOUTELIER, David; GUTSCHER, Marc-André; RIBEIRO, Ant.º (2013) – Are subduction zones invading the Atlantic? Evidence from the southwest Iberia margin. *Geology*, 41 (8). [S. l.]: Geological Society of America (pp. 839-842). Disponível em <https://doi.org/10.1130/G34100.1>

ENGENHEIRO, Fernando (2002) – Apontamento para o Lugar de Geraldês. *A voz do Mar*, n.º 1096.

ENGENHEIRO, Fernando (2004) – A ordem Terceira da Penitência e a Capela de Nossa Senhora da Graça / São José em Atougua da Baleia. *A Voz do Mar*, n.º 1128

ENGENHEIRO, Fernando (2010) – *Peniche, Pelos caminhos do passado I: Vida Religiosa*. Peniche: Edição do Autor.

FÉLIX, Francisco (2004) – *A Geologia do Concelho de Peniche: património natural, recursos pedagógicos e valor cultural. Tese de Mestrado em Ciências da Terra e da Vida para o Ensino apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (policopiado)*.

GERSCHENFELD, Ana (2013) – Descoberta fractura tectónica em formação perto da costa portuguesa. *Público* (19 Junho). Disponível em <https://www.publico.pt/2013/06/19/jornal/descoberta-fractura-tectonica-em-formacao-perto-da-costa-portuguesa-26706096>.

## DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

**Livro de Contas 1762/1765** – *Pedido para que o dinheiro que está destinado aos Paços do Concelho seja transferido para a obra da muralha no atual jardim arruinado pelo terramoto de 1/11/1755* (fls. 29v.-33) [manuscrito].

**Livro das contas 1776/1808** – *Livro das contas de despesas de 1776 a 1808* (fls. 103v.-104v. [manuscrito].

**Livro de Contas 1827/1835** – *Livro de contas da Irmandade da XX unidade de Nossa Senhora da Ajuda e das almas unidas no mesmo ano de 1833. Missa por alma dos que morreram pelo terramoto* (fls. 2v.-3) [manuscrito].

**Livro das Determinações da Misericórdia 1755** – *Festa de Nossa Senhora do Despacho motivada pelo Terramoto* [manuscrito].

**Livro de Escrituras 1754/1758** – *Prejuízos do terramoto de 1755, relatados a 10 De fevereiro de 1757* (fls.155v.-157v.) [manuscritos].

**Livro de Vereações 1754/1755** – *Prejuízos no terramoto relatados a 6 de Novembro de 1755* (fls. 133v.-139 v.) [manuscrito].

**Livro de Vereações (a) 1755/1757** (fls. 23 - s/d) [manuscrito].

**Livro de Vereações (b) 1755/1757** – *Carta escrita ao Rei D. José em 2 de Novembro de 1756* (fl. 26) [manuscrito].

**Livro de Vereações (c) 1755/1757** – *Pedido para se continuar o entulho no coveirão* (fls. 67v.-68) [manuscrito].

**Livro de Vereações (d) 1755/1757** – *Prejuízos causado no Convento do Bom Jesus relatados em 15 de março de 1756* (fls. 36-37) [manuscrito].

**Livro de Vereações (e) 1755/1757** – *Relatos de 7 dezembro de 1755* (fl. 397) [manuscrito].

**Livro de Vereações 1769/1773** – *Prejuízos com o terramoto de 1755 relatados a 24 de janeiro de 1770* (fls. 12-12v) [manuscrito].

**Livro de Receita e Despesa (1738/1775)** – *Prejuízos causados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755* [manuscrito].

**Ministério do Reino – Câmaras (Letra R) (1755)** – *Assoreamento na entrada do rio* [manuscrito] de 29 de novembro de 1755 (Maço 986, cx. 1105).

## ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA

**Livro de óbitos da Freguesia da Nª Senhora da Ajuda** [manuscrito] (1740/1784).

**Livro de óbitos da Freguesia de São Leonardo** [manuscrito] (1724/1767).

**Livro de óbitos da Freguesia de São Pedro** [manuscrito] (1746/1773).

**Livro de óbitos da Freguesia de São Sebastião** [manuscrito] (1735/1759).

## DOCUMENTAÇÃO ELETRÓNICA

<http://nisee.berkeley.edu/lisbon/>

<https://blacksmoker.files.wordpress.com>

<http://purl.pt/26048/2/>



# LA HUELLA DEL TERREMOTO DE LISBOA EN LA CIUDAD DE LUGO. LA CRÓNICA DE LOS DAÑOS PRODUCIDOS Y DE LAS REFORMAS EMPRENDIDAS<sup>1</sup>

---

Ana E. Goy Diz

Catedrática de la Universidad de Santiago de Compostela / Directora del Centro de Estudios de la Ciudad (CEhC-USC) / a.goy.diz@usc.es

## Resumo

Lugo sofreu, como muitas outras povoações na Galiza, as consequências do Terramoto de Lisboa, que deixou a sua marca nos principais edifícios da cidade. Esta informação já era conhecida, mas ainda não tinha sido devidamente comprovada, algo que foi possível recentemente através da análise de diversa documentação existente no Arquivo Histórico Provincial de Lugo. Esta investigação, integrada num projecto financiado pelo Programa Europeu POTEPE, permitiu assim compilar variada informação existente sobre os prejuízos que se verificaram em vários edifícios e monumentos da cidade, incluindo a ponte, a muralha romana, a catedral, os conventos e casas particulares.

**Palavras-chave:** Terramoto de Lisboa, Lugo, Urbanismo, Arquitectura galega, Siglo XVIII.

## Abstract

Lugo suffered, like many of Galician populations, the consequences of the Lisbon earthquake which left its mark on the main buildings of the city. This information was already known, but had not been proven so far through the municipal documentation. A recent emptied of City Hall agreements that have been made with the financing of a European project POTEPE program has allowed us to verify existing information with the damage declared in major infrastructures and buildings of the city, including the bridge, the roman wall, the cathedral, convents and private homes.

**Keywords:** Lisbon earthquake, Lugo, Planning, Galician architecture, 18<sup>th</sup> century.

---

<sup>1</sup> Este trabajo está incluido dentro de los siguientes programas: «El patrimonio monástico y conventual gallego de la reforma de los Reyes Católicos a la Exclaustración» (HAR2016-76097-P). Plan Nacional. 28/9/2016-31/12/2019; «Programa de Consolidación e Estructuración de Unidades de Investigación Competitivas» (GRC2013-036). Plan Galego (PG). 15/08/2013-31/12/2016; «Consolidación e estruturación de unidades de investigación competitivas (Redes de Investigación)». Red de Investigación Patrimonio Cultural: Servicios Históricos y Técnicos (HI): R2014/024 (24/06/2014-23/06/2016) y ED341D.R2016/023 (01/12/2016-01/12/2018).

## 1. INTRODUCCIÓN

En la mañana del 1 de noviembre de 1755 entre las nueve y las diez, se produjo un gran terremoto en la falla de las Azores-Gibraltar que afectó con especial virulencia a la ciudad de Lisboa pero no sólo a ella, porque toda la fachada atlántica de la Península Ibérica tembló al mismo tiempo, aunque no con la misma intensidad, sufriendo dramáticas consecuencias. Las réplicas, que se sucedieron a lo largo de todo el día e incluso en la madrugada del día 2, mantuvieron en alerta a una población atemorizada que nunca había vivido una situación semejante. Sobrecogidos por el miedo, con la sensación de vulnerabilidad y de gran debilidad, estos hombres se enfrentaron a una realidad muy dura que tuvieron que superar.

Los estudios realizados en los últimos años sobre este terrible terremoto, nos han permitido avanzar en el conocimiento del mismo. Para el caso español es especialmente importante la aportación, ya clásica, de Julio Guillén (1956: 58) sobre la documentación conservada en la Real Academia de la Historia (RAH), la de Rodríguez de la Torre (2005: 79-116) y sobre todo la publicada por Martínez Solares (1988: 113-122; 2001: 16), que recoge la atesorada por el Archivo Histórico Nacional (AHN). Precisamente en esta última se recoge la contestación, que un total de 1.216 ayuntamientos, dieron a la encuesta que el rey Fernando VI ordenó hacer al presidente del Consejo de Castilla sobre los efectos que había causado el terremoto en cada jurisdicción.

A esa valiosa información, nosotros vamos añadir la que hemos podido extraer a partir del vaciado sistemático de la documentación conservada en el Fondo Municipal del Archivo Histórico Provincial de Lugo, que contiene datos muy importantes, especialmente en las Actas de Consistorio. A mayores hemos consultado las Actas Capitulares y los libros de Fábrica del Archivo de la Catedral, que también han aportado datos muy interesantes. Con toda esta información hemos elaborado este estudio que queremos que sea una humilde aportación en este CCLX aniversario del terremoto de Lisboa.

## 2. EL TERREMOTO DE 1755 Y LA CIUDAD DE LUGO

Para analizar los efectos que el terremoto tuvo sobre la ciudad podemos tomar como punto de partida la descripción que su alcalde mayor, don Jacinto Rocca remitió a don Baltasar de la Torre, gobernador del Consejo de Castilla, el 20 de noviembre de 1755. En la carta describe que *“el temblor de tierra que... se experimentó en esta ciudad y más pueblos de sus cercanías, y aún del Reino [de Galicia] fue de los mayores y más duración que acuerdan los naturales”* (Martínez Solares, 2001: 408). Señala también, que los temblores comenzaron a sentirse hacia las diez de la mañana y se prolongaron durante cinco o seis minutos, pero su intensidad no fue continua, percibiéndose al menos dos intervalos más violentos, seguidos de momentos de pausa que él narra en los siguientes términos:

*El principio fue terrible, porque se veían mover edificios, sepulturas de los templos, y aún las columnas de ellos; tembló algo al medio tiempo, y tuvo fin con el mismo furor de su principio.*

Esta secuencia que describe el alcalde lucense parece adaptarse a un patrón que se repite al menos en 535 lugares en España (Martínez Solares, 2001: 27-28), lo cual da a este dato una relevancia importante para entender la secuencia sísmica que se produjo.

Más adelante, el alcalde explica que no se han encontrado daños destacables en los inmuebles de la ciudad. Afirmación que resulta controvertida si la comparamos con los datos que hemos podido extraer de las Actas Consistoriales. La razón, según el señor alcalde, se debía a la intervención divina del Santísimo Sacramento y de la Virgen de los Ojos Grandes, patrona de la ciudad, que intercedieron para que Lugo no sucumbiera al temblor. Quizás en este contexto, sea necesario recordar que la catedral lucense cuenta con el privilegio de la adoración perpetua del Santísimo en la capilla mayor de la catedral, y que éste es el símbolo de la ciudad.

*No hubo ruinas de Iglesias, casas, racionales ni brutos, lo que se atribuye a la Divina Misericordia de Su Majestad Divina, noche y día patente en el altar mayor de la Santa Iglesia Catedral, y a su Santísima Madre la Virgen de los Ojos.*

También describe con detalle algunos de los cambios que se observaron en los ríos y sobre todo en las fuentes de aguas sulfurosas que abastecían el balneario, que por entonces se conocía como “los baños”. Sobre los primeros indica que “los ríos y fuentes turbaron sus cristalinas aguas, reconociéndose lodosas, las que a pocas horas volvieron a clarificarse” y sobre el segundo que:

*... en un baño sulfúrico medicinal que sale orillas del río Miño fuera del arrabal de la ciudad, se reconoció que si de antes tenía el nacimiento en lo profundo, y salía el agua arriba como hervor de olla, rompió más arriba como cosa de 5 a 6 cuartos, cayendo de rivas [sic] abajo, y algunos naturalistas aseguran traer algún grado de calor más que antes.*

Finalmente explica como algunas personas que denomina de “crédito” es decir, fiables para la autoridad, le contaron que la víspera del terremoto, a eso de las 10 de la noche, vieron en el cielo, lo que definen como “un globo como de fuego que, causaba bastante claridad” pero que se deshizo, sin que pudieran precisar el tiempo que transcurrió desde su aparición a su ocaso.

Tras este primer informe, dos días más tarde, la corporación municipal completa la información con nuevos datos que remite al Gobernador de Galicia a través del Intendente del Reino. En esta segunda epístola se vuelve a hacer hincapié en el testimonio de algunas personas reputadas que afirman haber visto la víspera del terremoto, en el Norte, “una materia encendida, a manera de globo” (Martínez Solares, 2001: 409), que daba una claridad extraña y que causaba pavor. También describen como poco antes del temblor se escuchó un “un fuerte rumor” que vino acompañado de un “impetuoso aire”

que recorrió la ciudad. Tras esto, la tierra tembló por espacio de seis minutos, durante ese tiempo los lucenses sintieron y vieron cómo se movían “los templos, sus torres, casas y [de] más edificios, y hasta sus pavimentos, con los sepulcros”. En esa situación de temor y de inseguridad “varias personas salieron de sus casas a buscar refugio a las partes des pobladas que hallaban más próximas”, posiblemente los vecinos no abandonarían el recinto amurallado que protegía la ciudad pero escaparían de las zonas más densamente pobladas que eran las que identificamos con el llamado *Burgo Vello* y *Burgo Novo*, y buscarían refugio, más allá del Carril das Campás y hacia la zona del Carballal, que por entonces apenas contaba con edificaciones.

Los testigos también coinciden en haber visto como el día se oscureció por la presencia de una nubosidad muy compacta que avanzó desde el sur hasta cubrir la ciudad. También se hace referencia a las réplicas que sucedieron al gran temblor y que se produjeron a lo largo de todo ese día y del siguiente, provocando la alarma de la población. De todas ellas destacan la de las nueve y media de la noche que hizo “el crujir de las maderas de los edificios” y que “personas de religión, hallándose en sus santos ejercicios implorando la Divina Misericordia” abandonarían sus rezos por el temor de morir. Así mismo destacan la réplica de las dos de la mañana, que también fue recogido por Martínez Solares (2001: 71) para el resto de España.

Lo que más nos sorprende, es que a pesar de la intensidad que debió de tener el temblor, una vez más la corporación insiste en que “el terrible movimiento no se ha reconocido causase ruina ni [de] scalabro, ni hasta ahora redundancia [sic] en los racionales e irracionales”, por la intercesión Divina, aun cuando los sismólogos consideran que el terremoto llegó a tener una intensidad V en la zona de Lugo (Martínez Solares, 2001: 741), por eso consideramos que estas afirmaciones obedecen a otras razones, porque los mismos miembros de la corporación reconocerán en otros escritos las consecuencias del temblor.

### 3. EL TERREMOTO DE 1755 A TRAVÉS DE LAS ACTAS CONSISTORIALES

El análisis de los datos que hemos podido extraer de la documentación conservada en el AHN y en la RAH contrastan con los que hemos localizado en el fondo de las Actas Consistoriales de Lugo que están depositadas en el Archivo Histórico Provincial de Lugo, lo que nos lleva a cuestionar, o al menos a matizar algunas de las afirmaciones realizadas hasta ahora.

Desde el primer momento, las autoridades municipales destacaron que gracias a la intervención divina, del Santísimo Sacramento y de Nuestra Señora de los Ojos Grandes, la ciudad no había sido destruida por el temblor y para agradecer esta intermediación se organizaron misas de acción de gracias. En las actas del Consistorio se recoge, en la reunión celebrada el 13 de diciembre, la noticia de la procesión solemne de la imagen de la Virgen del Rosario desde la capilla del Consistorio a la Catedral, donde fue recibida por el Cabildo y colocada en la capilla Mayor de la basílica para presidir el novenario que se celebró para agradecer su intervención en *"el terrible temblor de tierra del día primero de noviembre de este año"* (A.H.P.Lu., Concello de Lugo, 0046-80, s/f),

Aun así, tras el terremoto se constataron problemas en las infraestructuras de acceso a la ciudad, concretamente en el Camino Real y en el puente sobre el Miño; en las murallas de la ciudad y en inmuebles, tanto viviendas particulares como edificios religiosos como la catedral o el convento de San Francisco.

### 4. MEJORA DE LAS INFRAESTRUCTURAS DE ACCESO A LA CIUDAD

Lugo fue desde época romana una encrucijada de caminos, porque en ella confluían las vías que conectaban la Meseta con A Coruña, y Oviedo con Santiago de Compostela y con Ourense. En el siglo XVIII, el llamado Camino Real que unía Madrid con Ferrol, base de la Armada desde 1726, adquirió una mayor importancia estratégica por el tráfico de mili-

tares y de mercancías. Esta vía debía estar expedita y en buenas condiciones de tránsito porque por ella transitaban además los correos que desde la Corte se dirigían al Gobernador del Reino que residía en A Coruña y a las autoridades militares de Ferrol, quizás por eso, el primer informe que conservamos, data del 15 de noviembre y hace referencia a la necesidad de intervenir en el Camino Real, en la zona llamada de la Vereda Real, con el objetivo de que se restableciera el paso. En él se especifica que:

*Don Andrés Mosquera, [como intendente de la ciudad] pase con los maestros de su satisfacción al reconocimiento de los malos pasos que se allaren en la Vereda Real que sigue de Castilla a La Coruña...y echo extracto formal de ellos y los que son más precisión con evaluación del costo que podrán tener* (AHLu., Concello de Lugo, 0046-80, s/f)

El informe pericial debió de concluir que el montante de la obra era elevado, por lo que unos días más tarde, concretamente el 22 de noviembre, el Ayuntamiento solicitó al Gobernador de Galicia que aportara una cantidad para la financiación de la reconstrucción de la vía, por la urgencia que la misma tenía.

Otra de las infraestructuras que se vio dañada por el temblor fue el puente sobre el río Miño, que comunicaba la ciudad con Santiago de Compostela, a través del llamado *Camino Primitivo*, y que era una de las principales vías de comunicación. Esta estructura, que hoy conocemos mucho mejor tras la restauración y el estudio llevados a cabo en el 2012 por el ingeniero Durán Fuentes y el arqueólogo Sierra Ferrer (2013: 31), es de origen romano con importantes reformas en los siglos XVI y XVIII.

Según las referencias recogidas en las actas, el 20 de enero de 1756, el consistorio llevó a cabo un repartimiento por valor de 380.000 reales de vellón que era el importe que el Consejo de Castilla había fijado por la obra de los arquitectos Joseph de la Fuente Monte y Narciso de las Cabadas (A.H.P.Lu., Concello de Lugo, 0047-81, s/f). Sin embargo esta reforma no debió de ejecutarse tal cómo estaba



Figura 1 – Vista del puente romano de Lugo.

proyectada, porque seis años después y tras el temblor de 1761, el alcalde más antiguo de la ciudad acordó con el Arcediano de Neira, como testamentario del obispo fray Francisco Izquierdo Tavira, fijar el montante que se debía de invertir de los bienes del obispo para evitar la ruina del puente (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0052-87, f.614r). Tras varios reconocimientos, acordaron que el arquitecto Domingo Francisco Citor se hiciera cargo de la obra por un importe de 300 reales de vellón (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0052-87, f.630v), con lo que quedaría solventado el problema.

## 5. RECONSTRUCCIÓN DE LAS MURALLAS

Si algún elemento patrimonial define la ciudad de Lugo, ese es sin duda, la muralla. Una impresionante construcción militar con un perímetro amurallado de 2.266 m., con 86 torres defensivas, que fue levantada hacia 270 d. C por el emperador Aureliano y que convirtió a *Lucus Augusti* en un bastión inexpugnable del noroeste peninsular.

En el siglo XVIII el aspecto de esta muralla debería ser muy distinto del original. Muchas de las torres habían perdido las dos últimas plantas, en las que se localizaba el cuerpo de guardia y poco a poco, a partir sobre todo del siglo XVI, los tramos rectos del muro, existentes entre las torres, habían sido aforados a particulares, por el Consistorio, para la construcción de talleres y casas. Como consecuencia de todos esos cambios, la muralla había ido perdiendo parte del protagonismo que había tenido en el pasado, pero seguía manteniendo una fuerte impronta en el urbanismo de la urbe.

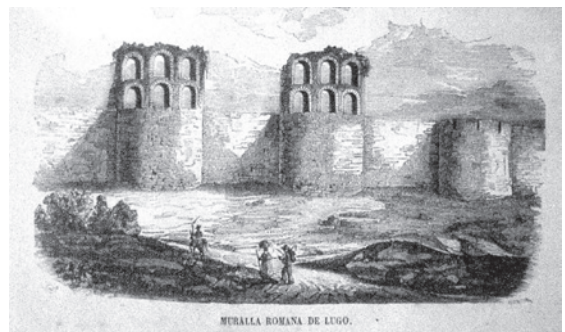


Figura 2 – Vista de las murallas y de las torres de la Mosquera.

Esta importante construcción era propiedad del obispo, porque Lugo era una ciudad de jurisdicción episcopal y los prelados tenían la obligación de reparar los daños que se produjeran durante su mandato, por eso cuando abandonan la sede o morían, ellos o sus testaferros encargaban un informe técnico sobre las reparaciones que les correspondía hacer. Sin embargo, tras el terremoto, los deterioros debieron ser muy importantes, por eso el Consistorio solicitó al Capitán General de Galicia que intercediera y colaborase con dinero a la reparación de la cerca, a lo que el Marqués de Croix respondió, el 21 de agosto de 1762 que:

*Bien que reconozco lo útil y necesario que es el reparo y havitación de los muros que circunven esa población, y que por lo mismo merecen toda consideración los deseos que vuestra señoría me manifiesta a este fin , en carta de 17 que acompaña testimonio de la instancia propuesta por el Procurador General a ese Ayuntamiento, no obstante como es obra que precisamente ha de causar mucho gasto, y que el señalamiento del fondo que deva costearse no tenga facultad de hacerlo, si solo la superioridad, no puedo menos de decir a Vuestra Señoría que se dirija a ella... (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0052-87, f. 564r-v).*

Pero el Ayuntamiento no satisfecho con la respuesta obtenida volvió a insistir al Capitán General en la necesidad de las obras y le propuso que dado que la Corona había concedido un arbitrio para la construcción de un cuartel, que lo prorrogase y de ese modo se pudiera destinar una parte de lo recaudado a tal fin y la otra, a sufragar los reparos de la muralla por la urgencia que éstos tenían:

*... que podía aplicarse a la reedificación de las murallas que circundan esa ciudad, el fondo del arbitrio destinado para la obra del cuartel que Su Magestad aprobó se efectuen en ella... ya que muy en breve se dará principio a la fábrica del cuartel, pero ya que este debe ejecutarse y que la reedificación de las murallas no es menos*

*indispensables se puede atender a ambas obras siempre que el arbitrio sea prorrogado asta que se concluian de un todo... (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0053-88, f. 38)*

La descripción de las murallas que hizo el padre Risco (1798: 15) nos permite saber cuál era su aspecto a finales del siglo XVIII, cuando escribió la obra: *"Cada torre de estas se compone de dos altos y era edificios hechos de forma que pudieses vivir en ellos, como en casas, los que tenían a su cargo velar para la defensa de la ciudad. Tenía también cada torre muchas ventanas, con sus vidrieras gruesas y blancas y se hallan hoy día muchos fragmentos de ellas, como testifican los vecinos de la ciudad"*.

Por fortuna, recientemente se ha localizado en el Pazo de Tor, un interesante plano del sector urbano correspondiente al Campo Castillo, que realizó el maestro de obras Agustín Baamonde con motivo de un pleito entre el canónigo Carlos Suárez de Deza y Antonio de Neira por la construcción de unas casas (A.H.P.Lu., Concello de Lugo, 0046-80, s/f.). Dicho documento gráfico nos ofrece una imagen del estado en el que se encontraba la muralla y el resto de las construcciones anexas, el 22 de junio de 1756, es decir un año y medio después del temblor. Por las características del plano, con indicación de las medidas y usos de los espacios, nos parece que debe de tratarse de una prueba fiel del estado en el que se encontraban los inmuebles y la propia muralla. De hecho el autor así lo expone en la leyenda del plano:

*...yo, Agustín Baamonde entregue el plan fiel medido geoméricamente según sus tamaños de largo, ancho según se alla en dichos terrenos y ba explicado en el sitado plano en un pliego de papel de marquilla firmado y rubricado por las quatro partes de dicho plan y por verdad lo firmo en la ciudad de Lugo.*

El tramo de la cerca que se representa engloba ocho torres, concretamente las comprendidas entre la XLIV y la LI, que eran las que se conservaban en el siglo

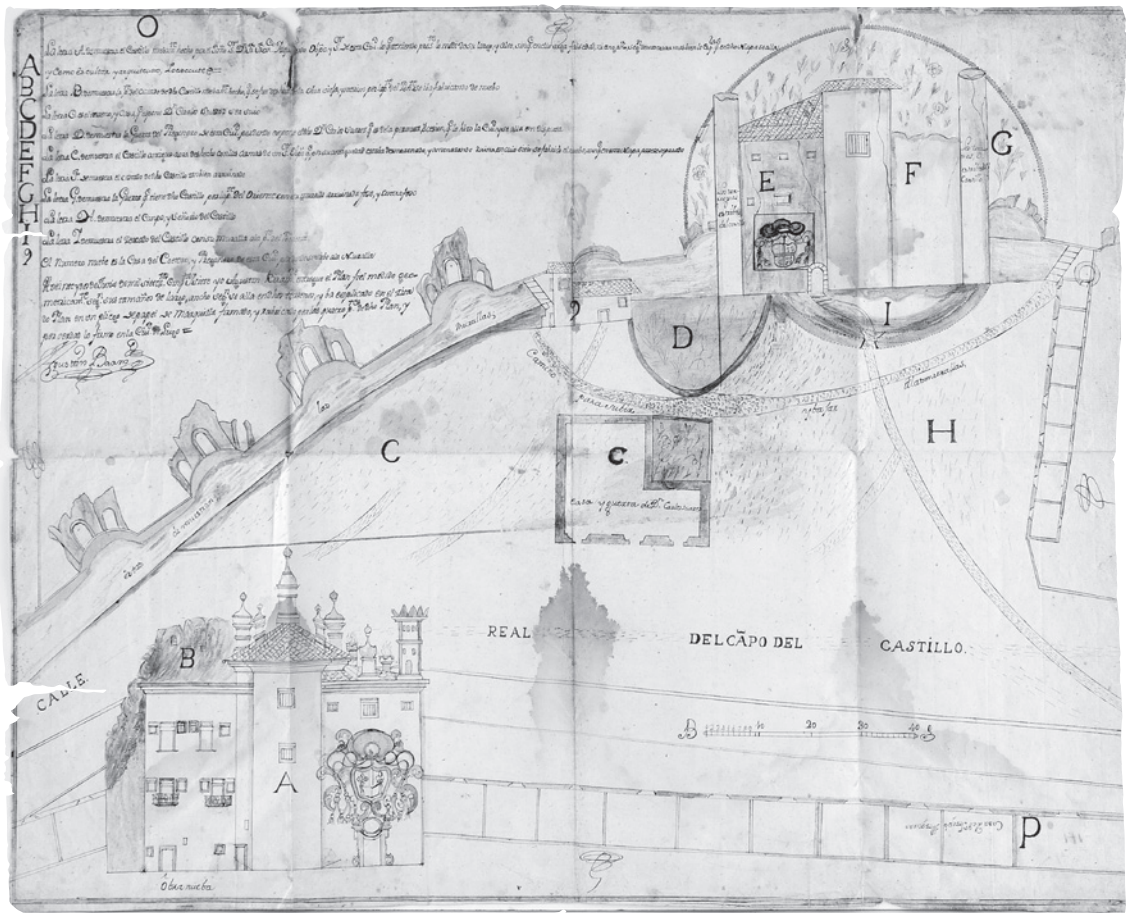


Figura 3 – Plano de Agustín Baamonde del Campo Castillo. Museo Provincial de Lugo.

XVIII entre la actual Porta do Cárcere y la de San Pedro, porque con la construcción en 1836 del Reducido de María Cristina se perdieron las tres primeras.

En el dibujo se representan las torres que están muy deterioradas, en un estado mucho peor del que describe el padre Risco en el fragmento anterior. Algunas mantienen parte del cuerpo de guardia y de los característicos ventanales, mientras que otras han perdido totalmente esta estructura, quedando simplemente el cuerpo macizo inferior. Entre aquellas que conservan la parte superior, observamos, que al menos en dos casos, han perdido algunas de las dovelas de los arcos y amenazan con desplomarse. El estado general es ruinoso y parece necesaria la consolidación de las estructuras para que no se derrumben. En este contexto, se justifica perfectamente la argumentación de los miembros del consistorio que

reclamaban la intercesión del Gobernador General de Galicia para que colaborara en la financiación de las obras por la cuantía que supondrían las reparaciones que era necesario emprender en la cerca (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0052-87, f.560r.)

## 6. LA RECONSTRUCCIÓN DE LOS INMUEBLES AFECTADOS

Son muy pocas las referencias que de forma clara relacionan el terremoto con la reconstrucción de los inmuebles, sin embargo hay evidencias que nos permiten al menos plantear la hipótesis de que éstas hayan estado relacionada con el temblor. Comenzaremos este análisis, volviendo al plano del Campo Castillo de Agustín Baamonde, porque sigue arrojándonos información muy importante. El detalle con

el que este maestro de obras representó este sector de la ciudad, nos permite estudiar el edificio de la cárcel, también denominada el *Castillo* tal y como estaba antes y después de la reforma sufragada por el obispo fray Francisco Izquierdo en 1757. Los datos aportados por este dibujo tienen un extraordinario interés porque hasta ahora no conocíamos su aspecto en el siglo XVII y XVIII. La minuciosidad de la representación y de las explicaciones contenidas en la leyenda nos permite entender que es lo que se muestra. En la actualidad apenas quedan resto de este inmueble porque en los años treinta del siglo pasado fue destruido, conservándose tan sólo algunos vestigios como los restos de la portada, una garita y el palomar del tejado (Vázquez Seijas, 1955: 47), pero por las referencias conservadas tanto en la bibliografía como en la documentación sabemos que fue una de las edificaciones más destacadas de la ciudad medieval y moderna.



Figura 4 – Vista del *Castillo* o Cárcel Eclesiástica hacia 1900. Archivo Fotográfico. Concello de Lugo.

El *Castillo* fue una fortaleza medieval que se levantó en el sector suroccidental de la muralla, aprovechando parte de las torres XLIV-XLVI. Sabemos que en tiempos de Alfonso VI, el castillo fue arrasado por el monarca tras la sublevación del conde D. Rodrigo Ovéquiz (Risco, 1798: 182), pero volvió a reconstruirse y se convirtió en la fortaleza y en la cárcel de la ciudad, pero sobre todo en el bastión del poder episcopal, en el que se refugiaban los preladados cuando veían zozobrar su autoridad, como ocurrió a lo largo de los siglos XIV y XV (Vázquez

Seijas, 1955: 35-41). Como propiedad episcopal, eran los obispos los que se ocupaban de su mantenimiento y mejora (Peiró Graner: 2007), pero desde el siglo XVI, en las actas consistoriales se recogen numerosas noticias sobre reparaciones que había que emprender para asegurar su conservación y que tenía que asumir el Concejo. A tenor de todas estas noticias, el estado general del inmueble debía ser calamitoso o lo invertido no llegaba a solventar los problemas que tenía planteados y en más de una ocasión las autoridades se quejaron de que los presos podían escaparse de ella sin gran dificultad. Esa situación de precariedad continuó en las centurias siguientes y en la reunión de consistorio del 27 de marzo de 1751, el alcalde más antiguo *“dio cuenta a la ciudad de allarse arruinada totalmente la cárcel pública”* y de haber informado al obispo para que *“como señor en lo espiritual y temporal”* se encargue de su reparación como le corresponde (A.H.P.Lu., Concello de Lugo, 0044-76, s/f). Según Vila Jato (1989: 86) es posible que el encargado de reconocerla fuera el maestro Domingo Francisco Citor, pero las obras no se iniciaron de inmediato y un año después, el 29 de enero de 1752, el tema volvió a abordarse en el consistorio, y el alcalde informó de *“la ruina que padeze la cárcel pública que se alla toda ella desmoronada, sin pisos, ni armazón, ni resguardo alguno, sin tener a donde recoger los presos en que se sigue... por cuio motivo la mandó reconozzer por el maestro de obras que reguló y tasó sus reparos en tres mil trescientos y tanttos reales y mandó publicar por bandos esta obra para proceder a su remate”* (A.H.P.Lu., Concello de Lugo, 0044-77, s/f).

Según la costumbre, unos días más tarde, el 5 de febrero se colgaron las posturas de los reparos y se iniciaron de inmediato las reparaciones, concluyéndose un año más tarde, según informó el propio alcalde *“... a la ciudad de allarse reparada la cárcel y reconozida con inttervención del señor procurador general, de manera que los maestros que los executaron cumplieron con su asientto. En esta inttelixencia solo resta carzelero que la cuide”*. (A.H.P.Lu., Concello de Lugo, 0044-77, s/f)

A partir de ese momento, no encontramos más referencias al Castillo en las actas Consistoriales, lo cual indicaría que después de reforma de 1752, todos los problemas se habían solventado. La cuestión no plantearía dudas sino fuera porque en 1757 el obispo Izquierdo ante la destrucción que sufre el inmueble, sufraga las obras de reconstrucción (Vila Jato, 1989: 86) y en el plano que conocemos de Agustín Baamonde, éste va indicando las partes principales del edificio antes de la reconstrucción del obispo y su aspecto después.

¿Qué pudo pasar entonces para que tan solo cinco años después de la reforma, se tenga que reconstruir? Nuestra hipótesis es que aunque en las declaraciones institucionales las autoridades reconocieran una y otra vez, que gracias a la intercesión del Santísimo Sacramento y de Nuestra Señora de los Ojos Grandes, la ciudad no había sufrido grandes estragos, sin embargo el temblor debió de afectar quizá en demasía a algunas construcciones que ya se encontraban en maltrechas condiciones.

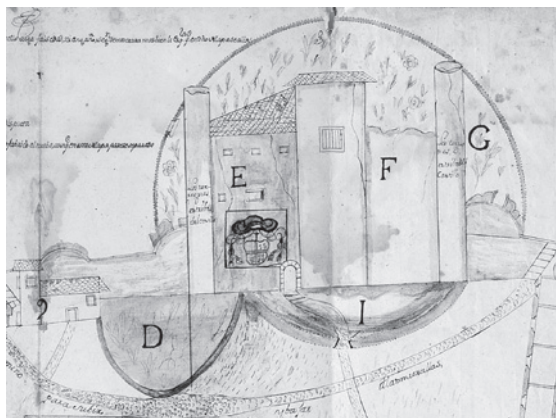


Figura 5 – Plano de Agustín Baamonde del Campo Castillo. Detalle del Castillo antes de 1755. Museo Provincial de Lugo.

¿Cómo sino se explican las exhaustivas aclaraciones de Agustín Baamonde, que va identificando en el plano la obra vieja (C), ya demolida y la de nueva factura (A) y justificando: “La letra A demuestra el Castillo nuevamente hecho por el Reverendo Señor Don Juan Francisco Yzquierdo Obispo y Señor de esta ciudad” o “La letra C demuestra el Castillo antiguo ahora deshecho con las armas de un se-

ñor obispo que por su antigüedad estaba desmoronado y amenazando ruina en cuio sitio se fabrico el nuevo aunque en el mapa parece separado”. Es más que probable que tras la reforma de 1752, la ciudad no pudiera asumir el coste de la reconstrucción que hubo que afrontar tras el temblor, porque como se aprecia en el plano, los daños causados debieron de ser importantes. Al menos los torreones que miraban al naciente y al poniente estaban desmochados y agrietados y el costado (F) arruinado, por eso, el prelado, vista la necesidad, asumió el coste de las obras. Éstas supusieron la reconstrucción casi total del inmueble y tal como se indica en la leyenda del plano, se reformó la torre del homenaje y los cuerpos laterales, al tiempo que se desmontaron los estribos y las torres extremas. La nueva construcción poco tenía que ver con la anterior, había perdido parte de su aspecto defensivo al desaparecer el foso y el puente, y al presentar un carácter más abierto, en relación con el espacio urbano circundante.

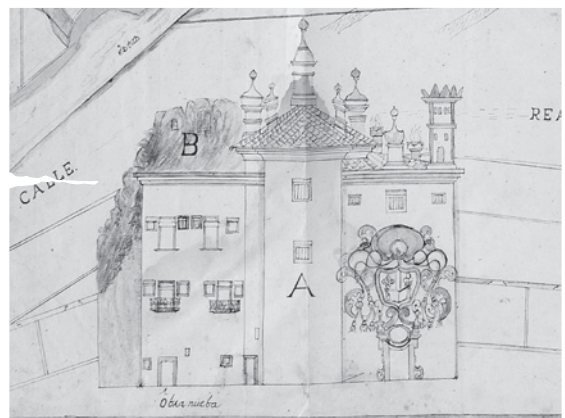


Figura 6 – Plano de Agustín Baamonde del Campo Castillo. Detalle del Castillo en 1757. Museo Provincial de Lugo.

Además del Castillo, también algunos inmuebles de particulares sufrieron los efectos del terremoto. Este fue el caso de la casa-torre que la marquesa de Castelar tenía en el barrio de Santo Domingo, en el paso entre éste y el convento de San Francisco. Según se recoge en la sesión de consistorio celebrada el 6 de agosto de 1763, la corporación decidió informar a la propietaria, que residía en Madrid, del estado en

el que se encontraba el inmueble, el cual presentaba: *“el desplomo de las paredes de la torre, como por las diferentes brechas que modernamente se le rexistran y han ocasionado los temblores de tierra, de manera que no puede transitarse sin un conozido riesgo”* (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0053-88, ff. 416v-417r.). Pocos días tardó en llegar la respuesta de la marquesa, en la que autorizaba a su administrador don Pedro Marcial de Camba para que *“con brevedad haga executar toda la obra necesaria para su seguridad con lo más que contiene”*. Este caso de la casa-torre de Castelar, probablemente no fue algo excepcional o aislado, sino uno más de los inmuebles que sufrió las consecuencias del temblor, pero de éste tuvimos noticia porque se dio la casualidad de que quedó documentado al ser necesaria la intervención del Ayuntamiento, para informar de los daños a la propietaria.

Otra de las edificaciones dañadas fue la catedral, tanto por el terremoto de 1755, como por el del 31 de marzo de 1761, que también afectó gravemente a la construcción y obligó a reedificar de manera inmediata la capilla mayor y la fachada principal (Yzquierdo Perrín, 1984/86: 7-40; Vila Jato, 1988: 454). Como señaló Yzquierdo Perrín (2005: 129-131), el cabildo lucense llevaba desde 1726 demostrando a través de diferentes escritos, su preocupación sobre el estado de la fachada principal y de las grietas existentes en la capilla mayor, pero lógicamente esta situación se agravó tras el temblor. El estado lamentable en el que quedaron las fábricas determinó que los capitulares solicitaran en 1761 un informe técnico al maestro de obras de la catedral de Astorga, que por entonces era Francisco José de Terán para que valorara el coste de las reparaciones (Monterroso Montero e Fernández Castiñeiras, 2006: 23). Éste consideró que harían falta unos 89.485 reales de vellón para hacer frente a los desperfectos más acuciantes, pero sería necesario mucho más para restaurar y reconstruir la fachada y la capilla mayor, por lo que en 1763, el Cabildo suplicó la intervención real (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0054-89, f.525r). El monarca Carlos III contribuyó generosamente con 2.000 doblones de oro, divididos en tres plazos, a las obras de la catedral y dispuso que el obispado y el cabildo aportaran otros 1.000 doblones cada uno para tan importante empresa.

Y por un efecto de mi real piedad bine en conzeder dos mil doblones de ayuda de costa. Pero como este socorro solo podía serbir para que se fuese reparando lo más urgente... seguiría el obispo mi piadoso exemplo sin embargo de no hallarse desempeñado y de las nezesidades de sus pobres diozesanos, y se esforzaría a dar mil doblones durante la obra, y que el cabildo animado del mismo zelo, aunque sus prebendas son limitadas, tenía entendido daría gustoso otros mil doblones... (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0054-89, f. 526r.)

A mayores el monarca decidió:

*imponer el arbitrio de dos maravedís en quartillo de vino que se benda atavernado o pormenor dentro del término de las dos parroquias de la Cathedral que son feligreses los vezinos de aquella ciudad y sus arrabales; cuio arbitrio según el cómputo de canados que se benden al año y aszienden a doze mil y quinientos, produzirá anualmente cinquenta mil reales que en nueve años suman qatrocientos cinquenta mil.* (A.H.P.Lu, Concello de Lugo, 0054-89, f. 526v.)

Las obras comenzaron por la capilla mayor y el encargado de reconocerla fue el ingeniero militar Carlos Lemaury que realizó los planos, que fueron presentados en 1764 por el arcediano de Neira, don Antonio Cosentino de Tejada. Su propuesta consistió en consolidar la parte inferior de la fábrica gótica y levantar un segundo cuerpo, abierto mediante pilares sobre los que descansan los arcos de medio punto y la bóveda. Esta solución permitió una mejor iluminación de la capilla. Al exterior este segundo cuerpo de esbelto perfil, en palabras de Yzquierdo Perrín (1994: 111), se proyectó sobre la girola, pero su impacto sobre la cabecera quedó atenuado al

disponer en todo su contorno unos elegantes arbotantes de inspiración medieval.

Al comenzar la reforma de la capilla, el Cabildo se planteó qué hacer con el retablo mayor de Cornielles de Holanda que había presidido este espacio desde 1538 y en su reunión ordinaria del 14 de diciembre de 1765, los capitulares decidieron:

*sería conveniente el colocar en los frentes del crucero de esta Santa Iglesia, parte o el todo de las*

*imagenes y alguna de la talle que quedo menos desmejorada del desmoronado antiguo retablo del altar mayor* (Archivo Catedral de Lugo. *Actas Capitulares*, libro 17, f. 119).

Gracias a esta decisión tan acertada, hoy conservamos una parte muy importante de este singular retablo, que debe ser considerado como uno de los mejores exponentes de la retablistica gallega del siglo XVI (Vila Jato e Alonso Luengo, 1995: 13).



Figura 7 – Restos del retablo mayor de Cornielles de Holanda, remontados en 1767 en el muro norte del crucero de la catedral. Foto Pradero.

En su lugar se proyectó un tabernáculo de jaspes y mármoles diseñado por el propio Carlos Lemaur, el cual empezó a construirse en 1766 (Vigo Trasancos, 1992: 114). En un primer momento al frente de las obras estuvo el maestro de la catedral, Juan González Sierra, pero cuando se inició el tabernáculo fue sustituido por José Elejalde, del cual el tesorero don Tomás Ramírez de Arellano dice ser “Profesor de Arquitectura y dibujante”, así como “medidor en las Obras Reales de la villa de Ferrol”. Afortunada-

mente conservamos las condiciones de la obra en el Archivo de la Catedral, que fueron transcritas por Couselo Bouzas (1933: 282).

La construcción avanzó a buen ritmo porque en 1766 se contrató a Francisco José de Terán para que se encargase de pintar la bóveda (Monteroso Montero e Fernández Castiñeiras, 2005: 28); en 1768 ya se estaba pavimentando la capilla y levantando el petril que cierra los intercolumnios, lo que permitió darla por terminada en 1769 (García-Alcañiz Yuste,



Figura 8 – Capilla Mayor de la Catedral de Lugo. Carlos Lemaur (1764). Foto Pradero.

1989: 136-137) y centrarse en la obra del expositor y del ostensorio, donde permanentemente se expone el Santísimo Sacramento.

El paso siguiente fue la construcción de la fachada principal que había quedado maltrecha tras el terremoto de 1755. Ese mismo año fue inspeccionada por los arquitectos Lucas Ferro Caaveiro y José González Sierra que emitieron su correspondiente informe (Vila Jato, 1988, 454), pero tras el segundo terremoto, esa intervención se hizo imprescindible, por eso los arquitectos Carlos Lemaur, Pedro Ignacio de Lizardi y Francisco José Terán presentaron sus proyectos, que fueron remitidos a Madrid, a la Academia de San Fernando, para que los informaran positivamente pero fueron rechazados (García-Alcañiz Yuste, 1989: 138-149), por lo que el Cabildo requirió la intervención del arcediano de Neira para que solicitara al propio Ventura Rodríguez un proyecto (Yzquierdo Perrín, 1984/86: 7), que no llegó a presentarse porque en ese *interim* visitó la ciudad el ingeniero militar Julián

Sánchez Bort, que por entonces estaba trabajando en Ferrol, en el Arsenal y en la iglesia de San Julián. Como era un arquitecto reputado, decidieron encargarle un nuevo proyecto, porque su forma de entender la arquitectura se adecuaba a los gustos de la Academia y creyeron que de ese modo asegurarían su respaldo.

Sánchez Bort concibió la fachada de la catedral, entre dos torres, con prolongación de las naves y la construcción de una cúpula. En su diseño tomó como modelo la propuesta de Serlio para el templo cristiano (1566). El proyecto era muy ambicioso y como él no podía ejecutarlo, porque tenía que volver a Ferrol, el Cabildo contrató a José de Elejalde para que lo ejecutara. Éste derribó la fachada románica y empezó a construir la nueva, antes de levantar los dos tramos de las naves que se querían prolongar, de modo que la basílica quedó abierta. A ello hubo que añadir los problemas económicos que ocasionó el alto coste de las obras, lo que llevó a la paralización de las mismas en 1775.



Figura 9 – Fachada de la catedral de Lugo. Juliá Sánchez Bort (1769-85).

Ante la imposibilidad de conseguir más fondos, el Cabildo contrató a Alberto Ricoy para que se encargara de *“concluir las primeras bóvedas y ligarlas con las demás de la iglesia y sus paredes colaterales hasta ponerlas iguales y con las dichas bóvedas...”* (Yzquierdo Perrín, 1994: 116). En 1777 Miguel Ferro Caaveiro visitó la obra y redactó un informe sobre los problemas que tenía planteada la construcción y las modificaciones que era recomendable introducir para concluirla por el coste menor posible. El propio obispo Francisco Armañá y el tesorero Ramírez de Arellano ofrecieron su ayuda al Cabildo para concluir los trabajos y con grandes limitaciones se prosiguieron las obras, pero el camino fue muy difícil, por los inconvenientes surgidos, como recogió tanto Vila Jato (1988: 460-464), como Yzquierdo Perrín (1994: 117-118; 2005: 131-132), retrasándose la conclusión de las mismas hasta 1785, es decir,

treinta años después del primer terremoto, pero aun le quedaban pendientes las torres que no se terminaron hasta finales del siglo XIX.

Además de la Catedral, el convento de San Francisco también debió de sufrir las consecuencias del temblor. Este aspecto ya lo hemos abordado en trabajos precedentes, por lo que no nos vamos a detener aquí (Goy Diz, 2013: 99; 2016: 538), pero nos parecía imprescindible plantear nuestra hipótesis.

Está documentado, a través de diferentes contratos, que a finales de la década de los años cincuenta del siglo XVIII los franciscanos iniciaron un proceso de renovación arquitectónico que les llevó a la construcción del nuevo refectorio, la sala *De Profundis* y la cocina, es decir, todas las dependencias que se abrían a la crujía meridional del claustro. Además, en el verano de 1762, el padre guardián fray Joseph Mariño confió al maestro de obras Blas de Barro la



Figura 10 – Claustro del exconvento de San Francisco de Lugo, hoy Museo Provincial de Lugo. Blas de Barro (1762). Foto Pradero

edificación del claustro alto, que se erigió sobre el medieval en sustitución del que se había levantado anteriormente en madera (A.H.P.Lu. Protocolos Notariales. Francisco Javier de Vila, 1762, leg. 561)

Bien es cierto que en la documentación conservada nada se indica sobre las razones que llevaron a la comunidad a emprender estas obras, pero el hecho de que en una comunidad tan pobre, como los franciscanos, unos años después del terremoto decidieran levantar todo un pabellón de dependencias y el claustro alto, lo cual suponía una renovación casi total de las edificaciones preexistentes, nos hace al menos, plantear la hipótesis de que la reconstrucción pudo ser una consecuencia directa de los destrozos ocasionados por el terremoto de 1755 y quizás del de 1761.

## 7. CONCLUSIÓN

En definitiva, como hemos podido constatar a lo largo de este trabajo, si atendemos simplemente a lo recogido en los informes elaborados por el Consistorio a petición tanto del Presidente del Consejo de Castilla como del Gobernador Militar del Galicia, el terremoto no afectó a la ciudad porque el Santísimo Sacramento y la Virgen de los Ojos Grandes, patrona de la ciudad, la protegieron pero si estudiamos las evidencias, Lugo, como otras tantas poblaciones gallegas tuvieron que hacer frente a las consecuencias del temblor o de los temblores que en la década de los cincuenta y sesenta del siglo XVIII sacudieron estas tierras y gracias a ello, renovaron algunos de sus edificios más emblemáticos.

## BIBLIOGRAFÍA

COUSELO BOUZAS, José (1933) – *Galicia artística en el siglo XVIII y primer tercio del XIX*. Santiago de Compostela: Imp. Librería y enc. del Seminario.

DURÁN FUENTES, Manuel; SIERRA FERRER, Santiago (2013) – *A ponte vella de Lugo: arqueoloxía e enxeñería histórica* (Traballos de Arqueoloxía, 4). Lugo: Concello de Lugo / Servizo Municipal de Arqueoloxía.

GARCÍA-ALCAÑIZ YUSTE, Julia (1989) – *Arquitectura del Neoclásico en Galicia*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

GOY DIZ, Ana E. (2013) – “San Francisco de Lugo: De convento a Museo Provincial” in Ferreira-Alves, N. M. (coord.) *Actas del VI Seminario Internacional Luso-Brasileiro. Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano* (Ponte de Lima, Octubre 2012). Porto: CEPESE, pp. 75-117. Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/os-franciscanos-no-mundo-portugues-iii-o-legado-franciscano/ler-em-flash#/110/> (consultado a 10 Setembro 2016).

GOY DIZ, Ana E. (2016) – “La transformación de los templos medievales en la Época Moderna: el caso de la iglesia de los franciscanos de Lugo, hoy parroquia de San Pedro” in Cacheda Barreiro, R. M.; Fernández Martínez, C. (coord.) *Universos en Orden: Las órdenes religiosas y el Patrimonio Cultural Iberoamericano*, vol. I (Opus Monasticorum IX). Santiago de Compostela: Alvarellos Edicións, pp. 531-568.

GUILLÉN TATO, Julio (1956) – “En el segundo centenario del terremoto de Cádiz (1755)”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, CXXXIX, pp. 107-158.

MARTÍNEZ SOLARES, José Antonio (2001) – *Los efectos en España del terremoto de Lisboa (1 noviembre de 1755)* (Monografía, 19). Madrid: Instituto Geográfico Nacional.

MARTÍNEZ SOLARES, José Manuel (1988) – “Formación del Catálogo Sísmico Español” in *Jornadas de Estudio sobre Metodología para la Investigación Histórica de Terremotos* (Madrid, 1987). Madrid: Instituto Geográfico Nacional, pp. 113-122.

MONTERROSO MONTERO, Juan Manuel. FERNÁNDEZ CASTIÑEIRAS, Enrique (2006) – *A pintura mural nas catedrais galegas: séculos XVI-XVIII*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.

PEIRÓ GRANER, María de las Nieves (2007) – *Un señorío eclesástico gallego: el señorío temporal de los obispos de Lugo: (de Odoario a 1603)*. Lugo: Diputación Provincial.

RISCO, Manuel (1789) – *De la Santa Iglesia de Lugo: continuación de su historia desde el siglo XIII hasta fines del XVIII: documentos desconocidos é ineditos hasta ahora, y relativos à la ilustración de las memorias que se publican*. Madrid, En la Oficina de la Viuda é Hijo de Marin [Ed. Facs. A Coruña: Secuencia Gráfica, 2004].

RODRÍGUEZ DE LA TORRE, Fernando (2005) – “Documentos en el Archivo Histórico Nacional (Madrid) sobre el terremoto del 1 de noviembre de 1755”. *Cuadernos dieciochistas*, 6. Salamanca: Ediciones da Universidad de Salamanca, pp. 79-116.

VÁZQUEZ SEIJAS, Manuel (1955) – *Fortalezas de Lugo y su provincia: notas arqueológicas, históricas y genealógicas* – Tomo I. Lugo: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Lugo.

VIGO TRASANCOS, Alfredo (1992) – “La Intervención del estado dieciochesco en la arquitectura gallega de iniciativa privada: el papel de los ingenieros y la obra de Carlos Lemaur”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. 40, n.º 105, pp. 103-133.

VILA JATO, M.ª Dolores (1988) – “Notas sobre la construcción de la fachada principal de la catedral de Lugo”. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, vol. LIV, pp. 454-465.

VILA JATO, M.ª Dolores (1989) – *Lugo barroco*. Lugo: Servicio Publicaciones de la Diputación Provincial de Lugo.

VILA JATO, M.ª Dolores. ALONSO LUENGO, José (1995) – *O antigo retablo maior da catedral de Lugo (Cadernos do Restaura)*. [S. l.]: Xunta de Galicia.

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón (1984/1986) – “La fachada principal de la catedral de Lugo”. *Abrente: revista de la Real Academia de Bellas Artes de Nuestra Señora del Rosario*, 16/18. La Coruña: Real Academia Gallega de Bellas Artes, pp. 7-40.

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón (1994) – “Arquitectura neoclásica en la catedral de Lugo” in Fernández Fernández, X. (coord.) *Experiencia y Presencia Neoclásicas. Congreso Nacional de Historia de la Arquitectura y el Arte* (La Coruña, 1991). La Coruña: Universidade / Servicio de publicacións, pp. 109-125.

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón (2005) – *Las catedrales de Galicia*. León: Edilesa.



# TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS DO TERRAMOTO DE 1755 EM SILVES

---

Mário Varela Gomes<sup>1</sup>, Rosa Varela Gomes<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa / Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa / mv.gomes@fcs.unl.pt / Membro da Academia Portuguesa da História, da Academia Nacional de Belas-Artes e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

<sup>2</sup> Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa / Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa / rv.gomes@fcs.unl.pt / Membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses

## Resumo

A cidade de Silves, capital do Algarve tanto muçulmano como cristão foi, durante a Idade Média, uma das cidades-mártir devido à acção do terrível Terramoto de 1755.

Então muito despovoada, além de terem perecido catorze pessoas, ficaram de pé pouco mais de duas dezenas de casas, sofrendo graves danos tanto a sua Sé, como outros templos, e o vetusto Castelo.

As cicatrizes das feridas deixadas por aquele desastre natural são ainda visíveis em muitas edificações, mas também através do registo arqueológico efectuado durante trabalhos que temos vindo a desenvolver ali há décadas, nomeadamente em elementos arquitectónicos que pertenceram à Sé e se encontraram deslocados ou a estrutura tombada da sua antiga alcaidaria, recentemente escavada no Castelo.

**Palavras-chave:** Sé, Castelo, Fecho de abóbada, Lápide sepulcral, Faiança.

## Abstract

The city of Silves, capital of the Algarve both in Muslim and Christian Medieval Times, was devastated by the terrible action of the 1755 earthquake. Highly unpopulated, fourteen people perished, and just over twenty houses were left standing. The cathedral and other temples suffered severe damages, as well as the ancient castle.

The scars of the wounds left by that natural disaster are still visible in many buildings but also found in the archaeological record. These were documented during the excavations developed in the area for decades, specifically through architectural elements from the cathedral which were displaced or the fallen structure of the city's ancient governor's house, recently excavated inside the castle.

**Keywords:** Cathedral, Castle, Keystone, Gravestone, Faience.

## 1. PROBLEMÁTICA

O número 47 da *Gazeta de Lisboa*, publicado após o terrível Terramoto do dia primeiro de Novembro de 1755, insere o seguinte relato efectuado dois dias depois daquele acontecimento, por quem se encontrava em Lagoa: *“A cidade de Silves, que dista uma légua deste lugar, e que tinha neste tempo a sua grande feira, perdeu a sua Sé, Torre, Castelo e muralhas, Casa da Câmara e da Audiência, a Cadeia, um Convento de Religiosos Terceiros de S. Francisco situado fora dos seus muros; e ruas inteiras ficaram arruinadas, perdendo-se nelas infinita gente, que se anda desenterrando para se lhe dar sepultura, e as fazendas de Mercadores, Ourives e outros oficiais”* (DGEMN, 1955: 26). João Baptista da Silva Lopes (1848: 120) escreveria sobre tal assunto: *“Pelo Terremoto de 1755 soffreo toda a Cidade consideravelmente; ficou quasi arrasada; só vinte e nove casas deixarão de cahir; morrerão quatorze pessoas, a maior parte na Sé.”* Todavia, Pinho Leal (1880: 378, 380), a partir de informações diversas, regista que, de facto, foi notável a destruição no edificado, tendo apenas vinte casas ficado de pé, mas que terão falecido as tais catorze pessoas, quase todas na Sé, onde ouviam missa ou se abrigaram aos primeiros sinais sísmicos.

Se Lisboa foi a grande cidade mártir do ainda hoje muito recordado, mesmo em termos europeus, Terramoto de 1755, a acção devastadora daquele cataclismo, a que se associou *tsunami*, haveria de se estender a todo o Sul de Portugal, a terras da Andaluzia e do Magreb, tendo até repercussões mais distantes (Fonseca, 2004: 50-73).

Cidades, de diversa dimensão, vilas, aldeias e montes, foram, de algum modo afectados, conhecendo-se relatos expressivos do sucedido. Silves, que já então não era capital do Algarve e embora algo despovoada, foi uma das áreas urbanas mais atingidas pelo terrível fenómeno natural, onde alguma da sua já escassa população haveria de sucumbir, sob a derrocada de abóbadas da Sé, quando ali procuravam refúgio. Na cidade as poucas casas que ficaram de pé, apresentavam a enorme destrui-

ção ocorrida e aspecto desolador. Mas, o tempo e os homens haveriam de paulatinamente apagar as feridas deixadas pela severa destruição a que a cidade foi submetida, restaurando templos, edifícios públicos e casas de habitação, não sem deixarem cicatrizes, até que investigações arqueológicas que dirigimos, tanto na sua antiga área urbana, como no altivo Castelo, conduziram à identificação dos testemunhos do megassismo agora dados a conhecer, cruzados com imprescindível informação de carácter literário, a única que até ao presente momento tem denunciado aquela ocorrência.

Uma vez mais a Arqueologia impõe-se como ciência histórica, capaz de nos oferecer diversos testemunhos materiais de um acontecimento marcante do passado, de uma cidade e de dois dos seus mais importantes monumentos, a Sé e o Castelo.

## 2. EVIDÊNCIA ARQUEOLÓGICA

### 2.1. Sé Catedral

Nos anos oitenta da passada centúria escavámos pátio anexo, a nascente do edifício em cujo interior se abria o Poço-Cisterna almóada, hoje Monumento Nacional, e que haveríamos de denominar SILVES 3.

Ali encontrámos, sob o pavimento de seixos irregulares que o revestiam, atribuído ao século XIX e ao momento de edificação do edifício mencionado, enorme fecho de abóbada, cujas dimensões e decoração indicavam ser procedente da antiga Sé, igreja matriz consagrada a Santa Maria, pois deixara de ser sede episcopal em 1577, quando aquela passou para a Sé de Faro, transferência solicitada ao Papa em 1538, pelo bispo D. Manoel de Sousa e aprovada no ano seguinte por Paulo III (Lopes, 1848: 310, 311).

Descoberto a cerca de 120 m de distância, para Sul, da Sé, o fecho de abóbada referido foi talhado num espesso bloco de arenito vermelho, mostrando, embora algo danificado, escudo de armas nacionais, exuberantemente ornamentado com motivos vegetalistas, e usado, entre outros monarcas, por D. Manuel I (1495-1521). Ele apresenta coroa aberta, cinco escudetes, com sete castelos na bordadura, em escudo de tipo português.

Aquele elemento arquitectónico, mostrando oito faces laterais para adossamento de nervuras de abóbada, talvez procedente da antiga capela-mor da Sé, mede 0,510 m de diâmetro e 0,380 m de espessura máxima.

Com o fecho de abóbada que referimos encontramos fragmento de pequena lápide, também de arenito vermelho, que guarda o Museu Municipal de Arqueologia de Silves, e que muito possivelmente assinalou, na zona da Sé, sepultura. A porção chegada até nós apresenta contorno rectangular e, em uma das faces, observa-se texto distribuído por duas linhas, detectando-se, ainda, os restos de uma terceira linha, todas paralelas e horizontais. As letras, gravadas profundamente, correspondem a nome próprio e a patronímico: E.VICEN/.../CAMAC..., ou seja, E. Vicente Camacho. Verifica-se que a lápide foi truncada, não só na parte inferior como junto ao bordo do seu lado direito. Mede 0,310 m de largura, 0,260 m de comprimento e 0,090 m de espessura máxima.

Uma segunda lápide, também de arenito vermelho, foi descoberta a quando do desmonte de muro do século XIX, no local que mencionámos. Oferece contorno rectangular e encontra-se completa. A epígrafe consta de texto distribuído por três linhas horizontais, cujas letras foram profundamente picotadas. Mede 0,500 m de comprimento.

Ali se lê Giralda/a:ANS/S, ou seja, “sepultura de Giralda Anes”. O patronímico Anes é mencionado no *‘Livro do Almojarifado de Silves’*, de ca de 1474, referindo proprietário de vinhas em Loubite, denominado Gonçalo Anes de Revelha, assim como um Gonçalo Anes de Alves, que foi foreiro do Moinho da Azambujeira no Alvor, ainda Gonçalo Anes, foreiro de terreno no Vale Travesso e Gonçalo Anes Batenias, foreiro em Loubite e Gonçalo Anes Mosqueiro, que teve vinha em Loubite (Moreno, Leal e Domingues, 1984: 41, 43, 48, 66, 73, 111, 113, 124, 127, 128). Trata-se de apelido comum, de alguém por certo inumado na Sé, cuja lápide foi dali deslocada depois do derrube das abóbadas e dos grandes estragos em paredes e pavimentos, ocorridos quando do megassismo.

Quando em 1979 iniciámos os nossos trabalhos arqueológicos em Silves, guardavam-se em pequena sala que antecedia a biblioteca da cidade, sediada no topo da torre albarrã que protegia a Porta da Medina, ou de Loulé, e que fora sede da Câmara Municipal, dois fechos de abóbada de dimensões apreciáveis. Trata-se de mais dois testemunhos, muito possivelmente caídos do lugar que ocupavam na Sé, única edificação que poderia comportar elementos com as dimensões que eles apresentam.

Ambos foram esculpidos em arenito da região, embora de cor bege e não vermelha como é mais usual. Um deles contém restos de inscrição, em letras maiúsculas do alfabeto latino e mede 0,435 m de diâmetro, apresentando 0,230 m de altura. Mostra rasgo central com 0,140 m de largura e 0,030 m de profundidade. O outro, com grande face de leão, tem também rasgo central, que mede 0,130 m de largura e 0,030 m de profundidade. Apresenta 0,475 m de diâmetro e 0,260 m de altura. Naquele primeiro é possível reconhecer, em letras maiúsculas, as palavras REGINA e (ANN)ORUM.

A história da vetusta Sé de Silves, Monumento Nacional desde 1922, cujo orago foi Santa Maria e depois Nossa Senhora da Conceição, começada a erguer no último quartel do século XIII, depois da posse definitiva do Algarve pela Coroa Portuguesa (1263), possivelmente sob projecto de Frei Domingues Joanes, falecido em 1279 (1317) (Gomes, 1953), tem sido dramática, dada a longa sucessão de desabamentos e reconstruções a que foi sujeita. A quando da sua morte, D. Afonso III (1210-1279) legou a avultada soma de 1000 libras para a construção daquele templo (DGEMN, 1955, 23), quantia idêntica à atribuída por D. Dinis (1261-1325) em 1320 (Chancelaria de D. Dinis, 3, fl. 132v, ANTT) (DGEMN, 1955: 23; Silva e Ramôa, 2012: 148).

Silves foi atingida em 1309, 1320, 1344, 1352 ou 1353, em 1355 e durante 1356, por abalos de terra que afectaram todo o Sul de Portugal, tal como a Andaluzia Ocidental e, certamente, também atingiram a sua Sé. Documento da Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367) regista o pedido dos moradores daquela cidade feito ao rei para que sejam reerguidos os for-

nos de pão destruídos anos antes por “*tremor de terra*” (Marques, 1984: 248; Tavares, 2004: 468, 502).

Carta Régia de 1443 destinava, por dez anos, as verbas “*dos resíduos do Reino do Algarve*”, para obras na Sé de Silves (Chancelaria de D. Afonso V, 27, fl57), mas em 1444 ela encontrava-se ainda em ruínas, tendo a cobertura desabado parcialmente, pelo que D. Afonso V (1432-1481) pagou, em 1458, obras para a sua reconstrução, a pedido de D. Álvaro de Abreu, bispo de Silves. Obtiveram então dispensa régia de prestarem serviço nas armadas todos os pedreiros e carpinteiros que trabalhassem nas obras do templo algarvio, benesse que seria confirmada pelo seu sucessor em 1486 (Lopes, 1848: 268-269). Estas obras, ao que parece não estavam concluídas em 1473, segundo informação veiculada nas Cortes de Évora (Lobo, 1984: 142), dado que em 1486 ali prosseguiram trabalhos que o monarca D. João II (1455-1495) suportaria (DGEMN, 1955: 24; Moreno, Leal e Domingues, 1984: 76; Ramos, 1996: 82-85; Silva e Ramôa, 2012: 152).

Mário Tavares Chicó (1968: 181), ao tratar a Sé de Silves, escreveu: “*A planta e os alçados permitem-nos separar facilmente nesta igreja pouco homogênea, mas de proporções muito elegantes, a parte que é ainda do século XIV e tem maior solidez, da parte edificada no século seguinte (...)*”. Todavia, as obras de construção da Sé não ficariam concluídas na centúria de quinhentos, pois a então Sé Catedral do Algarve foi reedificada a expensas de D. Manuel I (1469-1521), que ali esteve em 1499, durante as muito solenes exéquias do monarca seu antecessor, sepultado naquele templo desde 1495, após a sua morte no Alvor. Diz-nos J. B. da Silva Lopes (1848: 292) que quando D. Manuel I esteve em Silves “*(...) mandou este Monarca reedificar a Sé com obras novas, ficando hum grande e sumptuoso templo: o coro foi feito com madeira de cedros, que por esses tempos havia na ribeira de Silves*”. Esta referência, a par de numerosas campanhas de obras ocorridas em templos durante o reinado de “O Venturoso”, tem ajudado a permitir considerar que então se ergueram as três naves que ainda hoje aquele templo oferece (Silva e Ramôa, 2012: 153, 154).

Novos sismos ocorridos em 1531 e 1536 podem ter, uma vez mais, afectado aquele templo (Tavares, 2004: 513), tendo-se feito sentir significativos abalos telúricos em 1719 e 1722, até à ocorrência extraordinária de 1755.

Naquela data, a Sé Catedral sofreu o talvez mais profundo golpe na sua estrutura, desabando as abóbadas da abside e absidiolos, tal como partes das paredes, transformando-se num amontoado de ruínas. Todavia, a vontade dos homens, nomeadamente a fé religiosa, que faz ultrapassar os momentos de desânimo e vencer os piores revezes, levou a que, em breve, se iniciasse a sua reconstrução, para a qual muito contribuiu a acção de D. Frei Lourenço de Santa Maria, então bispo do Algarve e mais tarde, a do iluminado bispo D. Francisco Gomes do Avelar.

Em 1758 a Sé de Silves já estava, pelo menos em parte, restaurada. A destruição ocorrida em 1755 afectou o coro de cedro manuelino e em 1769 inaugurou-se outro, feito por ordem de Pedro de Ataíde Mascarenhas, prior da Sé, segundo inscrição que ali existia, até ao seu desmantelamento durante as obras de reintegração efectuadas a partir de 1931, pela DGEMN (1955: 42, 44; Júdice, 1934: 41). Porta voltada a Sul, ou do Sol, mostra, na verga, a data 1781, indicando-nos mais de duas décadas de obras sobre a data do Terramoto de 1755. Também a denominada Torre do Relógio terá então sido reconstruída. Aliás, Fr. Vicente Salgado, no prefácio da sua obra “*Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*” (1786) haveria de escrever: “*Hum destino superior me conduzio ao Algarve. A obediência, depois de algumas lides litterarias, em idade quinquagenaria, me nomeou Professor de Latinidade na antiga e arruinada Cidade de Sylves, onde esta minha Congregação tem hum insignificantíssimo Conventinho*”.

Apesar das profundas destruições provocadas pelo Terramoto de 1755, Frei Vicente Salgado (1786: 259) não deixa de referir a importância da Sé de Silves e de transmitir algumas preocupações com as obras ulteriores, na seguinte passagem: “*Dentro da Sé daquela Cidade se encontrão ainda hoje alguns testemunhos da sua grandeza nos sepulcros eleva-*

*dos de muitos veneráveis Prelados, na campã del Rei D. João II e de outras Pessoas qualificadas. Poucos dias ha que vimos destruir a Cadeira Prelatória, e Episcopal do Coro alto (...)."*

A Arqueologia da Arquitectura, cruzada com os conceitos da História da Arte e a documentação literária, tem relevado as vicissitudes atravessadas pela Sé de Silves, reconhecendo-se as marcas das diferentes campanhas de obras que permitiram, ao longo dos séculos, a sua sobrevivência. De facto, os distintos tipos de cobertura em abóbada, de berço quadrado, ogivais ou de nervuras, que cobrem a capela-mor e as capelas laterais, aspectos do transepto ou as visíveis alterações sofridas pela fachada principal (Silva e Ramôa, 2012: 151-153) reflectem principalmente o resultado da acção demolidora dos terramotos que atingiram aquele templo e, nomeadamente, o acontecido em 1755, também denunciado pelos elementos arquitectónicos agora dados a conhecer, três deles certamente derivados da grande campanha de obras manuelina.

## **2.2. Castelo**

Sabe-se que no Castelo, em 1 de Novembro de 1755, ruíram torres e desabaram importantes panos de muralhas.

A implementação pela Câmara Municipal de Silves de projecto de musealização do Castelo daquela cidade, da autoria de um de nós (MVG) e do Arqt.º Pedro Correia Costa, no âmbito do Programa Silves Polis, permitiu que se efectuasse (RVG) o acompanhamento arqueológico daquela obra. Durante tais trabalhos foi identificado, encostado ao pano interior da muralha que no sector poente delimita o Castelo, testemunho de espaço habitacional que reconhecemos ter pertencido à alcaidaria das Idades Média e Moderna. Esta encontra-se documentada no reinado de D. Afonso V, quando o rei concedeu, a 15 de Fevereiro de 1457, ao Infante D. Henrique, entre outras benesses "... o castelo da alcaidaria de Silves ..." (Sousa, 1991: 94). Ulteriormente, o rei D. Sebastião terá ficado ali instalado, na noite de 27 de Janeiro de 1573, quando visitou aquela cidade. No entanto, segundo Henrique Fernandes

Sarrão, em 1600, aquele espaço encontrava-se já desabitado e abandonado (Guerreiro e Magalhães, 1983: 153).

Extensas obras de consolidação e restauro foram executadas, nos anos quarenta da passada centúria, no Castelo de Silves, Monumento Nacional desde 1910, incidindo sobre as suas muralhas, torres e dispositivo de entrada (DGEMN, 1948).

Durante o trabalho arqueológico mencionado, verificámos que a antiga alcaidaria teria tido planta de forma sub-rectangular, tendo sido edificada em alvenaria de pedra (grés vermelho), ligada com forte argamassa, de cal e areia, adossada ao pano de muralha. Daquele espaço subsiste sector do piso térreo e três degraus que dariam acesso a piso superior. Também pusemos à vista parte de sete outros compartimentos, numerados em função do avanço da escavação arqueológica, dos quais apenas um deles (compartimento 6) foi totalmente escavado (Gomes, 2012; 2016).

No compartimento 3, ocupando grande parte do seu espaço, reconhecemos restos de estrutura formada por blocos de grés, argamassados com cal e areia, que correspondia a parede caída e que separaria este compartimento do que lhe ficava contíguo a norte. Iniciámos o levantamento desta estrutura e sob ela pôs-se a descoberto, junto do pano de muralha, pavimento constituído por massa fina de areia e cal, parcialmente abatido, em sector onde foram exumados elementos de arcaria, de grés vermelho, que formariam arco ogival, pertencente a portal. Ali detectámos numerosos pregos, de ferro, que podem ter pertencido a construção de madeira, eventualmente de piso ou da própria cobertura. Entre o espólio recuperado contam-se, ainda, quatro fragmentos de faiança portuguesa, do século XVII, um dos quais jazia sobre o pavimento mencionado. A grande parede tombada sugere constituir o resultado de cataclismo, ocorrido em data ulterior ao século XVII, sendo o Terramoto de 1755 o único grande acidente natural que poderá ter sido responsável pelo desmoronamento e total destruição da já então em grande parte arruinada alcaidaria do Castelo de Silves.

A alta parede, perpendicular à muralha e adossada a esta, terá ruído com parte daquela estrutura defensiva, constituindo um dos poucos testemunhos, actualmente conservados, de estrutura arquitectónica derrubada pelo Terramoto de 1755.

### 3. CONCLUSÕES

São ainda muitas as feridas que se podem observar da acção do megassismo de 1755 naquela que foi a capital do Algarve, então uma das cidades-mártir da terrível ocorrência. Quase todos os seus edifícios históricos, do Castelo, à Sé, a todos os outros templos da cidade, Casa da Câmara e ponte medieval, tal como algumas casas senhoriais, deixam perceber tais testemunhos, que também ainda se encontram na memória colectiva dos seus habitantes autóctones.

Apesar de no Castelo, pontualmente em sectores das muralhas da antiga medina e na Sé, trabalhos de consolidação, restauro e reconstrução, das alvenarias de pedra e/ou taipa, terem eliminado evidências do Terramoto de 1755, alguns trabalhos arqueológicos que ali desenvolvemos permitiram registar os testemunhos agora dados a conhecer. Estes podem ser considerados indirectos, no caso dos elementos arquitectónicos da Sé, encontrados deslocados do seu local de origem, ou directos, no que concerne à grande parede tombada *in loco*, da alcaidaria.

Os casos agora apresentados não pretendem ser mais do que singelo contributo para a Arqueologia do Terramoto de 1755.

### BIBLIOGRAFIA

CHICÓ, Mário Tavares (1968) – *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN) (1948) – *Castelo de Silves*. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 51. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN) (1955) – *Sé Catedral de Silves*. Boletim da Di-

recção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 80. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.

FONSECA, João Duarte (2004) – *1755 O Terramoto de Lisboa*. Lisboa: Argumentum.

GOMES, João José (1953) – “A divina obra do hospitalário Frei Domingos Joanes”. *Voz do Sul*, XXXIX: 1638, pp. 1, 4.

GOMES, Rosa Varela (2012) – “Engenho de açúcar da alcaidaria de Silves” in Teixeira, A.; Bettencourt, A. (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAçores, pp. 339-350.

GOMES, Rosa Varela (2016) – “Alcaidaria do Castelo de Silves – Contributos para o seu Estudo” in Gomes, R. V.; Cabrita, L. (edit.) *O Infante D. Henrique. Alcaide-mor de Silves (1457). Comemorações dos 550 Anos*. Lisboa: Câmara Municipal de Silves; Instituto de Arqueologia e Paleociências FCSH/UNL, pp. 49-83.

GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero (1983) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. (Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3). Lisboa: Sá da Costa Editora.

JÚDICE, Pedro Paulo Mascarenhas (1934) – *A Sé e o Castelo de Silves*. Gaia: Estudos Nacionais, Edições Pátria.

LOBO, António de Sousa Silva Costa (1984) – *História da Sociedade em Portugal no Século XV* (Col. Raízes). Lisboa: Edições Rolim.

LOPES, João Baptista da Silva (1848) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, Typografia da Academia Real das Sciencias.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (ed.) (1984) – *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

MORENO, Humberto Baquero; LEAL, Maria José da Silva; DOMINGUES, José Domingos Garcia (1984) – *Livro do Almoxarifado de Silves (Século XV)*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de (1880) – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 8. Lisboa: Editora de Mattos Moreira & Companhia.

RAMOS, Manuel Francisco Castelo (1996) – “Decoração arquitectónica manuelina na região de Silves (séculos XV-XVI)”. *Xelb – Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 3. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves; Câmara Municipal de Silves, pp. 79-142.

SALGADO, Fr. Vicente (1786) – *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SILVA, José Custódio Vieira da; RAMÔA, Joana (2012) – “A Sé gótica de Silves. Os diferentes momentos construtivos”. *Revista de História da Arte*, 9. Lisboa: Instituto de História da Arte FCSH/UNL, pp. 146-156.

TAVARES, Maria José Ferro (2004) – “Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI)” in Tavares, A. A.; Tavares, M. J. F.; Cardoso, J. L. (edit.) *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 451-515.

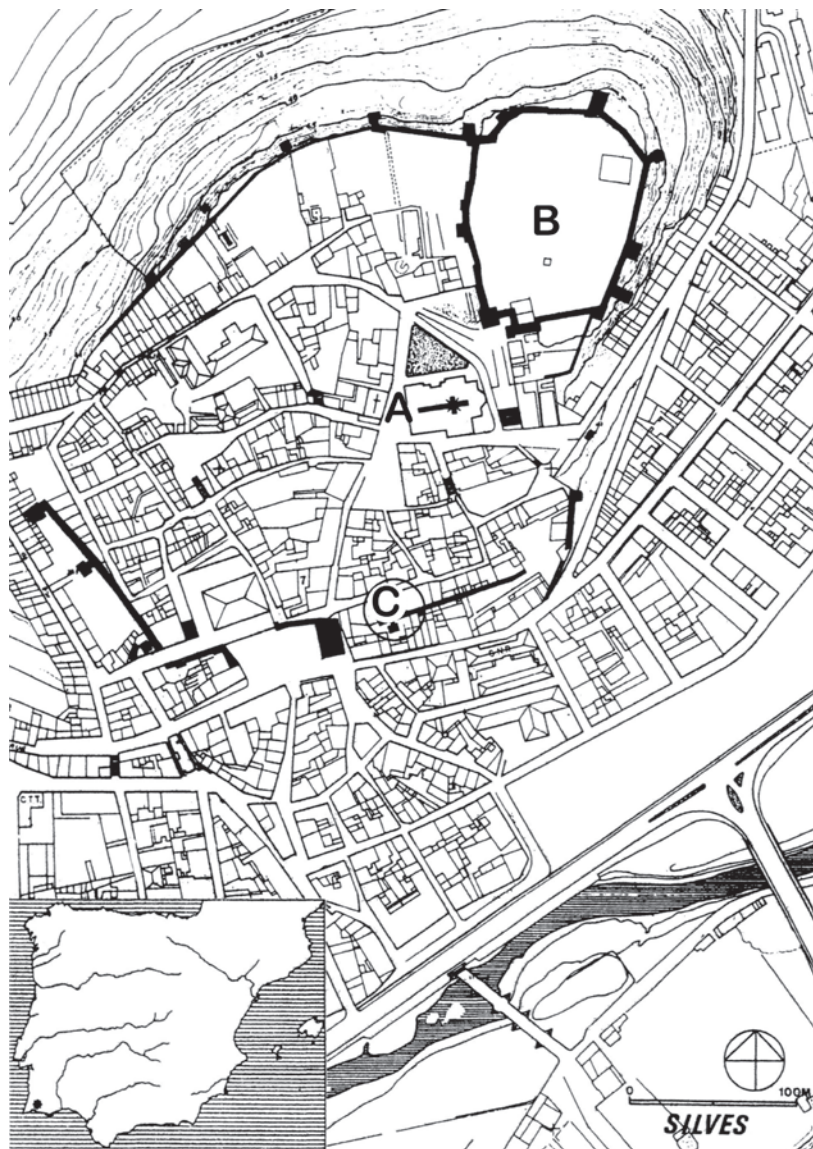


Figura 1 – Localização dos sítios de Silves referidos no texto. A – Sé; B – Castelo; C – Pátio anexo ao Poço-Cisterna.



Figura 2 – Fecho de abóbada da Sé de Silves e pormenor (fotos J. Gonçalves, 2016).



Figura 3 – Fechos de abóbadas da Sé de Silves (fotos J. Gonçalves, 2016).



Figura 4 – Lápide funerária da Sé de Silves, encontrada no pátio anexo ao Poço-Cisterna (foto L. M. Cabrita).

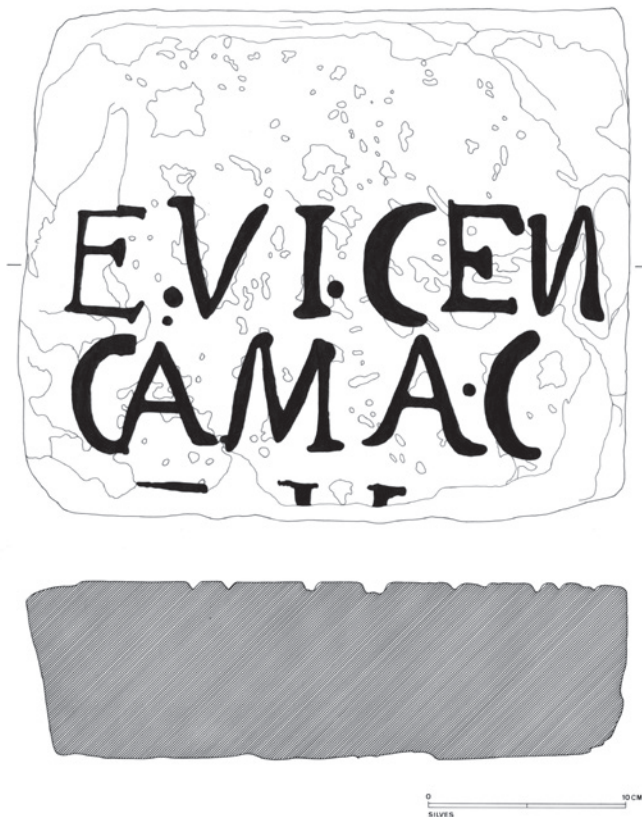
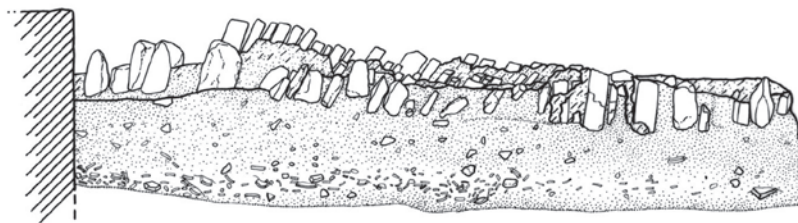
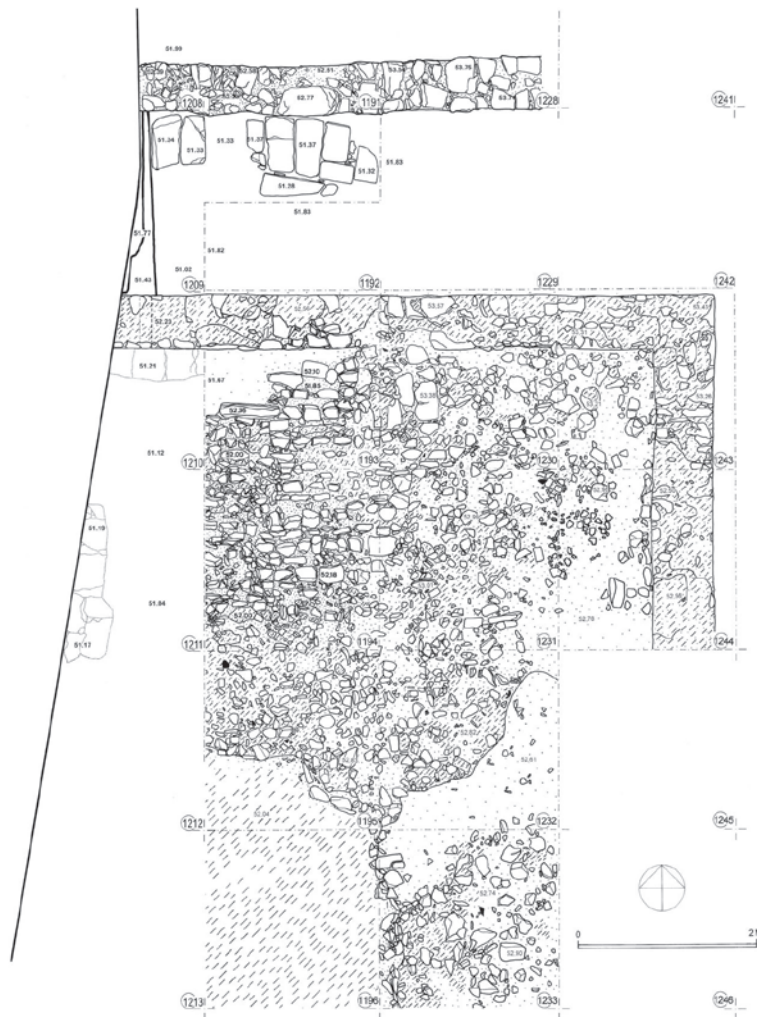


Figura 5 – Fragmento de lápide funerária da Sé de Silves, encontrado no pátio anexo ao Poço-Cisterna (SILV.3) (seg. M. V. Gomes).



Alçado NS - Q1210/1211/1212

0 2 M  
CASTELO DE SILVES

Figura 6 – Grande parede derrubada, da alcaidaria do Castelo de Silves, a quando do Terramoto de 1755. Planta e corte (lev. C. Estrela, 2007 e J. Gonçalves, 2015).



Figura 7 – Parede da alcaidaria do Castelo de Silves, derrubada com o Terramoto de 1755, assentando em estrato de abandono (foto M. V. Gomes, 2015).

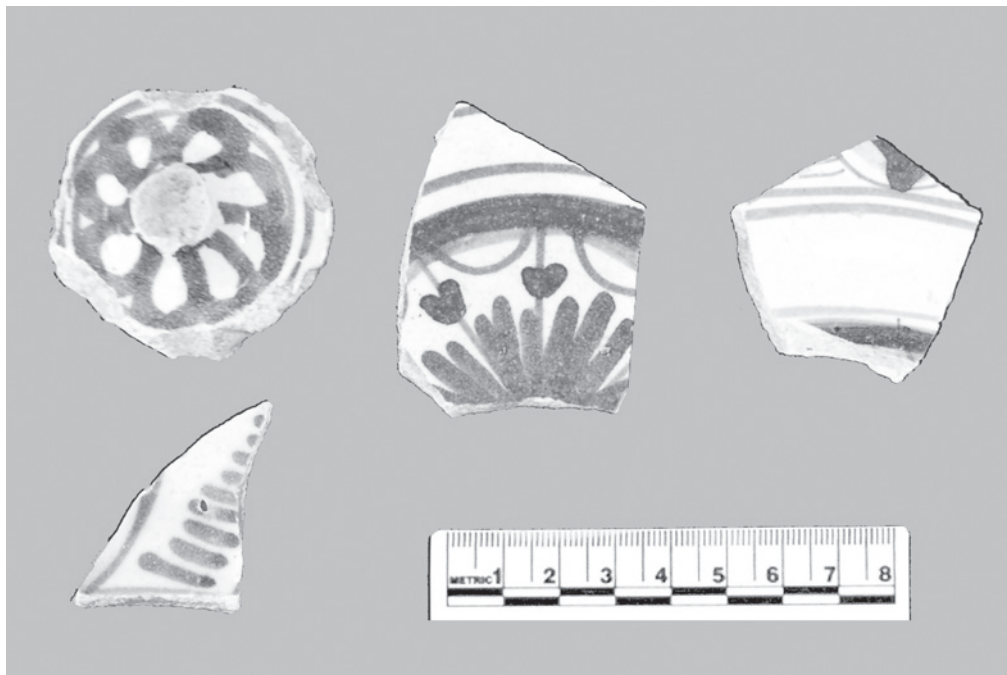


Figura 8 – Espólio encontrado sob parede derrubada a quando do Terramoto de 1755, na alcaidaria do Castelo de Silves (foto J. Gonçalves, 2016).



# ARTIGOS



# PAPÉIS, FUNÇÕES E DISFUNÇÕES DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: O CASO DO POVOADO CALCOLÍTICO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA/PORTUGAL)

---

Mariana Diniz<sup>1</sup>, César Neves<sup>2</sup>, Andrea Martins<sup>3</sup>, Daniel Carvalho<sup>4</sup>, José Morais Arnaud<sup>5</sup>

<sup>1</sup> UNIARO – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / m.diniz@letras.ulisboa.pt

<sup>2</sup> UNIARO – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / c.augustoneves@gmail.com

<sup>3</sup> UNIARO – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / FCT / Associação dos Arqueólogos Portugueses / andrea.arte@gmail.com

<sup>4</sup> Mestrando em Arqueologia, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / danielcarvalho1@campus.ul.pt

<sup>5</sup> Associação dos Arqueólogos Portugueses / jemarnaud@gmail.com

## Resumo

A reflexão que aqui se apresenta procura discutir os papéis e as funções sociais que o património arqueológico desempenha ou não desempenha, em Portugal, no quadro das relações complexas que se estabelecem entre sítios arqueológicos e sociedades contemporâneas, utilizando como caso de estudo o povoado calcolítico de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja/Portugal). Serão discutidos dois tópicos fundamentais:

1º – o papel científico, social e quantitativo dos mais de 30.000 sítios arqueológicos inventariados na base de dados Endovélico – Sistema de Informação e Gestão Arqueológica.

2º – O estudo do caso de Vila Nova de São Pedro, sítio referência para a pré-história Europeia durante grande parte do século XX mas que apesar da perda de protagonismo científico, permaneceu um local arqueológico significativo na paisagem com o qual as populações mantêm laços emocionais efectivos.

**Palavras-chave:** Vila Nova de São Pedro, Património arqueológico, Função social.

## Abstract

The reflection that is presented here seeks to discuss the roles and social functions that the archaeological heritage plays or does not play in Portugal within the framework of the complex relationships that are established between archaeological sites and contemporary societies, using as a case study the Chalcolithic settlement of Vila Nova de S. Pedro (Azambuja / Portugal). Two key topics will be discussed:

1º – the scientific, social and quantitative role of the more than 30,000 archaeological sites inventoried in the Endovélico database – Archaeological Information and Management System.

2 – The study of the case of Vila Nova de São Pedro, a reference site for European prehistory during much of the 20<sup>th</sup> century, but despite its loss of scientific prominence, has remained a significant archaeological site in the landscape with which populations maintain ties emotions.

**Keywords:** Vila Nova de São Pedro, Archaeological heritage, Social role.

## 1. PALAVRAS PRÉVIAS

O texto que abaixo se apresenta resulta de uma comunicação levada ao 1º TAG Ibérico, realizado em Carmona (Sevilha – Espanha), em Fevereiro de 2018. No âmbito de uma Mesa-Redonda dedicada à gestão sustentável do Património Arqueológico entendeu-se discutir o caso de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), permitindo abordar aspectos relativos ao significado social, ao papel e às funções amplas deste Património numa óptica que, neste momento, não se cruza imediatamente com aspectos da esfera económica.

No debate foram analisadas as questões em torno da fruição dos sítios – no que pode ser também classificado como uma forma de Arqueologia Pública – da conservação e restauro, à circulação nos espaços e à pressão causada pelos “visitantes” sobre estruturas frágeis.

Sob a aparente diversidade de casos apresentados a problemática comum emerge, o desafio que resulta do cruzamento de prioridades: agendas de investigação científica, preservação e autenticidade dos sítios, usufruto destes patrimónios por grupos alargados (?), que criarão memórias e significados próprios a partir destas materialidades pretéritas num mecanismo fundamental à futura conservação destes espaços.

A história recente do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro – Monumento Nacional desde 1971 (Dec. Lei n.º 516/71 de 22 de Novembro) – construída por intervenções arqueológicas, por memórias mais ou menos avulsas e por usos quase espontâneos, permite identificar funções e disfunções no uso deste sítio, virtudes e vícios de uma (não) estratégia de gestão deste património arqueológico, abaixo discutidas.

## 2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, DIMENSÃO E SIGNIFICADO SOCIAL – ENQUADRAMENTO LEGAL

A busca feita a 1 de Fevereiro de 2018, na base de dados Endovélico – Sistema de Informação e Gestão

Arqueológica da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) inventário do Património Arqueológico nacional – Endovélico – revelava a existência de 34205 sítios arqueológicos em Portugal (terrestres e subaquáticos, no continente e ilhas), numa densidade média de um sítio arqueológico por 2.7 km<sup>2</sup>, e de um arqueólogo por cada 92 Km<sup>2</sup> (Osteerbeek, 2008). Este é um valor médio para o espaço europeu e reflecte, em simultâneo, a capacidade de aplicação efectiva de um quadro legal de políticas de prevenção de impactos e o desenvolvimento de infra-estruturas que exijam trabalhos de prospecção e acompanhamento arqueológico.

Ainda que as 34205 entradas do Endovélico (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>) – actualizadas hoje para 34498 – não representem um número de sítios efectivos – quer porque alguns sítios arqueológicos não constam da base de dados, quer porque algumas entradas correspondem a ocorrências dispersas e descontextualizadas dificilmente classificáveis como sítios, ou, ainda porque a multiplicação de entradas para um mesmo contexto arqueológico amplia artificialmente a densidade arqueológica de algumas paisagens. Como acontece com outros inventários, a utilização dos dados contidos no Endovélico exige uma leitura crítica dos mesmos para que esta informação fundamental não seja, no limite, confundida com uma realidade – a densidade total de sítios arqueológicos num dado território – impossível de recuperar.

O número de entradas ou sítios arqueológicos hoje existentes – valor que entre 1997 e 2007 quase quadruplica – resulta de um conjunto de factores já destacados por outros arqueólogos (Bugalhão, 2011; 2017a) nomeadamente a entrada em vigor da Convenção de Malta e a criação do Instituto Português de Arqueologia em 1997 e a consequente explosão da Arqueologia Contratual enquanto fórmula que deve assegurar a *conservação pelo registo*.

Os dados sistematizados nos últimos anos por J. Bugalhão e pelo Relatório DISCO – Portugal (Bugalhão, 2011; 2013; 2017a; 2017b; APA, 2014), não deixam dúvidas quanto ao crescimento da acti-

vidade e em consequência da comunidade arqueológica que se traduz num significativo aumento, nas últimas décadas, do número de Licenciados, Mestres e Doutores em Arqueologia, acompanhando o esforço europeu de investimento na formação e pós-graduação da população estudantil.

Em 2006, estimava-se a existência de um número – eventualmente inflacionado – de cerca de 1000 arqueólogos em território nacional, o que colocaria Portugal no sexto lugar de uma lista de 13 países europeus, liderada pela Grã-Bretanha com um *ratio* de 1 Arqueólogo por 36 km<sup>2</sup> (Oosterbeek, 2008).

Este compromisso político que a Europa assume com a sua Memória – materializado fundamentalmente na Convenção de Malta – produz uma imensa ampliação dos inventários do património arqueológico em cada um dos seus estados abrindo uma nova etapa na História da Arqueologia – a da Arqueologia Preventiva – cuja discussão não se abre aqui.

O impacto na Arqueologia portuguesa do novo cenário que conjuga as políticas de protecção do património arqueológico Pós-Convenção de Malta associadas ao esforço de modernização do ensino superior que a Europa leva a cabo, a partir de 2006, através das licenciaturas modelo Bolonha, conectadas com mestrados de dois anos de duração, que a partir de 2011 se vê sublinhada numa política comunitária de criação de uma *Europe Research Area* – assente num reforço do investimento em bolsas de doutoramento (EUR-Lex - 52011DC0567 - EN - EUR-Lex - Europa EU), ficou demonstrado no Encontro *Arqueologia – Universidades e Ensino, em números e em gráficos*, organizado pelos autores (MD, AM, CN), na Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), em 9 de Abril 2016. Neste encontro ficou clara existência de um número crescente de Licenciados, Mestres e Doutores em Arqueologia pelas Universidades portuguesas (Bugalhão, 2017), bem como a diversidade curricular oferecida pelas instituições de ensino, adaptando-se às novas realidades da profissão.

A partir dos dados que reflectem de forma inequívoca o crescimento da comunidade e do patri-

mónio arqueológico, coloca-se a questão acerca do efectivo significado social dessa mancha de sítios que vai cobrindo o território à medida que infraestruturas (de maior ou menor dimensão), se espalham por uma paisagem em *modernização*.

No espírito das leis o papel fundamental que o património arqueológico desempenha está assinado. Como parte do Património Cultural os sítios arqueológicos têm por função contribuir para a construção da identidade nacional, mas também para a democratização da cultura (Alínea 1 do Art. 1 da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro), sentido que o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos reforça, na sua apresentação, ao destacar as “(...) vertentes da publicação científica, sensibilização e educação patrimonial. [vistas como] (...) uma oportunidade de aproximação da disciplina científica aos cidadãos.” (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro).

A partir do quadro legal, o paradigma *Go Public or Perish* parece totalmente interiorizado, senão em outros planos, pelo menos na matriz conceptual da actividade arqueológica. Se pode ser muito discutido o uso dos patrimónios culturais, e em particular do arqueológico, como ferramentas na construção das identidades nacionais, vertentes como a da educação patrimonial, a da aproximação da Ciência aos Cidadãos (nacionais ou outros...), que permitem uma verdadeira Democratização da Cultura parecem objectivos de inquestionável bondade social.

No entanto, e para além da Lei, qual o efectivo impacto social do crescimento da Arqueologia, nas suas diferentes componentes, nestas últimas duas décadas? Que possibilidades existem hoje para – utilizando a terminologia contemporânea – fruir do Património Arqueológico nacional?

### **3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, DIMENSÃO E SIGNIFICADO SOCIAL – NÚMEROS E LUGARES**

Em 2016, a revista *Al-Madan* publica – em mais uma fundamental iniciativa deste periódico que tem assumido um papel de voz e memória colectiva da Arqueologia nacional – um inventário do Património

Arqueológico que, entre outras informações de interesse público, apresenta o mapa dos sítios visitáveis ([http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm)).

*Sítio arqueológico visitável* é, como rótulo, aplicado a qualquer testemunho arqueológico independentemente do seu estado de conservação/visibilidade ou da presença/ausência de informação no local sobre acesso mas também sobre o sítio específico. *Sítio arqueológico visitável* significa portanto, e apenas, sítio arqueológico localizado em espaço que pode ser de acesso público<sup>1</sup>.

Este inventário – que como todos está em constante ampliação/correção sendo por isso utilizado como referência provisória – registava a existência de cerca de 500 sítios arqueológicos visitáveis (Gráfico 1). Este número parece muito reduzido face a um conjunto de partida com quase 35000 registos, sobretudo porque estão aqui incluídos sítios difíceis de detectar por não-arqueólogos, impossíveis de compreender no terreno por quem não possua informação prévia.

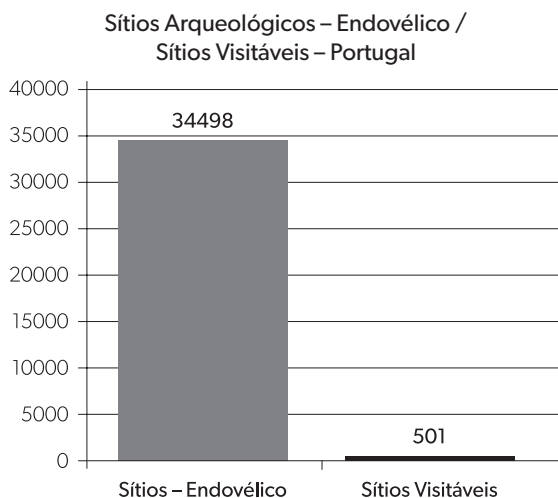


Gráfico 1 – Sítios arqueológicos existentes no Endovélico e Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal (a partir da informação disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> [http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm))

<sup>1</sup> Esta iniciativa, que continua a decorrer solicitando a todos que façam chegar informações sobre sítios arqueológicos visitáveis ([http://www.almadan.publ.pt/Próximo%20\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Próximo%20(geral).htm)), recebeu, desde 2016, 26 mil visitantes *on-line*. O significado desta iniciativa e deste número justificava uma discussão detalhada.

De acordo com estes valores cerca de 1,4 % do património arqueológico nacional é visitável. Acrescente-se que não é, neste momento, possível a partir dos dados públicos definir o número de sítios dos quais se conserva apenas o registo e, portanto, quantas das cerca de 35000 entradas registadas no Endovélico ainda possuem expressão material no terreno. Estes 501 sítios visitáveis parecem uma pequeníssima parcela de uma paisagem arqueológica muito densa que é característica de territórios – como o português – com algumas centenas de milhares de anos de continuada ocupação (Gráfico 2).

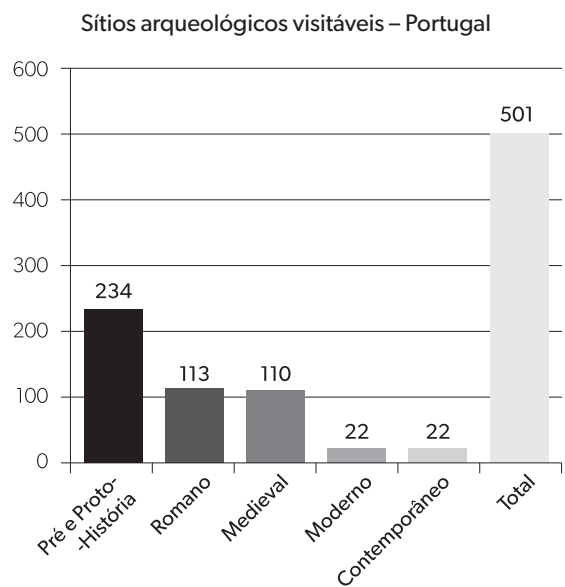


Gráfico 2 – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, distribuídos por período cronológico (a partir da informação disponível em: [http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm))

Considerando que estes 501 sítios podem ser visitados, ou, que é possível ao visitante comum acercar-se de um ponto onde está referenciada a existência de um sítio arqueológico, é também fundamental perceber o uso que diferentes organismos estatais têm feito deste crescente património, e assim, compreender o impacto social destas políticas públicas.

A informação disponível no sítio da internet da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) permite ao mesmo tempo avaliar o interesse do público, mas também as medidas de divulgação assumi-

das que permitirem, no quadro da lei – aproximar Cultura e Cidadãos.

Entre os 23 sítios de gestão da DGPC, constantes da listagem Museus e Monumentos (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/>), estão incluídos o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Monográfico de Conímbriga – Museu Nacional, assim como as ruínas da Cidade de Conímbriga. Estas instituições e este sítio arqueológico, cujos fundamentais papéis para a História da Arqueologia são inquestionáveis, datam respectivamente de 1893 e 1962. A cidade romana de Conímbriga está classificada como monumento nacional desde 1910. A tutela directa por parte da Administração Central sobre estes lugares que fazem parte já da identidade nacional parece óbvia, mas a ampliação desta lista de lugares-símbolo, tendo em vista os resultados obti-

dos pela prática arqueológica nas últimas décadas parece justificada.

Nas estatísticas da DGPC, o lugar que ocupa o Museu Nacional de Arqueologia (167.634 visitantes/2017) também se explica pela sua proximidade ao top de bilheteira que é o Mosteiro dos Jerónimos (1.166.793 visitantes/2017), mas os números do Museu Monográfico de Conímbriga (100.397 visitantes/2017) dificilmente traduzem outro interesse que não o da visita ao Museu e à cidade romana, que se poderia estender a outros contextos arqueológicos se valorizados e divulgados.

Ainda na página Web da DGPC, na entrada Património, oferecem-se Itinerários e Inventários temáticos, e é apresentada ao visitante informação sobre Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. Estão assinalados 11 sítios, de cronologia Pré-histórica, Romana e Medieval (Tabela 1).

Sítios constantes dos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve Estado e ano de classificação		
Sítio/Complexo	Classificação	Data
Miróbriga	Imóvel de Interesse Público	–
Circuito Arqueológico da Cola	Imóvel de Interesse Público	–
Conjunto Arqueológico do Escoural	Monumento Nacional	1963
São Cucufate e Casa do Arco (Vidigueira)	Monumento Nacional	–
Conj. Monumental Mértola	Monumento Nacional	–
Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória	Adquirido o terreno pelo Estado	1997
Villa Romana de Pisões	Imóvel de Interesse Público	1970
Villa Romana de Torre de Palma	Monumento Nacional	1970
Milreu	Monumento Nacional	–
Villa Romana do Cerro da Vila	Imóvel de Interesse Público	–
Monumentos Megalíticos de Alcalar	Monumento Nacional	–

Tabela 1 – Sítios Arqueológicos dos Itinerários do Alentejo e Algarve. A partir dos dados recolhidos em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo-algarve/>

Se desta listagem, e como consta dos Critérios enunciados na apresentação dos Itinerários, se destaca a pertinente ambição de Preservar, Valorizar e Divulgar um património arqueológico fundamental, classificado, com uma única excepção, como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Pú-

blico, é também evidente que esta lista de *Clássicos* – mais ou menos consagrados – não incorpora nenhum contexto identificado nestas duas últimas décadas, precisamente aquelas que correspondem à da aplicação dos princípios do poluidor-pagador em Arqueologia.

Se tal se pode dever à efectiva destruição da esmagadora maioria destes sítios que não poderão ser, por isso, fisicamente visitados, perante os gráficos que indicam o aumento do número de sítios (Gráfico 3), e perante o dinamismo crescente da investigação arqueológica em Portugal parece

constatar-se uma *incomunicação* real entre os diferentes sectores da comunidade arqueológica (tutela/investigadores/profissionais), e um consequente subaproveitamento de um recurso de imensa riqueza cultural e económica como é o Património arqueológico.



Gráfico 3 – Sítios arqueológicos inventariados até 2010 (adaptado de Bugalhão, 2011, p. 25)

O Estado português que ratifica e impõe a aplicação de Cartas e Convenções de Protecção do Património, que depende recursos humanos e financeiros nessa missão, não parece depois retirar todo o proveito dessa imensa acção que os números revelam e a imagem recentemente construída sobre o Património Arqueológico Nacional, não se distingue de uma percepção que, nos finais do séc. XX, já estava estabilizada. A inúmera massa de informação produzida nas últimas décadas não parece ter sido transformada em Património Cultural numa acepção oficial deste conceito.

Interessava também definir o impacto social de algumas destas iniciativas como a dos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, utilizando a informação que possa existir sobre o número de visitantes nos diferentes sítios que possuam bilheteira e horário de visita. No entanto, estes dados não parecem estar publicamente disponíveis o que impede qualquer reflexão sobre o tópico. Sublinhe-se que, e usando de novo a informação disponibilizada no *Mapa dos Sítios Arqueológicos visitáveis em Portugal* ([http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm)),

a esmagadora maioria dos contextos arqueológicos, cerca de 72%, localiza-se em espaço definido como “Aberto”, portanto não “Vedado” (Gráfico 4), o que torna, neste momento impossível a quantificação – ainda que aproximada – do número de visitantes que procuram sítios arqueológicos em Portugal e, por isso, inviável uma demonstração efectiva do interesse que este Património suscita.

Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal

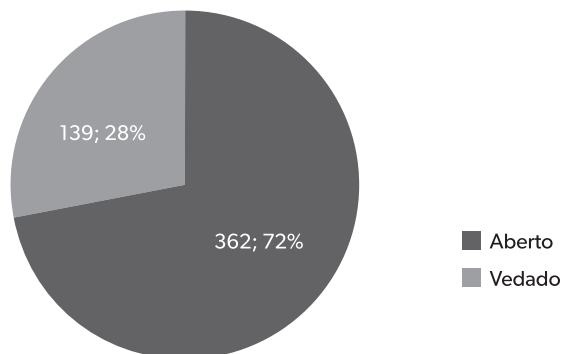


Gráfico 4 – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal – Aberto e Vedado (a partir da informação disponível em: [http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm))

A existência de dispositivos físicos – vulgarmente conhecidos como *beacons* – que emitem ondas de rádio frequência captadas por uma aplicação (App) que os visitantes podem possuir, por exemplo no seu telemóvel, permite não só disponibilizar informação sobre o sítio, mas também calcular o número de interacções digitais, estabelecendo um número mínimo de visitantes. Pensamos que estes dispositivos concebidos também para colocação no exterior, não existem ainda em nenhum sítio arqueológico português o que coloca num *limbo estatístico* o essencial da paisagem arqueológica nacional.

Esta situação, que resulta de uma ausência de dados quantitativos em torno dos sítios arqueológicos, esta ausência de informação fidedigna sobre o impacto no Público quando *Go public*, parece um imperativo categórico dos tempos modernos, e constitui um elemento de fragilidade.

#### **4. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, DIMENSÃO E SIGNIFICADO SOCIAL – O CASO DO POVOADO CALCOLÍTICO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL)**

##### **4.1. Vila Nova de São Pedro e a Liga dos Visitantes Anónimos**

O povoado Calcólítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), classificado como Monumento Nacional em 1971, depois de 29 anos de campanhas arqueológicas – decorridas entre 1937 e 1968, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay – até à morte deste (1950) – e, depois, por Afonso do Paço e uma sucessão de outros arqueólogos que se associam por curtas temporadas aos trabalhos de terreno, numa história longa já muitas vezes apresentada (Arnaud e Gonçalves, 1990; 1995; Ribeiro, 2013), constitui, para além do seu potencial científico, um caso de estudo a destacar quando se abordam papéis, funções e disfunções do património arqueológico, como podemos observar nestes últimos anos.

Vila Nova de São Pedro integra-se nesse conjunto de sítios visitáveis, *abertos*. No terreno, a única informação disponível para eventuais visitantes são

algumas placas sinalizadoras à entrada de Vila Nova de São Pedro – aldeia – que indicam a direcção do Castro. Como acontece com extrema frequência, uma vez entrando na estrada de terra batida que conduz ao sítio, não existe na primeira bifurcação qualquer outra sinalização que torne o percurso óbvio para os visitantes.

Mas se o trajecto até ao sítio está pouco sinalizado e se no local não existe nenhuma fonte de informação, Vila Nova de São Pedro (VNSP), tem sido constantemente visitado, nestas últimas décadas, numa efectiva fruição do Património arqueológico que hoje as redes sociais tornam mais visível. Em páginas pessoais de *Facebook*, *Instagram*, em blogues, em websites de colectividades e associações, estão registadas visitas e impressões da visita a VNSP, quase sempre unânimes na apreciação: ruínas de imenso interesse em estado de abandono total ou quase total.

Este estado de abandono refere-se quase sempre à cobertura vegetal – sobretudo carrascos – que cobrem as estruturas pétreas impedindo a correcta visualização das mesmas. A ausência de informação (pré)histórica – sob a forma de painéis, ou outra – é menos referida e a ausência de “limpeza das ruínas” parece, no essencial, ser o maior obstáculo à qualidade da visita.

Estas visitas, que estão registadas em plataformas digitais disponíveis no século XXI, devem ter, no entanto, sido uma constante no sítio, desde que as campanhas de escavação se interrompem em 1968, sem que delas se consiga recuperar qualquer registo. Posteriormente o sítio apenas teve como trabalhos arqueológicos um episódio breve de restauro em 1983 (Oliveira e Ferreira, 1990) e de escavação em 1985/86 (Gonçalves, 1987).

Das informações dispersas disponíveis pelo mundo digital parece decorrer um interesse em torno do sítio que tendo, obviamente, origem no protagonismo científico nacional e internacional que VNSP atinge, possui depois uma história paralela que já não está associada a ciclos de presença/abandono científico do sítio arqueológico.

Destes visitantes anónimos, solitários ou em gru-

po, dificilmente reza a História. Quantificá-los é impossível e avaliar o impacto das suas visitas também não é fácil. A sua presença, discreta, mas constante, que as redes sociais permitem pôr a descoberto constitui o garante efectivo que Vila Nova de São Pedro é – apesar de todas as ausências de *plano oficial* – no sentido mais alargado do conceito, Património. Destas visitas mais ou menos esporádicas, e como também acontece em outros lugares, é difícil identificar qualquer tipo de retorno económico no local. A tão citada ausência de infra-estruturas – de bombas de gasolina a restaurantes nas proximidades imediatas – não permite fixar recursos económicos neste território específico.

#### 4.2. Fregueses de Vila Nova de São Pedro – aqueles que estão e aqueles que foram

A função patrimonial de VNSP estende-se, no entanto, muito para além de um lugar pontualmente visitado por quem venha de mais ou menos longe, para ser para quem vive em Vila Nova de São

Pedro e Torre Penalva, o lugar do Castelo ou do Castro, onde durante 30 Verões, duas gerações de homens e de mulheres trabalharam, pelo espaço de um mês, dirigidos pelo “Sr. Tenente-Coronel e pelo Sr. Padre Jalhay”, como são ainda hoje designados localmente.

Vila Nova de São Pedro – povoado calcolítico – a poucas centenas de metros de Vila Nova de São Pedro (aldeia) e Torre Penalva, tornou-se para aqueles que lá trabalharam um lugar primordial no seu imaginário e o relato que têm feito desses anos – que são também os da sua juventude – e da personalidade daqueles que os dirigiam – cuja recolha faz também parte do Projecto VN3000 (Arnaud *et al*, 2017) – combinam uma imensa alegria e um imenso respeito que ainda hoje inspiram estas duas figuras (Figura 1). Mas para além daqueles que trabalharam no sítio – e cujas memórias serão discutidas noutra lugar – as gerações seguintes – filhos e netos – estes na sua maioria já não residentes em VN3000 ou Torre Penalva, e inclusivamente aqueles que não



Figura 1 – Antigas trabalhadoras e habitantes de Vila Nova de São Pedro durante visita à sala 1 do Museu Arqueológico do Carmo, reconhecendo nas imagens companheiras da escavação e materiais arqueológicos recolhidos.

possuem familiares directos entre os trabalhadores de VNSP – partilham esta memória, os relatos e as vivências em torno do sítio. Por diferentes testemunhos directos, e também por vestígios deixados no local, sabe-se que o sítio é, ao longo dos anos 70, 80, 90 e século XXI, frequentado em distintas fases da existência dos fregueses. O reduto central serve de castelo nas lutas entre *índios e cowboys*, o espaço reservado das muralhas protege os amores da juventude dos olhares indiscretos, os piqueniques de fim de ano escolar e os acampamentos dos escuteiros locais realizam-se à volta das muralhas, no interior do povoado num uso que, ao mesmo tempo que deteriorou estruturas pétreas sem restauro ou consolidação, cria laços significativos entre a população local e o Castro, cuja natureza pré-histórica se vai diluindo.

Estes fregueses são em simultâneo o mais efectivo garante da protecção deste Património e como é próprio dos lugares menos povoados a estrada de acesso ao Castro parece estar em permanente vigi-

lância por alguns dos habitantes locais. Até à data, aqueles que habitam nas imediações de VNSP parecem funcionar como guardiões da memória das escavações e do sítio arqueológico que mesmo nos períodos de maior pousio científico não foi esquecido pela população local.

Uma gestão sustentável dos sítios dificilmente se coaduna com este uso espontâneo das ruínas que tornam este lugar aberto – ao contrário de tantos sítios arqueológicos vedados que se eclipsam das paisagens sociais – um lugar *significativo*, na acepção de T. Ingold (1993), mas sujeito a um impacto, que não sendo provocado por actos de vandalismo, constitui, no entanto, uma ameaça visível sobre a integridade física das estruturas ainda conservadas.

Encontrar uma solução de futuro que permita preservar e divulgar o sítio, conservando, no entanto, o laço muito vivo que se estabeleceu com a população, a partir das escavações de Afonso do Paço e Eugénio Jalhay é um dos objectivos que o projecto VNSP3000 também se coloca (Figura 2).



Figura 2 – Dia Aberto 2018 – visita guiada aos trabalhos arqueológicos.

### 4.3. Vila Nova de São Pedro e os Arqueólogos – *Sic transit gloria mundi*

Como é próprio das coisas históricas, Vila Nova de São Pedro que não é um sítio do Regime, ainda que financiado pela Junta Nacional de Educação, a direcção dos trabalhos assumida por membros da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), a recolha do espólio, pelo menos em parte ao Museu Arqueológico do Carmo – e não às reservas da Nação depositadas no Museu Nacional de Arqueologia – é para a Arqueologia portuguesa mas também internacional (espanhola, francesa, inglesa e alemã), o mais significativo de todos os sítios pré-históricos nacionais. Com Los Millares, figurará nas grandes sínteses construídas para a Europa pré-histórica, utilizada e, apesar da ausência de datações absolutas, não só como sítio epónimo da Cultura de Vila Nova, como lugar de origem de uma sequência cultural, como sempre tripartida, que marcava o trajecto dos povos calcolíticos através das fases Vila Nova I, Vila Nova II e Vila Nova III.

Para além da imponência das estruturas pétreas, das muralhas e dos torreões, outras realidades identificadas no terreno como a do *ritual de fundação*, estruturas como a “cisterna”, o “forno cerâmico” ou os depósitos de pontas de seta demonstravam o papel deste sítio, onde a Metalurgia e o Campaniforme estavam abundantemente representados como um testemunho atlântico da expansão e do brilho cultural do Mediterrâneo oriental. Em 1968, depois de uma última campanha realizada no Verão, Afonso do Paço morre no final do ano. Os trabalhos de campo interrompem-se e dentro em breve o *Orientalismo* que subjazia ao brilho de VNSP vai ser abandonado por uma nova geração de arqueólogos que, para além de disporem de um método ainda novo de datação absoluta como é o C<sup>14</sup>, estão equipados com um outro quadro conceptual, o *Indigenismo*, que olhará com (justificada) desconfiança para sítios e contextos chave das retóricas difusionistas.

A investigação em Portugal nos anos 70 e 80 do século XX sobre o Calcolítico dirige-se para outros territórios e para outros lugares que revelam, pela primeira vez, a existência de povoados ou sí-

tios fortificados ligados a um cânone mediterrâneo.

Depois de uma breve intervenção dirigida por V.S. Gonçalves em 1985 e 1986 (Gonçalves, 1987), o sítio não volta a ser objecto de qualquer projecto de investigação arqueológica até ao ano de 2017, com o arranque de VN3000.

Nas últimas décadas é em torno dos grandes sítios de fossos, quase sempre identificados/intervencionados no âmbito da Arqueologia preventiva, dos quais Perdigões e Porto Torrão são os casos mais evidentes, que se concentra o essencial da investigação sobre as sociedades calcolíticas. A Estremadura, palco decisivo das primeiras fases de investigação sobre a Idade do Cobre passará a território periférico e se o destino dos povoados calcolíticos não é sempre idêntico, em VN3000 os carrascos vão cobrindo de folhas, troncos e de espinhos as antigas áreas de escavação, e no discurso arqueológico, o sítio vai-se diluindo progressivamente até perder, como acontece com as antigas estrelas, o seu brilho próprio.

Hoje, Vila Nova de São Pedro é uma questão fundamentalmente geracional que, esperemos, seja ultrapassada num futuro próximo. Questão geracional porque o significado histórico do sítio, a aura que o rodeia e que ultrapassa as fronteiras nacionais é património de algumas gerações de arqueólogos vivos, mas que para a geração *millenials* Vila Nova de São Pedro não é ainda – regra geral – um lugar significativo. Reequacionar as novas questões perante o registo arqueológico deste sítio é, por isso, tarefa prioritária, deste projecto.

### 4.4. Papéis, funções e disfunções de um sítio arqueológico

A gestão sustentável do sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro só pode, hoje, ser assumida como um desafio que não é só *multidisciplinar* na medida em que envolverá arqueólogos, arquitectos, poderes locais e conservadores, químicos, botânicos e paisagistas, mas é também um desafio *multidimensional* porque estão em jogo diferentes dimensões, usos e percepções do sítio que vão muito para além do discurso científico convencional. Garantir a

integridade de panos de muralhas e de muros, de estratigrafias ainda conservadas, reconstituir um coberto vegetal *original*, e assegurar a existência de informação física e digital que permita aos visitantes aceder ao conhecimento científico contemporâneo é, num projecto de valorização de VNSP, tão premente quanto salvaguardar o Castro e as suas memórias recentes. A gestão sustentável do sítio que se espera possa trazer algum retorno económico – de baixa escala, mas eventualmente de grande impacto na microeconomia local – deve sempre conservar a relação única que o sítio e os fregueses próximos construíram, relação que é hoje uma parte decisiva do Património nacional que é este sítio, porque em Vila Nova de São Pedro, o baile ainda não acabou.

Lisboa, Setembro de 2018

## AGRADECIMENTOS

Aos habitantes de Vila Nova São Pedro e Torre Pernalva – pelo acolhimento e pela generosa partilha de memórias.

À família Furtado.

Ao colega Nuno Nobre, companheiro desta aventura da preservação e divulgação do património de VNSP.

Aos poderes municipais: Sr. Presidente da Câmara Municipal da Azambuja Luís Sousa e Vereador da Câmara Municipal da Azambuja António José Matos.

Uma palavra especial ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa – José Avelino, que sem o seu apoio, disponibilidade e carinho, tornaria muito difícil a realização deste projecto.

Aos colegas Célia Nunes Pereira e Rui Gomes Coelho.

## BIBLIOGRAFIA

APA (2014) – DISCO. *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-2014*, Associação Profissional de Arqueólogos, 152 p.

ARNAUD, José Morais e GONCALVES, J. Ludgero (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 1ª parte, *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 1. Lisboa, p. 25-48.

ARNAUD, José Morais e GONCALVES, J. Ludgero (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S., Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 2ª parte, *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2. Lisboa, p. 11-40.

ARNAUD, José Morais; DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (2017) – Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – Um projecto para o futuro, *Arqueologia e História – Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 66-67, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 7-17.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas, *Arqueologia e História*, 60-61, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 19-43.

BUGALHÃO, Jacinta (2013) – As mulheres na Arqueologia Portuguesa, in ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 19-23.

BUGALHÃO, Jacinta (2017a) – Arqueólogos Portugueses, in ARNAUD, J.; MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 19-31.

BUGALHÃO, Jacinta (2017b) – O papel da mulher na Arqueologia Portuguesa, *Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*, UNIARQ – Centro de Arqueologia, 1 – 2017, p. 123-130.

GONÇALVES, Victor (1987) – Trabalhos de campo. Distrito de Lisboa – Azambuja: Castelo de Vila Nova de São Pedro: 1985/86, *Informação Arqueológica*, Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia, nº 8, p. 41-43.

INGOLD, Tim (1993) – The Temporality of the Landscape, *World Archaeology*, vol. 25: 2. p. 152-174.

OLIVEIRA, Humberto N.; FERREIRA, Octávio da Veiga (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro, *Revista de Arqueologia*, Lisboa. 1, p. 49-58.

OOSTERBEEK, Luiz (2008) – Arqueologia, Europa, Formação Superior... alguns dados e reflexões. *Almadan*. <http://almadan-blog.blogspot.com/2008/07/arqueologia-europa-formao.html>.

RIBEIRO, Maria (2013) – *O Povoado Calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda*, Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa (policopiado).

## **RECURSOS DIGITAIS**

[http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm)

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>

# LAPA DO SUÃO (BOMBARRAL): A ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO LÍTICA

---

Cláudia Manso

Museu Municipal do Bombarral / claudia.manso@cm-bombarral.pt

## **Resumo**

São apresentados os resultados de um exercício teórico-prático de sistematização e relocalização dos conjuntos líticos estratigraficamente descontextualizados da *Lapa do Suão*, por mapeamento individualizado das sucessivas intervenções na cavidade em conjugação com uma análise exaustiva dos relatórios correlativos, trabalho desenvolvido em âmbito de dissertação de Mestrado.

**Palavras-chave:** Lapa do Suão, Exercício Metodológico, Líticos.

## **Abstract**

One presents the results of a theoretical-practical exercise of systematization and spacial relocation of *Lapa do Suão*'s lithic assemblages devoid of stratigraphic context, done by the individual mapping of consecutive archaeological interventions in the cave as well as through a broad examination of field reports, work developed in the scope of a Master's thesis.

**Keywords:** Lapa do Suão, Methodological Exercise, Lithics.

## 1. NOTAS METODOLÓGICAS

A dispersão do conjunto lítico da 'Lapa do Suão' por vários núcleos museológicos até ao seu retorno, bem como o de outros materiais oriundos da mesma estação, ao Museu Municipal do Bombarral, implicou que no início fosse somente conhecida a parcela exposta na respetiva Sala de Arqueologia juntamente com cerca de uma centena de peças em reserva, na maioria reconduzíveis à Pré-história Recente e imputáveis às intervenções realizadas na gruta durante as décadas de sessenta e setenta. Ora após um período de cedência prolongada ao Museu Nacional de Arqueologia, agregou-se ao conjunto mencionado a parte remanescente do espólio lítico, tornando-o mais expressivo em número.

Sendo sabido que a coleção confluía com diversos períodos cronológico-culturais, e que a sua análise tipológica suportara as sucessivas interpretações estratigráficas de um enchimento marcado por frequentes perturbações pós-deposicionais, era necessário proceder ao primeiro estudo sistemático do acervo, já que apenas havia sido realizada «a análise sumária do espólio pré-neolítico da Lapa do Suão que se encontra[va] (...) depositado no Museu do Bombarral» (Zilhão, 1997: vol.2, 600).

A excessiva compartimentação da coleção por sacos sem etiquetagem, a mistura de peças com marcações que indicavam anos de intervenção diferentes, mas sem notória intencionalidade de separação por matéria-prima ou classe tecnológica e a degradação das etiquetas de referência, conduziram metodologicamente a um processo inicial de triagem de todo o conjunto. Numa segunda fase, seriam efetuadas as marcações de todas as peças líticas, sendo notório que uma significativa parte desta coleção não tinha referência estratigráfica associada. Ainda assim, optou-se pela sua classificação tecnológica e separação por matéria-prima, ação que omitiria as peças cuja observação direta, descrição ou representação gráfica facultavam uma nítida correspondência cronológica com a Pré-história Recente, por não ser esse o âmbito da dissertação de Mestrado que agora substancia o conteúdo deste artigo (Manso, 2015).

Nos casos em que a etiqueta de referência ou a marcação direta o permitiram, efetuou-se a sua organização por ano de intervenção (Manso, 2015: 138-152, Anexos I – Tabelas II a XVI), excetuando os artefactos sem qualquer referência além do acrónimo da cavidade, sistematizados em tabela própria (*Idem*: 137, Anexos I – Tabela I). Esta separação por campanha objetivou a recuperação de informação relativa à sua inserção estratigráfica, todavia a apreciação exaustiva dos relatórios de campo levou à conclusão que tal esforço foi improficiente, como adiante se demonstrará. Ainda assim, a contagem tipológica por matéria-prima dos utensílios retocados sem referência estratigráfica foi apresentada em função da data da intervenção (*Idem*: 219-225, Anexos I – Tabelas 40 a 46), isolando-se o grupo de peças recolhidas em campanhas indiscriminadas (*Idem*: 217-218, Anexos I – Tabelas 39/39a).

A opção metodológica mais relevante consistiria na decisão de limitar o estudo tecnológico às peças claramente reconduzíveis aos níveis escavados. A organização física dessa parcela da coleção – 995 peças - também respeitaria a informação fornecida pelas marcações ou etiquetas, sendo que o estudo dos líticos provenientes das camadas com numeração díspar, e que foram interpretadas pelos escavadores da cavidade como pertencendo a um único pacote estratigráfico, seguiria esse mesmo espartilhamento teórico (*Idem*: 153-216, Anexos I – Tabelas 1 a 38).

Assumidas as limitações dos resultados de uma hipotética análise tecnológica da parte remanescente da coleção<sup>1</sup>, e no intuito de evitar a perda total de informação, ensaiou-se uma abordagem do conjunto lítico sem referência estratigráfica relativamente ao qual se pudesse estimar a sua provável distribuição espacial na cavidade com base na campanha associada – 3252 peças. Para tal, seriam

---

<sup>1</sup> Do parcial sistematizado correspondente a 6793 líticos, foi excluída do exercício teórico-prático de realocização uma quantidade expressiva de material – 3541 peças – por incautamente se apresentar desprovida de referências escritas além do acrónimo da cavidade, tratando-se de espólio que poderá ter sido recolhido em qualquer campanha efetuada na Lapa do Suão e cuja singularização seria improvável.

também representados por ano de intervenção todos quadrados onde se relatara ter havido a remoção de sedimentos da Lapa do Suão. A dinâmica de limpeza/escavação durante as campanhas de 1968 a 1979 foi figurada numa planta da cavidade (*Idem*: 75 – Figura 17), e um segundo plano descritivo seria criado a propósito dos trabalhos averbados nas campanhas de 1980 a 1987 (*Idem*: 76 – Figura 18), sendo aqui apresentadas versões correspondentes (*vide infra* Planta 01 e Planta 02).

Os elementos desenhados – Plantas 01 e 02 – partilham a planimetria à escala 1:100, sendo a representação final da delimitação da cavidade o resultado da conjugação de planos anexados aos relatórios de campanhas dirigidas por Jean Roche. Em ambos os esboços, a marcação de uma superfície anualmente intervencionada na Lapa do Suão seria distinguida na quadrícula-base através de uma mancha gráfica em escala acromática, adotando-se um padrão oblíquo no mesmo valor tonal sempre que o respetivo trabalho arqueológico fosse subsecutivo em determinado/s quadrado/s.

## 2. EXERCÍCIO DE RELOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS LÍTICOS

As escavações realizadas entre 1963 e 1971 registam um espólio lítico que varia entre uma «indústria em sílex com raras pontas de seta, machados polidos» (Côrtes *et al.*, 1968: 59) e «material lítico, abundantíssimo» (Côrtes *et al.*, 1977: 235). Pois bem, a organização do acervo lítico sem referência estratigráfica que foi etiquetado e/ou marcado como resultante das primeiras recolhas realizadas na Lapa do Suão, permitiu verificar discrepâncias entre o número de peças publicadas e as contagens efetivas do conjunto em reserva.

Na publicação de 1969, a qual se subentende respeitante a todas as escavações efetuadas durante a década de 60 naquela estação, foi listado um total de 131 peças em sílex, acrescidas de «[c]entenas de lascas residuais de trabalho» (Furtado *et al.*, 1969: 7). Contudo, somente a contagem de peças não registadas oriundas da campanha de 1968

(Manso, 2015: 138, Anexos I – Tabela II) atingiria os 718 exemplares líticos, conjunto com predominância dos elementos de debitage, particularmente a classe tecnológica das lascas, cerca de 69% dos suportes. Tal desfasamento poderia derivar de uma seleção intencional de objetos diagnóstico, contudo a lista apresentada pelos autores coincide expressamente com a totalidade do material recolhido na respetiva campanha.

No que concerne o apuramento do material da campanha de 1970 (*Idem*: 139, Anexos I – Tabela III), a questão é menos dramática. A publicação relativa a esta intervenção arrola 206 peças e «centenas de fragmentos residuais» em sílex (Côrtes *et al.*, 1977: 224, 226), sendo de subtrair 25 peças cuja representação gráfica aparentemente as coloca na Pré-história Recente (*Idem*: 227, 229). A contagem do material com marcação correspondente ao ano de 1970 aproxima-se realmente destes números. De um total de 225 peças, 205 são em sílex, 10 em quartzo e 10 em quartzito.

No entanto, a certificação da não conformidade entre o material lítico publicado e a coleção em reserva iria além da abordagem quantitativa simplificada. A averiguação das classes tecnológicas das peças que extravasam o registo revelaria esse deserto numérico em ambas as intervenções e, sobretudo, a desconsideração da relevância dos utensílios retocados em presença (Manso, 2015: 219/220, Anexos I – Tabelas 40 e 41) na definição da cronologia das ocupações da cavidade.

A possibilidade de relocalização dos achados das campanhas realizadas até 1968 foi descartada por não existirem elementos desenhados relativos a esse período, com clara exceção do elementar esboço da cavidade que havia sido publicado pela equipa da Sociedade Arqueológica Santos Rocha (Rocha, 1907: 151 – Fig.7).

Ao invés, a planta e corte longitudinal da Lapa do Suão delineados na intervenção de 1970 (Côrtes *et al.*, 1977: 221 – Fig.1) deram oportunidade à análise do posicionamento dos materiais no interior da gruta. O passo inicial consistiu em considerar as dimensões do desenho em 'L' formado pelas

duas *trincheiras* – o eixo longitudinal (c.12 metros) e o eixo transversal (c. 4 metros) – e observar a sua sobreposição ao registo gráfico do que fora a quadrícula montada pela equipa de Jean Roche na campanha de 1973. Tal permitiria a simples constatação, tantas vezes patente no registo escrito, de que o investigador francês evitara confluir a área da primeira escavação com as terras intervencionadas pela equipa do Museu. Um vazio gráfico é patente no vasto setor compreendido em I/L.10/16 (*Vide infra* Planta 01, legenda: 1974), tornando provável uma superfície alargada de recolha dos materiais da campanha de 1970 que potencialmente se estendesse do centro ao termo do corredor da gruta. Todavia, num segundo passo considerou-se a delimitação da cavidade desenhada na planta de 1970, e tal exercício validaria o raciocínio oposto em dois locais da Lapa do Suão. Escavada por Jean Roche em 1974, a secção J/M.8/9 situava-se junto à pequena galeria lateral rasgada para Sudeste (*Idem*), localização parcialmente coincidente com a trincheira transversal aberta em 1970. É certo que ambas as equipas aí registariam camadas superficiais com fortes indícios de revolvimento (Manso, 2015: 50). E ainda, nos mesmos termos, a secção L1/M1.17 escavada por Jean Roche coincidiria com estratos previamente escavados junto da galeria lateral rasgada a Oeste, no limite do corredor. Aqui, a série estratigráfica identificada por este investigador completaria 10 camadas, com destaque para a identificação do solo de ocupação magdalenense cujos vestígios eram perceptíveis no nível 8. Estas novas informações relativas à realocação do conjunto recolhido em 1970 conformam, portanto, a análise inicial que Jean Roche fizera do espólio lítico da Lapa do Suão reservado no Museu do Bombarral (*Idem*: 51).

O material lítico de proveniência estratigráfica indefinida concernente aos anos de 1971 (*Idem*: 140, Anexos I – Tabela IV), de 1972 (*Idem*: 141, 222, Anexos I – Tabela V e Tabela 43) e de 1973 (*Idem*: 142, 223, Anexos I – Tabela VI e Tabela 44) não pode ser alvo de qualquer diligência comparativa por faltarem registos de campo ou publicações com a descrição detalhada do material lítico recolhido nestas

campanhas. Uma nota adicional quanto à perda de informação relativa aos utensílios retocados recolhidos nessas intervenções, com realce para o número elevado de peças da citada categoria tecnológica que foram resgatadas em 1971 (*Idem*: 143, Anexos I – Tabela 42).

Existe, porém, entre o conjunto sujeito a análise tecnológica, um pequeno grupo de peças atinentes ao intervalo temporal entre 1968 e 1972. As 26 peças analisadas reportam-se às *camadas 3-6 Roche* e surtem de uma artificialização do registo, já que tais intervenções antecedem a presença de Jean Roche no Bombarral como escavador da jazida. É pois provável que a parcela de líticos integrasse a «coleção que Roche, por a considerar paleolítica, tinha parcialmente classificado em pequenas caixas de plástico guardadas nas reservas» (Zilhão, 1997, vol.2: 764). Descontando essa estrita porção de exemplares, não se encontrou no decurso da sistematização do espólio lítico da Lapa do Suão qualquer outra evidência da seleção original de Jean Roche.

Quanto à intervenção de 1974, o registo no nível 8 de «quelques denticules latéraux, un grattoir sur éclat, un petit nucleus et une trentaine d'éclats de taille» (Roche, 1974: 3), apesar de ambíguo em termos quantitativos e omissos quanto à matéria-prima utilizada, conflui com o conjunto de 44 peças não incluídas no mesmo inventário (Manso, 2015: 143, Anexos I – Tabela VII). A avaliação comparativa das classes tecnológicas das peças registadas e não registadas permitiu igualmente constatar essa confluência, se bem que menos evidente no caso dos utensílios retocados (*Idem*: 223, Anexos I – Tabela 44). No mesmo sentido, a proveniência estratigráfica do conjunto de peças sem registo parece inequívoca se forem tomados em conta dois pontos notórios. O primeiro aspeto é que todas as peças recolhidas na campanha de 1974 que foram submetidas à análise lítica provieram precisamente do nível 8, secção M/N.16. O segundo aspeto é que, em relatório, confirma-se que nenhum dos níveis escavados, com exceção do nível 8, forneceu nesse ano indústria lítica (Roche, 1974). Todavia, o ceticismo instalou-se à medida que foram sendo anali-

sados registos posteriores com frequente omissão do assentamento de peças provenientes de níveis remexidos. Por este motivo, e apesar dos indícios que apontam para a sua recolha no nível 8, as peças que extravasam o registo da campanha de 1974 não seriam adicionadas ao conjunto submetido à análise tecnológica. Em alternativa, apresenta-se a sua provável distribuição espacial no interior da cavidade, ao caso, as secções L/O1.17 e J/M.8/4 marcadas com a mancha gráfica respetiva. E na campanha em causa pode também excluir-se a relevância da escavação da secção I/K.17/18, por o enchimento estratigráfico dessa área ter sido considerado desprovido de interesse arqueológico (*Vide infra* Planta 01, legenda: 1974).

Quando se avança para as campanhas seguintes, reacende-se a problemática da perda de informação acerca da parcela lítica que ficou por registar. Compare-se, por exemplo, o somatório de 353 peças líticas referentes ao ano de 1976 (Manso, 2015: 144/223, Anexos I – Tabela VIII e Tabela 44) com os valores apresentados em relatório. São estes correspondentes a 17 peças em sílex, quartzito, calcário e quartzo recolhidas na camada 2 e as três peças exumadas no nível 3. E ainda «[u]ne dizaine d'éclats en sílex et en quartz» e um utensílio encontrados na camada 5, a que se somam duas outras dezenas de lascas em sílex e quartzito recolhidas, respetivamente, no nível 8 e no contato deste com o nível 9 (Roche *et al.* 1976: 4). Uma nota parece exigir-se também quanto à omissão em relatório da presença de materiais líticos na camada 1. Ao refazer o corte transversal em L1/M1.15/16 constatara-se que esse nível de «[t]erres pulvérulentes noirâtres (...)» havia «pratiquement disparu dans ce partie de la grotte ("fouilles" antérieures?)» (idem:2), todavia a maioria das peças da campanha de 1976 analisadas foi recolhida na primeira camada, nas secções L2/M1.16a e M1/2.16a (*Vide infra* Planta 01, legenda: 1976).

O mesmo sucede com as peças não registadas durante a intervenção de 1977 (Manso, 2015: 145/224, Anexos I – Tabela IX e Tabela 45). Das 42 peças líticas em causa, as esquirolas destacam-se entre as classes tecnológicas, pelo que o desaire in-

formativo será menor do que o da campanha precedente. Mesmo assim, perderam-se dados relativos a 5 núcleos, potencialmente recolhidos na área exígua ao Corte V, nas secções M2/N2.14a/15b. Esse *novo corte*, a única designação oferecida pelas etiquetas adicionadas ao material de 1977 submetido a uma análise lítica, apresentava a sequência estratigráfica encimada pela camada 2. Em final de campanha, a escavação terminara na «partie supérieure du niveau 8» e o nível 5 havia fornecido «quelques éclats de taille en quartz, quartzite et surtout en sílex» (Roche, 1977: 3). Ora apesar de o facto não ser mencionado em relatório, a esmagadora maioria das peças analisadas que provieram deste perfil foi marcada como espólio da camada 3 (25 peças), sendo que apenas três peças vieram do nível 5.

Por fim, o grupo quantitativamente mais relevante (40 peças) foi removido do nível superficial/camada 1, sem qualquer indicação da sua posição na quadrícula. Tal leva a crer que as peças não registadas nesta intervenção poderão advir de qualquer uma das sondagens abertas em 1977 e pertencer a qualquer um ou mesmo a todos os níveis estratigráficos escavados (*Vide infra* Planta 01, legenda: 1977).

O grupo de 33 peças recolhidas durante a intervenção de 1978 (Manso, 2015: 146/224, Anexos I – Tabela X e Tabela 45), 1/3 do qual se inclui na classe tecnológica das esquirolas, inferioriza-se claramente em número aos líticos apontados em relatório. Segundo Roche, «[t]rois niveaux ont livré une industrie encore très pauvre: niveau 5, niveau 9 (sol paléolithique) et niveau 10 (sous le sol paléolithique) (...)» (Roche, 1978: 3). Em concreto, a escavação do nível 5 fornecera 38 peças; no nível 9 recolheram-se 14 peças; e finalmente, removeram-se 19 peças no nível 10. Os níveis eram dominados nos respetivos universos de recolha pela presença de 80% de lascas em sílex, quartzo e quartzito.

Interessantemente, as peças retiradas na campanha de 1978 que foram sujeitas a análise tecnológica provém de dois níveis estratigráficos adicionais, tendo a informação sido excluída do respetivo relatório. Trata-se da regularmente omitida camada 1 e, ainda, das camadas 7A e 7B. Atendendo a ava-

liações precedentes, repete-se um cenário de proveniência multipolarizada da indústria não registada durante os trabalhos arqueológicos, um padrão agora infligido sobre as 33 peças transviadas do ano de 1978 (*Vide infra* Planta 01, legenda: 1978).

O relatório da campanha de 1979 parece ser elucidativo quando à intencionalidade de não se proceder ao assentamento da totalidade da indústria lítica colhida nos trabalhos em curso, optando-se ao invés por uma seleção de peças representativas. «Outre des éclats de silex et de quartzite, les pièces les plus typiques qui ont été récoltées sont les suivantes (...)» (Roche *et al.*, 1979: 3), escreveria Jean Roche, inventariando de seguida as 9 peças providas da camada 3, duas peças nas camadas 5A/5B, duas mais nas camadas 6A/6B, uma peça na camada 7A/7B e outro exemplar isolado na camada 10. A parcimónia destes números contrasta, em boa verdade, com o universo de 125 peças que ficou por registar (Manso, 2015: 147/224, Anexos I – Tabela XI e Tabela 45).

O mesmo relatório denuncia a presença adicional de indústria nas camadas 7A/7B, 8 e 9, a que podem aditar-se os níveis desvelados pelas peças submetidas a análise, a saber, o nível superior e as camadas 2, 5 e 7. A confirmação da escavação de uma diversidade de estratos vem extremar a dificuldade de reconduzir as 125 peças não registadas à sua proveniência estratigráfica original. Mesmo assim, intentou-se a sua realocização, demonstrando-se que a distribuição espacial deste material surtiu da transição da parte terminal do corredor da cavidade para a contígua Sala 2 (*Vide infra* Planta 01, legenda: 1979).

A campanha de 1980 regista a recolha de uma só peça lítica, «1 éclat de quartzite» (Roche *et al.*, 1981: 4), precisamente a única que viria a ser analisada. O relatório faz referência a outros achados como «déchets de taille en silex» que, não sendo novidade no conjunto já conhecido, «provenant, certainement, de la destruction du témoin du sol magdalénien» (Roche *et al.*, 1981: 3). Porém, entre o conjunto lítico de proveniência estratigráfica indefinida não há materiais referenciados como tendo

sido recolhidos nesta intervenção. A peça única surge anotada em relatório como tendo sido «trouvè à une profondeur de 62 cm, par apport à la première horizontale de la Coupe II» (Idem: 4), concretamente, a camada 1 do quadrado O1.16a (*Vide infra* Planta 02, legenda: 1980).

Já a intervenção de 1982, pelo contrário, viria a adensar a reserva com um grupo de 197 peças sem registo (Manso, 2015: 148/225, Anexos I – Tabela XII e Tabela 46). Os dados publicados são ambíguos no que respeita aos materiais recolhidos nesta campanha. O material lítico analisado foi resgatado nas duas primeiras camadas, sendo que as etiquetas contêm referências inexatas. Os materiais provenientes do nível superior recolheram-se ao *fundo da gruta*. E as peças associáveis à camada 2 foram extraídas da *zona aberta*. É portanto possível que aproximadamente duas centenas de peças extravasadas tenham surtido desses «níveis superficiais muito remexidos (níveis 1 e 2)» (Roche, 1982: 16) ou, em alternativa, resultassem «da destruição do testemunho do solo madalenense (nível 8)» (Cunha-Ribeiro, 1982: 79). Tratando-se de uma intervenção que se centrou na limpeza de sedimentos revolvidos por escavações clandestinas, não há forma de confirmar qualquer das hipóteses lançadas. Apresenta-se mesmo assim o mapeamento possível dos materiais desta campanha (*Vide infra* Planta 02, legenda: 1982).

Na campanha de 1984, o registo de peças em relatório resume-se à identificação «nos níveis correspondentes às ocupações mais recentes do Paleolítico Superior, [de] pequenas lamelas de dorso abatido, algumas das quais denticuladas, e um volumoso núcleo em silex (...). Estes mesmos níveis forneceram ainda um “chopping tool”» (Roche *et al.*, 1984: 11). De facto, ainda que sem correspondência em termos da classe tecnológica, o diminuto grupo de peças submetido à análise tecnológica provém das camadas 8, 8A e 9 nos quadrados contidos pela O2/P1.15a, bem no miolo da Sala 2. Quanto ao conjunto lítico não registado nesta intervenção (Manso, 2015: 145, Anexos I – Tabela XIII), este atinge um total de 63 peças que poderão convir a qual-

quer ocupação da gruta. Em termos de distribuição espacial na cavidade, as peças extraviadas poderão provir do fim do corredor, da entrada da Sala 2 ou do centro da mesma (*Vide infra* Planta 02, legenda: 1984).

A obscuridade dos dados relativos à indústria lítica é evidente no registo escrito da campanha de 1985. Por um lado, subalterniza-se a importância de «vários objectos líticos, na sua maior parte bastante incaracterísticos (...)» por constituir material em posição secundária, recolhido na «camada de terras negras pulvorentas» (Roche *et al.*, 1985: 3); mas, por outro, destacam-se «[n]os níveis correspondentes às ocupações paleolíticas (...) diversos utensílios em sílex, cujo estudo permitirá um melhor conhecimento e caracterização das referidas ocupações» (*Idem*:4). Qualquer destas referências carece da discriminação quantitativa ou qualitativa da coleção, o que deixaria fora de balizas estratigráficas as 34 peças privadas de registo que foram recolhidas na dita intervenção (Manso, 2015: 150/225, Anexos I – Tabela XIV e Tabela 46).

Mesmo assim, a parcela do acervo lítico submetida à análise tecnológica é numericamente convincente no que respeita à correção metodológica do processo de recolha dos materiais durante a campanha de 1985. Neste sentido, foram marcadas e/ou etiquetadas 62 peças, obtidas nas camadas 7A, 7B, 8A, 8B – o que conflui com os dados relatados – e, adicionalmente, nas camadas 9A, 9B e 10. A série estratigráfica surge fisicamente marcada nesta parcela da coleção como coincidindo com as secções Q2/R1. 15a/15b e O2/P1. 14a/14b, na parte terminal da cavidade. Este facto é justamente compatível com o primordial objetivo da intervenção, o de «analisar o desenvolvimento da estratigrafia na pequena sala onde a sondagem havia sido começada» (Roche *et al.*, 1985: 2). A plena distribuição espacial do material lítico desta campanha dentro dos limites da Sala 2 foi devidamente representada (*Vide infra* Planta 02, legenda: 1985).

Os trabalhos elaborados na gruta em 1986 começaram pela remoção da «camada superficial de terras negras, as quais se revelaram uma vez mais

ricas em materiais arqueológicos e restos osteológicos diversos» (Roche *et al.*, 1986: 4). Já os «níveis arqueologicamente significativos revelaram-se bastante pobres, confirmando uma tendência (...) decorrente do posicionamento periférico desta zona terminal em termos de ocupação humana» (*Idem*: 3). Estas constituem as únicas referências ao espólio patentes no relatório da campanha. Porém, o conjunto lítico sem registo atingiria nesse ano quase uma centena de peças (Manso, 2015: 151, Anexos I – Tabela XV), um universo dominado pelos elementos de debitage, com destaque para a presença no último conjunto de 85% de lascas. Optou-se também, na mesma intervenção, por revogar a importância de 8 utensílios (*Idem*: 225, Anexos I – Tabela 46).

O conjunto utilizado no estudo tecnológico representa, em proporção, apenas 1/4 do registo possível. São 30 peças mormente exumadas nos estratos 7, 8A, 9A e 9B, e apenas duas no nível superior, uma sequência estratigráfica de novo identificada na parte terminal da Sala 2. Pelo disposto, deverá assumir-se como indefinida a proveniência estratigráfica das peças não registadas que surgiram da campanha de 1986, bem como uma distribuição espacial confluyente com a extremidade da cavidade (*Vide infra* Planta 02, legenda: 1986).

A informação relativa à última campanha na Lapa do Suão parece enfim esclarecer o motivo de exclusão de peças líticas do registo arqueológico. Antes de mais, neste ano voltam a registar-se derribes dos perfis, algo que não sucedera nas duas intervenções precedentes. A inexistência de profanações na jazida era de tal modo invulgar que tal chegara a ser evidenciado pelos membros da equipa, então «poupados aos penosos trabalhos a que normalmente [se viam] obrigados, por força das destruições ocorridas na área de escavação» (Roche *et al.*, 1985: 2). Depois, por ser expressa a constatação de que o «espólio encontrado no peneiro, embora não possa ser inequivocamente integrado em qualquer nível arqueológico específico, revela porém características que o permitem associar (...) [n]a sua esmagadora maioria (...) com o nível remexidos de terras negras (...), enquanto uma diminuta

parte se poderá associar aos níveis 8 e 9, mais antigos» (Roche *et al.*, 1987: 2-3). Por fim, não se identificando qualquer peça deste período que tivesse sido submetida à análise tecnológica, constatar-se-ia que o conjunto de 101 líticos sem proveniência estratigráfica definida constitui todo o espólio contabilizável da campanha de 1987 (Manso, 2015: 152, Anexos I – Tabela XVI). Neste caso específico, por serem os únicos dados legítimos, concluiu-se que houve um propósito de correção metodológica em se reduzir a marcação destas peças ao ano da intervenção e acrónimo da estação. Esta parcela do espólio lítico foi recolhida na sala terminal da Lapa do Suão, consoante ilustrado (*Vide infra* Planta 02, legenda: 1987).

Uma palavra ainda quanto às peças desta intervenção que surgem associadas a etiquetas com referências imprecisas. Trata-se de um parco conjunto lítico, mormente representado por lascas e diversos fragmentos, recolhido durante a *limpeza do chão* e *limpeza do “avô”* (sic). As expressões «chão da gruta» ou o «chão e o tecto da gruta» aparecem em anteriores relatórios de campanha (Roche *et al.*, 1984: 4, 1986: 7), denunciando que os trabalhos arqueológicos se aproximavam do substrato rochoso que constitui a base da cavidade. Nesta campanha, uma fração das peças foi precisamente removida durante a limpeza de derrubes que se «tinham espalhado por uma zona onde já se tinha atingido o fundo da gruta (...)» (Roche *et al.*, 1987: 2). Como seria de esperar, a expressão *avô* não tem correspondente registo escrito. Contudo, há uma razão plausível para a repetição da referência durante a etiquetagem destes e de outros materiais em reserva no Museu Municipal do Bombarral. Na campanha de 1974, a equipa escavara o enchimento de uma pequena área que Jean Roche denominara *l’aven*. Este *poço* localiza-se precisamente na transição do corredor para a sala terminal (*Vide infra* Planta 01). Pois bem, considerando que os vocábulos francês e português se assemelham em sonoridade e, ainda, que a intervenção de 1987 coincide com o encerramento dos trabalhos na gruta (Roche *et al.*, 1987), parece certo que as peças tenham sido recolhidas nesse recinto circular duran-

te a última limpeza geral da estação arqueológica.

A título conclusivo, pode dizer-se que este exercício de confrontação entre as séries líticas marcadas e os inventários realizados em contexto de escavação permitiu contestar o rigor da informação proveniente tanto de relatórios inéditos quanto das publicações correlativas. E igualmente que essas lacunas de registo não puderam de forma inquestionável ser superadas pela demonstração da provável distribuição espacial do acervo lítico no interior da cavidade.

Nessa medida, ou pelo menos para já, o esforço de mapeamento dos trabalhos arqueológicos realizados em cada campanha resulta num mero elemento complementar à sistematização dos conjuntos líticos remissivamente apresentados ao longo deste artigo. Espera-se ainda assim que a leitura dos resultados relativos à Lapa do Suão possa incentivar a revisão de sítios arqueológicos igualmente sujeitos a escavações integrais executadas à luz de metodologias *ultrapassadas* e cujos acervos líticos lancem desafios metodológicos similares em termos do seu estudo e re/organização.

## BIBLIOGRAFIA

CÔRTEZ, Vasco, FERREIRA, Octávio Veiga, FURTADO, Antero, MAURÍCIO, António, MONTEIRO, Jorge Almeida (1968) – Dois vasos raros do Museu do Bombarral. *Separata Revista de Guimarães*, LXXXII, pp 1-6.

CÔRTEZ, Vasco, FERREIRA, Octávio Veiga, FURTADO, Antero, MAURÍCIO, António., MONTEIRO, Jorge Almeida (1977) – A Lapa do Suão (Bombarral). Relatório da campanha de escavação de 1970. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III (83), pp. 219-237.

CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1982) – Lapa do Suão (Vale do Rôto) – 1982. *Informação Arqueológica*, 5 (1982/83), p. 79.

FURTADO, Antero, MAURÍCIO, António, CORTES, Vasco, MONTEIRO, Jorge Almeida (1969) – Lapa do Suão (Bombarral). *O Arqueólogo Português*, III (3), pp. 1-15.

MANSO, Cláudia (2015) – Indústrias Líticas do Plistocénico Superior no Vale do Rôto (Bombarral): Lapa do Suão. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Faro, 278 p.

ROCHE, Jean (1974) – Rapport sur les recherches effectuées dans

les grottes du Vale Roto durant l'année 1974. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean (1976) – Rapport sur les recherches effectuées à la grotte de Lapa do Suão durant l'année 1976. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean (1977) – Rapport sur les recherches effectuées à Lapa do Suão durant l'année 1977. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean (1978) – Rapport sur les fouilles effectuées aux grottes de Lapa do Suão durant l'année 1978. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean (1982) – A gruta chamada Lapa do Suão. *Arqueologia*, 5: pp. 5-18.

ROCHE, Jean, JORGE, Vítor Oliveira, BATISTA, José Meireles (1979) – Rapport sur les fouilles effectuées à la grotte de Lapa do Suão I durant l'année 1979. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean, JORGE, Vítor Oliveira, BATISTA, José Meireles (1981) – Lapa do Suão (Vale do Rôto, Columbeira, Bombarral) – Campanha de trabalhos de 1980. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean, CUNHA-RIBEIRO, João Pedro, BRITO, Mário Armando (1984) – Gruta da Lapa do Suão (Vale do Rôto, Columbeira, Bombarral) – Relatório da campanha de escavações de 1984. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

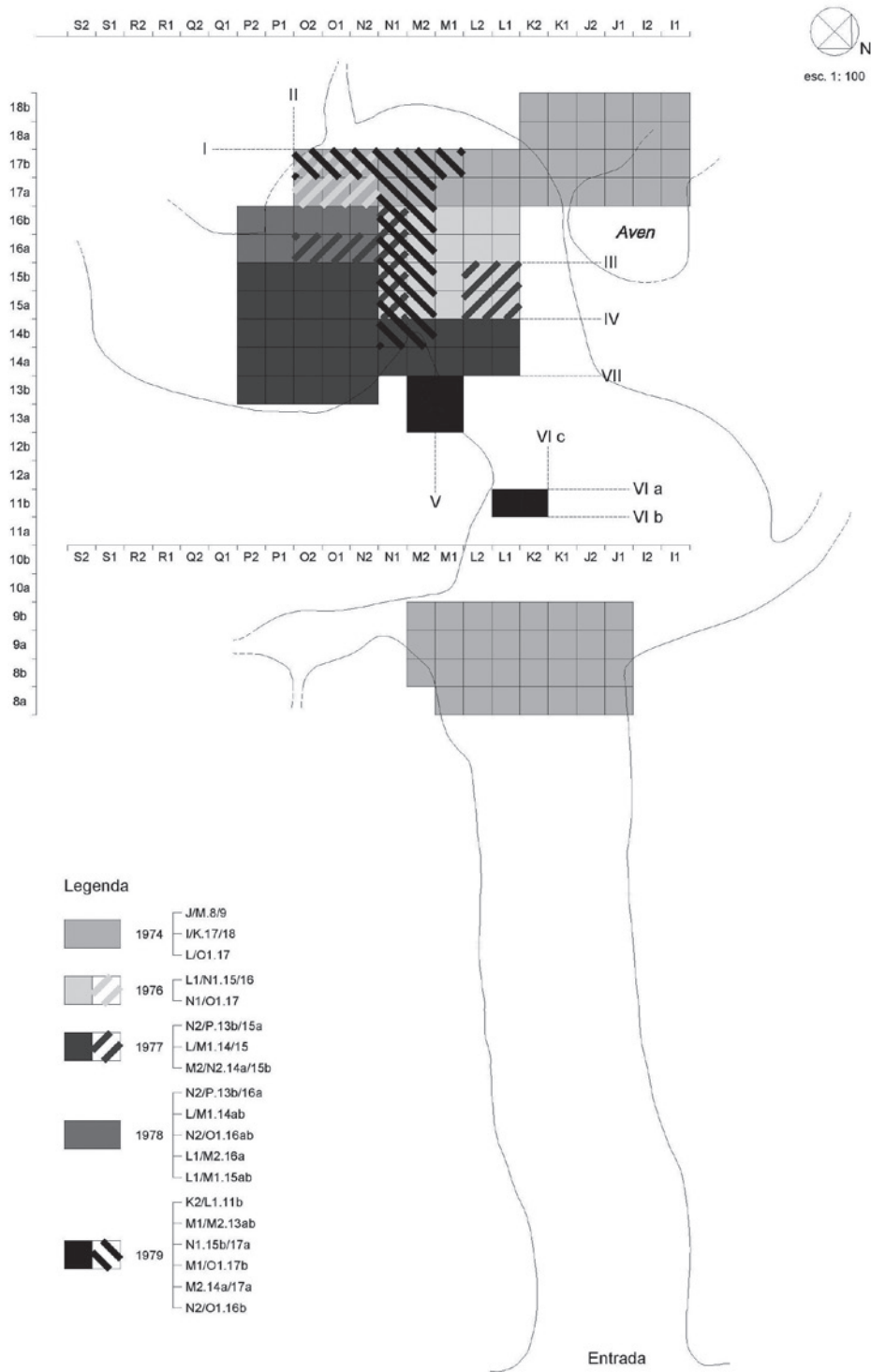
ROCHE, Jean, CUNHA-RIBEIRO, João Pedro, BATISTA, José Meireles (1985) – Gruta da Lapa do Suão (Vale do Rôto, Columbeira, Bombarral) – Relatório de escavações da campanha de 1985. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean, CUNHA-RIBEIRO, João Pedro, BATISTA, José Meireles (1986) – Gruta da Lapa do Suão (Vale do Rôto, Columbeira, Bombarral) – Relatório da campanha de escavações de 1986. Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

ROCHE, Jean, CUNHA-RIBEIRO, João Pedro, BATISTA, José Meireles (1987) – Relatório dos trabalhos de escavação arqueológica realizados na gruta da Lapa do Suão (Columbeira, Bombarral). Arquivo do Instituto Português do Património Cultural. S/ edição.

SANTOS ROCHA, António (1907) – Novas explorações da gruta da Lapa do Suão. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, I (5): pp. 150-153.

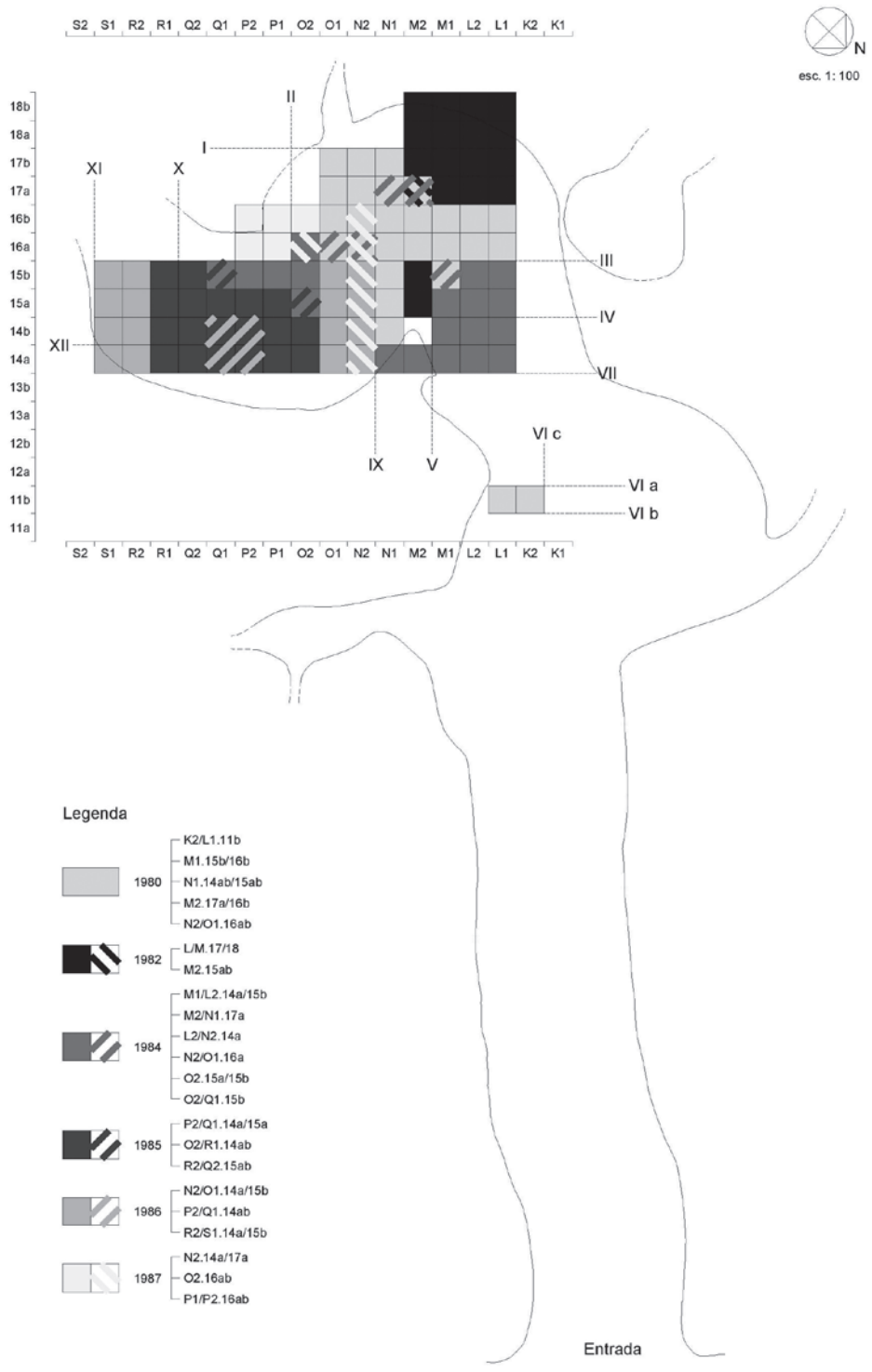
ZILHÃO, João (1997) – O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa. Lisboa: Edições Colibri. Vol. II: 850 p.



Legenda

- 1974
  - J/M.8/9
  - I/K.17/18
  - L/O1.17
- 1976
  - L1/N1.15/16
  - N1/O1.17
- 1977
  - N2/P.13b/15a
  - L/M1.14/15
  - M2/N2.14a/15b
- 1978
  - N2/P.13b/16a
  - L/M1.14ab
  - N2/O1.16ab
  - L1/M2.16a
  - L1/M1.15ab
- 1979
  - K2/L1.11b
  - M1/M2.13ab
  - N1.15b/17a
  - M1/O1.17b
  - M2.14a/17a
  - N2/O1.16b

Planta 1 – Lapa do Suão: Intervenções de 1974-1979 (desenho: Ana Carrico).



Planta 2 – Lapa do Suão: Intervenções de 1980-1987 (desenho: Ana Carriço).



# ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL: REFLEXÕES E APOLOGIA DE UM MÉTODO A POTENCIAR EM PORTUGAL

---

Ana Bica Dias Osório

ana.bica.osorio@gmail.com

## **Resumo**

O texto reúne várias reflexões propiciadas por um estudo de Arqueologia Experimental sobre cerâmicas. Reflete sobre o método científico/experimental, alguns aspectos do pensamento científico da Arqueologia e sobre a articulação entre Arqueologia, Arqueologia Experimental e experiencial. Depois incide no estudo experimental mencionado, sobre cerâmicas, frisando o seu contributo para a compreensão do modelo de cadeia operatória de produção cerâmica no Bronze Final. Por fim analisa brevemente alguns aspectos da investigação e divulgação da Arqueologia Experimental em Portugal, que tem crescido nos últimos anos, e que se considera dever ser incentivada.

**Palavras-chave:** Arqueologia Experimental, Cerâmica do Bronze Final, Arqueologia experiencial e didáctica.

## **Abstract**

Following an experimental study about pottery this text reflects upon Experimental Archaeology. It recalls the scientific/experimental method, some aspects of scientific Archaeological thought and links between Archaeology, Experimental Archaeology and experiential archaeology. Then, it addresses the aforementioned experimental study on pottery, emphasising its contribution to the understanding of LBA's pottery production "chaîne opératoire" model. Finally it briefly addresses some aspects of the increase in Experimental Archaeology's application in Portugal, considering that it should be further encouraged.

**Keywords:** Experimental Archaeology, Late Bronze Age pottery, Experiential and didactic archaeology.

## 1. INTRODUÇÃO: O OBSERVADOR, O OBJECTO E A PRÁTICA

Durante o desenrolar do estudo que culminou no trabalho “Gestos e Materiais: Uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações bruniadas do Bronze Final / I Idade do Ferro” (OSÓRIO, 2013, 2017) o esforço necessário à classificação desses materiais deparou-se com taxonomias de classificação diversas e por vezes de difícil articulação. O próprio contacto com os manuais síntese mais referenciados (RYE (1981); SHEPPARD (1985); RICE (1991); SINOPOLI (1991); ORTON *et al.* (1993); SCARCELLA (2011), *etc.*) tanto contribuía para aclarar alguns aspectos como levantava questões sobre se os artefactos estariam a mostrar a característica indicada pelo autor X, a indicada pelo autor Y, ou se não era nada disso. Ao mesmo tempo, as descrições dos materiais de muitos sítios arqueológicos, produzidas por vários autores, começaram a gerar dúvidas sobre a forma como alguns termos técnicos estariam por vezes a ser utilizados, sobressaindo as dúvidas sobre: “brunido”, “engobe”, “pós-cozedura”, “cozedura oxidante”, “cozedura redutora”, “fabrico” vs. “pasta” *etc.*

A certa altura, porém, ficou claro que os principais problemas nasciam da inexperiência prática da investigadora na produção de recipientes cerâmicos, o que limitava o pensamento crítico, a compreensão das observações e classificações e a capacidade de as comunicar. Ao colocar a “prática” e o “processo” no centro do estudo passou a haver necessidade de uma observação da prática e dos processos, o que só se poderia obter na etnografia ou na experimentação. Por isso, nas conclusões do trabalho (OSÓRIO, 2017, 403-404) acabou por se considerar que há vantagens em que a descrição técnica das propriedades dos objectos seja mediada pela compreensão das causas-efeitos dos processos de produção (e também do uso e pós-deposicionais).

O desejo inicial de compreensão foi de índole “experencial” mas acabou por se tornar “experimental” (REYNOLDS, 1999; CUNNINGHAM *et al.*,

2008, p. v-viii,) quando se compreendeu o benefício de gerar conhecimento reproduzível. Através da “prática”, a Arqueologia Experimental permite uma aproximação entre “investigador” e “objecto de estudo” mas este “objecto de estudo” pode e deve estar integrado num programa de investigação que delimite as variáveis a observar e as controle, de modo a obter dados úteis para outros investigadores. Além disso os fenómenos que a experiência pode abarcar tanto podem dirigir-se a situações territorial, cronológica ou culturalmente específicas como ser abrangentes e explorar a diversidade possível. É esse o valor de um método<sup>1</sup>.

Simultaneamente, a aproximação entre qualquer “observador”, a “prática” e o “objecto”, a tal vertente experiencial, permite que a Arqueologia Experimental se dirija à dinamização de públicos. Alguns autores têm enfatizado a distância entre as vertentes “experencial” e “experimental”, propondo que o termo Arqueologia Experimental se restrinja ao seu valor de método científico (REYNOLDS, 1999). No entanto neste texto considera-se que a Arqueologia Experimental se pode dedicar às duas vertentes da experiência, a utilização metódica, que diz respeito à investigação, e o valor comunicativo da experiência didáctica, que diz respeito aos contextos de divulgação (da mesma forma que não se baralha o sentido do termo entre experiências científicas para estudar um assunto e experiências de base científica, demonstrativas de princípios em sala de aula). O grande potencial didáctico da Arqueologia Experimental não tem escapado a alguns arqueólogos e museus, pois pode constituir uma ferramenta activa, que permite transcender a aprendizagem meramente visual ou descritiva, mediar ou ultrapassar a linguagem hermética da Arqueologia e ainda proporcionar momentos lúdicos.

No caso da sua utilização metódica, este texto

---

<sup>1</sup> Do grego *metá* (reflexão, raciocínio, verdade) e *hódos* (caminho, direcção). É a etimologia e o interesse da sua interpretação para a arqueologia que explica porque é que aqui a Arqueologia Experimental é geralmente referida como método. Reconhece-se no entanto que possui já fundamentação teórica e prática suficiente para se considerar uma disciplina.

considera que, ao complementar os estudos arqueológicos no processo de autocrítica taxonómica, de autocrítica interpretativa e de divulgação/dinamização patrimonial a Arqueologia Experimental é um método que merece maior atenção e deve ser potenciado em Portugal. É pois muito justo que se questione a insipiência da sua aplicação em estudos nacionais (AMARO, 2008) e não só no caso de cerâmicas pré-históricas. Recentemente porém observase um aumento do interesse pela Arqueologia Experimental no país, que interessa acompanhar.

Em seguida é traçada uma reflexão sobre as características do método experimental e vantagens da sua aplicação em Arqueologia (2.). Apresentam-se depois algumas reflexões sobre alguns procedimentos e experiências realizados no âmbito do estudo das cerâmicas com decorações brunidas proto-históricas do ponto de vista da investigação e da divulgação/didactização públicas (3.). Num outro ponto apresenta-se uma abordagem ao estado da Arqueologia Experimental em Portugal nos últimos anos (4.), antes de traçar algumas conclusões (5.).

## **2. REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO EXPERIMENTAL, A ARQUEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL**

A utilização do método científico/experimental<sup>2</sup>, como foi constituído desde meados do séc. XVII<sup>3</sup>, tem sido muito justamente apontada como base dos avanços científicos e tecnológicos das centúrias subsequentes. O seu impacto é tão grande e generalizado na sociedade contemporânea que pode parecer supérfluo dedicar-lhe algumas linhas em jeito de síntese. No entanto, uma vez que este texto reflecte sobre a Arqueologia Experimental enquanto método julgou-se fundamental trazê-lo ao centro da reflexão.

---

<sup>2</sup> Introduce-se aqui esta dicotomia científico/experimental para não entrar em discussões metodológicas sobre diferenças entre este método e os das ciências sociais e humanas.

<sup>3</sup> Atribuído ao pensamento e trabalho de Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, William Gilbert, Isaac Newton etc.

O método científico/experimental parte da recolha cuidadosa de dados (autenticados e validados pelo conhecimento de cada época) sobre o objecto de estudo. Em seguida procede ao tratamento dos dados e procura estabelecer relações causais entre eles de modo a inferir, por indução ou dedução, hipóteses ou modelos interpretativos. Nessa fase algumas ciências desenvolvem uma etapa de testes experimentais da hipótese/modelo (no caso da Matemática esta fase corresponde a demonstrações lógicas). Para isso estabelece-se um ou vários grupos de controlo e também grupos experimentais comparativos. Nestes últimos alteram-se variáveis, para verificar se o modelo se confirma. Quando este é confirmado é ainda preciso que, reproduzindo as mesmas condições, os resultados possam ser replicados por outros. Se os dados analíticos das várias experiências são compatíveis e se a hipótese/modelo pode ser replicada, é considerada válida.

No séc. XX, o impacto do “Princípio da incerteza” de Heisenberg na mecânica quântica desafiou o positivismo determinista gerado pelo método científico/experimental dos sécs. XIX e XX, introduzindo leis estatísticas (probabilidade) e provando que há um certo grau de indeterminismo inerente, à escala de observação quântica. As provas a que o método científico/experimental foi sujeito desde então permitiram-lhe porém adaptar-se aos novos conceitos sem abdicar dos seus princípios fundamentais (BERNARDO, 2013, p. 23-24), pelo que sobreviveu e de certa forma se reforçou.

Assim, no método científico/experimental a enunciação das condições em que os dados são sucessivamente adquiridos é crucial, não só para formular a hipótese/modelo mas para estabelecer as variáveis a medir na etapa experimental e poder compará-las em várias experiências. A inovação e avanços na investigação têm sido contínuos devido aos seus próprios resultados que têm conduzido à melhoria dos instrumentos de aquisição de dados, dos procedimentos de tratamento dos mesmos, ou à formulação de novas hipóteses/modelos. Como se percebe, o método científico/experimental alicerça-se na comparação mas é a reprodutibilidade

de que o valida, tornando-se a base alargada do conhecimento (divulgado depois através do ensino).

A Arqueologia, constituída como disciplina científica desde o séc. XIX (muito embora com importantes alterações teóricas e práticas desde então), também parte da recolha cuidadosa de dados (autenticados e validados pelo conhecimento da época) sobre o objecto de estudo, procede ao tratamento dos dados e procura estabelecer relações (não só causais) entre eles para inferir hipóteses ou modelos interpretativos. Pode ainda comparar os dados de análise de múltiplos objectos de estudo e verificar a sua semelhança ou dissemelhança. O que não pode fazer (bem como outras ciências, naturais ou sociais) é ter um grupo no qual introduz variações para experimentar efeitos. Possui apenas um grupo já formado e estático, os vestígios arqueológicos, que para gerar conhecimento tem de ser observado e descrito. Não é possível reproduzir as condições que envolveram a sua criação, não se conhecem completamente as variáveis envolvidas nessa criação, nem as alterações que posteriormente sofreu e não é possível introduzir-lhe variações para ver como se comporta. Acresce ainda a parcimónia e parcialidade desse grupo face ao tipo de interpretações e representações que se deseja produzir.

A impossibilidade de observação directa do passado para conhecer as sociedades precedentes (um dos objectivos) não permite observar todas as variáveis envolvidas na formação dos objectos de estudo (as evidências materiais/físicas por elas deixadas) e isso tanto ocorre em sociedades pré-históricas, que apenas legaram evidências materiais/físicas, como em sociedades históricas que além disso legaram algum conhecimento escrito. A irreprodutibilidade dos fenómenos obriga a que mesmo no estudo das materialidades/realidades físicas a arqueologia recorra a inferências lógicas de vários tipos, entre as quais inferências de abdução e analogia, e não possa repousar apenas nas inferências dedutivas e indutivas que o método científico/experimental advoga.

Assim, quando a partir dos vestígios físicos se passa à interpretação do comportamento humano,

a arqueologia tem de considerar que a interacção deste com a matéria é mediada por contextos socioculturais, económicos e técnicos envoltos em pressupostos que ultrapassam a causalidade lógica e provêm de outros tipos de pensamento, tais como a tradição, o empirismo e o pensamento não lógico (ex. simbólico). Apesar de o ser humano poder recorrer a estratégias e processos de pensamento de vária índole, não pode porém transcender os constrangimentos da própria matéria. O que pode é lidar com eles de formas que hoje desconhecemos e para as quais não temos um referencial de descodificação. Assim, depois de a Arqueologia identificar e propor hipóteses e modelos interpretativos, através dos seus tipos de inferências específicas, é importante avaliá-los e criticá-los, pelo menos do ponto de vista material, para perceber se podiam funcionar e como, ou se há que repensá-los e introduzir outras variáveis que expliquem melhor o registo arqueológico.

É por isso que a Arqueologia Experimental se torna verdadeiramente útil na explicação da formação dos vestígios arqueológicos físicos, permitindo compreender uma parte importante do registo arqueológico, ao testar os limites da interpretação (ASCHER, 1961). Para além do seu carácter interactivo de relação com a matéria, permite a criação de grupos experimentais de comparação (para contrastar com o grupo de controlo original, os vestígios arqueológicos) onde se podem introduzir e alterar as mais diversas variáveis, tais como: variações físico-químicas, variações nos processos técnicos de produção/construção e uso, variações nos processos de destruição/decomposição, etc.

Deste modo, não é de estranhar que as raízes da Arqueologia experimental se encontrem no período de constituição da Arqueologia como disciplina científica, no séc. XIX. Os primeiros exemplos nasceram de estudos sistemáticos em que os investigadores recorreram também à experimentação como no caso de Sven Nilsson, na Dinamarca; Flaxman Spurrell, John Evans e John Lubbock ou Augustus Pitt Rivers, na Inglaterra; Edouard Lartet na França; Jakob Heierli, na Suíça; e por Frank Cushing,

George Sellers ou Joseph McGuire nos Estados Unidos (ASHER, 1960; GIARDINO, 2012; FLORES & PARDEKOOOPER, 2014). A grande maioria destes trabalhos foi dedicada à pré-história antiga e incidiu na reprodução de líticos. Outros porém tiveram como tema os efeitos pós-deposicionais na formação dos sítios arqueológicos ou a metalurgia. Note-se ainda que, no caso pioneiro de Sven Nilsson, os testes experimentais foram acompanhados pela procura de paralelos etnográficos, revelando como desde o início a experimentação tem andado de mãos dadas com a etnografia.

Apesar da precocidade dos estudos experimentais na prática Arqueológica, o seu desenvolvimento foi bastante desigual em quantidade, cronologia e temática, como dá conta o livro *Experiments Past: Histories of Experimental Archaeology* (FLORES & PARDEKOOOPER, 2014) relativamente à Europa. No pós-2ª Guerra Mundial a actividade experimental aumenta e surgem importantes desenvolvimentos metodológicos assentes na análise estatística (ex. estudos de François Bordes, em França, ou de Don E. Crabtree nos Estados Unidos) e na discussão e tentativa de delimitação das práticas e fundamentação teórica (ex. ASHER, 1961; COLES, 1967). No entanto muitos autores consideram que é só em 1973 que a disciplina é finalmente bem definida, com o trabalho de John Coles: *Archaeology by Experiment*, (COLES, 1973).

Desde então a Arqueologia Experimental tem continuado a evoluir significativamente, através de contributos fundamentais de inúmeros autores, entre os quais se destacam os de Peter Reynolds (1994, 1999) ou os de Michael Schiffer e James Skibo (1986, 1994), entre muitos outros. No caso destes últimos é relevante indicar que o seu trabalho se tem relacionado intimamente com as correntes interpretativas comportamentalistas, cuja tónica analítica repousa na observação etnográfica e etnoarqueológica e no estudo experimental controlado da variabilidade inerente ao comportamento humano e seu efeito prático nos materiais (MARSH & FERGUSON, 2010).

Regressando à discussão do método e sua apli-

cação é interessante recordar que em 2012, num congresso em Granada, se questionava se a interpretação de dados da Arqueologia Experimental, podia ir além da analogia. Na linha do que aqui se discute tem de se assumir que a analogia<sup>4</sup> é a única forma de inferência possível quando se comparam coisas com temporalidades muito distintas (vestígios arqueológicos vs resultados experimentais contemporâneos). No entanto a Arqueologia Experimental permite criar modelos hoje, baseados em experiências contemporâneas, que podem ser contrastados com os modelos interpretativos arqueológicos também gerados hoje, e pode fazer isso ao longo da diacronia futura, actualizando-se.

Embora a analogia tenha de estar presente na interpretação do passado (o que não é um verdadeiro problema (SCHIFFER, 2013), ela não tem de estar presente no apuramento dos modelos e taxonomias contemporâneos pois nessa etapa podemos recorrer a raciocínios dedutivos ou indutivos. É aí que a Arqueologia Experimental é útil, pois permite testar os limites materiais e causais da interpretação actual. Assim, pode constituir-se como uma ferramenta de crítica hermenêutica suficientemente aberta para expandir discursos e modelos.

Há três aspectos em que esta utilidade ficou muito clara no trabalho experimental realizado (OSÓRIO, 2013, 2017): no apuramento da taxonomia; na identificação de variáveis a observar e seus possíveis efeitos nos processos de humanização da matéria que podem ter reflexo em propriedades dos vestígios arqueológicos; na identificação de etapas e lógicas operativas dentro de esquemas interpretativos e no apuramento desses mesmos esquemas interpretativos (como o de cadeia operatória).

---

<sup>4</sup> No raciocínio por analogia começa-se com uma semelhança comprovada (através da análise e comparação de dados) a partir da qual se infere uma semelhança não comprovada (ex. integração cronológica; interpretação daquilo que ocorreu no passado). A analogia é considerada por alguns autores como um caso especial de indução mas não integra premissas, ou produz conclusões, gerais.

### 3. REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO EXPERIMENTAL EM TORNO DE CERÂMICAS PROTO-HISTÓRICAS

Um tema de reflexão que aqui se gostava de abordar emana directamente do contexto em que o trabalho de investigação (OSÓRIO, 2013, 2017) decorreu (Grupo de Estudo de Materiais do Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC) e onde o pensamento é fortemente ancorado no método científico/experimental. Nesse contexto a cada dia era clara a necessidade de comunicar e expor as particularidades das interrogações e observações arqueológicas através de raciocínios dedutivos difíceis de estabelecer no caso de muitas interrogações arqueológicas. É frequente que outras disciplinas/ciências não entendam as observações arqueológicas, as preocupações com certos detalhes em detrimento de outros, e que considerem as próprias observações como especulativas, mesmo quando os arqueólogos sabem que provêm da observação directa de factos concretos do registo arqueológico que até são frequentemente repetitivos.

A possibilidade de acrescentar analogias experimentais ao estudo arqueológico torna-se então interessante também como forma de facilitar a comunicação entre ciências e permitir um maior entendimento de algumas problemáticas arqueológicas, por parte de não especialistas na área. Esta comunicação é ainda de maior importância quando a arqueologia deseja recorrer a algumas dessas ciências para análises instrumentais de vestígios arqueológicos, e aumenta quando os resultados dessas análises são depois interpretados através de analogias sem referencial no presente. De facto uma vez que o entendimento da diacronia e da variabilidade do comportamento humano não é genérico em todas as ciências, e aliás constitui uma das especificidades e mais-valias da Arqueologia na reflexão sobre essas mesmas ciências (SCHIFFER, 2013), facilitar a comunicação permite e tem permitido desenvolvimentos relevantes.

#### 3.1. O contributo da investigação experimental para a compreensão da cadeia operatória de produção cerâmica no Bronze Final:

O início da investigação experimental sobre cerâmicas proto-históricas não partiu de um programa de investigação estabelecido “*a priori*”. O seu planeamento foi sendo paulatino e emanou do enquadramento teórico (estudo da cadeia operatória de produção) e da metodologia prática (análise macroscópica e arqueométrica). Não se pretende aqui repetir o que foi dito e escrito sobre os procedimentos e resultados do programa experimental executado (OSÓRIO, 2013, 2017, cap. 6) mas é útil reflectir em breves linhas sobre os seus principais contributos à compreensão da cadeia operatória de produção.

O conjunto de experiências derivou da análise do grupo de referência ou controlo/vestígios arqueológicos e tanto incluiu experiências de imitação/reprodução (tentando aproximar-se o mais possível das propostas do modelo arqueológico de produção proposto para o Bronze Final) como testes sobre variáveis físicas específicas em contextos diferentes dos do modelo (matérias-primas avulsas, recursos laboratoriais). É evidente que os objectos do grupo experimental tiveram depois de ser analisados através da mesma metodologia analítica aplicada às cerâmicas arqueológicas, embora apenas nos aspectos relacionados com as perguntas específicas que lhes eram colocadas.

As questões sobre as quais se debruçou o estudo experimental foram muito diversas e não é possível ou desejável discuti-las todas aqui, pelo que este texto se dirige àquelas que mais alteraram a percepção do modelo conceptual da cadeia operatória de produção de cerâmicas que se pode aplicar ao Bronze Final<sup>5</sup> (Fig. 1). As principais questões abordadas são: As matérias-primas disponíveis nos sítios

---

<sup>5</sup> Embora o universo preferencial do estudo tenham sido cerâmicas decoradas por brunimento (e as cerâmicas decoradas possam ter tido funções práticas diferentes de outras cerâmicas) é de notar que também se estudaram fragmentos sem decoração, para comparação, e que na fase experimental o modelo de cadeia operatória foi abordado de forma ampla.

arqueológicos permitiriam a produção de recipientes funcionais? A presença de argilossilicatos nas cerâmicas arqueológicas resultaria de processos pós-deposicionais ou poderia dever-se ao processo de produção? Cerâmicas cozidas a baixas/médias temperaturas poderiam ser funcionais?

Relativamente à avaliação de possíveis matérias-primas é de notar que, infelizmente, o estudo arqueométrico não pôde ser complementado com análises químicas que validassem melhor a equivalência entre as argilas recolhidas e os fabricos das cerâmicas arqueológicas. Apesar disso, o estudo petrográfico e por Difraccção de Raios-X (DRX) permite identificar os elementos não plásticos e outros minerais presentes nas amostras, reflectindo características do substrato geológico da área de recolha e/ou a adição de elementos não plásticos como “tempero”. Esta análise mostrou que algumas fracções argilosas recolhidas nos próprios sítios arqueológicos eram mineralogicamente muito semelhantes a certos fabricos evidenciados nas cerâmicas arqueológicas/ “grupo de controlo”. Além disso o estudo por DRX<sup>6</sup> a quente permitiu estudar as transformações que esses solos sofriam com o acréscimo de temperatura e compará-los também com as cerâmicas.

Inicialmente não se tinha pensado que os solos argilosos dos próprios sítios arqueológicos pudessem ser usados na produção. As várias teorias de circunscrição de áreas de captação de recursos tendem a delimitar áreas vastas e o facto de os oleiros não recolherem as matérias-primas no próprio sítio onde habitam (actualmente e nas informações etnográficas relacionáveis com os sítios em estudo), nem as recolherem nos sítios arqueológicos em causa, não tinha sugerido se quer essa hipótese<sup>7</sup>. No entanto, a comparação mineralógica entre amostras

---

<sup>6</sup> Permite estudar as transformações fásicas e mineralógicas que ocorrem com o calor, nos intervalos térmicos estipulados.

<sup>7</sup> É interessante como essa foi uma das questões levantadas na arguição do trabalho: “Porquê é que decidiu estudar os solos dos sítios arqueológicos?” A questão foi muito pertinente, para avaliar se tinha sido um pré-conceito introduzido no trabalho. Na verdade porém o pré-conceito tinha sido o oposto.

de solos de um dos sítios arqueológicos (Outeiro do Circo), estudadas para compreender outro assunto (OSÓRIO *et al.*, unpub.), revelou semelhanças muito significativas entre os solos e as cerâmicas desse sítio. Assim, desafiou o pré-conceito da investigação até aí, pois na altura procuravam-se referências etnográficas a barreiros usados na região sem ter considerado avaliar o próprio sítio.

Numa conversa com um oleiro local, António Mestre, de Beringel (próximo do Outeiro do Circo) este tinha afirmado que o barro do Outeiro do Circo não era bom para a olaria. Porém, o facto de as práticas deste oleiro (modelação à roda, cozedura oxidante em forno controlado, produção em quantidade significativa para o mercado) serem muito diferentes das propostas no modelo arqueológico de produção atribuído ao Bronze Final (modelação manual por várias técnicas, cozedura em fogueira aberta ou fechada, produção para autoconsumo com hipótese da existência de trocas de vários tipos), justificava que as argilas do sítio arqueológico fossem estudadas experimentalmente. Nessas experiências interessava analisar e testar as propriedades práticas do solo argiloso e ainda recorrer à reprodução das técnicas indicadas nos modelos propostos para o Bronze Final. Por isso assim se fez e chegou-se à conclusão de que a imitação técnica permitia produzir cerâmicas funcionais (OSÓRIO, 2017, pp. 340, 772) com as matérias-primas do sítio.

O tema é interessante porque questiona a relevância das informações recentes, geradas em contextos de produção técnica muito distintos, em detrimento da análise de proximidade. Entre outras coisas, o trabalho analítico e as experiências mostraram como ambos devem ser considerados, já que a percepção dos oleiros repousa em vários critérios (ex. ARNOLD *et al.*, 2001, 71) que podem ser modificados ao longo do tempo.

A verificação experimental desta possibilidade levou depois a recolher mais amostras de sedimentos que pareceram argilosos em alguns outros sítios (que também eram casos de estudo) e a compará-los com as cerâmicas desses mesmos sítios. Num outro caso foram identificadas semelhanças signifi-

cativas (Arraiolos) mas em outros não (Los Concejiles, Alange). Foi ainda interessante perceber que os solos que mostraram semelhanças eram amostras provenientes de escavação e os dissemelhantes<sup>8</sup> foram recolhidos à superfície (não contemporâneos com os materiais estudados). Esta informação é importante para que se renove o interesse na recolha de amostras de solos locais (em níveis arqueológicos coetâneos aos materiais) durante a etapa de escavação, para comparação posterior com os universos cerâmicos.

Outro tema relevante para o estudo da cadeia operatória partiu dos dados arqueométricos. A análise por DRX revelou que os fabricos cerâmicos apresentavam minerais argilosos identificáveis, cuja estrutura cristalina podia não ter sido alterada pelo calor. O problema que este dado coloca é que a partir de cerca dos 550°C/700°C (a temperatura específica depende do tipo de mineral argiloso) a estrutura cristalina dos minerais começa a ser alterada, com a perda da “água<sup>9</sup>” estrutural. Por isso, em cozeduras feitas a temperaturas acima desse intervalo térmico, estes minerais não deveriam surgir na análise por DRX<sup>10</sup>. A sua presença poderia então ser um indicador útil para aferir que as temperaturas de cozedura utilizadas tinham ficado abaixo desse patamar, e/ou que a duração das cozeduras tinha sido muito curta e não tinha alterado completamente os materiais (afectando sobretudo as superfícies mas sem ter tempo para penetrar completamente no interior).

A utilização de cerâmicas com cozeduras nestes patamares térmicos levanta vários problemas de ordem prática, sobretudo quando se considera a sua utilização para cozinhar ou conter líquidos, pois as argilas não estão completamente transformadas em

---

<sup>8</sup> Apesar disso verificou-se que permitiram a modelação e cozedura pelas mesmas técnicas do modelo do Bronze Final, produzindo peças funcionais (OSÓRIO, 2017, p. 768).

<sup>9</sup> Esta “água” é diferente da que é responsável pela hidratação, está contida na microestrutura dos minerais e na verdade corresponde a grupos hidroxilos (OH) cuja especificidade não se quer explorar aqui (cf. OSÓRIO, 2017, pp. 78-80).

<sup>10</sup> Técnica que permite identificar as fases/minerais através da análise da sua a estrutura cristalina.

cerâmica (sinterização), estão mal agregadas e, em contacto prolongado com líquidos, podem levar à desintegração da peça. Além disso apresentam uma porosidade elevada que dificulta a condução do calor para o interior dos recipientes, podendo impedir a ebulição.

Há porém outra explicação científica para a presença de argilossilicatos com estrutura cristalina nas cerâmicas arqueológicas. Esta prende-se com a reidratação a que essas cerâmicas estiveram sujeitas durante o período deposicional e que poderia permitir que a estrutura de minerais incompletamente transformados pelo calor (meta-estáveis) se “regenerasse” e voltasse a adquirir a “água” estrutural (num processo denominado reidroxilação). Assim, a identificação destes minerais argilosos poderia ter ocorrido nessa fase e não se atribuiria à etapa de produção. Ora há um grupo de cerâmicas particularmente susceptível a este fenómeno, as que são feitas com argilas de tipo esmectítico, como são precisamente as do Outeiro do Circo (e de outros casos de estudo abordados, embora com presença menos significativa).

Uma vez que não existiam meios na altura para estudar a reidroxilação, cuja explicação científica ainda não é consensual (OSÓRIO, 2017, pp.78-79), o estudo experimental foi dirigido à compreensão da possibilidade de produzir “cerâmicas” funcionais a temperaturas que não ultrapassassem os 700°C e em ciclos temporais curtos (cerca de 1h de fogo aceso, seguido de “abafamento”), testando em seguida se era possível utilizá-las para cozinhar. Se tal não fosse possível a explicação de que a presença dos argilossilicatos nas cerâmicas se devia a processos pós-deposicionais sairia reforçada. Como se verá, porém, não foi esse o caso, uma vez que se verificou a possibilidade de utilizar cerâmicas cozidas a temperaturas médias/baixas para a contenção de líquidos e para cozinhar.

Na investigação experimental as peças produzidas na etapa de modelação (com argilas dos sítios arqueológicos ou não), e também alguns rolos experimentais (de solos arqueológicos), foram cozidas em fogueiras abertas ou fechadas (tipo

“soenga”). A temperatura dentro das fogueiras foi controlada com recurso a termopares, ou termopares juntamente com barras pirométricas (duas estratégias de medição térmica que serviram de controlo uma à outra). Intencionalmente, em todos os casos, a temperatura de cozedura só atingiu um máximo de 700°C/500°C em certas áreas da fogueira. Essas temperaturas foram intermitentes e nunca se alongaram por mais de 30-40 minutos. Em certas zonas da fogueira a temperatura foi ainda menor (OSÓRIO, 2017, pp. 760-763). Ao mesmo tempo procedeu-se à comparação entre fogueiras com atmosferas bastante ricas em carbono e outras com atmosferas irregulares, alternadamente oxidantes e ricas em carbono (o objectivo destas era produzir atmosferas oxidantes mas o resultado das práticas utilizadas produziu atmosferas com demasiado carbono em determinadas alturas).

Após a cozedura realizou-se um conjunto de testes experimentais relacionados com a etapa de uso, para aferir se as peças podiam ser utilizadas no contacto com líquidos ou em práticas culinárias. O resultado dos testes (em que as peças foram sempre colocadas directamente em cima da fogueira ou brasas, por vezes apoiadas em pedras) mostrou cenários diferentes:

- a) as peças sem fissuras que foram cozidas em ambientes extremamente ricos em carbono permitiram atingir a ebulição muito depressa e era possível cozinhar;
- b) várias peças sem fissuras cozidas em atmosferas irregulares, quando eram cheias com água, ficavam húmidas e não permitiam a ebulição;
- c) várias peças de cozedura irregular revelaram que tinham microfissuras invisíveis e, quando colocadas sobre a fogueira, iam apagando as brasas.
- d) As peças que tinham fissuras evidentes não foram testadas quanto à utilização sobre o fogo.

A diferença entre estes resultados tem várias implicações:

a) O facto de as peças muito negras permitirem a contenção de líquidos e ainda cozinhar sugere que a deposição do carbono durante a sua própria cozedura tapa significativamente a porosidade das pe-

ças, diminuindo-a. Esta observação é reforçada por trabalhos de outros investigadores (SKIBO *et al.*, 1997, p. 315; LONGACRE *et al.*, 2000; SCHIFFER *et al.*, 1994). No caso de algumas destas peças, quando foram lavadas, antes do uso, observou-se que a água da lavagem lhes escorria pelas superfícies sem ser absorvida, revelando as propriedades hidrófobas do carbono e a sua capacidade de impermeabilização. É expectável porém que estas propriedades hidrófobas diminuam com o uso (PICÓN *et al.* 1995, p. 204) pelo que a continuidade da sua utilização exige que a porosidade interior ou superficial seja tapada com outros materiais, derivando possivelmente do uso.

b) No caso das peças que não permitiam obter ebulição (mas que podiam ser usadas na contenção de líquidos) foi possível recuperar a sua utilidade para esse efeito recorrendo a outro tipo de materiais. Estas peças tinham absorvido<sup>11</sup> muita água e o seu corpo estava húmido. Assim, ao mesmo tempo que o fogo ia secando a água, esta era prontamente substituída pela que o recipiente ainda continha. Ao evaporar e ser prontamente substituída por mais água, esta impedia uma transmissão de calor eficaz que produziu as temperaturas necessárias à ebulição dos conteúdos do recipiente. Este problema foi resolvido, porém, através do revestimento das superfícies das peças com alguns tipos de matérias orgânicas como a gordura (no caso azeite mas outras gorduras devem ter o mesmo efeito) ou o amido (papa de farinha de trigo integral com água) (OSÓRIO, 2017, pp. 343-345), referidos na bibliografia etnográfica e também já testado (no caso da gordura vegetal) em trabalhos anteriores (SCHIFFER *et al.* 1994, p. 202).

c) e d) relativamente às peças com microfissuras ou fissuras um pouco mais significativas, estas poderiam facilmente ser usadas como contentores de sólidos. No entanto, foi possível recuperar algumas delas para a contenção de líquidos utilizando outra matéria orgânica identificada em bibliografia etno-

---

<sup>11</sup> A absorção foi medida de forma muito simples controlando apenas quantos dl de água eram introduzidos na peça e esvaziando a peça 10 minutos depois para medir a água que ainda lá estava.

gráfica: a cera de abelha, que é bastante fácil de aplicar depois de derretida (OSÓRIO, 2017, p. 345). Não se chegou a explorar a sua aplicação em peças sem fissuras ou microfissuras, para uso sobre o fogo, por se considerar que derreteria, mas será interessante testar isso no futuro.

É interessante reflectir no facto de algumas peças cozidas a baixas/médias temperaturas requerem que a porosidade fosse “tapada” para permitir a ebulição dos conteúdos. Há muito que se discute a importância do tratamento superficial das peças para a sua “impermeabilização”, no entanto, o contributo das condições de cozedura<sup>12</sup> e a existência de práticas posteriores à cozedura com essa finalidade tem sido abordada com menos frequência.

O trabalho experimental levou então à consciên-

cialização de que, as “lógicas de funcionamento” e a performance dos materiais dependem da articulação entre as várias técnicas empregues na cadeia operatória, e que, dentro de determinadas cadeias operatórias, o modelo pode requerer a existência de uma etapa de “selagem” (como é o caso da utilização de cozeduras em fogueira).

Intencionalmente não se quis chamar impermeabilização a essa etapa e atribuiu-se-lhe a designação de “selagem” (Fig. 1) devido ao efeito prático que tem de isolar/selar um corpo “cerâmico” que pode estar apenas parcialmente cozido e ainda bastante poroso. Esta etapa deve estar presente no modelo de estudo deste tipo de cerâmicas pois pode fazer parte intrínseca da “lógica funcional” de materiais produzidos a baixas/médias temperaturas.

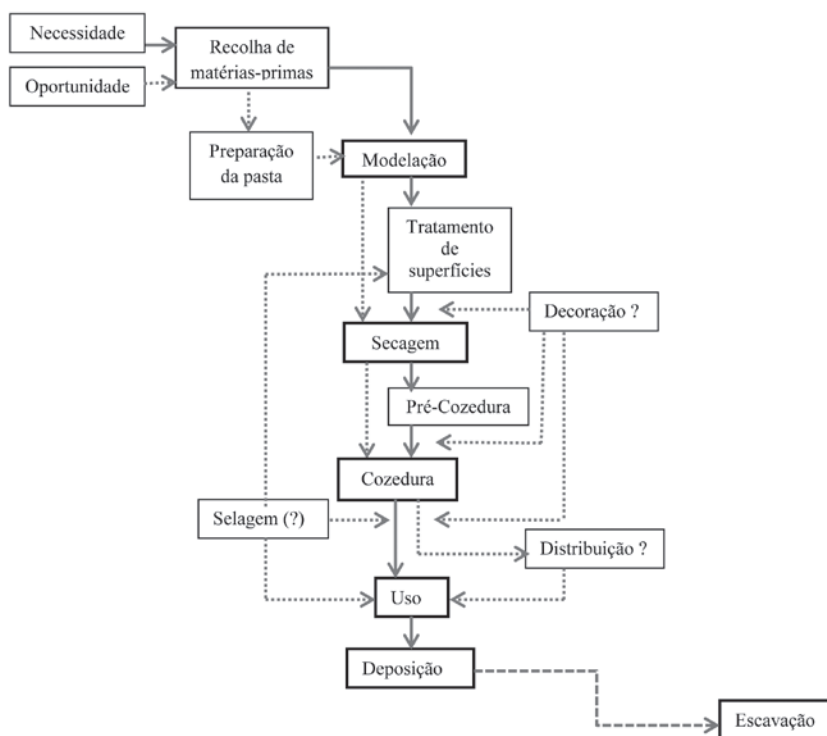


Figura 1 – Cadeia operatória técnica, aplicável ao Bronze Final, e ciclo das cerâmicas arqueológicas.

<sup>12</sup> Para além da atmosfera rica em carbono há outro fenómeno que pode ser relevante. Alguns autores levantam a hipótese de as resinas do próprio combustível poderem contribuir para a selagem da porosidade (SKIBO, 1992 in BECK, 2010, p. 51). Infelizmente porém esta variável não foi controlada durante as experiências, o que é um aspecto que se gostaria de aprofundar.

No caso das matérias orgânicas testadas que produziram bons resultados, importa dizer que tanto o amido como a gordura poderiam estar presentes nas refeições confeccionadas permitindo selar a porosidade durante o uso e obter efeitos semelhantes a determinados tratamentos de superfície e à aplicação intencional de substâncias selantes orgânicas, como mostraram as experiências de Christopher Peirce (1999, p. 132). Assim, pelo menos do ponto de vista da performance dos materiais, não há necessidade de uma “consciencialização” por parte dos oleiros(as) da importância dessa etapa. A necessidade existe porém do ponto de vista do modelo de interpretação arqueológica, pois explica como é que este tipo de materiais podia funcionar. Além disso é importante indicar que a informação etnográfica revela práticas específicas que mostram como, pelo menos em certas sociedades que cozem as suas cerâmicas em fogueiras, a etapa é consciente, assumindo até por vezes um cariz simbólico (OSÓRIO, 2013, 2017, pp. 83-88; AMARO & ROSSELLÓ, 2013 pp. 104).

Os resultados destas experiências desafiam muito claramente a interpretação da presença de argilossilicatos nas cerâmicas como resultado de processos pós-deposicionais. É claro que não provam que a reidroxilação dos corpos cerâmicos não ocorra, nem que não se deva à fase pós-deposicional. No entanto apresentam uma explicação alternativa e credível, na qual os argilossilicatos presentes nas cerâmicas são remanescentes directos dos processos de produção e podem ser até indicadores das temperaturas de cozedura / ciclos curtos de cozedura. Este tema é muito interessante e merece ser melhor aprofundado no futuro com mais experiências dirigidas não só à produção mas também à deposição e período subsequente.

Outra informação relevante que resultou destes testes e que teve impacto na reformulação da cadeia operatória de produção, decorreu de um erro de concepção das experiências iniciais e permitiu uma aprendizagem importante. De facto, nas primeiras experiências, depois de secar as peças por um período prolongado (dois meses) estas fo-

ram directamente colocadas na fogueira, que foi acesa. O erro não demorou a revelar-se, com as peças a estalar e a lançar lascas para fora da fogueira. A supressa gerou a necessidade de explicar o que tinha acabado de ocorrer. Constatou-se então que os exemplos etnográficos de cozedura em fogueira mostravam invariavelmente uma fase em que as cerâmicas eram dispostas durante algum tempo ao redor da fogueira, ou assentes em estrados sobre o fogo, sem contacto directo com ele. Verificou-se ainda, no registo dos termopares da fogueira, que a temperatura tinha subido aos 200-600°C em menos de 5 minutos, gerando um enorme choque térmico e acentuada perda de humidade, pelo que era evidente que as peças tinham de explodir.

O erro revelou que não se tinha dado a devida atenção a esta etapa, pois também não fazia parte da conceptualização teórica da cadeia operatória que nessa altura coordenava o trabalho. Compreendeu-se então que era necessário adicionar uma etapa de “pré-cozedura” ao modelo (Fig. 1). Ao reflectir sobre este erro é de notar que os oleiros contemporâneos com quem se contactou no estudo não recorriam a esta etapa e após secar muito bem as peças ao ar dispunham-nas directamente no forno (de duas câmaras, uma para o fogo e outra para as peças) para cozer. A diferenciação de câmaras no forno permitia que as peças não estivessem em contacto directo com as flutuações térmicas do fogo e as peças iam aquecendo paulatinamente com o forno, sem produzir choques térmicos. No caso das fogueiras porém a lógica operativa tem de ser outra e há necessidade de uma etapa prévia que permita que as peças percam alguma da sua humidade remanescente, reduzindo o choque térmico, antes de contactarem directamente com as flutuações do fogo. Fica então patente o risco de não dominar as práticas e de misturar sequências operativas de produção que recorrem a estruturas e lógicas empíricas muito distintas.

### **3.2. A “experiência” em actividades de divulgação e didactização**

Além da investigação, a certa altura também se percebeu o interesse e envolvimento que a vertente ex-

perencial da Arqueologia Experimental poderia ter junto do público, permitindo abordar os materiais arqueológicos cerâmicos de uma forma prática e envolvente, potenciar a participação das populações e sensibilizá-las para o conhecimento e protecção do seu património. Este era aliás um dos objectivos traçados para o Projecto Outeiro do Circo (PORFÍRIO & SERRA, 2012) pelo que se planeou uma sequência de actividades, dirigidas ao público geral, a executar em conjunto com os outros membros do Projecto<sup>13</sup>. O conjunto destas actividades foi genericamente intitulado *FaCta* (*fogo, água, Cerâmica e ar*) mas assumiu vários subtítulos consoante os sítios para onde foi posteriormente adaptado.

O planeamento das actividades prático-didácticas tinha (e tem) como objectivo didáctico explorar vários aspectos: apresentar materiais arqueológicos de sítios arqueológicos próximos de cada público; sensibilizar as populações para as características do trabalho arqueológico no geral (e particularmente para etapas de estudo menos visíveis do que a escavação); envolver as populações nas questões científicas do estudo de materiais arqueológicos e dar-lhes a oportunidade de participar; concretizar um evento activo, apelativo e lúdico.

As actividades foram planeadas de acordo com as etapas da cadeia operatória de modelação e cozedura e por isso consistem em duas Oficinas que partem da introdução ao tema e identificação das principais questões, para o desafio directo de experimentar reproduzir ou imitar as práticas atribuídas aos períodos pré e proto-histórico. São ainda complementadas com a observação de material didáctico antigo ou experimental (físico e/ou escrito) para comparação e registo.

A actividade decorreu pela primeira vez em 2013 em Mombeja (Beja) e após o seu grande sucesso procurou dar-se-lhe maior mobilidade, de modo a poder aplicá-la em vários sítios. Na ausência de um enquadramento institucional, foi necessário dar-lhe um enquadramento empresarial que comportasse

---

<sup>13</sup> Eduardo Porfírio, Miguel Serra, Sofia Silva e Diana Fernandes.

as exigências inerentes à mobilidade e execução. A actividade foi então adaptada e realizada também em Arouca (2015), no ATL de Penedo Gordo (Beja) (2015) e, mais recentemente, em Nelas (2017), em colaboração com entidades ou arqueólogos locais. Apesar do interesse que tem suscitado, as dificuldades logísticas e financeiras que a mobilidade implica têm limitado significativamente a sua disseminação.

Outra actividade de divulgação, neste caso também com uma vertente analítica significativa (como aliás foi o primeiro *FaCta* em Mombeja), foi um projecto de nome comprido, financiado pela Associação dos Arqueólogos do Algarve (AAA)<sup>14</sup>, dirigido a alunos da Licenciatura em Arqueologia. Intitulou-se "*Tu fazes, eu parto... juntos colamos. Contributos da Etnografia e da Arqueologia Experimental na interpretação de cerâmicas*" e realizou-se no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra em 2013.

Neste caso a actividade pretendeu envolver e dinamizar o interesse pela Arqueologia Experimental, e pelo seu método específico, junto de alunos que poderiam vir a ser profissionais da área. Por isso, as actividades foram mais aprofundadas, controladas, e as três Oficinas dirigiram-se a mais etapas da cadeia operatória: Modelação, Cozedura, Selagem e Uso, culminando na fractura das peças. Neste caso a didactização teve uma forte componente de identificação das variáveis a testar, foram implementadas várias técnicas de controlo e registo e foi enfatizada a observação e comparação de resultados entre os grupos experimentais. Alguns dados, provenientes das experiências mais controladas destas sessões, foram depois considerados no trabalho já mencionado (OSÓRIO, 2013, 2017).

Um dos aspectos muito significativos destas sessões didácticas (sobretudo as mais controladas) foi o seu potencial também para a investigação, sobre o qual também se pode reflectir de forma útil. Es-

---

<sup>14</sup> Também com a colaboração dos colegas do Projecto Outeiro do Circo e ainda com o apoio logístico e/ instrumental do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, particularmente da Doutora Raquel Vilaça, dos centros de I&D CEMUC e CEAACP e cedência de espaço pela Misericórdia de Coimbra.

tes contextos podem ser úteis à investigação por permitirem que o investigador, ao invés de se situar dentro das suas práticas e das que experimentalmente tem ensaiado, possa sair delas, como observador, e aperceber-se do que fazem outros quando exploram os materiais. Embora a maioria dos(as) “oleiros(as)” destas actividades fosse completamente inexperiente (e talvez por isso mesmo), a sua abordagem à preparação das matérias-primas, à modelação ou reprodução formal e a alguns pormenores da cozedura e uso revelou não só muitas dificuldades e pré-conceitos, como também mostrou soluções inesperadas que se tornaram variáveis a analisar no futuro.

De facto, como muito bem sintetizou Eduardo Porfírio “...é relativamente frequente os participantes salientarem no objecto pormenores e características diferentes daquelas que são valorizadas pelo arqueólogo” (PORFÍRIO, 2015, p. 42) e são essas que tentam imitar recorrendo aos seus recursos mentais, desligados do discurso arqueológico. Por exemplo, um dos aspectos em que ficou patente a diferença entre arqueólogos e não arqueólogos durante as experiências de modelação foi o facto de os arqueólogos, ou estudantes de arqueologia, ao replicar formas do Bronze Final, acentuarem frequentemente as carenas das peças, a tal ponto que estas ou se deformavam, ou tinham um aspecto completamente diferente das que queriam reproduzir. Esta preocupação esteve muito menos presente em não arqueólogos que, ou ignoraram completamente as carenas, ou criaram pequenos ressaltos, a esse nível mais próximos do aspecto das peças arqueológicas (e em outros bastante distintos).

#### **4. A ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL EM PORTUGAL**

Os trabalhos de investigação portugueses que recorrem à Arqueologia Experimental são ainda escassos. No entanto a quantidade de estudos e publicações sofreu um incremento significativo, pelo que a aceitação e aplicação deste método em Portugal parece estar a mudar. De modo a quanti-

ficar as publicações sobre este assunto relativas a Portugal decidiu-se consultar a base de dados online da EXARC<sup>15</sup> sobre bibliografia de Arqueologia Experimental (FLORES & PARDEKOOOPER, 2014) para ver o que dela constaria. A pesquisa às publicações sobre Portugal embora tivesse remetido para múltiplos textos permitiu identificar apenas sete publicações com dados de investigações experimentais relativas a Portugal. A essas sete referências somam-se aqui várias outras indicadas na lista de “Referências bibliográficas a trabalhos de Arqueologia Experimental em Portugal” individualizada na Tabela 1, no fim do texto. O seu conhecimento deriva do interesse da autora e de alguma pesquisa, que é assumidamente não exaustiva, mas que se pensa poder dar mote à reflexão e servir de base exploratória a quem queira conhecer o que já foi feito.

É de notar que a quase totalidade (30) dos 33 trabalhos aqui referenciados, em que a Arqueologia Experimental é relevante na investigação ou potenciadora de didactização, data do séc. XXI, alguns ainda do final do primeiro decénio (6) e a maioria já do segundo (24). Ou seja, são trabalhos particularmente recentes. Esta situação não significa que anteriormente não se tenham feito observações ou testado experimentalmente alguns princípios. Por exemplo, nos anos 70 e no caso das cerâmicas com decorações brunidas Gil Migueis de Andrade assume ter ensaiado a técnica de brunir<sup>16</sup>, que observou entre os oleiros de Estremoz (VICENTE & ANDRADE, 1971, p. 232). Num outro artigo também de Gil Migueis de Andrade, mas agora com Gustavo Marques (MARQUES & ANDRADE, 1974, p. 140), os autores indicam ter recorrido ao “ensaio

---

<sup>15</sup> A EXARC (European Exchange on Archaeological Research) é uma organização internacional, sem fins lucrativos e sediada na Holanda, dedicada à Arqueologia Experimental e a “Museus Arqueológicos a Céu-aberto” (Archaeological Open Air Museums), razão pela qual é afiliada do ICOM. A base de dados bibliográfica pode ser consultada em <https://exarc.net/bibliography> (consultada em Setembro de 2017).

<sup>16</sup> Provavelmente por isso, revela no seu trabalho uma melhor compreensão dos processos de brunimento e seus diferentes efeitos do que vários trabalhos posteriores, o que se reflectiu na classificação dos artefactos.

experimental do processo de fabrico” de recipientes, no entanto não descrevem as experiências. Esta situação repetiu-se certamente em inúmeros casos aqui não coligidos e que evidenciam como a componente experimental esteve presente em estudos anteriores. No entanto, não deixou de constituir um aspecto lateral ao desenvolvimento da Arqueologia nacional. É de referir ainda que frequentemente este tipo de experiências foi mais experiencial do que experimental (CUNNINGHAM *et al.*, 2008, p. v-viii), gerando evidentes vantagens individuais mas produzindo descrições difíceis de comparar, pelo que não permitem produzir publicações sistemáticas que constituam um saber cumulativo controlado.

A investigação em Arqueologia Experimental em Portugal parece estar num ponto de partida e viragem, que se deseja que prospere e que será

muito interessante acompanhar. Sem querer aqui comentar artigos específicos é interessante notar que os temas de investigação revelados nesta compilação de artigos (que se reitera não ser exaustiva) mostram uma incidência variada mas que tem recaído sobretudo no estudo da produção e uso de artefactos. Como se observa na Fig. 2, há estudos sobre líticos, cerâmicas, metais e fauna, mas é de notar a ausência de vidros, vidrados, pigmentos e argamassas. Os estudos que incidem sobre processos pós-deposicionais são raros, representados apenas por um único estudo de tafonomia, e não se identificou nenhum especificamente sobre a formação de sítios arqueológicos, embora os estudos da produção de líticos e de cerâmicas indiquem pistas que podem ser úteis nesse sentido. Relativamente à Arte, no caso a rupestre, apenas se identificou um estudo.

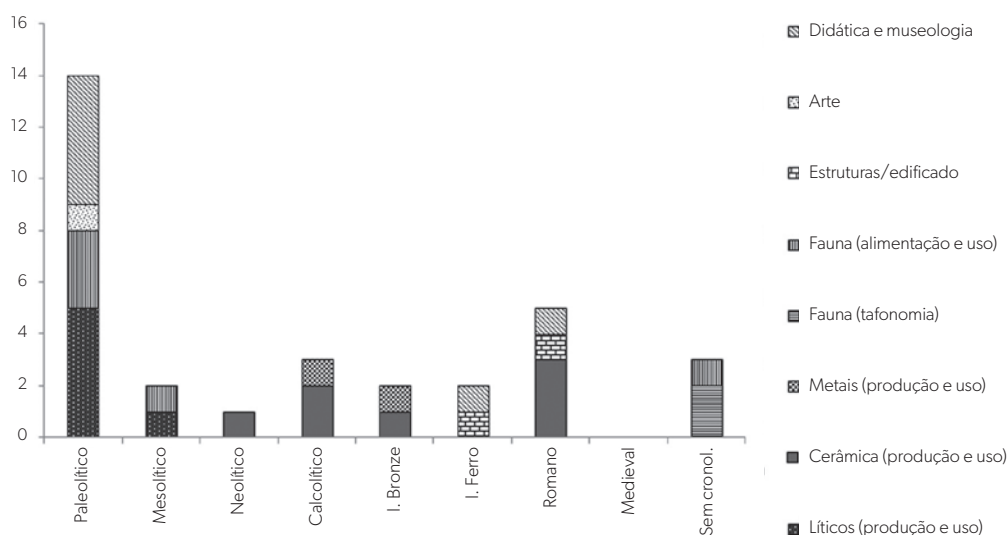


Figura 2 – Comparação dos temas e períodos das publicações sobre Portugal.

Os trabalhos sobre estruturas/edificado aqui coligidos embora afirmem recorrer a utensílios e materiais contemporâneos foram resultado de estudos aprofundados de reprodução, por modelação computacional da morfologia e soluções estruturais (baseando-se na informação arqueológica existente e considerando múltiplas variáveis) testando experimentalmente e de forma controlada uma das soluções de reconstrução e, num dos casos, testando também a sua utilização. Faz todo o sentido que a

modelação computacional preceda este tipo de estudos porque as variáveis a considerar são inúmeras e as oportunidades e custos de produção estrutural são muito diferentes da produção artefactual. Além destes trabalhos é de evidenciar que se têm reconstruído muitos outros monumentos, mas essas reconstruções estão mais relacionadas com preocupações de conservação e restauro e, que a autora tenha conhecimento, não pretendem obter informação experimental ou funcional.

Outro aspecto significativo, revelado pela Fig. 2, é a maior incidência de estudos relacionáveis com o Paleolítico, essencialmente representados por estudos de líticos (na linha do que ocorreu inicialmente na Europa) mas também de fauna. Para os outros períodos, porém, os estudos são mais episódicos, embora a profundidade/complexidade de alguns possa até ser significativamente maior. Salienta-se ainda o facto de aqui não se terem identificado estudos relativos ao período Medieval e posteriores. É de questionar se isso resulta dos limites desta amostra de publicações, ou se o legado de fontes escritas (mais directas que as materiais) por parte dos períodos históricos, suscitará menos interesse pela Arqueologia Experimental junto dos especialistas nacionais destes períodos. Como se terá percebido pela abordagem deste texto considera-se que a Arqueologia Experimental pode ser útil a qualquer período histórico, desde que as questões emanem da investigação específica do mesmo.

É ainda relevante olhar para os autores dos estudos, sobretudo no que concerne o seu enquadramento institucional, pois para já tem um reflexo significativo nas épocas ou tipos de materiais mais estudados. É pois de notar que a actividade experimental mais constante tem sido desenvolvida em instituições de Ensino Superior ou Museus, de que são exemplos dinâmicos o Instituto Politécnico de Tomar / Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, a Universidade do Algarve e o Museu do Côa, todas com grande ênfase na investigação da Pré-história antiga.

Além da investigação é importante referir ainda que a vertente didáctica da componente experiencial da Arqueologia Experimental também tem sido desenvolvida no país (como reflecte a Fig. 2) e não é de estranhar que alguns dos centros onde se tem produzido a investigação aqui mencionada estejam ligados também à divulgação. De facto a experiência acima descrita do *FaCta* é apenas um exemplo, bastante modesto, da didactização que tem ocorrido no país com recurso à arqueologia experimental (e também a reconstituições). De facto, há projectos de muito maior fôlego, assentes em contextos institucionais com outra dimensão. É pois

de destacar a actividade didáctica desenvolvida no Museu do Côa; a do Museu de Arte Pré-histórica de Mação (com o seu projecto denominado *Andakatu*); ou o trabalho desenvolvido na Quinta do Rouxinol, ligado ao Centro de Arqueologia de Almada. Como exemplos de reconstituições experienciais são de mencionar ainda as reconstituições em torno do “Clã de Carenque” pela ARQA (Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora), as actividades desenvolvidas pelo Museu de Portimão em Alcalar, em torno da Pré-história; ou as actividades em torno da Citânia de Briteiros desenvolvidas pela Sociedade Martins Sarmento.

## 5. CONCLUSÃO

Após reflectir sobre algumas características do método científico/experimental o texto discutiu algumas vantagens da sua aplicação como complemento ao pensamento arqueológico, através do método da Arqueologia Experimental. O facto de o método permitir a produção de “grupos experimentais”, cujas variáveis podem ser alteradas como se desejar, permite depois a sua comparação com os “grupos de referência ou controlo” que são os vestígios arqueológicos. Este processo pode permitir não só um apuramento da taxonomia de classificação arqueológica, como permite ainda contrastar aspectos importantes dos modelos arqueológicos contemporâneos (produzidos pelo estudo dos mesmos vestígios arqueológicos de acordo com o pensamento próprio da Arqueologia), gerando um processo de autocrítica que se considera útil e que pode ser contínuo.

Em seguida, partindo de exemplos de experiências concretas, o texto explorou alguns aspectos de desafio e contraste gerados pela utilização deste método durante o trabalho: “*Gestos e Materiais: Uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações brunidas do Bronze Final / I Idade do Ferro*” (OSÓRIO, 2017). Neste âmbito foi enfatizado o contributo da Arqueologia Experimental para a melhoria do modelo de cadeia operatória de produção de cerâmicas do Bronze Final aí desen-

volvido, bem como algumas informações e hipóteses relevantes relativas a estudos ceramológicos, que poderão ser verificadas e mais aprofundadas no futuro com outros estudos.

Por fim o texto reflectiu sobre o aumento de trabalhos de investigação e divulgação que recorrem à Arqueologia Experimental em ou sobre Portugal, evidenciando que esta parece viver um momento de viragem e expansão no país, o que interessará acompanhar. De facto, como nota Martín Schiffer (2013, p.7), se uma das especificidades do pensamento arqueológico é colocar questões sobre a interacção entre as pessoas e os artefactos, é possível questionar a ligação contemporânea nacional tão forte à descrição externa dos objectos e alguma resistência à experimentação na criação e apuramento das interpretações. Sobretudo quando se considera que a experiência (ao identificar, sistematizar e simplificar variáveis) pode ajudar à própria observação e descrição.

Esta é no fundo a “provocação” que a autora aqui queria deixar, não para saber o porquê, mas para reflectir se, de facto, não há interesse em olhar mais frequentemente para os vestígios do passado como exemplos passíveis de imitação, com poder informativo acerca dos processos de interacção humana que os geraram. Se se concluir que sim, é

importante ainda reflectir sobre como é que o incremento da actividade científica experimental em Portugal pode evitar (e aprender com) os percalços e percursos da disciplina/ método, tais como: a dependência da iniciativa pessoal, a falta de estrutura de experiências desarticuladas, a não integração de modelos teóricos, a não criação ou síntese de modelos teórico-práticos.

Uma vez que já existem conceptualizações teórico-metodológicas bem fundamentadas, nas quais esta disciplina e método estão assentes, e que também existem organizações internacionais que pretendem ultrapassar alguns dos problemas enunciados, será interessante que a investigação e didactização da Arqueologia em Portugal se lhes associe com maior proximidade, através dos seus actores principais. Desta perspectiva interessa ainda que a aplicação deste método seja estruturada no programa de ensino nacional de Arqueologia com maior amplitude do que até agora. Simultaneamente parece aqui claro que o sucesso da actividade lúdica e de dinamização patrimonial propiciado pela vertente experiencial da Arqueologia Experimental potencia a comunicação a vários níveis, acompanhando um certo “espírito da época”, pelo que se vê todo o interesse em que essa vertente continue a ser explorada e ampliada.

Tabela 1 – Referências bibliográficas a trabalhos de Arqueologia Experimental em Portugal

ALDEIAS, Vera; GUR-ARIEH, Shira; MARIA, Raquel; MONTEIRO Patricia CURA, Pedro (2016) – Shell we cook it? An experimental approach to the microarchaeological record of shellfish roasting (advance online). *Archaeological and Anthropological Sciences*. doi:10.1007/s12520-016-0413-1.

ALMEIDA, Nelson; CURA, Pedro; CURA, Sara; SALADIÉ, Palmira (2013) – Fracturação experimental de ossos longos de *Bos taurus*. *Arkeos: perspectivas em diálogo*. 34, pp. 263-274.

AMARO, Gonçalo de Carvalho; ANUNCIACÃO, Carlos (2013) – Tentativa de compreensão da cadeia operatória de produção de cerâmicas Campaniformes através de métodos experimentais. Exemplo baseado no estudo das peças do povoado calcolítico do Zambujal e da necrópole da Cova da Moura (Torres Vedras, Portugal). *Almadan II Série*. 17: Tomo 2: pp. 59-68.

AMARO, Gonçalo de Carvalho; ANUNCIACÃO, Carlos (2012) – Reproducción experimental del proceso de producción de cerâmicas calcolíticas de la Extremadura Portuguesa. Madrid: Servicio de publicaciones de la Universidad Autonoma de Madrid. *Boletín de Arqueologia Experimental*. 8: pp. 24-36.

AUBRY, Thierry; SAMPAIO, Jorge; LUÍS, Luís (2011) – Approche expérimentale appliquée à l'étude des vestiges du Paléolithique supérieur de la Vallée du Côa (Portugal). MORGADO, Antonio; BAENA PREYSLER, Javier; GARCÍA GONZÁLEZ, David, (eds.) *La Investigación Experimental Aplicada a la Arqueología*. Vol. 1: *Tecnología y Traceología Lítica Prehistórica y su Experimentación*. Granada: Universidad de Granada, pp. 87-96.

AUBRY, Thierry, SAMPAIO, Jorge D. (2011) – Parque Arqueológico do Vale do Côa: entre os dados da experimentação arqueológica e o público. Antonio Morgado Rodríguez,

- Javier Baena Preysler, David García Gonzalez. *La Investigación Experimental aplicada a la Arqueología*, pp. 461-468. Málaga: Imprenta Galindo.
- ARMBRUSTER, Barbara R. (1995) – Rotary motion – lathe and drill. Some new technological aspects concerning Late Bronze Age goldwork from southwestern Europe. P Northover, G Morteani. *Prehistoric Gold in Europe. Mines, Metallurgy and Manufacture*, pp. 399-423. Dordrecht: Kluwer.
- BARGÃO, Patrícia (2017) – O Castro de Segóvia, técnicas de produção cerâmica manual em Época Romana. *Olaria Romana: Seminário Internacional e ateliê de Arqueologia experimental*. FABIÃO, Carlos; RAPOSO, Jorge; SILVA, Francisco (Coord.) Lisboa: UNIARQ, pp.307-318.
- COSTA, Cláudia, ALMEIDA, Nelson; CURA, Pedro; GOMES, Hugo; CURA, Sara (2014) – Early Diagenesis of ungulate crania in temperate environments: an experimental approach. CURA, Sara; CERZER, Jedson; GUROVA, Maria; SANTANDER, Boris; OOSTERBEEK, Luiz; CRISTOVÃO, Jorge (ed.) *Technology and Experimentation in Archeology. Proceedings of the XVI World Congress*. 10 Oxford: Archeopress (BAR International Series 2657): pp. 79-86).
- CURA, Sara; CURA, Pedro; GRIMALDI, Stefano; CRISTIANI, Emanuela (2014) – Experimentation and Morphotechnological analyses of the middle pleistocene lithic assemblage of Ribeira da Ponte da Pedra site (Central Portugal). CURA, Sara; CERZER, Jedson; GUROVA, Maria; SANTANDER, Boris; OOSTERBEEK, Luiz; CRISTOVÃO, Jorge (ed.) *Technology and Experimentation in Archeology. Proceedings of the XVI World Congress*. 10 Oxford: Archeopress (BAR International Series 2657), pp. 5-16.
- CURA, Sara; OOSTERBEEK, Luiz; GRIMALDI, Stefano; CRISTIANI, Emanuela; CURA, Pedro; CUNHA, A.; CERZER Jedson; (2008) – Indústrias líticas e comportamento humano pré-histórico no Alto Ribatejo – Uma abordagem Experimental, *Zahara*, 12, pp. 71-80.
- CRISTIANI, Emanuela; CURA, Sara; GOMES, José; OOSTERBEEK, Luiz; ROSINA, Pierluigi (2009) – Functional analysis and experimental archaeology: the Middle Pleistocene site of Ribeira da Atalaia (Central Portugal) IGREJA, Marina; CLEMENTE-CONTE, Ignacio (ed.) *Recent functional studies on non flint stone tools: methodological improvements and archaeological inferences*, Lisboa, 23-25 may 2008: proceedings of the workshop.
- FERREIRA, Maria Teresa; CUNHA, Eugénia (2011) – Tafonomia experimental aplicada à Antropologia Forense: implicações para a compreensão dos registos arqueológicos. RODRÍGUEZ, Antonio Morgado; PREYSLER, Javier Baena; GONZALEZ, David García. *La Investigación Experimental aplicada a la Arqueología*, pp. 357-361. Málaga: Imprenta Galindo.
- HANNING, Erica; GAUSS, Roland; GOLDENBERG, Gert (2010) – Metal for Zambujal: experimentally reconstructing a 5000-year-old technology. *Trabajos de Prehistoria* 67 (2): pp. 287-304.
- IGREJA, Marina de Araújo; MORENO-GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos (2007) – Um exemplo de abordagem experimental da interface Traceologia lítica / Arqueozoologia: esartejamento e tratamento da pele de um corço (*Capreolus capreolus*) com artefactos de pedra lascada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10 (2): pp. 17-34.
- LINO, André; BICHO, Nuno, (2016) – Perforation techniques and traces of use on the Mesolithic adornments of the Trench Area at Cabeço da Amoreira Shellmidden (Muge, central Portugal) In *Comptes rendus – Palevol*. April-June 15 (5): pp. 569-580.
- OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Sara; CURA, Pedro (2008) – Projecto Andakatu: Didáctica da Pré-História através da Experimentação. *Arqueologia Experimental-Recriações do passado em ritmos do nosso tempo*.
- OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Sara; CURA, Pedro, ALMEIDA, Nelson, (2011) – The Andakatu Project: a new praxis in Archaeology. *Popular Archaeology*. 2. <http://www.popular-archaeology.com/>
- OSÓRIO, Ana Bica (2017) – *Gestos e Materiais: Uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações bridas do Bronze Final / Idade do Ferro*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. (Monografias AAP; 4, CD).
- PEDERGNANA, Antonella; CURA, Pedro; CURA, Sara (2013) – Trabalho experimental sobre armação de cervídeo (*Cervus elaphus*) utilizando lascas em quartzito. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo. Homenagem a José da Silva Gomes Tomar: Ceiphar (Arkeos: perspectivas em diálogo*. 34, pp. 275-282).
- PEREIRA, João Paulo (1994) – Reprodução, tecnologia e função do Machado Mirense. *Vípasca*. 3: pp. 31-44.
- PEREIRA, João Paulo (1996) – Use wear analysis on quartzite artefacts: an experimental approach. MOLONEY, M. RAPOSO, L., SANTONJA, M. Non-flint stone tools and the Paleolithic occupation of the Iberian Peninsula. Oxford: Hadrian Books (BAR International Series 649).
- RAPOSO, Jorge; COROADO, João; TRIÃES, Ricardo; FABIÃO, Carlos; ALMEIDA, João; SANTOS, Cézer Renato (no prelo) – Restituição Formal de Forno Romano da Quinta do Rouxinol (Seixal): Arqueologia experimental, controlo das condições de cozedura e análise do material cerâmico. *Actas do 8º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 21-23 Out. 2010).

RAPOSO, Jorge (2014) – Arqueologia Experimental na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (Seixal): investigação, interpretação, valorização e divulgação patrimonial de um Monumento Nacional. Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal. *Movimento Cultural*, pp. 81-89.

RAPOSO, Jorge; COROADO, João; TRIÃES, Ricardo; FABIÃO, Carlos; ALMEIDA, João; SANTOS, Cézer Renato. (2013) – Restitución formal y funcional de un horno romano de la alfarería de Quinta do Rouxinol, Seixal (Portugal): Arqueología experimental, control de las condiciones de cocción y análisis cerámico”. PALOMO, Antoni; PIQUÉ, Raquel; TERRADAS, Xavier (ed.) *Experimentación en Arqueología: estudio y difusión del pasado*. Girona, (Sèrie Monogràfica del MAC – actas del III Congreso Internacional de Arqueología Experimental, Banyoles, Girona, 17-19 Out. 2011), pp. 461-469.

RAPOSO, Jorge; COROADO, João; TRIÃES, Ricardo; FABIÃO, Carlos; ALMEIDA, João; SANTOS, Cézer Renato (2011) – Restitución formal y funcional de un horno romano de la alfarería de Quinta do Rouxinol (Seixal, Portugal): arqueología experimental, control de condiciones de cocción y análisis del material cerámico. PIQUÉ, Raquel; PALOMO, Antoni; TERRADAS, Xavier (ed.) *Experimentación en arqueología: estudio y difusión del pasado*. 25 (2): 477-486.

ROSA, Neemias; CURA, Sara; GARCÊS, Sara; CURA, Pedro (2014) – Between Tools and engravings: Technology and Experimental Archaeology to the study of Cachão do Algarve Rock Art. CURA, Sara; CERESER, Jedson; GUROVA, Maria; SANTANDER, Boris; OOSTERBEEK, Luiz; CRISTOVÃO, Jorge (ed.) *Technology and Experimentation in Archeology. Proceedings of the XVI World Congress*. 10 Oxford: Archeopress (BAR International Series 2657), pp. 87-96.

SAMPAIO, Jorge Davide; AUBRY, Thierry (2008) – Testar e recriar em Arqueologia: balanço e perspectivas”. In Sampaio J. D.; Aubry, T. (ed.): Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. Actas das sessões; Vol. 4. Porto: ACDR de Freixo de Numão: pp. 10-21.

SAMPAIO, Jorge Davide; AUBRY, Thierry (2011) – Parque Arqueológico do Vale do Côa: entre os dados da experimentação arqueológica e o público. In Morgado, Antonio; Baena Preysler, Javier; García González, David, eds. – *La Investigación Experimental Aplicada a la Arqueología. 1: Tecnología y Tracología Lítica Prehistórica y Su Experimentación*. Granada: Universidad de Granada, pp. 461-468.

SILVA, Armando, COELHO, A. (2007) – *Pedra Formosa: Arqueologia Experimental – Vila Nova de Famalicão*. Lisboa: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Museu Nacional de Arqueologia.

SILVA, Armando; MACHADO, João; LOBATO, Rui (2011) – Balneários Castrejos: Do primeiro registo à Arqueologia Experimental. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. *Boletim Cultural*. III Série 6/7: pp. 79-87.

TEWS, Thomas, (2016) – Os vasos perfurados sem fundo nas primeiras sociedades agro-pastoris nas Península Ibérica e na Europa Central: perspectivas da arqueologia (experimental), arqueometria e etnografia. COELHO, Inês; TORRES, Joana; GIL, Luís; RAMOS, Tiago (coord.) *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia*. Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica. Lisboa: CHAM, FCSH-UNL, UA. (*ArqueoArte*. 4, pp. 135-146).

TÁTÁ, Frederico; CASCALHEIRA, João; MARREIROS, João; PEREIRA, Telmo; BICHO, Nuno (2014) – Shell bead production in the Upper Paleolithic of Vale Boi (SW Portugal): na experimental perspective. *Journal of Archaeological Science*. 42, pp. 29-41.

## BIBLIOGRAFIA

AMARO, Gonçalo de Carvalho (2013) – Estudo Etnoarqueológico da produção Cerâmica Mapuche no Vale de Lumaco, processos técnicos e simbólicos. *Almadan*. II Série (17). Tomo 2: pp. 96-106.

AMARO, Gonçalo de Carvalho (2008) – A persistente ausência de análise etnográfica e experimental no estudo da cerâmica pré-histórica em Portugal. *Al-madan online*. 16: pp. 1-8.

ARNOLD, Dean; NEFF, Hector; BISHOP, Ronald (2001) – Compositional Analysis and “sources” of pottery: an ethnoarchaeological approach. *American Anthropologist*. New Series. 93 (1): pp. 70-90.

ASHER, Robert (1961) – Experimental Archaeology. *American Anthropologist*. New Series. 63 (4): pp. 793-816.

BERNARDO, Luis (2013) – *Cultura científica em Portugal: Uma perspectiva Histórica*. Porto: UPorto editorial (Série Para Saber. 32).

COLES, John (1973) – *Archaeology by Experiment*. London: Routledge Library Editions: Archaeology.

COLES, John & SCOT (1967) – Experimental Archaeology. *Proceedings of The Society of Antiquaries of Scotland, 1966-67*. 99, pp. 1-20.

CUNNINGHAM, Julia; HEEB, Penny; PAARDEKOOOPER, Roeland (2008) – Introduction. CUNNINGHAM, Julia; HEEB, Penny; PAARDEKOOOPER, Roeland (ed.) *Experiencing Archaeology by Experiment. Proceedings of the Experimental Archaeology Conference, Exeter 2007*. Oxford: Oxbow Books. pp. v-ix.

- FLORES, Jordi Reeves; PARDEKOOOPER, Roeland (2014) – *Experiments Past. Histories of Experimental Archaeology*. Leiden: Sidestone Press.
- GIARDINO, Claudio (2012) – L'Archeologia Sperimentale e la preistoria: un contributo alla conoscenza del passato. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Conímbriga*; LI, pp.5-33.
- BECK, Margareth (2010) – Ceramic vessel Use and Use Alteration: Insights from Experimental Archaeology. FERGUSON, Jeffrey (ed.) *Designing Experimental Research in Archaeology. Examining technology through production and use*. Colorado: University Press of Colorado. Pp 47-69.
- LONGACRE, William; XIA, Jingfeng; YANG, Tao (2000) – I Want to Buy a Black Pot. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 7 (4): pp. 273-293.
- MARQUES, Gustavo; ANDRADE, Gil Migueis (1974) – Aspetos da Proto-História do Território Português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: Ministério da Educação Nacional, pp. 125-191.
- MARSH, Erik; FERGUSON, Jeffrey (2010) – Introduction. FERGUSON, Jeffrey (ed.) *Designing Experimental Research in Archaeology. Examining technology through production and use*. Colorado: University Press of Colorado. pp. 1-12.
- ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan (1993) – *Pottery in Archaeology*. Cambridge: Cambridge Manuals in Archaeology.
- OSÓRIO, Ana (2017) – *Gestos e Materiais: Uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações brunidas do Bronze Final / I Idade do Ferro*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. (Monografias AAP; 4, CD).
- OSÓRIO, Ana (2017a) – *A variabilidade das cerâmicas manuais com decorações brunidas do Bronze Final / I Idade do Ferro na Península Ibérica*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. (Monografias AAP; 4, pp. 7-38).
- OSÓRIO, Ana (2013) – *Gestos e Materiais: Uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações brunidas do Bronze Final / I Idade do Ferro*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- OSÓRIO, Ana; SERRA, Miguel; PORFÍRIO, Eduardo (unpub.) – Material questions over a reddish layer in the Outeiro do Circo's wall slope (Beja, Portugal). Poster apresentado no *JIA 2011 – IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica* de 11 a 14 de Maio de 2011. Faro. <http://outeirodocirco.blogspot.pt/2011/05/jia-2011-poster.html>.
- PIERCE, Christopher, (1999) – Explaining Corrugated Pottery in the American Southwest: An Evolutionary Approach. PhD dissertation presented to the Department of Anthropology. Seattle: University of Washington.
- PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel (2012) – Um projecto de arqueologia "social" em Mombeja (Beja). *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, pp. 877-889.
- PORFÍRIO, Eduardo (2015) – Experiências de divulgação da Arqueologia: o caso do Projecto do Outeiro do Circo (Beja, Baixo Alentejo, Portugal). *Antrope. Tomar: Centro de Pré História do Instituto Politécnico de Tomar*. 2, pp. 30-66.
- REYNOLDS, Peter (1994) – Experimental Archaeology. A perspective for the future. *The Reuvens Lecture 5, Stichting voor de Nederlandse Archeologie*. Holanda.
- REYNOLDS, Peter (1999) – The nature of experiment in archaeology. *Archaeology of the Bronze and Iron Age Experimental Archaeology. Proceedings of the International Archaeological Conference*. Budapest: Archaeolingua. 9: pp. 387-396.
- RICE, Prudence (1991) – *Pottery Analysis a Sourcebook*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- RYE, Owen, (1981) – *Pottery Technology, Principles and Reconstruction*. Washington DC: Taraxacum (Manuals on Archaeology, 4).
- SCARCELLA, Simona (2011) – *Archaeological Ceramics: a review of Current Research*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2193).
- SINOPOLI, Carla (1991) – *Approaches to Archaeological Ceramics*. New York: Plenum Press.
- SHEPPARD, Anna (1985) – *Ceramics for the Archaeologist*. 12<sup>th</sup> ed. Washington DC: Carnegie Institution of Washington.
- SCHIFFER, Martin; SKIBO; BOELKE; NEUPERT; ARONSON (1994) – New perspectives on Experimental Archaeology: Surface treatments and thermal response of the clay cooking pot. *American Antiquity*. 59 (2): pp. 197-217.
- SCHIFFER, Martin, (2013) – *The Archaeology of Science: Studying the Creation of Useful Knowledge*. New York: Springer (Manuals in Archaeological Method, Theory and Technique).
- SKIBO, James, BUTTS, Tamara; SCHIFFER, Michael (1997) – Ceramic Surface Treatment and Abrasion Resistance: An Experimental Study. *Journal of Archaeological Science*. 24. pp. 311-317
- VICENTE, Edward; ANDRADE, Gil (1971) – A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos – Breve Notícia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, pp. 223-241.



# TAÇA DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, DE ABRANTES – UM ACHADO SINGULAR?

---

Mário Varela Gomes

Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes / Docente de Arqueologia do Departamento de História e membro integrado do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa / Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa / mv.gomes@fch.unl.pt

## Resumo

Dá-se a conhecer taça encontrada em cisterna do Convento de Nossa Senhora da Graça, de Abrantes. Produzida em “barro fino”, conforme designação que remonta ao século XVI, oferece forma ovóide ou de alcofa, a par de profunda decoração constituída por filetes, linhas incisas e dupla teoria de óvulos, associando duas pequenas asas torsas dispostas horizontalmente. Trata-se de forma rara, barroquizante, mas que encontra paralelo em pequena taça procedente de fossa-lixreira do antigo Convento de Santana, de Lisboa, onde acompanhava porcelana chinesa, faiança portuguesa e italiana, vidros, etc., cuja cronologia corresponde aos finais do século XVI e sobretudo à centúria seguinte.

**Palavras-chave:** Abrantes, Convento, Taça, Óvulos, Século XVII.

## Abstract

This paper aims to study a bowl found inside a cistern of the Nossa Senhora da Graça convent in Abrantes, manufactured with “barro fino”, a designation that goes back to the 16<sup>th</sup> century referring to objects produced with a fine coarse ware and thin walled. It has an ovoid or basket shape and decorated with horizontal incised lines, frames and relief oval decorations. It presents two little twisted horizontal handles. It is a rare baroque influenced shape with a very strong parallel with a small bowl found in a cesspit of the Santana convent in Lisbon where Chinese porcelain, Portuguese faience, Italian tin glazes and glass were also found, belonging to a late 16<sup>th</sup> century to mid 17<sup>th</sup> century context.

**Keywords:** Abrantes, Convent, Bowl, Oval relief, 17<sup>th</sup> century.

## 1. ORIGENS

O nosso Amigo, Dr. Fernando Moncada Costa, adquiriu há alguns anos em leilão organizado pela empresa Soares e Mendonça, de Lisboa, pequena taça de cerâmica de barro fino, procedente de cisterna do antigo Convento da Graça de Abrantes, cuja forma e decoração julgamos merecerem registo. A mesma foi depois oferecida, pelo seu proprietário, ao Museu da Olaria, de Barcelos.

O recipiente mencionado mostra, no exterior do fundo, escrita a tinta-da-china, a seguinte legenda, em letras maiúsculas, distribuída por linhas sucessivas, atestando a sua origem: “SÉC. XVII / V. ARTES DECORATIVAS / VOL.I PÁG. 120 E 135 / ENCONTREI-A / N’UMA CISTERNA / ENTULHADA / DO CONVENTO / DA GRAÇA / DE ABRANTES / DO DESATERRO / PARA A ESTAÇÃO / DE CAMIONAGEM”. Ao lado direito surge, ainda, a letra maiúscula G, com dimensões maiores que as restantes letras referidas. Desconhecemos o autor deste achado, que demonstrou ser pessoa com conhecimentos de história da arte, assim como a data em que tal ocorreu.

A menção ao livro “Artes Decorativas”, corresponde à conhecida obra dirigida por João Barreira, intitulada “Arte Portuguesa”, cujo terceiro volume tem aquela denominação. A página e a estampa indicadas referem-se a cerâmicas finas, do século XVII.

O convento de Nossa Senhora da Graça acolhia freiras dominicanas da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e foi fundado, em 1384, por D. Frei Vasco de Lamego, bispo da Guarda, sob a invocação de Nossa Senhora da Consolação, passando a ter aquela primeira denominação em 1541, quando integrou a Ordem dos Pregadores, inaugurado novas instalações na então vila em 1548. Ali funcionou até 1834, altura em que no cumprimento da “Reforma Geral Eclesiástica”, de Joaquim António de Aguiar, foi extinto e os seus bens integrados na Fazenda Nacional<sup>1</sup>. Todavia, só em 1891 foi o

<sup>1</sup> O Museu Nacional de Arte Antiga conserva pendente (laça) e par de brincos, de ouro e diamantes, do século XVIII, proce-

Convento da Graça completamente encerrado, com a morte da sua última freira, passando para a posse da Câmara Municipal de Abrantes dois anos depois, sendo ulteriormente demolido e o espaço aproveitado para a edificação de repartições públicas inauguradas em 1904 e onde hoje funciona a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (Sousa, 2005: 402, 403; Vieira, 2009).

## 2. DESCRIÇÃO

A peça agora dada a conhecer integra a forma comumente denominada taça, com duas asas opostas, embora o corpo tenha sido estreitado, conferindo-lhe singular aspecto ovóide ou de alfofa.

Trata-se de produção, possivelmente montada com ajuda de molde, que utiliza argila muito bem depurada, homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, quartzosos e micáceos, de grão finíssimo. A cozedura, cuidada, processou-se em ambiente oxidante e, por isso, tanto o núcleo como ambas superfícies das paredes oferecem cor vermelha (10R 4/8)<sup>2</sup>.

Conforme referimos, o corpo apresenta forma ovóide, com bordo de contorno elíptico, possuindo lábio sub-vertical de secção semicircular, enquanto o fundo, destacado, mostra contorno de forma circular e ônfalo. As paredes são muito finas e as suas superfícies cuidadosamente alisadas.

A meio do corpo observa-se teoria de favos sobrepostos que o envolve e tanto em direcção ao bordo, como ao fundo, identificam-se diversos filetes e linhas incisas.

As duas pequenas asas, torsas, dispostas horizontalmente, assentam ao centro do volume mesial do corpo, ajudando a conferir-lhe elegância.

Mede 0,133 m segundo o diâmetro maior do

---

dente do Convento da Graça de Abrantes, embora o seu espólio tenha sido dispersado, o que também aconteceu a centenas de outras casas religiosas, facto que constituiu o maior atentado desde sempre ocorrido contra o património nacional.

<sup>2</sup> Este índice cromático refere-se às *Munsell Soil Color Charts* (1975), por isso, deve-se entender como aproximado.

bordo, 0,074 m no menor e 0,071 m de altura. As paredes mostram 0,003 m de espessura média.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A taça anteriormente descrita, apresenta características, técnicas e formais, muito semelhantes a peças procedentes de arqueossítios de diferentes pontos do país e sobretudo de Lisboa, nomeadamente a algumas das exumadas nas fossas-lixéiras do antigo Convento de Santana daquela cidade.

Os exemplares da casa religiosa lisboeta mencionada, encontravam-se associados a materiais, bem datados, dos finais do século XVI ou da primeira metade da centúria seguinte, nomeadamente a taças e pratos, de porcelana chinesa, produzidos nos reinados de Jiaging (1522-1566), Longqing (1567-1572) e Wanli (1573-1619), mas também a faiança portuguesas, a vidros e a outro espólio do século XVII, que temos vindo a estudar (Gomes e Gomes, 2007; Gomes, Gomes e Casimiro 2015; 2016; Gomes *et alii*, 2013).

Ali detectámos taças com duas asas cujo corpo foi decorado, tal como acontece na peça de Abrantes, com duas séries de óvulos ou favos e onde se usaram profusamente os filetes, os cordões e as incisões, em decorações por vezes complexas.

Tal ornamentação regista-se ainda, em pequeno pote e em púcaro ou taça, ambos ostentando pequenas asas torsas, sendo técnica e formalmente afins das peças mencionadas. E foi, também, naquele contexto que observámos pequeníssima taça, provida de duas asas, com pedrinhas de quartzo branco no interior, a par de pequenas incisões, cujo corpo e principalmente o bordo foram apertados de modo a conferir-lhes forma ovóide, aspecto menos comum mas que, conforme descrevemos, se encontra patente na taça de Abrantes.

Os dois recipientes, que recordam pequenas alcofas, talvez ambos de produção lisboeta, seriam utilizados nas mesas, como açucareiros ou contentores de pequenos doces. Eles mostram não só mais uma maneira de se obter inovação formal, ultrapassando a circularidade comum aos recipien-

tes montados ao torno ou mesmo a molde, como a procura de maior elegância, num quadro cultural que privilegiava a novidade e a raridade, nos pormenores, jogos de volumes capazes de provocar contrastes cromáticos e complexidade ornamental, integrando não raro vários processos decorativos, embora através da combinação de soluções aparentemente simples. O recipiente agora dado a conhecer pertence à produção que Duarte Nunes de Leão genericamente designou, em 1599, por “barro fino”, utilizada principalmente na manufactura de “púcaros para beber” (Carvalho, 1921: 125). Os principais centros produtores de “barro fino” foram, durante os séculos XVI e XVII, Lisboa, Sardoal, Évora, Montemor-o-Novo, Estremoz e Aveiro, embora existissem outros, como Silves, que se comprovou através dos seus fornos e respectivas entulheiras (Gomes, 2008). A taça de Abrantes ilustra, como muitas outras peças congéneres, não só a habilidade e criatividade dos oleiros, respondendo às solicitações do mercado, como os ambientes requintados e as mesas ricas de muitas casas monásticas, sobretudo femininas, do século XVII, permeáveis ao luxo e a outros aspectos mundanos, num contexto onde ser freira quase nunca decorria da religiosidade e apelo místico, mas era entendido e assumido como estatuto social.

### BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, João (1946-1951) – *Arte Portuguesa*, 4 vols. Lisboa: Edições Excelsior.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de (1921) – *Cerâmica Coimbrã no Séc. XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

GOMES, Mário Varela (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII) – Notícia preliminar. In DIOGO, João Manuel, *Actas das 4<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2007) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados preliminares. *Olisipo*. Série II: 27. pp. 75-92.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel (2015) – Convents, monasteries and porcelain: a case study of Santana Convent, Lisbon. In BUXEDA I GARRIGÓS, Jaume; MADRID I FERNÁNDEZ, Marisol; G. IÑÁÑEZ, Javier, edit.

– *Global Pottery 1. Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact*. British Archaeological Reports, International Series 2761. Oxford: Archaeopress, pp. 93-101.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel (2016) – Portuguese faience in Santana Convent, Lisbon. In GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GOMES, Mário Varela, edit. – *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, pp. 79-90.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; ALMEIDA, Mariana; BOAVIDA, Carlos; NEVES, Dário; HAMILTON, Kierstin; SANTOS, Carolina (2013): Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da Fossa 7. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coord. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) (2005) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento. Guia Histórico*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte.

VIEIRA, José Manuel d'Oliveira (2009) – Início e fim do Convento de Nossa Senhora da Graça da Vila de Abrantes – As Cartas, *Jornal de Alferrarede*, nº 290.



Figura 1 – Localização do antigo Convento de Nossa Senhora da Graça, de Abrantes (Google Earth).



Figura 2 – Antiga foto do Convento de Nossa Senhora da Graça, de Abrantes [[https://2.bp.blogspot.com/\\_tKEpRkoOOX8/TUIljXLicEI/AAAAAAAAADh8/J1N6vx4ijFI/s400/DEMOLI%25C3%2587%25C3%2583O%2B-%2BCONVENTO%2BDA%2BGRA%25C3%2587A.jpg](https://2.bp.blogspot.com/_tKEpRkoOOX8/TUIljXLicEI/AAAAAAAAADh8/J1N6vx4ijFI/s400/DEMOLI%25C3%2587%25C3%2583O%2B-%2BCONVENTO%2BDA%2BGRA%25C3%2587A.jpg)].



Figura 3 – Taça do Convento de Nossa Senhora da Graça, de Abrantes (fotos M.V. Gomes, RXII/92-32-36).

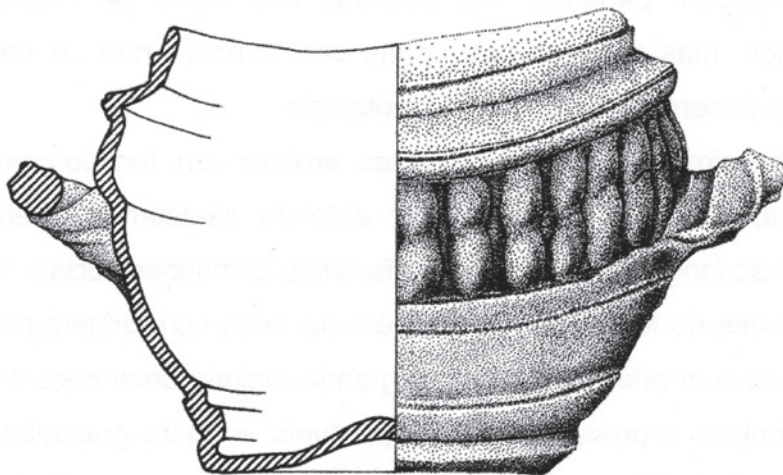
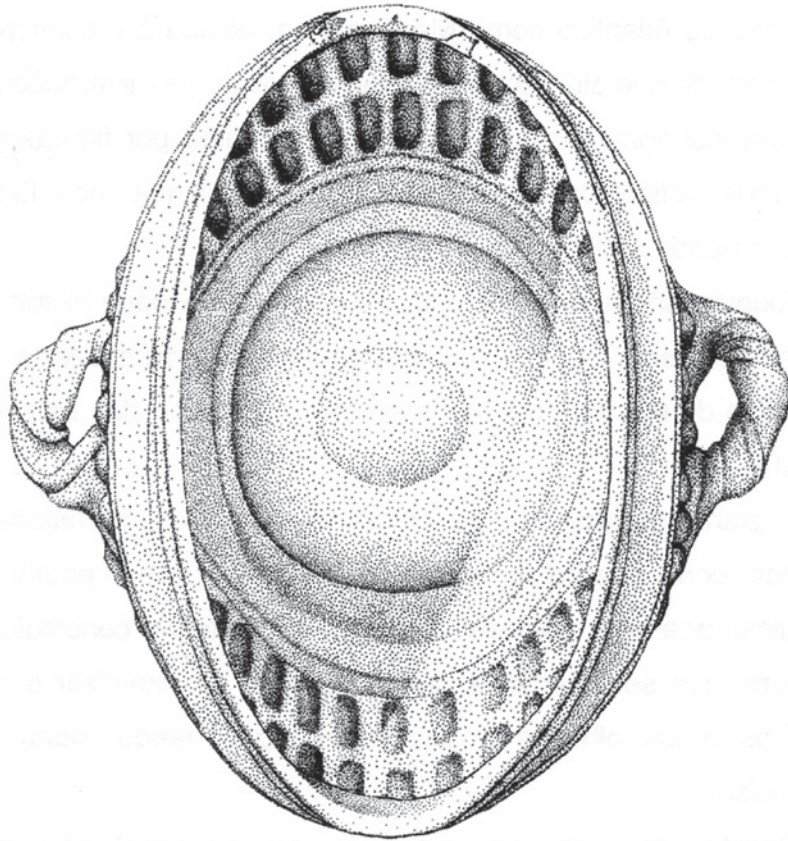


Figura 4 – Taça do Convento de Nossa Senhora da Graça, de Abrantes (des. C. Gaspar) (esc. 1:1).

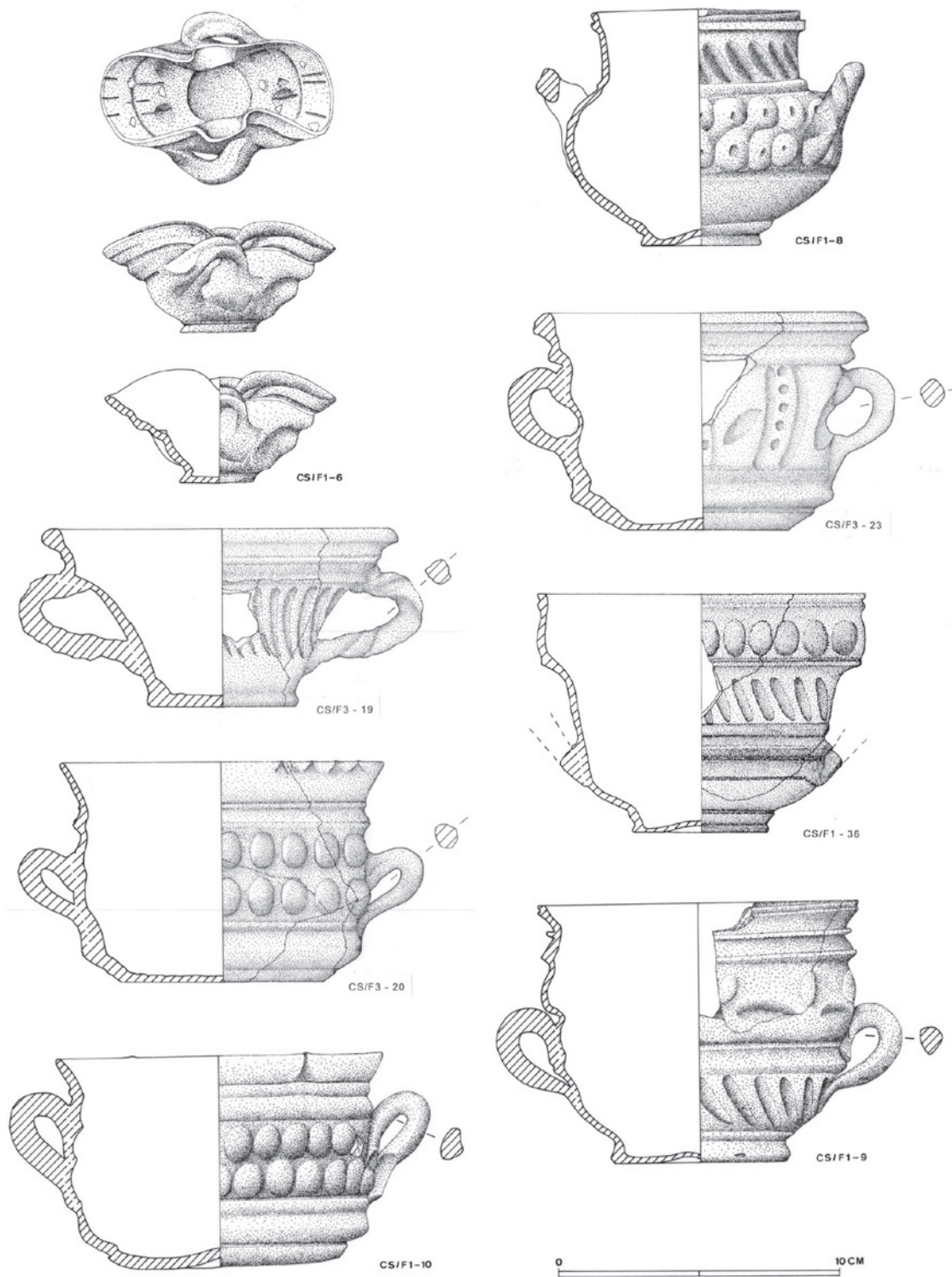


Figura 5 – Cerâmicas de barro fino provenientes do Convento de Santana de Lisboa (escav. de R. V. Gomes e M. V. Gomes; des. A. Machado e T. Barbosa).

# MIGUEL TORGA E A ARQUEOLOGIA

---

José d'Encarnação

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / jde@fl.uc.pt

## Resumo

Colhem-se apontamentos dispersos dos escritos de Miguel Torga susceptíveis de mostrar a sua reacção perante os vestígios arqueológicos. Conclui-se que – reflexo, certamente, da imitação que os regimes autoritários fizeram da herança romana – pouco ou nada do que os Romanos deixaram lhe tocou de modo especial, sentindo-se que vibrava muito mais perante os locais onde mais se poderia sentir o Homem de antanho.

**Palavras-chave:** Miguel Torga, Lascaux, Altamira, Arqueologia.

## Abstract

In this essay the question is: what was the Miguel Torga's reaction, as poet, in front of the archaeological sites? As reflex, certainly, of the use did by the authoritative politic regimes of his time (Hitler, Mussolini, Salazar, Franco...) of the architectonic models (for example), the Roman sites weren't very appreciate by him. Torga was much more attracted by the sites where he could 'see' the Man inside, like Cremes of the Terentius' comedy: «Nihil humani mihi alienum puto».

**Keywords:** Miguel Torga, Lascaux, Altamira, Archaeology.

## 1. AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS

Vamos à Universidade La Sapienza, em Roma, e quedamo-nos admirados perante a enorme semelhança arquitectónica dos edifícios e mesmo a sua disposição espacial em relação ao que se observa na Cidade Universitária de Coimbra. O primado das linhas direitas; a imponência dos edifícios, a sugerir solidez e rigor; a exaltação dos valores pátrios nas escassas mas bem representativas pinturas e baixos-relevos; a presença de grupos escultóricos de divindades ou de conceitos morais que importa inculcar nos jovens...

Era o primado da herança romana como símbolo de um Poder organizado, a aprender, a manter e a respeitar!

Não fora, aliás, impunemente, que Mussolini sonhara criar uma nova Roma, a EUR, e adoptara como símbolo o *fascio*, em italiano, o latino *fascies* que era, na Roma antiga, a personificação plástica das forças unidas para manter a Ordem, empunhado pelos lictores, de mui profundo significado político e institucional; e optou, além disso, por ser *duce*, vocábulo que deriva do latino *dux*, que deu 'duque' em português, mas que designava, no Baixo-Império, o comandante das tropas.

Hitler, no sonho de reconstituir o antigo Império Romano-Germânico, optará por ser *Kayser*, «César», eco do nome do grande conquistador das Gálias e sinónimo, na nomenclatura imperial, do poder militar do imperador. A saudação nazi (adoptada também pela Mocidade Portuguesa) mais não será do que a transposição da saudação oficial romana.

Tudo isto envolvia – consciente ou inconscientemente – o universo em que se movimentou Miguel Torga, ao ver destruir os colégios seculares da Alta da Coimbra que o acolhera para, em seu lugar, se edificar uma outra cidade à maneira dos regimes autoritários. Decerto por isso, os Romanos – e a Arqueologia em geral – lhe não tenham despertado um interesse 'científico'. Não consta – se bem vimos os seus escritos – uma referência sequer ao criptopórtico de *Aeminium*, que, aparentemente, nunca terá visitado, por não se sentir a isso atraído. Mesmo a Co-

nimbriga só foi duas vezes e – como já tive ocasião de escrever<sup>1</sup> – a sua visão é um tudo-nada estranha para os que hoje lidamos com os vestígios romanos da forma como os encaramos. Bastará atentar-se no modo como introduziu a sua segunda visita ao sítio (a 1ª fora apenas a 26 de Fevereiro de 1939: «Aqui a dois passos e só hoje lá fui! Gostei. Afinal as ruínas têm algum interesse»):

'*Conimbriga, 13 de Junho de 1944* – Outra visita a estas pedras queimadas pelos Suevos (...) e aprendi finalmente que foram os Suevos que estragaram o arranjinho aos romanos que gozavam isto'.

Da primeira vez, chamara «ladrilhos» aos mosaicos e achara que o melhor que Conímbriga tinha em relação a Roma era a possibilidade, que lhe fora proporcionada, de atirar para o vale ao fundo, onde corria o rio, uma pedra «à minha moda, à cabreira, coisa que não pude fazer do Palatino ao Tibre». O relato da segunda saiu-lhe pleno de ironia, que é como quem diz: abençoados Suevos, que os Romanos só estavam aqui para seu bel-prazer e sem proveito algum para os demais...

Sente-se subliminarmente o Poeta, o cidadão que parece não ligar grande importância a essas 'antiguidades', úteis apenas para dar largas a uma evocação de infância.

Difícil será explicar o que Torga poderá ter sentido no subconsciente, quando lhe deu para caracterizar a estada dos Romanos em Conímbriga em jeito de mero «arranjinho», que é como quem diz, generalizando, só cá vieram para aproveitarem o que de bom cá havia... Atitude crítica, aplicável, normalmente, a todas as chamadas «ocupações», mas que não deixa de ser sintomática.

## 2. O SANTUÁRIO RUPESTRE DE PANÓIAS

Bem andou o Dr. Orlando Sousa quando pensou em reunir num livrinho comemorativo do Dia Inter-

---

<sup>1</sup> No âmbito do projecto pensado pela Doutora Raquel Vilaça, subordinado ao tema «Como é que os escritores portugueses viram a Arqueologia?», elaborei um texto sobre Torga e Conímbriga, que poderá vir a lume em 2019.

nacional dos Monumentos e Sítios (18 de Abril de 2007) o que Miguel Torga fora espargindo sobre Panóias nos seus escritos<sup>2</sup>.

Merecem essas reflexões uma leitura atenta, pelo que delas se desprende. Primordialmente, um sentimento poético, de relacionamento com o Génio do lugar, que não deixa sensível qualquer visitante que saiba, ali, fazer silêncio<sup>3</sup>. E talvez não esteja errado quando sinto que, nos variados textos, redigidos em situações e ocasiões distintas, destila da prosa de Torga desalento por ver o estado de abandono em que o sítio estava e ao verificar que o visitante não lograva compreender o significado último que daquelas fragas se evolava. Um descon-solo, dir-se-ia:

«Inconscientes, pisavam sem qualquer emoção os sagrados altares que antepassados seus, num gesto pânico e preventivo, tinham erguido aos deuses Lapitas. Naquelas pias cavadas na fraga, de tamanho variado consoante a aflição e as posses, imolavam as vítimas e as ilusões terrenas» (p. 4).

«Inconscientes», porque não tinham a menor ideia do que tudo aquilo pudera significar; «sem qualquer emoção», porque há uma comunhão a fazer, um sentimento a deixar fluir.

Tinha Miguel Torga pleno conhecimento já de que não teriam sido apenas os deuses locais – os referidos Lapitas – que ali haviam sido venerados; preferiu, claro, citar apenas esses. Também o tamanho das «pias» nada tinha a ver nem com as «pos-ses» nem com as «aflições» – visão de Poeta é essa, como se compreende.

Contudo, não deixa de ser sintomático que, em 1950, ao referir-se a monumentos arqueológicos transmontanos, comente (*ibidem*, p. 5):

---

<sup>2</sup> De *Panóias a Torga*, uma edição do Instituto Português do Património Arquitectónico, concebido e coordenado por Orlando Sousa, selecção de textos de Inês Duque Dias. Edição integrada nas celebrações do centenário do nascimento de Miguel Torga (Fig. 1).

<sup>3</sup> Cfr. notas inseridas na revista *Conimbriga*, a propósito de uma outra iniciativa, paralela, mas igualmente muito válida, a de se apresentarem os desenhos que o sítio inspirou a Alberto de Souza Oliveira: *Conimbriga* 45, 2006, p. 433-434. <http://hdl.handle.net/10316/80360>.

«O tempo mudou os símbolos de fé, deliu as inscrições sagradas, e relegou para a penumbra da arqueologia o que foi vivo e útil».

«Penumbra», anote-se. E creio que virá a talhe de foice mais uma citação, a meu ver bem reveladora do que foi para o Poeta a arqueologia (sim, ponho com minúscula de propósito):

«Eça falhou na *Cidade e as Serras* porque nunca calcorreou as serras. Camilo é muito mais autêntico porque atolava os pés no barro que moldava.

Temos de conhecer a nossa terra. Mas conhecê-la por dentro, sem preocupações históricas, arqueológicas, políticas ou outras. Conhecê-la como se conhece a mulher que se ama, com quem se dorme... ver-lhe a nudez do corpo quando se despe...

Portugal tem sido visto ou por arqueólogos ou por obcecados. São horas de tentar compreendê-lo doutro modo. Nem o cisco dos cacos nem o delírio histórico: uma radiografia profunda, que revele a solidez do esqueleto sobre o qual todo o corpo se mantém» (*Diário V*, p. 60-61, Coimbra, 7-12-1949).

De uma penada, a ironia redutora: a arqueologia, «cisco dos cacos»; a história, um delírio. Para ele, o mergulhar nas raízes, atolar os pés no barro... afigura-se essencial. E é curioso ver como, ao lê-lo, sentimos que, para o escritor, há «raízes» e... «raízes»! Os 'cacos' – a Vergílio Correia, arqueólogo de Conimbriga, chamará «o Virgílio dos cacos» e, ao relatar a conversa ocasional que tivera com um professor universitário que lhe falava da 'cultura material' que o arqueólogo desenterrava, mostrara-se descrente, alheio... Haverá também, aqui, o reflexo do 'choque' que sempre houve, na Lusa Atenas em que Adolfo Coelho exercia a sua profissão de otorino, entre ele e a Academia, um antagonismo que nunca lhe foi possível superar.<sup>4</sup> De qualquer modo,

---

<sup>4</sup> Permita-se-me uma nota. Sabendo da grande honra que significaria para Jorge Amado a concessão do doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, ambição que há muito alentava, encetei diligências nesse sentido. Cedo me apercebi, porém, que estariam destinadas ao fracasso. Doutorar Jorge Amado sem doutorar Miguel Torga era impossível, dada, inclusive, a estreita relação de amizade entre eles; e doutorar Miguel Torga era impossível também.

não se trata de mero menosprezo poético, de quem aplaude outros valores: há uma atitude. Ao arqueólogo falta a imaginação, que é essencial ao poeta...

Teve razão Miguel Torga. Até quase aos anos 80 do século passado, tivemos uma Arqueologia intimamente ligada ao objecto; as 'culturas' identificavam-se através dele; falava-se na «cultura do vaso campaniforme»... Paulatinamente se começou a perceber que, na verdade, por detrás do objecto, estava uma função e esta não pudera existir se não houvera o Homem a manipulá-la. Até nos estudos epigráficos essa atitude se mantinha: o que interessava era decifrar o texto e, decifração feita, esquecia-se que se estava perante a mensagem que, um dia, alguém deliberadamente mandara gravar, sinteticamente, para a passar aos vindouros – e, assim, docemente penetrávamos na secreta vivência de outrora... O mesmo arqueólogo que lhe falara de «cacos», em fugaz troca de impressões na Gráfica de Coimbra, fará reviver, anos mais tarde, os sítios que dera a conhecer através de escavações<sup>5</sup>; e a Epigrafia de há décadas conhece hoje novos horizontes.<sup>6</sup>

Mais tarde, a 16 de Setembro de 1979, será o próprio Poeta que, em Panóias, entrará em comunhão com as ruínas (assim é o seu entendimento delas):

«De tanto visitar este santuário pagão, acabei por me meter na pele de um seu qualquer devoto primitivo. Sacrifício também em cada ara e contacto com o divino através do sangue das vítimas. É aqui que mais vezes o espírito me fala e que minha humanidade religiosa encontra mais satisfatória expressão. E chego a perguntar a mim mesmo se o alvo-roço em que fiquei, quando o vi pela primeira vez, foi apenas uma reacção cultural ou era já o crente envergonhado que encontrava emocionadamente um templo de fé descomprometida»<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> De Jorge de Alarcão: *S. Cucufate* (Roteiros da Arqueologia Portuguesa 5, Lisboa, 1998); *Conimbriga – O Chão Escutado* (Edicarte, Lisboa, 1999; recensão in *Al-madan*, 9, Outubro 2000, p. 188-189).

<sup>6</sup> Perdoe-se-me a presunção de me citar: *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Coimbra, 2006.

<sup>7</sup> É a última transcrição inserta no referido livro sobre Panóias (p. 15), retirada do *Diário XIII*, Coimbra, 1983.

### 3. O REAL, PONTE PARA O IMAGINÁRIO

Miguel Torga visita Lindoso a 20 de Agosto de 1950. Aí se deixa seduzir pela «sagrada realidade do pão»:

«[...] Lembra-me um lugarejo grego que tivesse crescido à sombra duma acrópole inteiramente dedicada a Deméter; que pusesse toda a ruminação metafísica em monumentos culturais onde residisse a confiança no arado, a paz da abundância, e a força vital do povo».

A Grécia, berço do pensamento metafísico, sugere-lhe «monumentos»; mas a palavra «monumentos» – que hoje nos inclinaria para «património arqueológico», por exemplo – catapulta-o, porém, para uma ode, que o é, apesar de brevíssima, em louvor do Homem que sabe retirar da terra a sua fonte de sustento e, conseqüentemente, a sua serenidade.

Em Roma, a 15 de Setembro de 1950, o «passeio lento e pitoresco pela Roma velha», que o faz não resistir a jantar numa «taberna barata de operários», voou nas asas do pensamento para os poetas e os escritores que pela cidade teriam deambulado, como ele então, e... nenhum comentário acerca das ruínas!...

E, de Pompeia, a pintura inicial é sarcástica, acutilante:

«O mesmo número de igrejas, o mesmo estádio municipal, os mesmos vícios de lupanar, a mesma ostentação burguesa a dar sombra ao tugúrio infecto...» (*Diário V*, Coimbra 1951, p. 134).

Dir-se-á: 2018 está bem longe de 1951. Muito se alterou a mentalidade e a forma de ver a realidade. Não se nega; contudo, este martelar da repetição do demonstrativo «o mesmo, os mesmos, a mesma...» já nesse dealbar da década de 50 seria deveras significativo de um olhar que do lupanar apenas enxerga os 'vícios' e das faustosas *villae* urbanas rapidamente se desvia, sem as apreciar, para o «tugúrio infecto». As ruínas, em si, não merecem atenção; importante é o que podem contar, o Homem que atrás delas se esconde, certamente um Homem que não logrou, afinal, realizar-se, massacrado pela conjuntura:

«Falta ainda desenterrar aqui o que se dizia na fonte, o que se pensava aos pés de Júpiter, o que se maquinava no silêncio do desespero... [...] Subterrâneas por natureza, as provas de sublevação foram sempre difíceis de encontrar. É nelas, contudo, que reside o interesse vivo das coisas mortas» (*ibidem*, p. 135).

Uma visão alternativa à da mera concepção descritiva que a figura do arqueólogo de então deixava predominantemente transparecer. E não nos admira, portanto, que, em Taranto, na Sicília, a 23 de Setembro, exclame:

«Uma morte majestosa, histórica, inanimou o corpo e a alma deste celeiro grego. E como em Segesta, em Selinunte e Agrigento, apenas uma coluna partida dá sombra e presença humana a quem passa.

Avidez social na sua expressão mais decidida, cada civilização é uma boca que esgota a teta em que mama» (*ibidem*, p. 141).

Já em Siracusa, dois dias antes, diante das ruínas do teatro, Miguel Torga, extasiado, verberara:

«Ah! bom teatro grego, cavado na rocha pela geometria dos dramaturgos e dos pedreiros! Aqui sim a vida podia mostrar todas as suas máscaras, porque era uma confissão geral que se fazia ao ar livre, autor, actores e público cobertos pela mesma pureza do céu e acariciados pela mesma brisa do mar.

E como o espírito traidor abandonou às ervas este palco sagrado! Impuros por dentro e por fora, depois das obscenidades romanas, fomos representar nas sacristias. Em vez de Eurípedes, milagres, mistérios e moralidades. A catarse, agora, só aos pés do confessor... (*ibidem*, p. 139).

O mesmo ar depreciativo pelos Romanos perante a nobreza dos Gregos; uma depreciação que se estende pela Idade Média de uma religiosidade que nada tem a ver com a pureza das mentes helénicas!...

E esta passagem pela Sicília, onde pairava ainda o espírito grego, vai permanecer na sua lembrança, de tal maneira que, em Veneza, confessa que o seu «fraco entusiasmo» ao ver a praça de S. Marcos tem a ver com «uma espécie de defesa instintiva», pois

nenhum «homem deste mundo poderá acrescentar mais uma pedra a estas pedras», impressão que também sentira na Sicília, «ao olhar os templos gregos»:

«Plenamente realizadas, só resta às formas clássicas esperar pela corrosão do tempo. E quem as contempla sente que, nada podendo fazer por elas, nada pode fazer pela própria vida» (*ibidem*, p. 142).

Diversa era, claro, a atitude do arqueólogo; mas essa veste Miguel Torga resiste a envergá-la. Nunca, aliás, tal lhe terá passado pela cabeça.

#### 4. DESCOBRIR O HOMEM

Também a Citânia de Briteiros lhe suscitara comentários:

«Se um dia fica de Nova York uma coisa semelhante a isto, com a mesma poesia e o mesmo mistério, então acredito que vale a pena construir arranha-céus» (6-9-1943).

E se uma visita a Mérida o parece ter deixado indiferente, Évora vai seduzi-lo por completo, porque os monumentos lhe falam de cultura. Essa é a minha impressão, pelo que transparece do que sobre a cidade escreveu no seu livro *Portugal*.

O Poeta considera ser a cidade uma ilustração completa do que nós somos, «o que temos de lusitano, de latino, de árabe e de cristão», nas suas paredes está gravado o rude caminho da nossa cultura. Se mandasse, Miguel Torga obrigaria todos os portugueses a irem lá fazer um retiro, findo o qual, «se não tivesse sentido que num templo de colunas coríntias se pode acreditar em Diana, numa Sé românica se pode acreditar em Cristo, e num varandim de mármore se pode acreditar no amor – seria um desterrado» (41980, p. 198).

Creio, no entanto, que a visão de Miguel Torga perante as manifestações do passado humano reveladas nos sítios arqueológicos ficou superiormente expressa no modo como encarou as pinturas rupestres das Cuevas de Altamira e o que viu depois em Lascaux.

Deslumbrado, a 8 de Outubro de 1950, começa logo por comparar Altamira ao tecto da Capela Sistina: «esta primeira Sixtina que o homem pintou».

De emoção «redobrada aqui em termos de profunda e comovente reverência pelo que o espírito é e pode: Força milagrosa e gratuita, que procura, desde que o mundo é mundo, suprir a temporalidade da vida pela intemporalidade da beleza» (*Diário V*, 1951, p. 155).

Para concluir:

«[...] Começa aqui o caminho da grande peregrinação do génio através da terra: consciência dramática do nosso destino de permanentes caçadores nas selvas da natureza, e lúdico dom de revelar em formas maravilhosas essa consciência» (*ibidem*, p. 156).

Totalmente diferente a reacção diante das grutas de Lascaux, a 11 de Junho de 1958 (*Diário VIII*, 21960, p. 125-126). Desde logo, tivera de percorrer «um ror de quilómetros a cem à hora» e para quê? «Para ir daqui com uma desilusão às costas!» Se, inconscientemente, foi o seu coração hispânico que reagiu, não o saberei dizer e nem Torga alguma vez o diria; há, contudo, imediato repúdio (julgo que não é palavra exagerada) pelo que lhe fora dado ver:

«Figurações moles, desinspiradas, que me não parecem irromper de nenhuma sinceridade profunda, indecisas entre a maciez realista de Altamira e o esquematismo expressionista do rupestre levantino, esse compromisso afirmativo rouba-lhes todo o poder convincente. E, verdadeiras ou falsas, com 15 mil anos de vida ou da minha idade, o certo é que não tive remorsos de as macular com o anidrido carbónico da respiração».

## 5. CONCLUSÃO

Era assim Torga. Miguel – como Unamuno, como Cervantes, como o arcanjo que, reza a tradição bíblica, venceu demónios.

E embora diga, a 3 de Outubro de 1949, que em S. Martinho de Anta, com uma arma de cinco tiros, se imaginou como «o homem primitivo com o seu sílex afiado na mão»<sup>8</sup> (o homem e o sílex, anote-se, ou, de preferência, o sílex e o homem...), não

---

<sup>8</sup> *Diário V*, 1951, p. 53.

parece que a ciência arqueológica e os sítios arqueológicos como eram encarados no seu tempo lhe houvessem despertado particular sedução. Como referi, penso que nunca lhe terá suscitado interesse uma eventual descida ao criptopórtico de *Aeminiun*, sob o pátio do Museu Machado de Castro.

O que partilhei e procurei comentar foram tópicos colhidos aqui e além, não o resultado de uma pesquisa sistemática.

Na comédia *O Homem que se Puniu a Si Mesmo*, de Terêncio,<sup>9</sup> logo na primeira cena do I Acto, Menedemo pergunta, em tom de ironia, a Cremes, um ancião seu vizinho, que se mostrava preocupado com ele:

– *Chreme, tantumne ab re tua est otii tibi, aliena ut cures ea quae nihil ad te attinent?* (versículos 75-6).

«Ó Cremes, tens assim tão pouco que fazer, que te sobra tempo para te ocupares das coisas dos outros?»

Ao que o ancião responde:

– *Homo sum. Nihil humani mihi alienum puto.*

«Sou homem. Nada do que é humano me é alheio!».

Perguntássemos a Miguel Torga porque é que, sendo médico especialista, tanto se interessava pelo que o rodeava, poderíamos certamente ter recebido resposta idêntica.

O Poeta olha derredor e tudo acaba por lhe interessar, mormente aquilo que ao Homem diz respeito.

Replicar-se-á: mas a arqueologia não lhe chamou assim tanto a atenção! Não, de facto.

E poderemos ver nessa ausência duas razões:

– a primeira, já se disse, porque terá visto os Romanos como potência imperialista, em que – até nos modelos arquitectónicos – os estados autoritários do seu tempo (Hitler, Mussolini, Salazar, Franco...) exemplarmente se inspiravam;

---

<sup>9</sup> Walter de Medeiros traduziu superiormente essa comédia num livro incluído na série de Textos Clássicos (é o nº 35), do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que o INIC patrocinou. Data de 1992.

– a segunda prender-se-á também com a arqueologia que então se praticava, era o «Virgílio dos cacos», era Lascaux, era uma atenção ao objecto sem que visse através dele o Homem que estava por detrás.

E Torga, Poeta, preferia comungar com as pednias de Panóias, onde sentia o peregrinar do Homem em direcção ao Além; haurir a poesia que da Citânia de Briteiros brotava; encontrar mãos humanas para além dos cacos, da coluna partida, das gravuras de Altamira; gostaria de lhe ter sido proporcionada, em Roma, a liberdade de atirar «à cabreira» uma pedra para o Tibre!...

E nessa viagem presente por um Passado longínquo, carregou sempre «as cicatrizes de defensor incansável do amor, da verdade e da liberdade», «tríade bendita» que, em seu entender, «justifica a passagem de qualquer homem por este mundo» (*Diário XVI*, p. 200 – 9 de Dezembro de 1993).

E na Arqueologia – agora, sim, com maiúscula – ainda se não lograra descobrir o Homem, por que ele, como o ancião Cremes, da comédia de Terêncio, tanto se havia de interessar!



Figura 1 – Capa do opúsculo.



# D. DINIS E A REGIÃO RIBACUDANA

---

António Vermelho do Corral

Associação dos Arqueólogos Portugueses / ant.v.corral@gmail.com

## Resumo

A região ribacudana, isolada entre os rios Douro a Norte, o rio Águeda e a ribeira de Toirões a Leste e o rio Côa a Oeste e Sul, terá sido um território tampão, primeiramente entre cristãos e árabes, e depois entre portugueses e castelhanos, com escaramuças, ataques e encontros num e noutro sentidos, com avanços e recuos de parte a parte, a que o Tratado, celebrado em Alcanices, em 12 de Setembro de 1297, entre D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Castela e Leão, havia de pôr cobro, fixando definitivamente as fronteiras de Portugal, as mais antigas da Europa.

**Palavras-chave:** Época Medieval, Beira Interior, Fronteira, Tratado de Alcanices.

## Abstract

The Ribacudana region, isolated between the rivers Douro to the North, the river Águeda and the stream of Toirões to the East and the river Côa to the West and the South, would have been a buffer territory, first between Christians and Arabs, and then between Portuguese and Castilian, with skirmishes, attacks and encounters in one and the other sense, with advances and retreats of part the part to which the Treaty concluded at Alcanices on 12 September 1297 between D. Dinis of Portugal and Fernando IV of Castile and Leon, had to put an end, definitively fixing the borders of Portugal, the oldest of Europe.

**Keywords:** Medieval period, Beira Interior, Borders, Alcanices Treaty.

## 1. O ESPAÇO

A Nordeste da Beira Interior, mais precisamente na chamada Beira Transmontana, segundo o entendimento do geógrafo Amorim Girão, sobressai uma zona planáltica, de feição rectangular, que alonga o seu comprimento no sentido dos meridianos, e que tomou a designação de Região Ribacudana. *Riba de Coa* é a expressão que consta do Tratado de Alcanices, bem como em muitos outros documentos, apesar de correrem as versões *Riba Coa*, *Cima Coa* e *Cima de Coa*. E também *Rivadecoa* em autores castelhanos.

Fica encravada entre as encostas do Douro a Norte, as escarpas do rio Côa a Oeste, a serra das Mesas e a serra da Malcata a Sul em Terras do Sabugal e as arribas do rio Águeda e da ribeira de Tourões a Leste. Entre Vilar Formoso (Almeida) e a Serra das Mesas (Sabugal) apresenta uma longa extensão de raia seca, muito propícia e convidativa à prática do contrabando, uma importante actividade na economia local antes da entrada de Portugal na União Europeia.

Essa faixa, que ocupa uma área de 1.855,82 km<sup>2</sup>, é, actualmente, formada administrativamente pelos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo a Norte, Almeida ao Centro e Sabugal a Sul, num total global de 86 freguesias, algumas com anexas (antes da reforma administrativa nacional a que se refere a Lei nº. 11-A, de 28 de Janeiro de 2013, *Diário da República* – 1ª. Série, nº. 19).

## 2. CRONOLOGIA E HISTÓRIA

Tornando-se pertinente fazer um pouco de História para integração do espaço no tempo, apenas se referenciam alguns factos de maior relevância. Esta faixa da fronteira da Beira Alta foi num tempo muito disputada entre diferentes povos, e noutra, muito procurada para a passagem de exércitos. No seu território importantes recontros e batalhas se operaram. Vem a propósito, neste momento, mencionar apenas, a título de exemplo, a batalha de Castelo Rodrigo, nos campos da Salgadela, freguesia de

Mata de Lobos (07-07-1664), quando da Guerra da Restauração; a Guerra dos Sete Anos (1756-1763); e a passagem de Massena comandando a terceira invasão francesa a Portugal (1810-1811), provocando enorme catástrofe em Almeida.

A região foi habitada desde remotas épocas, o Paleolítico está testemunhado pelas Gravuras do Côa; o Neolítico justifica-se com as pinturas rupestres nos paredões quartzíticos da Ribeira do Colmeal e as gravuras do Ribeiro do Bizarril.

Por estas bandas passaram povos como os Túrdulos, Vetónios, Vaceus, Astures, Carpetanos e Galaicos, além de Celtas, Godos, Lusitanos, Romanos e Árabes.

Acerca da reconquista cristã e definição de fronteiras entre os dois povos peninsulares alguns historiadores e estrategas defendem a existência de dois territórios ribacudanos: 'Riba Côa Português' entre o Douro e a serra da Marofa, protegida pelos castelos de Almendra, Calábria e Castelo Rodrigo, em cujas proximidades D. Afonso Henriques fundou em 1170 o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar; e 'Riba Côa Leonês', com limite sul na serra das Mesas, no concelho do Sabugal, englobando diversos castelos. Zona ribacudana anteriormente disputada entre cristãos e infiéis, passa agora a centro de tensão e conflitos entre Portugal e Leão.

Em 1163 D. Afonso Henriques (1128-1185) ocupa Salamanca, tendo provavelmente passado por terras ribacudanas. Em 1166 tenta tomar Cidade Rodrigo mas é duramente vencido na batalha de Arganal. E em 1169 invade Badajoz, sofrendo dois importantes reveses: fracturou uma perna numa das portas da cidade e foi feito prisioneiro por Fernando II (1152-1188), seu genro, rei de Leão. O 'Riba Côa Português' poderá ter sido conquistado ou simplesmente ocupado pelo rei de Leão ou a este cedido por seu sogro em troca da libertação. O certo é que o rei de Leão deixou sinais da sua posse e domínio por estas andanças:

- Em 1161 procede ao repovoamento das terras de entre Águeda e Côa;
- em 1171 faz doação de Calábria a Cidade Rodrigo;

- em 1176 doa a pesqueira da foz de Aguiar ao Mosteiro de Santa Maria de Aguiar;
- ainda no mesmo ano de 1176 confere doação à Ordem Militar de Cavalaria de São Julião do Pereiro, por si fundada em 1156 no sítio do Pereiro, na povoação de Cinco Vilas, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, dos lugares do Pereiro (Pinhel), Reigada, Vilar Torpim, Colmeal e Almendra e ainda da Granja da Fonte Seca (ou Granja do Fonseca), como recompensa pelos êxitos obtidos em 1166 sobre D. Afonso Henriques na referida batalha de Arganal, próximo de Cidade Rodrigo, cujas hostes eram comandadas por seu filho, o infante D. Sancho, contando ao tempo apenas 12 anos de idade.

Tentando alargar o território, em 1198 o rei D. Fernando II depois de ter ocupado Pinhel, sofre pesada derrota na chamada Lide de Ervas Tenras e retirase para lá do Côa (no sentido de Leão).

O seu filho Afonso IX continua uma política de ocupação, fundando vários concelhos na região com a concessão de foros. O primeiro foi o de Castelo Rodrigo, quando de uma deslocação do monarca em Setembro de 1209. Já ao tempo era uma praça forte de grande importância estratégica, que no futuro viria a rivalizar com Salamanca, Alba de Torres, Ledesma e mormente com Cidade Rodrigo.

Quando da fundação do concelho os seus limites circunscrever-se-iam entre os rios Douro e Águeda e as ribeiras de Tourões e Duas Casas, a via romana chamada *carril*, Malhada Sorda e Côa. Ocupava, assim, a metade norte da região de Riba Côa. Contemporânea, mas em data posterior, é a criação do concelho do Sabugal. Ocupando, o Sabugal, a zona sul ribacudana, entre os dois citados concelhos ficou existindo uma faixa com a extensão de cerca de duas dezenas de quilómetros, cuja posse estava na dependência de Cidade Rodrigo.

Até 1296/1297 a região ribacudana esteve sob domínio leonês, dividida por nove concelhos: Castelo Rodrigo, Sabugal, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior e Alfaiates, acrescida dos concelhos de Castelo Melhor, Almendra e Reigada, desintegrados do alfoz de Castelo Rodrigo.

D. Afonso III (curador do reino em 1245 e rei entre 1248 e 1279) conquista definitivamente o Algarve com a tomada de Santa Maria de Faro, Albufeira, Porches e Silves em 1249 e o Rei e seus sucessores passaram a usar o título de *Rei de Portugal e do Algarve*. Em 16 de Fevereiro de 1267 faz-se a assinatura do Tratado de Badajoz, em que Afonso X renuncia definitivamente à posse do Algarve e o rei português entra na posse definitiva da província.

Afonso X, o *Sábio*, n. 1221, foi Rei de Castela e Leão desde 1252 a 1284. A reunificação dos reinos de Leão e Castela são o resultado da vontade de Afonso IX, rei de Leão desde 1180 a 1230, na sequência do casamento com Berenguela, filha de Afonso VIII de Castela, em seu filho Fernando III, o *Santo* (n. 1201 – f. 1252). Herdou o reino de Castela em 1217 e o de Leão, quando da morte de seu pai em 1230.

A 9 de Outubro de 1261 nasce em Lisboa D. Dinis, filho de Afonso III e de sua segunda mulher D. Beatriz de Castela, filha de Afonso X de Castela, o *Sábio*. Rei desde 1279, faleceu em 7 de Janeiro de 1325. Casou em 1282 com D. Isabel de Aragão, (n. 1270 – f. 1366), filha de Pedro III de Aragão. O casal teve 2 filhos: D. Constança (n. 1290 – f. 1313) que viria a casar com Fernando IV de Castela em 1307); e D. Afonso IV (n. 1291 – f. 1357) que casaria em 1309 com D. Brites ou Beatriz, filha de Sancho IV e de D. Maria de Molina, reis de Leão e Castela.

Em 6 de Fevereiro de 1263 nasce o infante D. Afonso, irmão de D. Dinis. Lavra-se acordo com Castela sobre o reino do Algarve.

Em 1270 D. Afonso III doa ao seu filho segundo, o infante Afonso, os senhorios de Portalegre, Arronches e Vide.

Em 1278 o infante D. Sancho (IV) é reconhecido como herdeiro de Afonso X.

Em 16/17 de Fevereiro de 1279 morre D. Afonso III, e D. Dinis, neto de Afonso X de Castela, o *Sábio*, subiu ao trono como sexto rei de Portugal, tendo então 17 anos de idade.

Em 24 de Abril de 1281 celebra-se o casamento de D. Dinis com D. Isabel de Aragão. Neste mesmo ano Castela entra numa guerra civil entre Afonso X e seu filho o infante D. Sancho (IV).

Em 24 de Junho de 1282 D. Dinis recebe em Trancoso sua mulher, a rainha D. Isabel de Aragão.

Em 1284 e 1285 cria e faz concessão de privilégios a feiras francas.

Em 1284 morre Afonso X, o Sábio, e passa a reinar Sancho IV de Castela (até 1295). Mas em 1285 o novo rei considerou nula e de nenhum efeito a doação feita por Afonso X a sua filha D. Beatriz (que casara com Afonso III de Portugal) das vilas de Mourão, Serpa e Moura, baluartes defensivos do Baixo Alentejo, com o fundamento de que Afonso X já as houvera doado à Ordem do Hospital de Castela. Os desentendimentos prolongaram-se no tempo e para evitar o despoletamento de uma guerra D. Dinis negociou uma proposta matrimonial, concertada em Badajoz, que consistia no casamento do príncipe herdeiro D. Afonso com D. Beatriz, filha de Sancho IV; e o príncipe D. Fernando, sucessor deste, casaria com a infanta D. Constança, filha de D. Dinis. Como garantia ajustada o rei português dava como arras a cidade da Guarda e a vila de Pinhel, que tornariam à posse portuguesa quando da celebração dos enlances matrimoniais. Por seu lado, Sancho IV era mais pródigo, cedendo vários castelos ao longo da fronteira: Serpa, Moura, Olivença, Badajoz, Cáceres, Trujillo, e na Galiza Allariz e Aguiar de Moa, nos limites de Orense. Todavia, Sancho IV não só negou o prometido como recusou a devolução da Guarda e de Pinhel e conquistou algumas povoações na região de Riba Còa. D. Dinis reage e com o apoio do reino de Aragão invade Leão e Castela, conquista Cidade Rodrigo e Ledesma e ataca Simancas e Medina del Campo. Nos anos que a guerra durou muito sofreram as populações fronteiriças com os desmandos, perseguições e mortes, infligidos nas populações de um e de outro lado de uma linha de fronteira que ainda não estava devidamente definida.

Em 1285 nasce o futuro rei de Castela Fernando IV (n. 1285 – f. 1312), filho de Sancho IV e de Maria de Molina, reis de Leão e Castela.

Em 1286 Alvar Nuñez de Lara, que se rebelara contra Sancho IV e se aliara ao infante Afonso, invade Riba Còa, mas é mal sucedido na vila de Alfaiates, sendo obrigado a retroceder. O recontro ficou

conhecido como Lide de Alfaiates.

Em 1287 – Encontro de Sancho IV com D. Dinis, no Sabugal, de que resultou a reconciliação entre os irmãos desavindos pela pretensão ao trono. O encontro resulta do apoio do rei de Castela e Leão a D. Dinis na contenda entre este e seu irmão o infante Afonso, que, vencido em Arronches, resolve reconciliar-se com o rei.

Em 3 de Janeiro de 1290 nasce a infanta D. Constança, filha mais velha dos reis de Portugal.

Em 8 de Fevereiro de 1291 nasce o infante D. Afonso, futuro rei de Portugal. D. Dinis encontra-se com Sancho IV de Castela em Cidade Rodrigo para acertarem o casamento da sua filha, a infanta D. Constança, com o príncipe herdeiro castelhano D. Fernando (ver acima). Começa o reinado de Jaime II de Aragão (até 1327).

Em 1293 nasce D. Beatriz de Castela, que mais tarde casará com D. Afonso IV de Portugal.

Em 1295 D. Dinis declara guerra a Castela, seguindo-se o Acordo da Guarda (6 de Setembro), rectificado posteriormente em Cidade Rodrigo (4 de Outubro), com a entrega a Portugal de Moura, Serpa, Arouche e Arcena.

Em 1296 D. Dinis vai em auxílio do rei de Castela contra os seus adversários e ocupa Salamanca, Tordesilhas e Simancas, acabando por incorporar no reino português a comarca de Riba de Còa (campanha da Guarda). Com a ocupação ‘de facto’ da região ribacudana, estando em Trancoso, e atendendo às solicitações da população, subscreve o foral de Castelo Rodrigo (em 8 de Novembro); ratificou ainda os forais de Castelo Bom, Almeida (8 de Novembro), Sabugal e Vilar Maior. Em 25 de Junho de 1508 o rei D. Manuel I concederia a Castelo Rodrigo, em Lisboa, um foral novo, assinado por Fernão de Pina e por El-Rey. Data dessa época o pelourinho existente na vila de Castelo Rodrigo.

Em 12 de Setembro de 1297 – Assinatura do Tratado de Alcanices estabelecendo a paz entre os dois reinos e definindo as fronteiras entre Portugal e o reino de Leão e Castela. Confirmação do casamento de D. Constança com Fernando IV de Castela, e acordo sobre o do infante herdeiro D. Afonso

com a infanta castelhana D. Beatriz. Assina o foral de Alfaiates.

Em Outubro de 1297 regressa à região de Riba Côa para se inteirar do andamento das obras de reconstrução dos castelos. O castelo de Monforte, sobranceiro ao rio Côa, pela margem direita, junto ao Bizarril, é ignorado em virtude da perda de importância estratégica. E, conseqüentemente, destruído. Próximo do local foi construída, mais tarde, uma capela em homenagem a Nossa Senhora de Monforte, cuja festa anual se realiza no mês de Agosto.

Em Julho de 1298 D. Dinis presta auxílio ao rei de Castela entrando com o exército até Salamanca. Estando na Guarda, outorga o Foral de Castelo Melhor e o de Ouguela (junto ao Guadiana).

Em 1299 D. Dinis ordena o povoamento de Vila Nova de Foz Coa, dando-lhe foral a 16 de Maio. Como reforço militar criou os Corpos de Besteiros do Conto, a fornecer pelos concelhos.

Em 1302 realiza-se o casamento de Fernando IV de Castela com a infanta portuguesa D. Constança, filha de D. Dinis.

Em 1303 D. Dinis empresta um milhão de mavedis a Fernando IV de Castela para combater os seus adversários.

Em 1307 nasce a primeira neta do rei, a infanta D. Leonor, filha de D. Constança, rainha de Castela. D. Dinis concede novo empréstimo a Fernando IV de Castela. Forma-se a Confraria dos Cavaleiros do Sabugal (15 de Outubro).

Em 11 de agosto de 1311 nasce o infante D. Afonso de Castela, futuro Afonso XI, filho da infanta D. Constança, primeiro neto de D. Dinis.

Em 1314 processa-se a demarcação da fronteira na zona de Moura e de Noudar (ou Nodar) e de "terra da Contenda".

Em Outubro de 1315 continuam as demarcações da fronteira da zona de Moura e Noudar.

Em 7 de Janeiro de 1325 D. Dinis morre em Santarém e a sua viúva ingressa no Convento de Santa Clara em Coimbra. Falece em 04 de Julho de 1336.

Em 7 de Janeiro de 1325 sobe ao trono seu filho D. Afonso IV. (n. 1290 – f. 1357).

### 3. TRATADO DE ALCANICES

Ao tempo os reis não tinham residência com carácter de permanência, deslocando-se com frequência dentro do seu território, conforme a força das circunstâncias, fossem elas de natureza militar, como forma de afirmação do seu poder e autoridade, ou para ministração da justiça e audiência das populações, pois não estava ainda consagrado o sistema de administração central.

Na região entre Douro e Tejo, que frequentou por muitas e diversificadas ocasiões, podemos registar algumas das suas presenças. Três linhas são definidoras dessa presença: uma, interior, que vai de Lamego a Coimbra, passando por Viseu; outra, mais avançada, que a partir de Freixo de Numão, próximo do Douro, passa por Trancoso, Celorico, Linhares, Gouveia e acaba na Covilhã; e uma terceira, mais próximo da fronteira, que de Pinhel se estende por uma zona que, passando pela Guarda e Belmonte, termina em Castelo Branco. Chega mesmo a pousar em Castelo Mendo e Sabugal, muito próximo da fronteira castelhana.

Assinalemos algumas das suas passagens ou permanências mais ou menos alongadas.

O rei Lavrador, também cognominado de Povoador e Trovador, frequentou com alguma assiduidade a região beirã. Assim, esteve na Guarda em 4 de Agosto de 1279 e em finais do ano de 1281 encontra-se em Castelo Mendo, confirmando o foral anteriormente concedido por Sancho II, com passagem pela Guarda, Celorico da Beira, Trancoso e Freixo de Numão.

Em Junho de 1282 dirige-se novamente a Trancoso, para receber como sua mulher e rainha D. Isabel de Aragão, e aí se manteve durante todo o mês de Julho, passando os meses de Agosto e Setembro na Guarda e Viseu. D. Isabel entrou por Bragança, tendo na altura apenas 11 anos de idade, e em 26 desse mês de Junho os noivos encontram-se pela primeira vez em Trancoso. Aí, o rei noivo, numa atitude de 'elegante cavalheirismo' e prova de afeição pela sua noiva, faz-lhe doação da vila.

Em Outubro de 1285 volta novamente a Tranco-

so e em Novembro está de passagem por Pinhel, Guarda, Belmonte, Covilhã e Castelo Branco.

Em Junho de 1287 encontra-se em Gouveia e mais tarde uma vez mais na Guarda onde passa os meses de Julho, Agosto e princípios de Setembro, passando depois por Celorico.

Um dos grandes aspectos que definem a governação de D. Dinis foi a criação de feiras, tendo em vista o desenvolvimento económico das regiões, e, conseqüentemente, do reino, e o desenvolvimento das exportações. Além de outras pelo reino, criou na região beirã as feiras de Castelo Mendo (1281) e Celorico da Beira (1287).

Em Janeiro de 1288 retorna à fronteira beirã.

Em Agosto de 1291 deixou Coimbra e uma vez mais rumo à fronteira beirã com passagens pela Guarda, Sabugal e Linhares, partindo em seguida para o Alentejo.

Entre Junho e Outubro de 1295 face à tensão política e militar com Castela desloca-se a Viseu, Lamego e Trancoso, dirige-se à Guarda e permanece na fronteira. D. Dinis tinha plena consciência da importância que representava para a segurança do reino a manutenção do conjunto de castelos posicionados na região ribacudana, donde o interesse na ocupação e domínio da região entre Côa e Águeda, incluindo o afluente deste, a ribeira de Toirões.

A partir de Junho de 1296, forçado por motivos de ordem militar, volta à fronteira beirã e estabeleceu-se na Guarda, Covilhã e Trancoso.

O foral de Alfaiates é outorgado em 1 de Março de 1297.

Na segunda metade de 1297 atravessa a fronteira transmontana e em 12 de Setembro de 1297 é assinado o Tratado de Alcanices.

Assistiram à celebração do tratado, além dos principais intervenientes, D. Dinis, rei de Portugal e Fernando IV, rei de Leão e Castela, as duas rainhas, Isabel de Aragão, mulher do rei português e Maria de Molina, rainha castelhana, e o infante D. Henrique, tio (irmão de Afonso X) e tutor do rei, ambos como legais representantes de seu filho e sobrinho menor, as mais altas figuras como altos dignitários da igreja, elementos da nobreza, ricos homens e

procuradores de concelhos. Por parte de Portugal destacam-se, além da presença do infante D. Afonso, irmão do rei, as de D. Martinho, arcebispo de Braga, D. João, Bispo de Lisboa, D. Sancho, bispo do Porto e D. Vasco, bispo de Lamego, e dos mestres do Templo e de Avis.

Enquanto D. Dinis e seu séquito se dirigiam a Alcanices, em Castela, em frente de Miranda do Douro, seu filho Afonso (futuro rei Afonso IV) aguardava, estrategicamente, em Trancoso, o desenrolar dos acontecimentos, prevenindo qualquer imprevisto, eventualmente decorrente da não assinatura do tratado.

Do tratado resultam os seguintes pontos:

- Garantia de paz durante 40 anos assente na amizade e na defesa mútuas, comprometendo-se os signatários a ser “verdadeiros amigos de amigos e inimigos de inimigos”.
- Firmavam o propósito de recusar a aceitação de vassalos que tendo caído em desgraça procurassem asilo no outro reino (tinha-se em atenção o facto do infante D. Afonso, irmão do rei D. Dinis, haver solicitado protecção a Sancho IV e ser causador dos desentendimentos entre ambos os reis. O infante D. Afonso considerava-se o verdadeiro sucessor de seu pai, com base no direito canónico, pela existência de uma excomunhão papal lançada sobre o reino quando do nascimento de D. Dinis, direito que este rejeitou. Acabaram por se harmonizar.
- Mais se acordou como garantia e reforço das boas intenções e com o objectivo da perpetuidade do tratado, na celebração dos casamentos, já anteriormente acordados em Badajoz, mas desrespeitados por Sancho IV, entre o príncipe herdeiro D. Afonso (IV) com D. Beatriz de Castela, irmã de Fernando IV; e deste com D. Constança, filha de D. Dinis.

Pretendia-se também, por esta via, “pôr fim a muitas guerras, omizios e excessos em tal maneira que em terras de ambos foram muito roubadas e queimadas e estragadas em que se fez muito pesar a Deus por morte de muitos homens”.

Este tratado, um dos documentos mais impor-

tantes da historiografia portuguesa, resolveu definitivamente as fronteiras físicas, solucionando de uma vez para sempre os problemas raianos que opunham os reinos de Leão e Castela e de Portugal.

E ainda quanto ao espaço físico:

- A cedência do rei português dos castelos e vilas de Arouche e Aracena, povoações que pertenceram a Afonso X e seu filho Sancho IV, conquistadas por D. Afonso III em 1254. Por seu lado, D. Dinis recebia os castelos de Olivença e Campo Maior, e ainda São Felix dos Galegos, próximo de Alcântara.

Recebia também os castelos da margem esquerda do Guadiana, como Ouguela, cerca de Campo Maior, com os seus termos, direitos e pertenças, à excepção da jurisdição religiosa que se mantinha na alçada de Badajoz. E deve ter cedido o castelo de Alfajar de Pena, no antigo Algarve além Guadiana, que, em tempos de D. Sancho II, cerca de 1238, os Espatários da Ordem de Sant'ago, conquistaram aos mouros. Este castelo fora mais tarde cedido por Afonso X a sua filha D. Beatriz, viúva de D. Afonso III.

Na Beira Alta passavam para a coroa portuguesa os lugares, vilas e castelos de Riba de Côa, a saber: Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Mendo, e tudo o mais até à zona de Foz Côa, incluindo os castelos de Monforte, junto do Bizaril, e Castelo Melhor. D. Dinis ficou com o enclave de San Felices de Los Galegos, como acima se diz, na margem direita do Águeda, portanto em pleno território leoneso-castelhano, como estratégia de segurança da posse do território de Riba de Côa, servindo, portanto, como elemento de defesa numa linha avançada. Como contrapartida, D. Dinis cedia os seus direitos em Valença de Alcântara, Ferreira, Esparregal e Aiamonte, além de outros lugares no reino de Leão e Castela. Assim, na zona ribacudana a linha de fronteira transitava do rio Côa para os cursos do Águeda e ribeira de Toirões e prolongamento em raia seca até à serra das Mesas no Sabugal.

São Felices de los Galegos havia de voltar mais tarde à posse de Leão e Castela.

Uma constatação curiosa ressalta da apresenta-

ção de ambos os reis na enunciação dos seus títulos: ambos se consideram reis do Algarve, facto que acarreta alguma perplexidade. Ou talvez não, se tomarmos em linha de conta que o Algarve de então não correspondia ao Algarve actual e as fronteiras na época, não sendo bem definidas, davam azo a que qualquer dos reinos dominasse castelos, vilas e lugares engravados no território do seu opositor.

Aliás, o território de Riba de Côa já se encontrava ocupado militarmente por D. Dinis desde o ano anterior, tendo confirmado os foros de Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom e Sabugal, e o tratado apenas veio legitimar política e juridicamente o seu domínio e posse. Ficavam assim resolvidos os problemas fronteiriços que opunham os reinos de Portugal e de Leão e Castela, com apaziguamento das populações limítrofes, as grandes vítimas dos horrores que as guerras comportam.

Este tratado haveria de ser ratificado trinta anos depois em 17 de Dezembro de 1327 entre D. Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela, ambos filhos dos subscritores do Tratado de Alcanices, através de novo tratado de paz e amizade.

Contribuíram para que a população ribacudana se sentisse portuguesa e confirmada a presença dos frades do Convento de Santa Maria de Aguiar da Ordem de Cister, fundado em 1170. E a existência de traços linguísticos não comuns aos foros leoneses está bem demonstrada por Lindley Cintra na sua obra *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. Acresce que a população ribacudana estivera sob domínio português quando do reinado de D. Afonso Henriques, que se vira obrigado a ceder o território a seu genro Fernando II, rei de Leão, quando aprisionara o sogro em Badajoz, onde partira uma perna numa das portas da cidade, quando se preparava para a tomar, em favor da sua libertação.

O tratado, assinado sob os auspícios do bom entendimento e sob juramento ante os santos evangelhos, admitia que incumprimentos aos compromissos assumidos eram tidos por perjúrio e traição, como quem mata Senhor ou trai castelo.

Um facto importante reside na atitude das populações perante os contendores. Apesar das mudan-

ças de poder ao longo dos tempos não se sentiram impelidas a emigrar, nem de um nem de outro lado das movediças fronteiras, mantendo-se agarradas ao seu espaço, independentemente da sorte das armas e indiferentes ao senhorio do território.

Uma outra consequência pode ser retirada do tratado. Com a anexação do território de Riba Coa a Portugal os ribacudanos alcançaram *de facto* e *de jure* a nacionalidade portuguesa, que já houveram em tempo do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques.

Serve como exemplo a minha ancestralidade, pois os meus antepassados são originários dessa região, onde sempre viveram e se mantiveram gerações após gerações, do lado paterno em Mata de Lobos, e do lado materno em Escalhão, ambas freguesias integrando ao tempo o concelho de Castelo Rodrigo. Por carta régia de 25 de Junho de 1836, referendada pelo ministro Agostinho José Freire, D. Maria II concede a Figueira o foro de vila, com a designação de «Figueira de Castelo Rodrigo», por um lado para evitar confusão com outras povoações com o mesmo nome, designadamente Figueira da Foz, e, por outro, manter a dignidade que a vila de Castelo Rodrigo sempre mereceu e continua a projectar. A mudança de sede do concelho transita para a nova vila em 6 de Novembro do mesmo ano.

\*

Mas D. Dinis não se assossega com a assinatura do tratado. Procura *in loco* inteirar-se do cumprimento do mesmo e, tanto assim, que passa nos meses de Março, Abril e Maio de 1300 novamente pela fronteira beirã e em 1303 pela Guarda.

Mas mais: “Os direitos às terras do Còa, defendidos por D. Dinis, eram tão fortes, que o Rei de Portugal colocou à frente dos castelos desta região, alcaides daqui naturais, o que não tinham feito os Reis de Leão” (Adriano Vasco Rodrigues, *Orgulho de ser arraiano*, Praça Alta nº. 197 de 13-12-2011).

Foram, pois, inequivocamente, “necessidades estratégico-militares que levaram D. Dinis por várias vezes para junto da fronteira beirã”.

Todavia, já antes da assinatura do tratado e como reforço da ocupação efectiva do território de Riba de Còa, em 1296 vários membros da cúria régia ha-

viam confirmado os diferentes diplomas subscritos pelo rei nesse ano, nomeadamente os forais do Sabugal, Castelo Rodrigo, Castelo Bom, Almeida e Vilar Maior, ou seja, as povoações mais recentemente integradas em Portugal por ocupação militar, dando mais poder e reforçando os interesses de D. Dinis, o que viria a ser confirmado e ratificado no ano seguinte pelo referido Tratado de Alcanices.

Em 25 de Junho de 1298, estando na Guarda a caminho de Castela concedeu foral a Castelo Melhor, “que foi o mesmo que até então tinham”. (Dinis Cabral, *A Ordem Militar do Pereiro*).

**Razões** que poderão ter levado D. Dinis a interessar-se pela região ribacudana:

- Recuperação de um território que já houvera pertencido a Portugal, conquistado por D. Afonso Henriques que passara a Norte a caminho de Zamora e a Sul em direcção a Cidade Rodrigo. Preocupado na luta contra os infiéis a Sul viu-se obrigado a descurar a sua ocupação permanente e definitiva, inclusive por dificuldades de povoamento. D. Sancho II terá tentado repovoar alguns lugares.
- Alargamento do espaço e sua integração no reino de Portugal aumentando a sua área; e provavelmente compreendendo que, segundo a geografia física, tinha maior cabimento que a linha de fronteira se alargasse ao rio Águeda e não se ficasse pela do rio Còa.
- Maior segurança para o reino, pois constituía um espaço de protecção ao interior do reino, maior garantia de defesa das terras e populações para aquém do rio Còa.
- O espaço anexado formava uma linha de castelos que além de protegerem e defenderem a integridade territorial e as suas gentes, funcionava como elemento dissuasor do rei de Leão e Castela em reinvidir Portugal, conquistando-lhe território.
- O rio Águeda e o seu afluente ribeira de Toirões permitiam maior segurança porque levantava acentuadas dificuldades de atravessamento, criando entraves à sua passagem, já que o rio Còa dava maior permissividade, apesar de am-

bos serem rios de montanha, com a diferença de que o Águeda está mais encavado, oferecendo arribas mais íngremes, dificultando o trânsito de homens, animais e equipamentos.

- O justificado receio de que o território objecto da contenda acabasse por cair nas mãos dos infiéis, que ambos estavam, aliás, empenhados em afastar ou submeter.
- E, necessária e conseqüentemente, aumentando o seu prestígio e poder, donde a oportunidade de ser chamado a intervir em vários desentendimentos entre os reinos peninsulares.
- Consolidadas as fronteiras, pôde dar mais atenção ao desenvolvimento do reino, protegendo a agricultura, fomentando a economia, designadamente com a criação das feiras francas, e também a marinha, o comércio, a indústria e a instrução.

O Tratado de Alcanices, depois de longos anos de renhidas lutas e enorme sofrimento infligido às populações residentes em ambos os lados dos dois povos, definiram até à actualidade (com pequeníssimas ressalvas) os limites fronteiriços entre Portugal e Espanha, sem dúvida o maior exemplo do género na história da Europa.

Gostaríamos de terminar evocando o sentimento raiano da região de Riba de Côa de deferência, simpatia e agrado pelo rei D. Dinis, consagrado pelos seus naturais e residentes, que, sem deixarem de ser ribacudanos, alcançaram a nacionalidade portuguesa.

Os sabugalenses, expressam esse sentimento unânime das populações locais, de afecto e distinção, numa expressiva quadra, em duas variantes, traduzindo bem o orgulho do cidadão ribacudano:

Castelos de cinco quinas	Castelos de cinco quinas
Só há um em Portugal.	Só há um em Portugal.
O de El Rei D. Dinis	À beira do rio Côa
Na vila do Sabugal.	Na vila do Sabugal.

\*

Gostaria de trazer à colação para os mais interessados, uma curiosidade particular. Nas Minas de São Domingos, concelho de Mértola, a empresa proprietária Mason and Berry introduz uma linha de

caminho-de-ferro por via estreita, numa extensão de 18 Kms, com termo no Pomarão, onde descarregava o minério em barcos no Guadiana. Foi a primeira linha de carácter privado montada em Portugal. A sua construção inicia-se em 1859 sendo as vagonetas movidas com recurso a muelles.

Mais tarde fez a introdução de locomotivas. A primeira chamava-se *Estiphania* que inicia a sua actividade em 1864. Ao todo foram 37 as locomotivas que ali funcionaram, com nomes diversos, tendo uma delas recebido o nome de *D. Diniz* (1938). Nome de outras a distinguir os três principais rios que atravessam Portugal: *Douro, Tejo, Guadiana*, em 1952.

A linha foi desactivada em 1968 e depois desmantelada. À entrada de Santana de Cambas está um memorial com duas das vagonetas sobre carris.

– O acontecimento foi referenciado em pormenor no jornal Nova Odivelas nº. 409, II Série – Ano XII – p. 7 – de 07-10-2011, sob o título ‘Mês de D. Dinis’ e a indicação dos oradores e títulos das respectivas comunicações.

Pelo País, neste ano de 2011, foram muitos e assaz diversificados, os eventos realizados, comemorativos da passagem dos 750 anos do nascimento do Rei Lavrador.

(Em comemoração dos 750 anos do nascimento do Rei D. Dinis a 09-10-1261)

Lisboa, Outubro de 2011

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

*D. Dinis*, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, 2005.

*História de Portugal*, Joaquim Veríssimo Serrão, I volume, VERBO.

*O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*. Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol. 12-17 de Setembro de 1997. Universidade Católica Editora. Vários autores.

*A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Luis F. Lindley Cintra, Temas Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1958.

*Sumário de História de Portugal*, Tomaz de Barros. Editora Educação Nacional. Porto. 13ª. edição, 1944.



# RELATÓRIOS



# ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

### DA DIRECÇÃO – 2016

José Morais Arnaud  
Presidente da Direcção

O ano que agora finda foi sem dúvida um dos melhores de sempre para a nossa Associação e para o Museu Arqueológico do Carmo, quer no que respeita a actividades desenvolvidas, quer em relação ao número de visitantes e às receitas obtidas.

Na sua qualidade de mais antiga associação de defesa do património cultural do país, a AAP foi recebida por Sua Excelência o Ministro da Cultura, Embaixador Luís Filipe de Castro Mendes, a quem entregou um memorando intitulado “O Património Arqueológico Nacional: Recurso Estratégico do Futuro”, o qual foi oportunamente tornado público, em que se apresentaram as linhas de força de um plano de salvaguarda do património e de relançamento da actividade arqueológica nacional.

No que concerne às secções e comissões especializadas, a sua actividade decorreu nos moldes habituais, com apresentação ao longo do ano de um total de 22 comunicações pela Secções de Pré-História (10), História (8) e pela Comissão de Estudos Olisiponenses (4), tendo ainda sido organizados 3 colóquios por uma ou mais secções e comissões. Por sua vez, a Comissão de Heráldica reuniu oito vezes, tendo emitido 53 pareceres referentes à Heráldica autárquica. Foram ainda admitidos 11 novos sócios nas duas secções.

Neste ano foi também atribuído pela segunda vez o Prémio Eduardo da Cunha Serrão, destinado a estimular a investigação arqueológica. Devido à qualidade dos trabalhos apresentados a concurso, além do Prémio atribuído a Pilar Reis, pelo seu trabalho *DE LVSITANIAE VRBIUM BALNEIS: Estudo sobre as termas e balneários de cidades da Lusitânia*, foram ainda atribuídas Menções Especiais a Teresa Medici, pelo seu trabalho *VIDROS DA TERRA. O vidro tardomedieval e moderno em Portugal* e a Alexandra Vieira, pelo seu trabalho *Contributo para o Estudo dos Vestígios Arqueológicos – Do VI ao I milénio A.C. – Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro*.



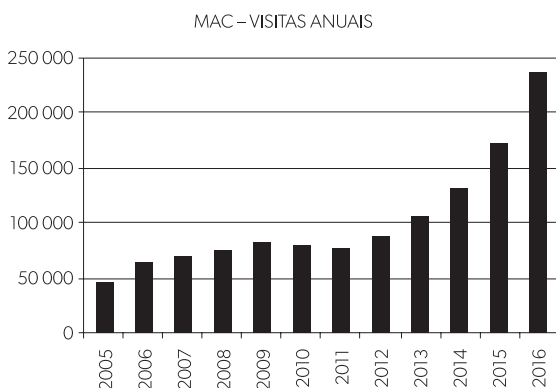
Figura 1 – Entrega do Prémio Eduardo da Cunha Serrão 2016.

No domínio editorial, além da preparação de três monografias, referentes aos prémios Eduardo da Cunha Serrão, que serão lançadas em breve, este ano foi marcado pela publicação da obra *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, da autoria da Conservadora do Museu, Célia Nunes Pereira, acompanhada da edição fac-similada do manuscrito inédito de Frei Manuel de Sá, de 1721, intitulado *Notícias do Real Convento do Carmo de Lisboa Ocidental...*



Figura 2 – Publicação – “A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)” de Célia Nunes Pereira.

Em relação ao Museu, neste ano foram largamente ultrapassados os objectivos que nos propúnhamos atingir, com 236.158 visitantes, o que representa um aumento de cerca de 38% em relação ao ano anterior.



Verificou-se também um aumento muito significativo de actividades culturais, envolvendo prestigiadas instituições e centenas de músicos, actores e pintores, às quais assistiram milhares de pessoas (não contabilizadas como visitantes do Museu), incluindo 18 concertos de música clássica, integrados nos Festivais *Lisbon Music Fest*, *Cantabile*, *Estoril Lisboa* e *Lisboa na Rua*, além dos Concertos da Primavera, do Outono e do Natal, da Banda Sinfónica e do Grupo de Cantares Alentejanos da GNR. Merece ainda destaque um concerto de música acústica, pelos *Dead Combo*, 13 representações da peça *Cimbelino*, de Shakespeare, pelo Teatro do Bairro, e a exposição *Côa – A Arte da Luz*, que contou com a colaboração da equipa do Parque Arqueológico e do Museu do Côa, inaugurada em Dezembro, para assinalar os 18 anos da classificação das Gravuras como Património da Humanidade pela UNESCO, e que ainda se encontra patente até fins de Fevereiro de 2017.



Figura 3 – Exposição: *Côa – A Arte da Luz*.



Figura 4 – Peça de teatro no Museu do Carmo.

No domínio das Artes Plásticas, além da habitual exposição de trabalhos de professores e alunos de mestrado e doutoramento da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, que decorreu no mês de Maio, com a participação dos artistas Paulo Lourenço, Orlando Farya, Elsa Bruxelas, Filipa Flores, Joana Geraldes, Catarina Mendes, Pedro Ramalho e Sofia Campilho, iniciou-se um projecto de criação artística contemporânea, a partir das gravuras de Foz Côa, que foram objecto de uma “residência artística” no mês de Junho, no âmbito da cadeira de Gravura da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, ministrada pelo Prof. José Quaresma, estando em preparação a exposição dos trabalhos selecionados quer no Museu Arqueológico do Carmo, quer no Museu do Côa, em Junho de 2017.

Além das actividades habituais do Serviço Educativo do MAC, destinadas à população escolar e ao público em geral, incluindo visitas guiadas em várias línguas, sobretudo durante o verão, e a realização de duas peças de teatro, destinados às famílias com crianças, este ano foi realizada mais uma edição da *Festa da Arqueologia*, com o tema “Arqueologia Experimental – O Passado nas tuas Mãos”, que contou com a colaboração de mais de uma dezena de instituições do sector arqueológico (universidades, museus e associações) e com a participação de cerca de 4.000 pessoas.

Em relação ao Museu e ao próprio edifício, foram realizadas várias acções de conservação e restauro, consideradas mais urgentes, entre as quais se destacam o restauro de cinco retratos a óleo, de Possidónio da Silva, Manuel da Maia, Eugénio dos



Figura 5 – Festa da Arqueologia – cartaz.



Figura 6 – Festa da Arqueologia – actividade de Pré-História.

Santos e João Frederico Ludovice, por Madalena Almeida, a limpeza e conservação do cenotáfio em madeira de D. Nuno Álvares Pereira, por André Rémígio, e as intervenções feitas em toda a parede sul da nave, incluindo o clerestório, numa extensão de 40m, bem como todas as peças inseridas na mesma, com especial destaque para o túmulo manuelino do cavaleiro Francisco de Faria, pelo Gabinete de Património, Conservação, Restauro e Reabilitação (GPCR).

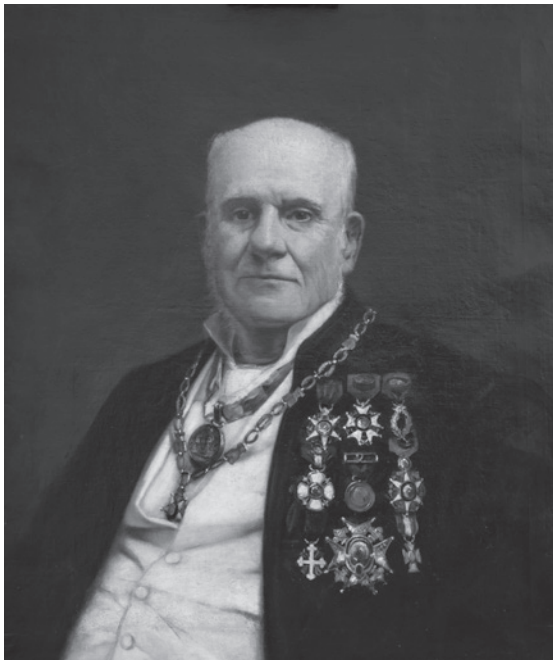


Figura 7 – Restauro e conservação do retrato de Possidónio da Silva.

A empresa Esfera de Imagens procedeu ainda a várias intervenções de reparação e manutenção do edifício, entre as quais se destaca: a reconstrução completa da porta sul, utilizando madeiras apropriadas e os métodos de carpintaria tradicionais; a substituição das vidraças, cortinados e blackouts do auditório, que se encontravam em muito mau estado de conservação; a limpeza, caiação, iluminação e colocação de coberturas de vidro nas criptas existentes nas salas 1, 2 e 5, que passaram a estar integradas no circuito de visita; e ainda a colocação de uma grade de ferro, no corredor de ligação entre as antigas capelas e a sacristia, para melhor a segurança das salas do museu.

Para melhorar o conforto e a capacidade do auditório, procedeu-se ainda à aquisição de cinquenta cadeiras, de um projector e de um écran eléctrico.

No domínio da informática procedeu-se à reorganização completa do sistema e à criação de um portal, através do qual se tem acesso não só a toda a informação referente às actividades da AAP e do MAC, como às bases de dados do acervo, da biblioteca e do arquivo histórico da AAP.

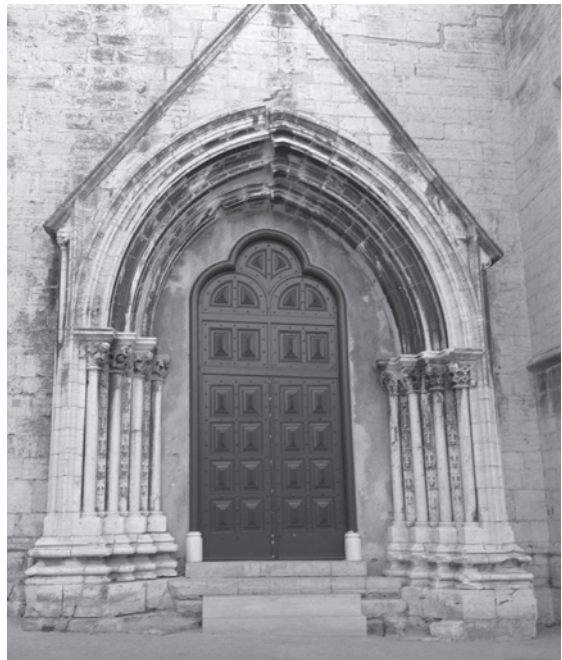


Figura 8 – Restauro da porta Sul.

Nada disto teria sido possível sem o esforço e a dedicação dos corpos gerentes e de um pequeno mas eficiente grupo de consócios, colaboradores e parceiros, a quem a Direcção agradece, pela sua imprescindível contribuição para o bom funcionamento desta centenária instituição.

# SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA DA AAP

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

---

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins  
Direcção

Durante o ano associativo de 2016 a Secção de Pré-História realizou diversas actividades com distintos objectivos. Trata-se do segundo ano do triénio que se iniciou a 15 de Abril de 2015.

Deu-se continuidade à realização de conferências periódicas, sobre os mais variados temas da arqueologia Pré e Proto-histórica em Portugal e no estrangeiro, convidando investigadores com vários anos de experiência, assim como jovens arqueólogos, que apresentaram os principais resultados da sua investigação. Em 2016 deu-se continuidade aos dois ciclos de conferências, iniciados no ano anterior, com os seguintes títulos:

*“Evolução Humana”* e *“Manifestações do Simbólico na Pré-História”*.

Foram realizadas as seguintes **Conferências periódicas**:

- 11 de Fevereiro – conferência de Ana Osório (Menção Honrosa do Prémio Eduardo da Cunha Serrão), intitulada: “Brunindo padrões. A variabilidade das cerâmicas decoradas por brunimento no Bronze Final/ I Idade do Ferro e algumas propostas de interpretação.”
- 24 de Fevereiro – conferência de Filipa Rodrigues intitulada: “Quais os motivos que levaram as sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e. a construir os recintos de fossos no SW Peninsular?”

– 19 de Maio – conferência de Arantxa Daza intitulada: “Huesos de animales para conocer el comportamiento de las comunidades prehistóricas: las investigaciones arqueozoológicas en el yacimiento Camino de las Yeseras (III-II milenio AC, Madrid, España)”

– 29 de Novembro – conferência de Ana Vale intitulada: “O detalhe na arquitetura. *Design*, habitação e “modos de usar” o espaço em Castanheiro do Vento (V.N. de Foz Côa).”

– 14 de Dezembro – conferência de Nuno Inácio intitulada: “Contributo para o conhecimento das matérias-primas e dos processos de manufactura de cerâmica no Sudoeste da Península durante o Calcolítico.”

No âmbito do ciclo **“Evolução Humana”** foram proferidas as seguintes conferências:

- 29 de Janeiro – “Indústrias Líticas do Plistocénico Superior no Vale do Rôto (Bombarral): Lapa do Suão”, por Cláudia Manso
- 15 de Março – “Paleoambientes e ocupações Neandertais – Carnívoros no NE da Península Ibérica” proferida por Joan Daura e Montserrat Sanz;
- 17 de Outubro – “Tecnologia e traceologia da indústria lítica do Paleolítico Médio do sítio da Lagoa do Bando (Mação)” por Sara Cura.

No âmbito do ciclo **“Manifestações do Simbólico na Pré-História”** foram proferidas as seguintes conferências:

– a 8 de Janeiro – conferência de Susana Martínez, intitulada: **“Os adornos em concha do Paleolítico Superior da Região de Murcia (Espanha)”**.



Figura 1 – Auditório do Museu Arqueológico do Carmo – assistência de uma das conferências periódicas.

Durante o ano associativo de 2016 foi realizado a 9 de Abril o colóquio intitulado **“Arqueologia – Universidades e Ensino em números e em gráficos”**. Este encontro foi organizado em colaboração com a consócia Jacinta Bugalhão e contou com a participação de Professores que integram todas Unidades Académicas onde se lecciona Arqueologia em Portugal (Universidades e Politécnicos), nomeadamente as Professoras Doutoras Maria Manuela Martins, Maria Conceição Lopes, Rosa Varela Gomes, Leonor Rocha, Maria João Valente e Mariana Diniz, e o Professor Doutor Luiz Oosterbeek. Integraram, igualmente, o painel de comunicantes, elementos da Associação dos Arqueólogos Portugueses – José Morais Arnaud e Mariana Diniz, da Associação Profissional de Arqueólogos (APA) – Cidália Duarte, e da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) – Jacinta Bugalhão.

**Associação dos Arqueólogos Portugueses**  
Secção de Pré-História

**Arqueologia - Universidades e Ensino em números e em gráficos**

**Programa**

14.00	<b>Abertura</b> – José Morais Arnaud – Presidente AAP
14.20	Jacinta Bugalhão – AAP / DGPC / UNIARQ
14.40	Maria Manuela Martins – Lab2PT / Universidade do Minho
15.00	Maria Conceição Lopes – CEAACP / Universidade de Coimbra
15.20	Luiz Oosterbeek – CEIPHAR / Instituto Politécnico de Tomar
15.40	Rosa Varela Gomes – IAP / Universidade Nova de Lisboa
16.00	<i>Intervalo</i>
16.20	Carlos Fabião – UNIARQ / Universidade de Lisboa
16.40	Leonor Rocha – CHAIA / Universidade de Évora
17.00	Maria João Valente – CEAACP / Universidade do Algarve
17.20	Cidália Duarte – Associação Profissional de Arqueólogos
17.40	<i>Intervalo</i>
17.50	<b>Debate</b> – Moderação Mariana Diniz – AAP / UNIARQ / UL

**Ciclo de Encontros**  
**Discutir Arqueologia**

**AAP**  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Contactos e informações:  
Secretaria da AAP – tel. 213460473  
E-mail: sec.prehistoria.aap@gmail.com

Figura 2 – Programa do colóquio – “Arqueologia – Universidades e Ensino em números e em gráficos”.

Outra actividade a que se deu início correspondeu ao **Ciclo de "Cinema de Arqueologia"**, visualizando-se a 30 de Abril o filme – "*Uma História com 29 000 anos – recriação imaginada do enterramento do Menino do Lapedo*", precedido por

apresentação do projecto por Ana Cristina Araújo e Ana Maria Costa (DGPC), Diogo Vilhena (realização) e Arqueohoje – Museu de Leiria. Seguiu-se um intenso e profícuo debate com a participação do colega Francisco Almeida.



Figura 3 – Panfleto de divulgação do filme "*Uma história com 29 000 anos – recriação imaginada do enterramento do Menino do Lapedo*".

Relativamente à actividade editorial, no dia 4 de Junho ocorreu o lançamento da publicação *Monografias AAP (2)*, intitulada "*O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate*", onde a secção de Pré-História assumiu a coordenação editorial. Esta monografia é formada pelos textos remetidos por alguns dos participantes do colóquio realizado em 2015, correspondendo a um balanço dos estudos sobre o Neolítico no nosso território. A apresentação do livro foi realizada por João Zilhão no decorrer da Festa da Arqueologia. Agradecemos à actual direcção da AAP o apoio e empenho na rápida publicação destes importantes contributos, levando deste modo a que a actividade editorial da AAP revele dinamismo, consistência e qualidade, destacando-se no seio das instituições ligadas ao património arqueológico.

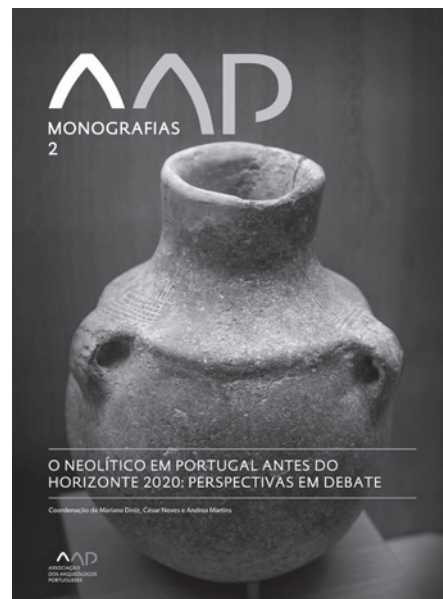


Figura 4 – Monografia 2 da AAP – "*O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate*".

Os membros da Secção de Pré-História da AAP fazem parte da equipa de responsáveis científicos do Projecto de Investigação “Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio – VN3000”, desenvolvendo diversas actividades científicas. Em 2016 os trabalhos desenvolvidos consistiram principalmente na elaboração de PIPA e posterior aprovação pela tutela, bem como contactos institucionais realizados por parte da direcção da AAP com as entidades locais.

Foi apresentado um Poster intitulado “A ditch in the archaeological record: revisiting Vila Nova São Pedro’s bibliography (Azambuja, Portugal)”, no encontro internacional “Enclosing Worlds”, entre 12 a 14 de Outubro de 2016 em Reguengos de Monsaraz, aguardando-se directivas relativamente à publicação.

(ver figura 5 na página seguinte)

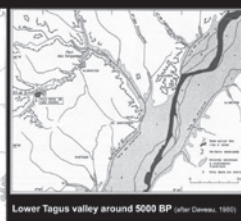
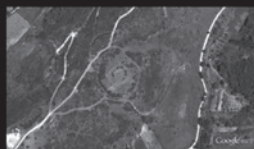
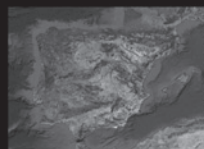
Outra actividade desenvolvida pela Secção de Pré-História foi a continuação da manutenção do perfil do *facebook* desta Secção, onde além da divulgação de todas as actividades realizadas no seio da AAP, foi igualmente feita a divulgação e debate de diversos temas e problemáticas relacionadas com a Pré-História e Arqueologia em geral, quer no nosso território, quer em outros países.

Como lhe compete, a Secção de Pré-História aprovou um conjunto de sócios que seguramente contribuirão para o enriquecimento científico e cultural desta centenária instituição.

Lisboa, Janeiro de 2017

# A ditch in the archaeological record: revisiting Vila Nova São Pedro's bibliography (Azambuja, Portugal)

Mariana Diniz\*; César Neves\*; Andrea Martins\*\*; José Arnaud\*\*\*

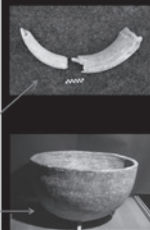
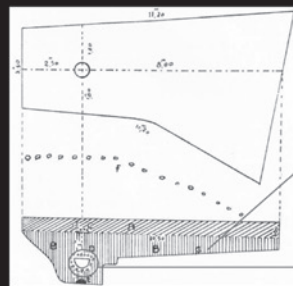


- Lower Tagus Valley right bank
- Fortified chalcolithic settlement (3 lines of walls) on a hilltop rounded by two water streams
- Naturally defend, except from south



- Over Santarém Limestones
- Easily access to Tagus valley by boat

## 1. Vila Nova de São Pedro - Foundational deposit



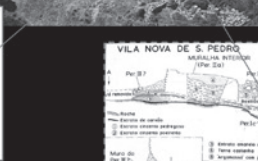
- 1.º - the Eneolithic people of Vila Nova de São Pedro conducted a large excavation in the ground (...)
- 2.º - this excavation reached 2,60m in the deepest part, counted from the soil surface (...)
- 4.º - That before filled the gap with kneaded clay, one bovid and perhaps other animals were deposited in the deepest part (...)
- 8.º - over this layer of stones was deposited a clay pot with 0,38m high and 0,58m wide, with coarse manufacture and without ornamentation (...)
- 12.º - after that, [they] continued to fill the ditch with the same kneaded clay kneaded until it reaches the height of one meter or so, above the vessel rim. (...)
- 13.º - for east of this [pot] (Figure 1, G) within the same ditch (...) were found abundant bones of a strong bovine that seemed to have been placed there (...) obeying, like the rest, to a ritual end."

Alonso do Paço (1942, p.141-142)

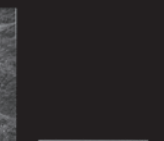
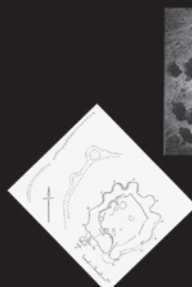
Foundational deposit section (adapted from Paço and Jähny, 1962)

## 2. Vila Nova de São Pedro

"Foundational deposit" – where is the ditch?



## 3. More than a foundational deposit – a ditch intentionally filled up



In spite of 50 years of excavations (1936-1986) there are still many basic questions that remain unanswered, such as the real shape and extension of the walls, the functionality of different structures and areas of the site (such as the so-called "foundation ritual", etc), as well as a detailed chronometric framework.

Where there one or several ditches before the construction of the wall, and what those that means in technical, symbolic and chronological terms.

New questions without answers.

\* Associação dos Arqueólogos Portugueses (UNARP) - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Portugal - [unarp@ua.pt](mailto:unarp@ua.pt)  
 \*\* Associação dos Arqueólogos Portugueses (UNARP) - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Portugal - [unarp@ua.pt](mailto:unarp@ua.pt)  
 \*\*\* Associação dos Arqueólogos Portugueses, FCT, UNARP - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Portugal - [unarp@ua.pt](mailto:unarp@ua.pt)

Figura 5 – Poster do projecto VNSP 3000 apresentado no encontro internacional "Enclosing Worlds".



# SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

# DO ANO 2016

# PLANO DE ACTIVIDADES PARA

# O ANO 2017

---

João Marques<sup>1</sup>, Teresa Marques<sup>2</sup>, Carlos Boavida<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Presidente

<sup>2</sup> Vice-Presidente

<sup>3</sup> Secretário

Ao longo do ano de 2016 a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses manteve a sua actividade habitual, convidando diversos investigadores para a apresentação dos seus projectos e trabalhos de investigação. As comunicações e conferências que tiveram lugar foram caracterizadas por uma grande variedade de temáticas e períodos cronológicos abordados.

O extenso programa de actividades incluiu a realização de oito comunicações, uma delas no âmbito de sessão de homenagem a um consócio, em colaboração com a direcção da AAP, um colóquio e duas visitas.

O colóquio teve lugar no dia onze de Outubro, com o objectivo assinalar o centenário da morte de Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916). Este colóquio de homenagem, intitulado "*Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco – contributos para uma revisão cem anos depois*" contou com a colaboração da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa e com o apoio da Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior.

A sessão de abertura foi presidida pelo vice-presidente da direcção da AAP, tendo tomado a palavra os representantes das entidades envolvidas na realização do colóquio, assim como Fernando Raposo, vereador da Cultura da Câmara Municipal de Castelo Branco, instituição actualmente responsável pela gestão daquele museu albicastrense.

Os trabalhos iniciaram-se com a exibição do documentário de Olga Ramos, "*Francisco Tavares Proença Júnior, Arqueólogo, Archéologue*", realizado em 2004 no âmbito da exposição de Arqueologia em exibição no museu. O mesmo foi previamente apresentado por Ana Margarida Ferreira, àquela data directora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Foram ainda referidas as ideias que nortearam a organização daquela exposição e do respectivo catálogo.

Seguiu-se a apresentação de sete comunicações que abordaram de forma diversificada os vários estádios das actuais investigações relativas às cartas arqueológicas da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, e dos concelhos de Belmonte, Fundão, Covilhã e Penamacor, assim como das freguesias de Idanha-a-Velha e Castelo Branco.

- “*Carta Arqueológica da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa 100 anos depois de Francisco Tavares Proença Júnior*” (Francisco Henriques, João Caninas, Mário Chambino – Associação de Estudos do Alto Tejo);
- “*Carta arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior*” (Elizabete Robalo – Câmara Municipal de Belmonte);
- “*Contributos para a carta arqueológica do concelho do Fundão*” (Joana Bizarro – Museu Arqueológico Municipal do Fundão);
- “*Tavares Proença Júnior e a Covilhã – Um trabalho por acabar*” (Carlos Madaleno – Coordenador dos Museus Municipais da Covilhã);
- “*Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016*” (Sara Ferro – Investigadora);
- “*Prospectando em redor de Idanha-a-Velha (1991) e novos percursos de investigação, 25 anos depois*” (José da Silva Ruivo – Museu Monográfico de Conímbriga; Luís da Silva Fernandes – Investigador; Pedro C. Carvalho – Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra, CEAAAC; Sofia Lacerda – Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra);
- “*Francisco Tavares de Proença Júnior o primeiro horizonte: Do triângulo das origens – Mércules, Santa Ana e São Martinho – à emergência da arqueologia periurbana albicastrense*” (Pedro Salvado – Museu Arqueológico Municipal do Fundão);
- “*A exposição de arqueologia do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior em 2004*” (Ana Margarida Ferreira – Museu Municipal Santos Rocha / Câmara Municipal da Figueira da Foz).

No âmbito do colóquio teve ainda lugar a mesa-redonda, “*Acervos Arqueológicos: Depósitos vivos ou «Armazéns» mortos?*”, na qual se procurou fazer uma reflexão, trazendo a debate a situação dos espólios resultantes da expansão dos últimos vinte anos de trabalhos arqueológicos, maioritariamente desenvolvidos através da arqueologia preventiva e de acompanhamento de projetos e obras.

Na mesa-redonda, presidida por João Carlos Senna-Martínez, vice-presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, que moderou igualmente o debate que se seguiu, participaram Jacinta Bugalhão (DGPC; UNIARQ – Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa; CEAA-CP), Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia; Presidente ICOM Europa), António Marques (Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa) e Pedro Salvado (Director do Museu Arqueológico Municipal do Fundão).

Os trabalhos do colóquio foram encerrados com o lançamento da edição fac-similada de “*Archeologia do Districto de Castello Branco*”, obra pioneira de Francisco Tavares Proença Júnior, publicada em 1910. A apresentação da obra, integrada nas iniciativas que assinalam o centenário da morte de Francisco Tavares Proença Júnior organizadas pela Sociedade de Amigos do Museu, esteve a cargo de Adelaide Salvado, presidente do conselho director daquela instituição.

Sobre o colóquio foi elaborada pequena notícia que será publicada na próxima edição da revista *Al-Madan*, editada pelo Centro de Arqueologia de Almada.

No âmbito das reuniões da Secção, mensalmente, de Janeiro a Junho e em Dezembro tiveram lugar sete comunicações:

- 28 Janeiro – “*O Retábulo da Sé do Funchal. História, arte, restauro, contexto, encomenda e artistas*” por Vítor Serrão (Instituto História da Arte – Universidade de Lisboa) – no âmbito dos 500 anos da Sé Catedral do Funchal;
- 22 Fevereiro – “*As escavações arqueológicas das termas medicinais romanas de Chaves 2006-2015*” por Sérgio Carneiro (Câmara Municipal de Chaves)
- 31 Março – “*Moinho do Castelinho (Amadora) Um sítio a descobrir. Trabalhos arqueológicos de 2011 a 2015*” por Gisela Encarnação (Câmara Municipal da Amadora) e Vanessa Dias (Associação de Arqueologia da Amadora);
- 26 Abril – “*Freiria, uma villa romana da Lusitânia*” por Guilherme Cardoso (Centro de Arqueo-

- logia de Lisboa – CML)<sup>1</sup>;
- 17 Maio – “Processamento de peixe na *Lusitânia* romana: revisão e perspectivas futuras” por Sónia Gabriel (Laboratório de Arqueociências da DGPC; CIBIO-InBIO);
  - 21 Junho – “*Casa da Severa. Memórias arqueológicas de um espaço (Largo da Severa, 2 – Mouraria, Lisboa)*” por Ana Isabel Caessa, António Marques e Nuno Mota (Centro de Arqueologia de Lisboa – CML) – em colaboração com a Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP;
  - 13 Dezembro – “*Ciência, Universidade e «Respublicanismo»: Práticas e sociabilidades científicas na I República*” por Ângela Salgueiro (Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL).

A conferência de Maio teve lugar em substituição de uma outra, agendada para a mesma data, da autoria de José d’Encarnação, sob o título “*Interculturalidade no SW alentejano através da epigrafia antiga*”, que por motivos alheios à organização teve que ser cancelada.

No dia 28 de Junho, em colaboração com a direcção da AAP, teve lugar sessão de homenagem ao consócio Vítor Pereira Neves, no âmbito da qual foi apresentada a sua autobiografia. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da direcção, que proferiu algumas palavras, tal como fez o presidente da Secção de História. O comentário à obra ficou a cargo de Luís Raposo, vice-presidente da direcção. O consócio agradeceu a homenagem e encerrando os trabalhos deu uma pequena conferência sobre a sua obra “*Portas ribeirinhas da Lisboa Medieval*”.

A 11 de Junho teve lugar visita à exposição “*Lusitania Romana – Origem de dois povos*” então a decorrer no Museu Nacional de Arqueologia e resultado da colaboração desta instituição com o Museu Nacional de Arte Romana e a Junta de Extremadura. A visita, na qual participaram cerca de duas

<sup>1</sup> Antes do início dos trabalhos da reunião ocorrida em Abril, foram anunciados, pelo presidente da direcção da AAP, os resultados do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão, promovido pela Associação dos Arqueólogos Portugueses desde 2015.

dezenas de pessoas, foi acompanhada por António Carvalho, director do museu, com o apoio de Isabel Inácio e Carla Barroso e contou com a participação especial de Amílcar Guerra.

No dia 31 de Outubro realizou-se mais uma visita, desta vez ao Museu do Dinheiro/Banco de Portugal, incluindo o Núcleo de Interpretação da Muralha de D. Dinis e a exposição temporária ali patente “*Ânforas Imperiais*”. A visita, que teve cerca de 15 participantes, foi acompanhada por Artur Rocha, responsável pelos trabalhos arqueológicos que ocorreram naquele local.

Ao longo ano de 2016, foram ainda votadas oito propostas de novos sócios para a AAP pelos membros da Secção de História, que se espera venham a contribuir para a afirmação desta centenária instituição e do seu papel da defesa do Património Cultural Português e para a divulgação da sua História.

A Secção mantém em funcionamento o seu email criado em 2013, assim como a sua página no Facebook que se encontra no momento com quase 3000 seguidores.

Em relação a 2017, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses pretende continuar a promover sessões ordinárias dedicadas a diversos temas, assim como a realização de pequenos colóquios/encontros, como o que está previsto para Maio, sobre instrumentos cirúrgicos e evidências do seu uso em contexto arqueológico.

Estão igualmente agendadas outras comunicações, não só no âmbito da Antropologia Biológica, como também da História da Moda, Epigrafia e Direito do Património, assim como uma sessão de homenagem a Vergílio Córrea.

A 18 de Abril, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, terá lugar reunião conjunta com a Comissão de Estudos Olisiponenses, no âmbito da qual serão abordados os projectos de escavação e valorização do claustro da Sé de Lisboa.

Lisboa, 11 de Janeiro de 2017



Figura 1 – A – Vítor Serrão (28 Janeiro); B – Sérgio Carneiro (22 Fevereiro); C – Gisela Encarnação e Vanessa Dias (31 Março); D – Guilherme Cardoso (26 Abril); E – Sónia Gabriel (17 Maio); F – Visita à exposição “Lvsitania Romana – Origem de Dois Povos” no Museu Nacional de Arqueologia (11 Junho); G – Ana Isabel Caessa, António Marques e Nuno Mota (21 Junho); fotos Carlos Boavida.



Figura 2 – Colóquio “Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco – Contributos para uma Revisão Cem Anos Depois. Homenagem a Francisco Tavares Proença Júnior” (11 Outubro; A – Abertura – Luís Raposo, João Marques, João Carlos Senna-Martínez, Filomena Niza e Fernando Raposo; B – Ana Margarida Ferreira; C – João Caninas; D – Elizabete Robalo; E – Joana Bizarro; F – Sara Ferro; G – Carlos Madaleno; H – Pedro Carvalho e Sofia Lacerda); fotos Carlos Boavida.



Figura 3 – A/B/C – Colóquio “Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco – Contributos para uma Revisão Cem Anos Depois. Homenagem a Francisco Tavares Proença Júnior” (11 Outubro; A – Pedro Salvado; B – Mesa Redonda «Acervos Arqueológicos: depósitos vivos ou armazéns mortos?» – João Carlos Senna-Martínez, Luís Raposo, Jacinta Bugalhão, António Marques e Pedro Salvado; C – Apresentação da edição fac-similada da «Archeologia do Distrito de Castello Branco» – Adelaide Salvado); D – Ângela Salgueiro (13 Dezembro); E – Visita ao Museu do Dinheiro/Banco de Portugal e à exposição “Ânforas Imperiais” (1 Outubro); F/G – Homenagem a Vítor Pereira Neves (28 Junho; F – Abertura – José Morais Arnaud, Luís Raposo e João Marques; G – Vítor Pereira Neves); fotos Carlos Boavida.

## BIBLIOGRAFIA

MARQUES, J.; MARQUES, T.; BOAVIDA, C.; MARTINS, A. C.; SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; MELO, A. A. (2017) – Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco. – Contributos para uma revisão cem anos depois. Colóquio de homenagem a Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916). *Al-Madan online*, II – 21.2. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, pp. 143-144.



# COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES – AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

---

Mário Varela Gomes<sup>1</sup>, Tânia Manuel Casimiro<sup>2</sup>, Carlos Boavida<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Presidente

<sup>2</sup> Vice-Presidente

<sup>3</sup> Secretário

Em 2016 a Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP reuniu seis vezes, tendo realizado, no âmbito daquelas reuniões, quatro conferências, um colóquio e a apresentação de um livro.

O colóquio intitulado “*Do Carmo a São Vicente*”, ocorreu no dia 18 de Março, tendo como objectivo homenagear Fernando E. Rodrigues Ferreira, falecido no final de 2014, no qual estiveram presentes além dos membros da mesa da Comissão, o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AAP, a viúva, amigos e colaboradores do homenageado, num total de cerca de 30 pessoas.

A sessão foi iniciada pelo presidente da mesa da comissão que fez breve resumo sobre a vida académica e profissional de Rodrigues Ferreira, destacando os trabalhos arqueológicos no Regolfo do Alqueva, em Silves, Barrancos (onde organizou o Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia) e Lisboa, com especial enfoque no Mosteiro de São Vicente de Fora e na Igreja do Carmo, sede da AAP. Desta entidade, onde foi vice-presidente da mesa da Assembleia-Geral, recebeu medalha de prata de mérito científico. Foram igualmente mencionados os seus estudos no âmbito da Olisipografia, publicados principalmente na revista *Olisipo*, boletim do grupo dos *Amigos de Lisboa*, e no âmbito da Arqueologia Forense, relativos às causas da morte de Damião de Góis e de D. João VI.

Foi dada a palavra a Fernando Andrade Lemos, do Centro Cultural Eça de Queirós, amigo pessoal do homenageado, que proferiu também algumas palavras lembrando a colaboração de Rodrigues Ferreira com aquela instituição. Foram igualmente enviadas algumas mensagens por amigos e colaboradores que não puderam estar presentes, como António Pica Tereno, colega de curso e amigo pessoal de Rodrigues Ferreira, actual presidente da Câmara Municipal de Barrancos e António Carlos Silva, da Direcção Regional de Cultura do Alentejo. A Sociedade Portuguesa de Espeleologia, da qual o homenageado era membro desde 1962, enviou de igual modo mensagem para ser lida na sessão, na qual esteve também presente representante do museu do Mosteiro de São Vicente de Fora.

Seguiram-se doze comunicações de vários investigadores, muitas delas relacionadas com projectos dirigidos por Rodrigues Ferreira ou com os quais colaborou, onde se destacou, uma vez mais, São Vicente de Fora, mas também a Igreja do Carmo, a Gruta do Escoural, o campo da Batalha do Vimeiro, a eventual ocupação pré-portuguesa das ilhas dos Açores e o convento de Santana, de Lisboa.

Os artigos correspondentes a estas comunicações já foram praticamente todos entregues pelos autores com vista à sua publicação. Encontra-se também no prelo pequena notícia sobre este colóquio,

que sairá na próxima edição da revista *Al-Madan* do Centro de Arqueologia de Almada.

No dia 15 de Abril, em reunião ocorrida excepcionalmente na capela-mor na antiga Igreja do Carmo, perante uma assistência de três dezenas de pessoas, teve lugar a apresentação da obra "*Do Fundo ao Poço do Bispo. Uma História sobre Carris*" da autoria e edição de Luís Cruz-Filipe, licenciado em Matemática Aplicada e Computação pelo Instituto Superior Técnico e doutorado pela universidade holandesa de Nijmegen. A apresentação da obra esteve a cargo de Elisa Cunha, docente do Departamento de Logística e Transportes da Escola Superior Náutica Infante Dom Henrique, a qual destacou o rigor da pesquisa que deu origem à obra, desenvolvida ao longo de mais de uma década. Em seguida foi dada a palavra ao autor do livro que referiu o seu interesse pelo tema dos transportes desde sempre, nomeadamente pelos autocarros, mas que considerou prioritário o estudo aprofundado da organização da rede de eléctricos em Lisboa, pois, como entusiasta do assunto, várias eram as questões que sempre se lhe tinham colocado e para as quais, como matemático, tinha que encontrar a resposta. Considerou igualmente necessário ser feita pesquisa e estudo idênticos em relação a outros meios de transporte, visto que se trata de temática pouco explorada em Portugal, ao contrário do que sucede noutros países.

A apresentação do livro teve cobertura jornalística por parte do *blog* "*Diário do Tripulante*", que se dedica à divulgação da história dos transportes e também do canal de internet *webtrails.tv*, ao qual o autor deu uma entrevista. O lançamento terminou com uma sessão de autógrafos, tendo sido entregue exemplar do livro para a biblioteca da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

No decorrer das restantes reuniões da comissão tiveram lugar ainda quatro conferências:

- 25 Fevereiro – "*Arqueometria de Cerâmicas (Louça e Azulejos) produzidas na Região de Lisboa nos séculos XV a XVIII*", por Luís Filipe Vieira Ferreira (Centro de Química-Física Molecular – Institute of Nanoscience and Nanotechnology

- Instituto Superior Técnico / Universidade de Lisboa);
- 24 Maio – "*Lisboa na Associação dos Arqueólogos Portugueses: protagonistas, projectos e suas (des)venturas (da Monarquia ao Estado Novo)*" por Ana Cristina Martins (CEHFCl / Universidade de Évora; Instituto de História Contemporânea – FCSH/Universidade Nova de Lisboa);
- 21 Junho – "*Casa da Severa. Memórias arqueológicas de um espaço (Largo da Severa, 2 – Mouraria, Lisboa)*" por Ana Isabel Caessa, António Marques e Nuno Mota (Centro de Arqueologia de Lisboa – CML), reunião em colaboração com a Secção de História da AAP e
- 12 Dezembro – "*A Ópera do Tejo. História de uma memória na Lisboa actual*" por Aline Gallasch-Hall de Beuvink (Universidade Autónoma de Lisboa, CICH, CIAUD).

No decorrer das reuniões foram aprovadas seis propostas de novos sócios para a AAP.

Ainda no âmbito de outros assuntos de interesse para a comissão, como tem vindo a ser hábito, além de referências a diversos eventos a decorrer, como os 80 anos do grupo dos *Amigos de Lisboa*, exposições, visitas, cursos e conferências, foram apresentadas sumariamente algumas publicações recentes sobre a História e Património da cidade de Lisboa, num total de vinte e oito, cuja informação bibliográfica se anexa, encontrando-se igualmente disponível na página de Facebook da Comissão, no álbum "*Registos de Lisboa*".

ANTUNES, Alexandra Carvalho (2016) – *Cais da Pedra e Cais Real. Planos Joaninos para a Marinha Portuguesa*. Lisboa: Editora Canto Redondo.

ANTUNES, Miguel Telles; CARDOSO, João Luís (coord. cient.) (2016) – *Testemunhas do Caos. Faces do Terramoto*; roteiro da exposição na Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

BEUVINK, Aline Gallasch-Hall de (2016) – *Ressuscitar a Ópera do Tejo. O desvendar do Mito*. Lisboa: Caleidoscópio.

BORGES, Augusto Moutinho (2016) – *Cores da cidade. Azulejaria do Lumiar*. Lisboa: By the Book (edição bilingue).

- BUGALHÃO, Jacinta (coord.) (2015) – *Uma casa pré-pombalina na Baixa de Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*; Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores (coleção Arquearte 3).
- CARVALHO, Jorge Ramos (dir.) (2016) – *Rossio. Estudos de Lisboa*, 6. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses/DMC/DPC/CML (edição digital disponível em [https://issuu.com/camara\\_municipal\\_lisboa/docs/revista\\_de\\_estudos\\_olisiponense\\_ro](https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_de_estudos_olisiponense_ro))
- COSTA, Sandra Saldanha (2016) – *O país a régua e esquadro. Urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press (re-edição).
- CRUZ-FELIPE, Luís (2016) – *Do Dafundo ao Poço do Bispo. Uma História sobre Carris*. Lisboa: Edição do autor.
- FRANCO, Anísio (2016) – *Caminhar por Lisboa na companhia de Anísio Franco*. Porto: Porto Editora.
- FRANCO, Carlos (2016) – *Casas das Elites de Lisboa. Objectos, interiores e vivências. 1750-1830*. Lisboa: Scribe.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, Kate (coord.) (2015) – *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton Publishing.
- MIRANDA, Ant.º; LOPES, Fernando M. Peixoto; BASTOS, Margarida Almeida (coord. edit.) (2016) – *Fragments de Cor. Azulejos do Museu de Lisboa*; roteiro da exposição no Pavilhão Preto do Palácio Pimenta / Museu de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal.
- PEREIRA, Célia Nunes (2016) – *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- PILÃO, Célia (coord.) (2015) – *Pecados à flor da pele*; Lisboa: sem informação editora (colectânea de textos sobre o Hospital do Desterro e a assistência aos doentes de sífilis).
- RIBEIRO, Inês; POLICARPO, Raquel (2015) – *Segredos de Lisboa. Vestígios arqueológicos surpreendentes sob as ruas da cidade*; Lisboa: Esfera dos Livros.
- ROCHA, Artur (2015) – *A muralha de D. Dinis e a cidade de Lisboa. Fragmentos arqueológicos e evolução cronológica*. Lisboa: Museu do Dinheiro/Banco de Portugal.
- RODRIGUES, Luís F. (2016) – *A ponte inevitável. A História da Ponte 25 de Abril*. Lisboa: Guerra e Paz.
- ROQUE, Alexandre (2016) – *Capelas e ermidas da cidade de Lisboa*. Lisboa: Edição do autor.
- S/ autor (2016) – *Guia das Igrejas (I) – Lisboa Cidade*. Lisboa: Quo Vadis e Alêtheia Editores, em a colaboração com o Patriarcado de Lisboa (edição bilingue).
- SALGADO, Anastácia Mestrinho (2015) – *O Hospital Real de Todos-os-Santos. Assistência à pobreza em Portugal no século XVI. A irradiação da assistência médica para o Brasil, Índia e Japão*; Lisboa: By the Book.
- SARAIVA, Graça Amaral Neto; ALMEIDA, Ana Ferreira de (2016) – *Árvores na Cidade. Roteiro das árvores classificadas de Lisboa*. Lisboa: By the Book.
- SILVA, Raquel Henriques da (coord.) (2016a) – “Histórias de casas e de quem lá vive(u) – vol. I”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 5 – II série. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/CML (edição digital disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/gca/index.php?id=798&preview=1>).
- SILVA, Raquel Henriques da (coord.) (2016b) – “Histórias de casas e de quem lá vive(u) – vol. II”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 6 – II série. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/CML (edição digital disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/gca/index.php?id=850&preview=1>).
- SOROMENHO, Miguel (coord.) (2016) – *Joyeuse Entrée – A visita de Lisboa do Castelo de Weillburg*; roteiro da exposição na Sala do Tecto Pintado – Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural
- TEIXEIRA, André; VILLADA PARADAS, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da (coord.) (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta. História de duas cidades – História de duas cidades*; catálogo da exposição na Galeria da Câmara Municipal de Lisboa; Lisboa: Ciudad Autónoma de Ceuta/CEC, Câmara Municipal de Lisboa/DMC/DPC.
- VALE, Teresa Leonor M. (coord.) (2015a) – *De Roma para Lisboa: um álbum para o Rei Magnânimo*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VALE, Teresa Leonor M. (coord.) (2015b) – *A Capela de São João Batista da Igreja de São Roque: a encomenda, a obra, as colecções*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VELOSO, Ant.º José de Barros; ALMASQUÉ, Isabel (2016) – *História e azulejos dos Hospitais Cívicos de Lisboa*. Lisboa: By the Book (re-edição bilingue).
- VIEGAS, Inês Moraes; GOMES, Marta (coord.) – *Extraordinários sucessos do Terramoto de 1755. Memória histórica de frei Tomás de Aquino*; estudo e transcrição de Edite Martins Alberto. Lisboa: Arquivo Municipal.

Foram também entregues, pelos seus autores, quase todos artigos correspondentes às comunicações apresentadas no âmbito do colóquio “*Terramoto de Lisboa. Arqueologia e História*”, organizado





Figura 2 – Colóquio “Do Carmo a São Vicente. Homenagem a Fernando E. Rodrigues Ferreira” (16 Março; A – Fernando Andrade Lemos; B – Carlos Boavida; C – Mário Varela Gomes; D – Joana Gonçalves; E – Mariana Almeida; F – António Branco e Tânia Casimiro; G – Rui Ribolhos; H – Sandra Coelho; I – Nuno Pires); fotos Nuno Pires (A, B, C, E, F, H) e Carlos Boavida (D, G, I).



Figura 3 – A – Luís Filipe Vieira Ferreira (25 Fevereiro); B – Apresentação da obra “Do Dafundo ao Poço do Bispo: uma História sobre Carris” de Luís Cruz-Filipe (15 Abril); C – Ana Cristina Martins (24 Maio); D – Ana Isabel Caessa, António Marques e Nuno Mota (21 Junho); E – Aline Gallasch-Hall de Beuvink (12 Dezembro); F/G – Colóquio “Do Carmo a São Vicente. Homenagem a Fernando E. Rodrigues Ferreira” (16 Março; F – Dário Neves; G – Carlos Didelet); fotos Carlos Boavida (A, B, C, D, E) e Nuno Pires (F, G).



# COMISSÃO DE HERÁLDICA – AAP

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2016

Pedro Sameiro<sup>1</sup>, Lina Oliveira<sup>2</sup>, João Portugal<sup>3</sup>, Segismundo Pinto<sup>4</sup>,  
Manuel Artur Norton<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Presidente

<sup>2</sup> Vice-Presidente

<sup>3</sup> Secretário

<sup>4</sup> Vogal

A Comissão de Heráldica continuou a sua actividade no ano de 2017, reunindo-se periodicamente durante o ano, com a presença dos membros residentes na região de Lisboa. Realizaram-se 8 sessões durante o ano, uma por cada mês, com excepção de Fevereiro, Julho, Agosto e Novembro, com a duração média de hora e meia.

A actividade da Comissão de Heráldica centrou-se principalmente na emissão de pareceres sobre os símbolos heráldicos para diversas autarquias, sobretudo aquelas que resultaram da reorganização administrativa do território, consubstanciadas nas Leis nº 22/2012, de 30 de Maio, e nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro. Destaquem-se também os casos de algumas freguesias da cidade de Lisboa.

Indicando-se na tabela seguinte os elementos quantitativos, verifica-se uma descida no número de processos analisados, face ao ano anterior

MÊS	Nº de Pareceres Total	2ºs Pareceres
Janeiro	15	3
Fevereiro	0	0
Março	5	2
Abril	7	3
Maió	5	0
Junho	15	5
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	0	0
Outubro	1	0
Novembro	0	0
Dezembro	5	2
TOTAL	<b>53</b>	<b>15</b>

Foram emitidos 53 pareceres, dos quais 15 foram segundos pareceres. Quatro dos pareceres emitidos foram para Santas Casas da Misericórdia.

Continuou-se a organização do arquivo existente.

Para 2017, tentar-se-á manter um adequado nível de resposta às solicitações recebidas, prosseguindo os trabalhos de organização do espólio.

Lisboa, 6 de Janeiro de 2017



# MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DA CONSERVAÇÃO EM 2016

Célia Nunes Pereira

Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo  
Associação dos Arqueólogos Portugueses

## Nota prévia:

Este relatório tem como objectivo registar (apenas) as acções realizadas no âmbito da conservação, durante o ano de 2016, no Museu Arqueológico do Carmo.

Na área da Conservação<sup>1</sup> foram efectuadas várias acções de conservação, conservação preventiva e restauro tanto no edifício como na sua colecção.

No que respeita ao edifício uma das intervenções mais importantes, foi o **restauro da fachada interior** Sul, que incidiu sobretudo na zona das “cantarias” e das argamassas. Segundo a proposta apresentada pelo **Gabinete de Património, Conservação, Restauro e Reabilitação**, cujos responsáveis foram o Dr. Pedro Serra e o Dr. Hugo Fraga de Oliveira, no que respeita às cantarias, procedeu-se inicialmente a uma limpeza prévia, seguida de aplicação de biocida, consolidação das peças e realização de nova limpeza (que retirou toda a *patina*). Foram efectuadas as reconstituições volumétricas necessárias, bem como microestucagem e colagens de todos os elementos que manifestaram

essa necessidade. Procedeu-se ainda ao tratamento dos fragmentos metálicos e refecimento das juntas. Em relação às argamassas<sup>2</sup>, também foi feita uma limpeza prévia, seguida de picagem das mesmas; após esta etapa, fez-se nova limpeza, seguida de reconstituição volumétrica com argamassas e aplicação de novo reboco. Todas as peças que se encontram embutidas nas estruturas das antigas capelas, também foram sujeitas ao mesmo processo de intervenção das cantarias. A proposta de conservação e restauro apresentada e as metodologias de intervenção utilizadas, encontram-se especificadas na proposta de trabalho apresentada pela respectiva empresa, que já teve oportunidade de entregar o relatório da intervenção.

As acções realizadas durante este projecto de restauro, foram complementadas pela limpeza e impermeabilização de toda a zona do **clerestório** que encima a parede Sul, onde foram colocadas grelhas de filtragem nos ralos de escoamento das águas pluviais, impedindo que a acumulação de folhas e detritos entupam essas vias de vazão das águas. Esta obra feita pela empresa **Esfere de Ima-**

<sup>1</sup> Nota: A restauradora Sónia Pires continua sem entregar o relatório de intervenção de conservação e limpeza do sarcófago egípcio, realizada em 2009/2010. Têm sido realizados vários contactos a fim de obter o envio deste relatório, mas até agora não tivemos qualquer resposta.

<sup>2</sup> Em relação às argamassas utilizadas para o reboco do 1º tramo, devia ser feita uma análise dos seus conteúdos para comprovar que os materiais utilizados.

**gens**, teve como objectivo proteger contra a infiltração constante de águas pluviais que se verificava no topo desta parede, entranhando no seu interior o que provocava a deterioração de toda a parede. Esta empresa, coordenada pelo Arqº Pedro Rito Nobre, prestou ainda ao MAC outros serviços de ordem vária (como renovação de dobradiças, revisão de janelas e portas, reparações de canalização e afins), entre os quais se destaca a colocação de um rede anti-pombos por cima da recepção, a colocação de uma nova porta de entre a sala 5 e o espaço ocupado pela loja, a instalação de novos vidros, cortinados e telas de protecção dos raios solares nos janelões da antiga sacristia, a construção de uma nova escada (em metal) de acesso às coberturas do MAC (da segunda capela absidial/sala 4 para a capela-mor) e a substituição do antigo portal Sul, por um novo de madeira exótica, mais resistente às alterações climáticas a que está sujeito. Note-se que, se respeitou na integra o seu antigo desenho.

Em relação à fachada Norte, foi apresentada uma proposta de intervenção das suas componentes pela empresa **Gabinete de Património, Conservação, Restauro e Reabilitação**, a qual foi aprovada pela Direcção em dezembro de 2016, cujos trabalhos começaram a partir do dia 09 de Janeiro de 2017. No âmbito desta intervenção a **Guarda Nacional Republicana**, irá também proceder às reparações necessárias da cobertura dos gabinetes que se encontram associados a esta fachada.

Ainda em relação ao edifício, importa também registar que com o apoio técnico da DGPC, se iniciou em 2016 o processo para realização do restauro do **portal ocidental (entrada) do MAC**, através da elaboração do caderno de encargos efectuado pela Dra. Antónia Tinturé. Depois de conhecidos os seus conteúdos, apresentaram proposta de intervenção três empresas: Nova Conservação, Monumenta e Gabinete de Património, Conservação, Restauro e Reabilitação. Aguardamos pela adjudicação da proposta à empresa que reunir as melhores condições para a concretizar.

Através da DGPC encetámos contactos com a equipa da **Faculdade de Engenharia da Universi-**

**dade do Porto**, que se fez representar pelo **engenheiro Miranda Guedes**. Durante a sua visita ao MAC, foram-lhe manifestadas as preocupações que temos em relação ao estado de conservação dos **arcos e colunas que ocupam as naves da antiga igreja do Carmo**, sublinhando-se todas as áreas que nos parecem mais frágeis como é o caso dos vestígios de abóbada lançada no final da nave Sul, do arco que se encontra por cima da Torre Norte e de algumas zonas dos arcos onde se observa muita vegetação florescente, bem como alguma queda de matéria. Todos estes componentes arquitectónicos que ocupam as naves, precisam de ser devidamente revisto com alguma urgência, de modo a verificar-se qual o seu real estado de conservação e estabilidade. Esta situação revestiu-se de uma urgência ainda maior, depois das obras de reestruturação da zona envolvente do Carmo, no âmbito do projecto dos Terraços do Carmo, visto que a estrutura arquitectónica do edifício esteve sujeita a trepidações muito violentas. Apesar de a empresa responsável (inicialmente a Ar-Lindo e depois a Ferrovial), juntamente com o dono de obra, a Câmara Municipal de Lisboa, terem instalado um cimbreiro (estrutura metálica com traves montadas de forma a unir as quatro colunas que se encontram junto da zona do transepto) para tentar manter a segurança das colunas ao longo das naves, nunca foi dado conhecimento à AAP da informação que eventualmente foi recolhida sobre impacto dessas obras no edifício do MAC.

Peço que sejam feitos novos contactos com a citada Universidade e respectivo responsável de Departamento o **Professor António Arêde** e ainda com a Câmara Municipal de Lisboa, de modo a termos acesso ao relatório de obra.

Em relação à estabilidade da estrutura arquitectónica do edifício, foram também contactados o **engenheiro Fernandes** da **Universidade do Minho**, para monitorizar as vibrações a que o edifício está sujeito diariamente. Os equipamentos de medição foram montados por cima do tecto da capela-mor, onde permaneceram cerca de 12 horas. Os resultados dessas medições ainda não nos foram entregues.

No seguimento do parágrafo que dedicamos à situação do **Túmulo do D. Fernando I**, no relatório de 2015, acrescentamos que este ano obtivemos o apoio da DGPC através da sua Directora Geral, a Dra. Paula Silva, que nos reencaminhou para a Dra. Antónia Tinturé, técnica responsável pela gestão e aconselhamento do departamento de restauro na área da pedra na DGPC/Instituto José Figueiredo. Ao colocarmos a par das demandas que este Museu tem feito, para que nos fosse apresentada uma efectiva proposta de intervenção desta peça de arte gótica, nos últimos 10 anos a Dra. Antónia Tinturé, conseguiu pôr-nos (finalmente) em contacto com a Dra. Inês Sardinha (a bolseira FCT que tinha começado a desenvolver uma proposta de intervenção para o Túmulo em 2014), que ficou de nos apresentar uma proposta de conservação até ao final do mês de janeiro de 2017.

Na área da pintura foram intervencionados os **retratos de João Frederico Ludovice, Manuel da Maia, Eugénio dos Santos Carvalho, José da Costa e Silva e Joaquim Possidónio da Silva**. A intervenção este a cargo da **restauradora Madalena Pinheiro de Melo**, que após a elaboração de levantamento prévio do seu estado de conservação, apresentou uma proposta detalhada para cada uma das obras, tendo em conta as suas características e necessidades. O relatório (acompanhado de fotografias) apresentado à Direcção no final do processo de restauro, documenta todas as etapas de limpeza, conservação e restauro a que as telas e molduras foram submetidas. De modo geral todas elas se tornaram mais visíveis, após a remoção da camada de sujidade que se encontrava na sua superfície, mas aquela que revelou mais surpresas foi o retrato de Eugénio dos Santos, cujo “pano de fundo” se encontra preenchido com alguma vegetação e vestígios de arquitectura, merecendo um novo estudo.

No âmbito da escultura, iniciaram-se os trabalhos de restauro da **réplica (de madeira) do Túmulo de D. Nuno Álvares Pereira** com o **restaurador André Remígio** segundo a proposta que o mesmo apresentou à Direcção do MAC, os quais ainda não foram concluídos.

Contactámos o **Laboratório do Museu de Coenímbriga**, para saber qual o estado de intervenção das **esporas e pomos** que lá foram entregues em 2011 pelo arquitecto Mário Varela Gomes, e o **Dr. Pedro Sales** respondeu-nos que a situação em que se encontra, ainda não evoluiu desde essa data, devido aos outros projectos em que o laboratório de se encontra inserido. No e-mail enviado esclarecem que “Como medida de conservação preventiva, encontram-se em condições de ambiente apropriado para a estabilização física, química e mecânica para este tipo de materiais e, até ao início das intervenções, assim se manterão.”

Na **Biblioteca e o Arquivo AAP**, foram colocadas novas armadilhas para insectos. As que foram retiradas detectaram a presença de alguns insectos rastejantes (peixinhos-de-prata e aranhas). O Biólogo Daniel Oliveira (responsável pela última desinfestação), assegurou-nos que a situação não é alarmante, devendo apenas proceder-se à desinfestação preventiva dos rodapés e estantes (com bio-kill) e colocação de novas armadilhas. Caso se venha a verificar algum sinal de infestação, deve-se contactar de imediato a empresa Rentokil e agendar uma nova desinfestação. Neste contexto, assinala-se ainda que foi colocada uma barreira contra insectos rastejantes no **gabinete de heráldica**. Note-se que a última desinfestação geral da biblioteca (pela Rentokil) já ocorreu no verão de 2011. Aconselha-se a que seja feita nova desinfestação em breve, de modo a prevenir o desenvolvimento de insectos nocivos para a preservação da biblioteca.

A **limpeza e manutenção do espólio do MAC/AAP** foram asseguradas pela conservadora, com apoio da equipa do MAC.

Ainda dentro da área da gestão de colecções importa registar, que após se ter adquirido, em dezembro de 2015, uma nova licença do programa **Matriz Inventários de Colecções**, à empresa **Magnetik**. o engenheiro David Nunes encontra-se neste momento a ultimar a parte final do site de gestão das colecções, para que as mesmas possam ficar disponíveis online.

No que respeita ao **plano de emergência inter-**

**no e segurança contra incêndios**, cujos conteúdos já se encontram concluídos pela Eng<sup>a</sup> Helena Lamy da **empresa Verde Transparência** (que entregou 4 cópias do plano e respectivas plantas realizadas pelo Arq<sup>o</sup> Tiago da **Empresa Loviril** (em formato digital). Para concluir este plano e proceder à sua entrega à **Protecção Civil**, aguardamos que a instalação dos novos detectores de incêndio sejam instalados, e nos sejam enviados os manuais do quadro eléctrico (pela empresa Electro-Carnaxide). Depois da sua aprovação será marcada uma acção de formação com toda a equipa do MAC, onde serão ministrados conhecimentos para agir em caso de emergência. Haverá sempre uma cópia de consulta do plano de emergência disponível para consulta tanto na recepção como na loja do Museu.

A par do acompanhamento destes projectos desenvolvidos na área da conservação e restauro e coordenados pela Direcção AAP, tivemos oportunidade de colaborar em muitos **outros projectos** que já se encontram descritos no relatório de Direcção das actividades do MAC, entre os quais se destacam: a *Festa da Arqueologia 2016*; a exposição e ciclo de conferências *Chiado – Carmo, Metropolis e u-topia / Artes na Esfera Pública*, no qual colaboramos com a comunicação *(Re)construções do Carmo. Utopia no espaço Público, na Sorbonne em Paris*; o concerto dos Dead Combo e o lançamento do livro *A Igreja do Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)* entre outros projectos e actividades em que o Museu esteve inserido nas áreas da música, teatro, belas-Artes, exposições, conservação, restauro, gestão de colecções e divulgação e preservação de património.

Se precisarem de mais alguma informação, por favor disponham.

Janeiro de 2017

---

\* Nota: Julgo ser importante voltar a insistir com a Câmara Municipal de Lisboa e com a empresa Ferroviária, para que procedam ao envio do relatório sobre os comportamentos da estrutura (cimbra) que se encontrou durante vários meses presa às colunas na nave centro do MAC, de modo a que se tenha conhecimento se houve alterações no edifício.



